

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA DEZ DE NOVEMBRO
DE DOIS MIL E CATORZE.**

----- No dia dez de novembro de dois mil e catorze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Primeira Secretária e pela Senhora Joana Patrícia dos Santos Ferreira, como Segunda Secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e vinte e quatro minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado, FERNANDO MARTINS MACHADO (Justificada).-----
Verificaram-se ainda as ausências no período da manhã do Senhor Deputado PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES e no período tarde do Senhor Deputado FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO -----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Exma. Sra. Dra. Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, Segunda Secretária da Mesa da AM de Viseu, remete via correio eletrónico justificação de falta referente ao período da tarde na Sessão da AM de Viseu de 30 de setembro de 2014.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão, remete via correio eletrónico justificação de falta referente à Sessão da AM de Viseu de 30 de setembro de 2014.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Povolide, remete via correio eletrónico justificação de falta à Sessão da AM de Viseu de 30 de setembro de 2014.-----

– A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, remete via correio eletrónico circular nº108/2014 referente ao Quadro Plurianual Municipal.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email referente à Intervenção no debate do PjL 368XII - Proteção dos direitos individuais e comuns à Água - Iniciativa Legislativa de Cidadãos.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, remeteu em mão pedido de substituição para o período entre os dias 7 e 18 de novembro.-----

– Os candidatos do Partido Socialista à União de Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima do ano de 2013, entregaram em mão Documento Estratégico de Desenvolvimento da União de Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima.-----

– O Grupo Parlamentar Os Verdes remete via correio eletrónico perguntas ao Governo relativas aos Contratos de Emprego-Inserção nas Escolas Públicas.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal João Fernando Marques Rebelo Cotta remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão da AM que se realiza no dia 10 novembro.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão da AM que se realiza no dia 10 novembro.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida de Campos Salvado Pires remeteu em mão, pedido de substituição para a Sessão da AM que se realiza no dia 10 novembro.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, remete via correio eletrónico informação escrita acerca da atividade e situação Financeira do Município.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 30 de setembro de 2014.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Povolide informação de que a falta do Exmo Sr. Presidente da Junta de Freguesia à Sessão da AM de 30-09-2014 pelos motivos invocados foi considerada justificada. -----

– Foi remetida à Câmara Municipal de Viseu via EDOC a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária “Topografia Literária Viseense”.-----

– Foi remetido à Câmara Municipal de Viseu via EDOC o Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária “Carrossel do Mercado 2 de Maio”.-----

– Foi remetido à Câmara Municipal de Viseu via EDOC o Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária “Levantamento de Telefones Públicos nas Cabines”.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais email da ANMP relativo à circular nº108/2014 referente ao Quadro Plurianual Municipal.-----

– Foi remetido aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP referente à Intervenção no debate do PjL 368XII - Proteção dos direitos individuais e comuns à Água - Iniciativa Legislativa de Cidadãos.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via Postal ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de Repeses S. Salvador, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via Postal ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses S. Salvador cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via Postal ao Presidente da Junta da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via EDOC à Câmara Municipal de Viseu cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá, que foi aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetido via Postal ao Presidente da Junta da União das Freguesias de União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá cópia da deliberação da proposta de alteração da designação da União das Freguesias de União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá, que

foi aprovada por unanimidade.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, para o período entre os dias 07 e 18 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva para o período entre os dias 07 e 18 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes já foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal João Fernando Marques Rebelo Cotta para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal João Fernando Marques Rebelo Cotta para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que a Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho já foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira já foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida de Campos Salvado Pires para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida de Campos Salvado Pires para a Sessão da AM que se irá realizar em dia10 de novembro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que Exmo. Senhor Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva já foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária do 10 de novembro de 2014.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária do 10 de novembro de 2014.-----

– Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal do Centro, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 10/11/2014.-----

– Foi dado conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico do Documento

Estratégico de Desenvolvimento da União de Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima entregaram em mão pelos candidatos do Partido Socialista à União de Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima do ano de 2013.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar Os Verdes referente às perguntas ao Governo relativas aos Contratos de Emprego-Inserção nas Escolas Públicas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos, já foi verificada a existência de quórum por isso íamos iniciar a Sessão. Cumprimentava todos os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, cumprimentava também os Senhores Jornalistas e os Cidadãos que assistem a esta Sessão. Atendendo que o Dr. João Cotta informou a esta Assembleia da sua ausência por motivos profissionais, ao abrigo do Art.6º do Regimento, solicitava à Deputada Joana Ferreira que integrasse a Mesa da Assembleia Municipal conforme está previsto no nº3 do Art.14º do Regimento. Dava também um conjunto de informações, a Senhora Vereadora Dr. Rosa Monteiro informou que não pode estar da parte da manhã e só estará da parte da tarde e enviou também um trabalho para a Assembleia, um trabalho complementar sobre questões de violência doméstica, enviou para divulgação um cartaz de um seminário da Associação APEM, da qual é Vice-Presidente, vai realizar em Coimbra no dia 25 de novembro e que depois iremos dar conhecimento a todos os Senhores Deputados. O Sr. Dr. Carlos Martins do PS mantém a suspensão do mandato pelo período de três meses a contar do dia dezasseis de setembro até ao dia catorze de dezembro, continuando a ser substituído pela Dra. Adelaide Joana da Silva Modesto, pedido que já foi apreciado e aceite na Assembleia de 30 de setembro. O Senhor Deputado Fernando de Figueiredo retomou as funções pela cessação da suspensão de mandato que recorreu entre 15 de setembro e 15 de outubro, o Senhor Deputado José Ernesto da Silva solicitou por motivos pessoais a substituição para o período de 7 a 18 de novembro, sendo substituído pelo Senhor Deputado António José Coelho Lopes, o Dr. João Cotta solicitou também por motivos profissionais substituição, sendo substituído pela Dra. Florbela Soutinho, a Dra. Filipa Mendes do PSD, também solicitou por motivos pessoais a sua substituição, sendo substituída hoje pelo Senhor Pedro Osório, a Sra. Dra. Sofia Campos do PSD solicitou também por motivos pessoais a sua substituição, sendo substituída pelo Senhor Rui Pedro Matos Peva. Também informava que a Mesa e os representantes dos Grupos Municipais reuniram com os representantes dos Agrupamentos de Escola e Colégios, tendo também estado presente um representante da Câmara e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido de se preparar a X Edição da Assembleia Municipal Infantil. Ficou marcada esta Assembleia Municipal Infantil para o próximo dia 25 de fevereiro e o tema que foi escolhido por todos foi, “Património Histórico, Cultural e Ambiental”. Iniciou-se também no passado dia 3 de novembro o Período de Audiência do Público que vai repetir-se mensalmente na primeira segunda-feira de cada mês a partir das 19 horas. Como é óbvio foi a primeira, foi o primeiro momento e por isso nesta audiência estará sempre presente a Mesa da Assembleia e também um representante de cada Grupo Municipal, como é compreensível, este período ainda precisa de ser divulgado e por isso pedíamos a colaboração de todos os Senhores Deputados e também dos Senhores Presidentes de Junta e dos Grupos Municipais bem como dos Senhores Jornalistas, a Mesa como é óbvio também irá providenciar uma maior divulgação quer a nível do Portal do Município quer também de editais. Alertava mais uma vez os Senhores Deputados que o registo das votações será feito individualmente para cada votação/deliberação, segundo o modelo que sempre fica anexo à Ata e que terá também divulgação *online*, informamos que isto advém da legislação e concretamente de orientações do Tribunal de Contas.-----

Eu passaria agora a expor um assunto que pensei muito sobre ele mas que em consciência não poderia deixar de o colocar a esta Assembleia Municipal. Como sabem e está escrito, a

Mesa comprometeu-se a prestigiar e dignificar este Órgão Autárquico, o Poder Local e o nosso Concelho, comprometeu-se também a contribuir para uma sã convivência democrática, também no respeito do princípio do contraditório e do pluralismo das opiniões e comprometeu-se também a conduzir esta Assembleia de uma forma isenta, consensual, tolerante e cordata. Em consciência da Mesa, não está cá o Dr. João Cotta, mas tive o cuidado de lhe telefonar sobre isso, em consciência, tudo temos feito, quer eu quer o Dr. João Cotta, quer a Dra. Cristina Paula nesse sentido, e por nós credibilizar a política passa também por haver uma dignificação das instituições e por isso, não podemos aceitar que se ponha em causa publicamente o trabalho e a imagem desta Assembleia Municipal, conforme fez o Senhor Deputado, não está cá, mas não posso deixar de registar, independentemente de não estar, mas está a chegar, conforme fez o Senhor Deputado e Vereador Hélder Amaral numa entrevista a um jornal local. Como nas diversas reuniões que temos tido com os Grupos Municipais nunca nos foi colocado qualquer problema, gostaria de perguntar concretamente aos Grupos Municipais e aos Membros desta Assembleia e concretamente ao Grupo do CDS se entendem que o Regimento desta Assembleia não tem sido respeitado e se os acordos feitos em reunião com todos os Grupos Municipais não têm sido respeitados? Gostaria de perguntar à Assembleia e concretamente aos Grupos Municipais se não temos conduzido esta Assembleia no respeito pelo Regimento e os acordos feitos em reuniões dos Grupos Municipais?-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu tenho assistido a todas as reuniões que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tem convocado dos Grupos e de tudo aquilo que foi tratado até hoje, o Grupo Parlamentar do PS não tem a menor razão de queixa, a Mesa tem cumprido, se pede a nossa opinião a minha opinião é essa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, respetivo Executivo, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Em concreto eu não conheço a entrevista de maneira que é-me difícil tecer uma opinião mais crítica nessa matéria, de qualquer maneira o que eu lhe posso adiantar é que em relação também aquelas reuniões em que o Grupo tem participado na há qualquer crítica a fazer nessa matéria. Naturalmente que gostaríamos de ir mais longe naquilo que é o aproximar da Assembleia Municipal dos cidadãos e fizemos propostas nesse sentido, mas também entendemos que no decurso das reuniões que temos tido a maioria é soberana e portanto, se esta Assembleia muitas vezes não vai mais longe é porque naturalmente também a maioria assim o entende. Relativamente à atuação da Mesa em concreto, creio que a crítica que o Deputado Hélder Amaral também terá feito, não visava certamente atingir essa finalidade e nem o terá feito nessa perspetiva, contudo, uma vez que ele foi visado, creio que lhe assiste a defesa da honra e portanto, acho que o esclarecimento cabe-lhe a ele e não ao Grupo em particular. Muito obrigado.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. Pois, relativamente a este assunto também penso que ficou bem claro a postura do maior Partido da oposição e a postura do Partido da pessoa em causa, penso que da nossa parte, só... posso? Muito obrigado. Portanto eu penso que ficou bem claro o “*modus operandi*” a forma de trabalhar e também talvez reforçar só aqui algo que também é importante para as pessoas terem

noção, é a grande quantidade de reuniões que têm sido feitas neste último ano, não estamos a falar de uma reunião, não estamos a falar de duas, são muitas as reuniões que têm sido feitas, de bastante demora, de bastante...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Pode continuar Senhor Deputado.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue a sua intervenção dizendo: ...torna-se um bocadinho difícil quando as pessoas não se respeitam umas às outras, mas cada um fica com os atos que pratica...-----

- O Senhor Vereador José Hélder do Amaral intervém dizendo: O Senhor Presidente acabou de dizer que eu não tinha honra, o Senhor Presidente acabou de dizer que quem não a tem não precisa de a defender, se o Senhor acha que isso é uma forma de tratar um Deputado e um Vereador...mas acabou de o dizer aqui que quem não a tem não precisa de a defender e se fosse eu a fazer essa afirmação...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Senhor Deputado, está uma pessoa a intervir...-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques retoma a sua intervenção dizendo:... confesso que já são muitos anos que tenho com muita honra nesta Assembleia Municipal, mas efetivamente hoje, estamos a ter atos que em nada dignificam esta Assembleia e as pessoas que fazem parte, e eu espero que efetivamente, isto tenha sido aqui um “*fait divers*” de início de dia e que efetivamente as coisas voltem a ser aquilo que sempre foram, que foi a elevação das intervenções com a responsabilização de tudo o que é dito. Dizia eu nesta intervenção bastante segmentada de que efetivamente confirmamos aqui as intervenções dos representantes dos dois Partidos que nos antecederam, e que efetivamente comprovamos que das muitas reuniões que têm havido, do muito debate, tem havido o respeito, tem havido o trabalho e efetivamente muito surpreende este tipo de afirmações, mas que também nós obviamente devemos enquadrá-las e perceber que quando as pessoas estão de fora, quando não são atores diretos efetivamente que não têm nem podem saber como as coisas acontecem, apenas saberão conforme fazem ideia ou eventualmente lhes podem transmitir. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Vieira e Senhora Dra. Filomena, agradecia está bem? Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público presente e Funcionários em exercício. Eu não podia deixar de vir aqui uma vez que os vários Grupos Municipais foram interpelados pelo Senhor Presidente da Assembleia e portanto, é nossa obrigação responder à questão que ele colocou. Pela parte do Bloco de Esquerda também não temos absolutamente nenhuma razão de queixa, discordamos naturalmente e já o aqui manifestámos, de algumas interpretações da Lei, nomeadamente a votação ou a não votação das Recomendações ao executivo, mas isso já vem de trás, o atual Presidente da Câmara quando era Presidente da Assembleia, depois do Senhor ex-Presidente Fernando Ruas se queixar, pode ter sido apenas uma coincidência, mas se queixar de que o Bloco de Esquerda apresentava muitas Moções e Recomendações e que nem sabia que as Recomendações tinham que ser votadas, como sempre tinham sido ao longo dos tempos, já do tempo do Senhor Engenheiro Coelho de Araújo, houve de facto uma alteração de posição, o Senhor Presidente da Mesa atual mantém essa posição, teve o cuidado até de pedir um outro parecer, que o Senhor Presidente anterior também tinha pedido curiosamente ao Gabinete Jurídico da Associação Nacional dos Municípios, agora o Senhor Presidente teve o cuidado de o pedir à CCDR, escudam-se nesse parecer, nós discordamos e escudamo-nos digamos, na jurisprudência passo a expressão, uma vez que a maior parte das Assembleias ou todas as Assembleias onde o Bloco de Esquerda está presente isso é permitido, a votação das Recomendações, Assembleia Municipal do Porto,

Assembleia Municipal de Sintra, Assembleia Municipal de Braga, de Aveiro, pronto, e portanto discordamos e naturalmente que temos também dispositivos legais e administrativos para contestar isso, mas concretamente relativamente à condução dos trabalhos da Assembleia, ou dos Grupos de Trabalho, não temos nenhuma razão de queixa, pelo contrário até queremos sublinhar o esforço que o Senhor Presidente da Assembleia tem feito no sentido de consciencializar e de levar à participação dos vários Grupos, enfim, nos trabalhos desta Assembleia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Dra. Filomena Pires.-----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, muito bom dia a todas e a todos. Muito brevemente dar resposta uma vez que os Grupos foram interpelados numa atitude que eu louvo da parte da Mesa e dizer que de facto da parte da CDU, não há queixas a registar. Frisar aqui a informação já aqui trazida de que tem havido muitas reuniões de facto, os consensos nem sempre são fáceis, por vezes são mesmo feitos de avanços e recuos e silêncios e negociações com as quais nem sempre ficamos satisfeitos é um facto, mas o esforço tem sido desenvolvido fortemente para que as vozes sejam todas ouvidas, sejam todas respeitadas e que o trabalho que aqui ocorre seja de facto consequência desse trabalho que é feito nos bastidores e que nem sempre é conhecido. Dizer também que nem sempre concordamos com algumas interpretações da Lei e temos manifestado essa discordância naturalmente e manteremos as nossas posições, mas temos sentido que efetivamente o trabalho tem sido muito bem conduzido e naturalmente sentimo-nos respeitados por aquilo que tem sido o trabalho da Mesa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Eu ia só, e já pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara, eu ia dizer rapidamente uma situação. De acordo com o entendimento da Mesa, e a Mesa não tem nenhum problema em conceder e responder, porque não houve aqui nada em relação à honra, houve factos, houve factos, factos que vou ler e não houve aqui, não está em causa a defesa da honra, mas a Mesa está tão à vontade para fazer uma intervenção se for este o entendimento. Diz assim: *“É concedida a palavra aos vereadores para intervirem, sem direito a voto, nas discussões, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal”*. A Mesa está à vontade, quer se o Senhor Presidente e o Plenário entenderem ouvir o Senhor Deputado, dar a palavra ao Senhor Deputado depois de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. A este nível, segundo, *“e a palavra é concedida aos Vereadores para o exercício do direito em defesa da honra em consideração”*. Nós entendemos que não há nada sobre a honra e vou dizer os factos, nós limitámo-nos aqui a criar factos e tem a ver com isto: *“Eu já vi o Regimento daquela Assembleia ser assassinado várias vezes em favor do PSD”*. *“Se aquilo passou a ser a Assembleia Distrital do PSD não serve para nada”*. Isto são palavras que foram ditas. Naquilo que é a defesa que nós entendemos de que isto é a Casa da Democracia Local, o direito à liberdade de expressão não está em causa, o que está em causa é os objetivos que nós temos de dignificação desta Assembleia, de abertura desta Assembleia à comunidade e não é deste modo que nós entendemos que isto é feito. Por isso, nós limitámo-nos a trazer factos, não mexemos na honra de ninguém, mas estamos disponíveis para se, o Senhor Presidente da Câmara assim o entender ou se o Plenário da Assembleia assim o entender dar a palavra ao Senhor Vereador. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, referir que está muito bem acompanhado hoje nesta manhã, está muito bem secretariado, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, cumprimentar também os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Jornalistas e os nossos Concidadãos que nos dão o gosto de acompanhar esta

Assembleia. Umas breves palavras, por um lado para lamentar que uma Assembleia comece assim, enfim, uma Assembleia que tem um tema tão importante como o Orçamento, era desejável que não tivesse começado assim e que efetivamente já estivéssemos a tratar dos assuntos que nos trazem cá. Em segundo lugar, não queria deixar de transmitir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal toda a solidariedade institucional do Presidente da Câmara, institucional e pessoal. Eu gostava também de testemunhar aqui a excelente relação institucional que tem existido entre a Autarquia e a Assembleia Municipal no respeito das competências de cada um, e também queria testemunhar aqui a excelente forma como esta Assembleia tem decorrido ao longo de este ano, respeitando obviamente o exercício livre e democrático que tem que ser feito aqui e designadamente o Estatuto do Direito de Oposição que cada um tem e o estatuto de quem está a governar de poder dar suporte às propostas. Portanto, queria também deixar aqui institucionalmente este meu testemunho que acho que é de elementar justiça. Em relação aquilo que se disse Senhor Presidente da Assembleia, cada um tem que assumir as responsabilidades daquilo que diz e daquilo que escreve. Eu também me poderia sentir ofendido na minha honra por me dizerem que eu sou provinciano, mas enfim, ser provinciano até às vezes é um elogio, significa que estamos próximos das pessoas, que conseguimos interpretar o sentido do povo e por tanto não me sinto ofendido. Também me podia sentir ofendido quando se fala em embustes, enfim, eu não sei o que é que será um embuste quando há um executivo que está a exercer o seu mandato com toda a transparência, cumprindo todos os deveres que tem e em que todos os seus Membros estão a exercer funções em exclusividade de funções. Embuste, talvez seja, uma pessoa ser eleito para uma função e não a exercer, e exercê-la através de uma terceira pessoa, isso talvez seja, mas enfim, eu não fui ao dicionário procurar o significado extensivo do termo embuste, mas só se sente ofendido quem de facto valoriza as palavras, eu valorizo mais o trabalho, o trabalho é que nós devemos valorizar e percebo que às vezes quando as pessoas não trabalham, têm que procurar mostrar a partir das palavras enfim, isso é, enfim, acho que as coisas são mesmo assim. Em relação à defesa da honra, isso é uma interpretação que Senhor Presidente da Assembleia no seu legítimo direito fará, enquanto Membro e responsável desta equipa em que estão incluídos os Vereadores do executivo e da oposição não vejo necessidade nenhuma de abrir um precedente para dar a palavra seja a quem for. Portanto, porque seja o Presidente da Câmara a dizer Senhor Presidente faça favor, dê a palavra ao Vereador A ou B, dá-lo-ei quando entender que são necessárias explicações da parte de algum Vereador, isso farei, não me coíbo nada de o fazer, seguramente que ao longo do mandato ocorrerão algumas vezes em que vou pedir ao Senhor Vice-Presidente ou algum dos Vereadores para prestarem esclarecimentos aqui ao Plenário quando eu não estiver na posse de toda a informação que permita esclarecer convenientemente este Plenário. No Caso concreto, quero dizer ao Senhor Presidente que não vejo aqui nenhuma razão, se foi usado um meio de comunicação social enfim, talvez seja a forma, é usar também esse meio de comunicação social para fazer a mea-culpa das coisas que se dizem ou pelo menos para fazer os esclarecimentos. Portanto, quero deixar isto bem claro, e deixar isto muito bem claro aqui, toda a consideração e respeito que merecem as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente e a Mesa, e a forma muito correta como se tem comportado esta Assembleia, obviamente com a vivacidade que ela também tem que ter, com o debate que tem que ter, não temos que estar todos a dizer a mesma coisa, mas queria deixar aqui toda a minha solidariedade e da minha equipa para com o Senhor Presidente da Assembleia, para com a Assembleia, solidariedade institucional mas também pessoal, porque do ponto de vista pessoal as coisas também são importantes que haja educação na forma como nos dirigimos uns aos outros. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** A Mesa agradece a confiança, que é para nós fundamental, porque todos temos que contribuir para a dignificação da política e

também para a credibilização das instituições. De qualquer maneira não posso, e dentro de aquilo que é também os nossos princípios de tolerância e atendendo que é o ponto quatro que permite se o Plenário assim o entender, se ninguém do Plenário se manifestar contra, a Mesa dará a palavra ao Senhor Vereador, porque é um caso específico, não tem a ver com a gestão do executivo, e dar a palavra ao Senhor Vereador se o Plenário não levantar nenhuma questão. É dentro até daquilo que também é a nossa tolerância democrática em relação a esta situação. Dava a palavra então ao Senhor Vereador Helder Amaral.-----

----- **SETE – O SENHOR VEREADOR JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):** Senhor Presidente, Caros Colegas Vereadores, Senhor Presidente da Mesa. Queria primeiro agradecer por ter feito uma leitura correta, porque a honra defende o próprio, porque é o próprio que pode avaliar se foi ou não afetada a honra. Não sinto afetada a minha honra, mas gostava de dar uns esclarecimentos e assim a Assembleia poderá, ou condenar-me ou ilibar-me e aqui, como deve calcular também tenho alguma, sinto a minha honra ofendida mas vou deixar passar de lado porque enquanto Deputado, segundo diz a imprensa sou o Deputado que mais trabalha mesmo comparado com alguns Deputados que por lá passaram, que faziam metade do que que eu fazia, portanto sobre trabalho...mas sobre a entrevista em concreto Senhor Presidente, sobre a entrevista em concreto, vou dizer à Assembleia aonde me quis situar. Tenho dezasseis anos de Assembleia Municipal em climas muito mais agressivos do que este, tenho por norma dizer o que penso e assumir o que escrevo, aliás a notícia tem a minha fotografia pelo que vejo, e portanto, como a minha fotografia não é confundível com qualquer outra portanto facilmente me identificam a mim e portanto, e com isso dizer que ao que eu me referi em concreto, e talvez a palavra assassinado seja excessiva, mas não se assassinam bens imateriais, assassinam-se seres vivos e portanto quero que compreendam que eu não estava aqui a acusar ninguém de homicídio não é, mas, refiro-me ao caso concreto que aconteceu com o Dr. Ribeiro de Carvalho, com o Deputado Pedro Alves e com Deputado Teodósio, numa reunião em que eu estava sentado naquela cadeira, em que segundo o Regimento, há intervenções específicas em cada ponto. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, considerou excessivo, levantou o braço, gesticulou pela troca de palavras. O Senhor Presidente deu a palavra cinco seis vezes à Bancada do PSD, duas à Bancada do PS, eu não sou por acaso aqui advogado de defesa do Partido Socialista, mas essa é uma atitude recorrente desde os meus dezasseis anos como acontece, e eu espero que não volte a acontecer, porque se o Presidente, e aqui dirijo-me a si em específico tem que dar a palavra em equidade e tem também que dar a defesa da honra, e mais uma vez estivemos quase a que seja..., eu não sei se há algum parlamento democrático no país, o Senhor Presidente foi Deputado muitos mais anos do que eu, assistiu várias vezes ao pedido da honra de todas as Bancadas, não me lembro do Presidente da Assembleia recorrer ao Plenário da Assembleia para se decidir se se defende ou não se defende a honra, não me lembro! Há aqui imensos juristas, não sei se é esse o procedimento, não sei se lendo os artigos todos, se cabe ao Presidente da Câmara avaliar da honra dos seus Vereadores, não consigo perceber, mas ainda assim, hoje esse caso foi ultrapassado, mas é mais um episódio para dizer qual é o meu sentimento, como se lê a Lei nesta Assembleia, como se lê o Regimento nesta Assembleia, como se respeita o Direito da Oposição e como se dá o direito de igualdade em disputas legítimas, em discussões legítimas há sempre uma tolerância, é a minha opinião Senhor Presidente e o Senhor Presidente dirá, não tem razão o Plenário dirá, não tem razão, olhe, não tenho razão, mas é o que eu vi, foi o que eu senti, foi o que eu transcrevi nessa entrevista e acabou de acontecer esta manhã, mas pelos vistos eu é que estou errado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO**

CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu fico desvanecido com a amabilidade do CDS de vir defender a Bancada, mas o que se passou se bem se recordam, foi uma situação um bocado anómala em que eu tive a ocasião de “às páginas tantas” dizer à Mesa e isso está escrito numa Ata, que ainda ontem eu por acaso vi, em que propunha a alteração do Regimento dizendo que cada Grupo tem direito a não sei o quê, exceto o Senhor Deputado Pedro Alves que fala quando quiser, não sei se se recordam, está numa Ata. Isso foi uma situação completamente anómala, nós não nos sentimos marginalizados por causa disso. Cada vez que cada Grupo, e eu falo concretamente no Grupo que aqui represento, tivemos necessidade de vir aqui expor os nossos pontos de vista, a nossa concordância ou discordância nunca a Mesa negou, isso deixava muito claro, e quero também manifestar pessoalmente a minha consideração pessoal pelo Senhor Presidente da Mesa que tem mantido às vezes, enfim, às vezes de uma maneira que até me surpreende uma isenção exemplar, isso eu queria dizer, o nosso Grupo não tem a menor razão de queixa, aquilo que eu disse há bocado, é rigorosamente verdade, o que tem sido tratado nas reuniões é cumprido religiosamente pela Mesa. A Mesa tem permitido excesso e até numa reunião que houve dos Grupos foi dito, vamos colocar isto e vale a pena fazer um bocado de história porque a maior parte dos presentes não tem estado nessas reuniões que são restritas dos Grupos em que foi dito, não podemos manter toda a manhã na discussão dos pontos antes da ordem de trabalhos, vamos disciplinar isto, por consenso, por consenso e eu deixo isto muito claro, chegou-se à conclusão de que cada Grupo tinha determinado numero de tempo para falar, isso tem a ver com a representatividade e isso é um critério correto, eu tenho pena de que o Grupo Municipal do PS só tenha em termos de antes da ordem de trabalhos dez minutos, é pouco mas é a nossa representatividade, tenho a maior pena mas é como é e temos tentado cumprir isso e eu penso que todos os Grupos têm tentado cumprir isso. Tem havido alguma tolerância porque também não é os dez minutos porque se forem onze a Mesa não refila, como o Grupo Municipal do PSD tem trinta e cinco minutos, se tiver trinta e oito também não é por aí que vem o mal ao mundo. Portanto, muito claramente não me parece que tenha havido “assassinato do regimento” acho que, embora o Senhor Vereador Helder Amaral tenha dito que a palavra é excessiva, eu penso que é um bocado mais que excessiva, é um bocado contrária aquilo que tem sido a tolerância da Mesa e que não se tem limitado ao PSD, a justiça tem que ser feita, não se tem limitado apenas ao PSD, os outros Grupos também têm abusado do tempo, a partir do em que se consensualizou os tempos de cada Partido, aí as coisas têm sido mais restritas mas, na minha opinião com equidade. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço as palavras do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. É só para dizer que a Mesa, e para terminarmos, a Mesa, dois aspetos: Reconhecer que o Senhor Vereador e Deputado Helder Amaral reconheceu que não houve nenhum ataque à honra e por isso não havia a defesa da honra e por isso não havia motivos para ser concedida a palavra, mas, pelo Plenário, pela tolerância foi concedida. Segundo, a crítica positiva é sempre bem-vinda, reconhecer os excessos de linguagem também, todos nós poderemos ter excessos de linguagem, agora temos que perceber que muitas vezes está em causa duas coisas que para nós são fundamentais para todos, que é a dignificação da política e a credibilização fundamentalmente, somos todos institucionalistas, a credibilização das instituições, e continuo e mantenho que não é desta forma que se credibilizam as instituições. Por isso, íamos agora continuar, temos uma Ata da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014 para a apreciar e votar. Em relação à Ata de 30 de setembro, algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo nenhuma solicitação do uso da palavra colocava à votação? Quem vota contra? Quem se abstém? Cinco abstenções, quem vota a favor? Temos que fazer a contagem, desculpem lá. 1ª fila, quem vota a favor da Ata, 2ª fila, 3ª fila, desculpem lá, vamos retomar.

1ª fila votos a favor, 2ª fila, 3ª fila, 4ª fila, 5ª fila, 6ª fila, 7ª fila. *Aprovada com trinta e oito (38) votos a favor e cinco (5) abstenções.* Vamos iniciar de imediato o Período de Antes da

Ordem do Dia e por isso solicitava aos Grupos Municipais a apresentação, já aqui temos as listas de intervenção e dava a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros Deputados desta Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público presente. Depois do período antes do período Antes da Ordem do Dia não é, vamos agora efetivamente começar o PAOD em que tenho a oportunidade de fazer efetivamente esta primeira intervenção. -----

O Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 originou o desenvolvimento de um novo documento estratégico orientador para o mesmo período no nosso país, que é denominado de Portugal 2020.-----

A nova figura do Acordo de Parceria entre o Estado Português e a União Europeia foi criada com o objetivo de acelerar o arranque do novo Quadro. No entanto, ocorreram dificuldades, também ligadas à reestruturação dos organismos de coordenação, que tiveram como consequência o atraso na negociação do já referido Acordo de Parceria, com consequências também no arranque atempado do QREN. Relembre-se no entanto que, na transição entre o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e o QREN, houve um interregno de cerca de 18 meses que teve um efeito negativo sobre o investimento público e privado e há que tentar obviamente evitar repetição destas situações.-----

Não queria deixar de lembrar aqui o papel que o nosso atual Presidente do Executivo Camarário desempenhou no lançamento das bases de preparação do novo programa com a atual designação de Portugal 2020 e não temos dúvidas de que a sua programação seria certamente calendarizada de forma mais eficaz, com a participação do nosso Presidente da Câmara, mas a perda dos outros é o nosso ganho. Ficamos, no entanto, mais descansados com as declarações da passada quarta-feira, do Ministro Poiães Maduro, de que Portugal está bem posicionado: quer em relação ao QREN, com uma taxa de absorção de 84,7%, de acordo com os últimos dados conhecidos e uma taxa de compromisso dos fundos de 108%, que garante o consumo de todo o envelope financeiro destinado a Portugal no QREN, quer na preparação do Portugal 2020, pelo que esperamos e acreditamos na recuperação do tempo perdido, para podermos utilizar também com eficiência os apoios comunitários disponíveis.-----

O propósito de desenvolvimento da coesão na União Europeia (EU) tem por objetivo promover a redução das diferenças económicas e sociais e o desenvolvimento com base sustentada. O próprio regulamento do Fundo de Coesão refere no seu artigo 3.º o apoio aos projetos de infraestruturas de transporte no âmbito do mecanismo “Interligar a Europa”, num montante total de 10 000 Milhões de euros. Este apoio não pode ser canalizado para Lisboa e Porto, pois o interior tem que ser também efetivamente abrangido pelo processo de coesão, aliás, aplaudimos a postura do Eurodeputado Fernando Ruas, que afirmou publicamente, numa palestra sobre o Portugal 2020, que vai “lutar por um estatuto específico para os territórios de baixa densidade”, nomeadamente para as regiões do Norte e Centro em que nos inserimos, pois temos a consciência que todos os apoios para esta pretensão são extremamente importantes.-----

No Sumário Executivo do Acordo de Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia, como já vimos o denominado Portugal 2020, são adotados os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagrada a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial, com o propósito de estimular o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso

país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020.-----

Num dos domínios temáticos do Portugal 2020, a Competitividade e Internacionalização, é referido que a globalização da economia e o aumento de competição torna as cadeias logísticas um fator cada vez mais crítico de competitividade. Relativamente a Portugal, com a sua situação periférica, os tempos e custos decorrentes do transporte de mercadorias e da movimentação de pessoas, de e para o espaço europeu, assumem uma especial preponderância nos custos de contexto da economia nacional. Assim sendo, está definida como prioridade no Portugal 2020, o desenvolvimento e a integração das Redes Transeuropeias de Transportes, sendo referido especificamente “o Corredor Internacional norte Aveiro-Vilar - Formoso”, bem como a necessidade de investimento no desenvolvimento das infraestruturas de transporte de ferroviário. Esta prioridade é consagrada no Objetivo Temático 7 do Portugal 2020, intitulado “Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes” que inclui a redução dos constrangimentos do sistema ferroviário português, com, e passo a citar, “a mobilização por Portugal do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) no âmbito do qual será promovida a candidatura de projetos inseridos nas Redes Transeuropeias de Transportes, nomeadamente no âmbito do “Corredor Atlântico”, a saber: Corredor Ferroviário Porto/ Aveiro – Vilar Formoso, visando reforçar a ligação ferroviária do norte e centro de Portugal com a Europa”. A expectativa reside em melhorar a conectividade de Portugal com o resto da Europa e tornar o sistema ferroviário mais competitivo e sustentável. Desta forma, retomamos um assunto que é, para o Grupo Parlamentar do PSD, bastante importante, apresentando para discussão e votação a seguinte Moção, intitulada:-----

“A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REDE FERROVIÁRIA AVEIRO – VISEU – VILAR FORMOSO PARA A REGIÃO NORTE E CENTRO DO PAÍS”-----

- Considerando que o propósito da coesão da União Europeia, com a redução das diferenças económicas e sociais e o desenvolvimento com base sustentada, integra o apoio aos projetos de infraestruturas de transporte no âmbito do mecanismo “Interligar a Europa”.-----

- Considerando que a necessidade de investimento no desenvolvimento das infraestruturas de transporte ferroviário para o Corredor Internacional Aveiro-Viseu-Vilar Formoso está definida como prioridade no Portugal 2020.-----

- Considerando que o eixo Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, com ligação a Salamanca, é fundamental para o potencial exportador nacional do Centro e Norte de Portugal, que representa 56% das exportações nacionais, e considerando que é também o principal canal terrestre de expedição das mercadorias para a Europa, responsável por 90% dessas exportações.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 10 de novembro de 2014, delibera aprovar uma tomada de posição e dar conhecimento dela ao Gabinete do Primeiro Ministro, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Ministério da Economia, com o objetivo de:-

1 – Enfatizar, juntos dos órgãos de decisão nacionais, a importância da criação da linha de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias Aveiro-Viseu-Vilar Formoso.-----

2 – Salientar a relevância para a economia nacional da integração deste eixo ferroviário na rede nacional e transeuropeia de transportes e da sua interligação com os portos de Leixões, Aveiro e Figueira da Foz e com os principais centros logísticos da região Centro.--

3 – Apoiar todas as tomadas de posição de entidades como os órgãos executivos e deliberativos municipais e intermunicipais, abrangidos por este eixo, que suportem a proposta e concretização desta ligação ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, essencial para o desenvolvimento económico da região Centro e Norte de Portugal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Coloco à discussão esta Moção. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? É sobre o

mesmo assunto? Se é sobre a ferrovia está bem, se não é? Está bem, então tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):**

Muito bom dia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público em geral e Comunicação Social. O Partido Socialista tem assumido nesta Assembleia Municipal, uma oposição construtiva em nome da defesa dos interesses dos viseenses e da região.-----

Hoje, mais uma vez, o Partido Socialista manifesta a sua preocupação relativa à estratégia rodoferroviária. Há um ano atrás, em Assembleia Municipal, o PS apresentava uma moção relativa ao IP3, na qual reiterava a construção de uma autoestrada, portajada, tal como já o fora no concurso realizado pelo governo anterior, para assegurar uma fonte de financiamento. Ao apresentarmos a citada moção, o PS estava convencido de que:-----

1 - Não existia fonte de financiamento alternativa à privada;-----

2 - De que o Estado não tinha, e hoje continua a não ter, recursos próprios para se substituir às responsabilidades de terceiros.-----

Relembrando ainda a referida Assembleia Municipal, o PSD apresentava também uma moção sobre o mesmo tema, mas com algumas diferenças. Assim, para o PSD, o IP3 deveria ter perfil de autoestrada sem portagens. Contudo, rapidamente se percebeu, através de declarações do Secretário de Estado Sérgio Monteiro nas quais afirmava que, e passo a citar, “a competitividade da economia não justifica a intervenção”, e deixou clara a ideia de que não existiriam fundos comunitários para a obra, apesar do PSD e do próprio Presidente da Câmara terem inicialmente anunciado uma comparticipação a 85%. -----

Relativamente à linha ferroviária a preocupação do PS não só se mantém como é ainda reforçada devido à indefinição do governo PSD/CDS perante tal facto, bem como pela ausência de respostas por parte do executivo da Câmara Municipal face às questões suscitadas há um ano atrás.-----

A recuperação do comboio em Viseu é uma prioridade e uma preocupação de todos os viseenses. Relembre-se que, quem extingui o comboio, o único existente em Viseu foi o atual Presidente da República, Cavaco Silva, então Primeiro-Ministro, num dos governos de maioria absoluta, bem como o executivo da Câmara Municipal, PSD, que tudo consentiu. Perante as notícias, acrescente-se, pouco esclarecedoras, e até confusas, relativas ao corredor ferroviário, cabe-nos relembrar o seguinte:-----

Em finais de outubro último foi divulgada uma decisão de Bruxelas que atribuía 40,5 M € para a ligação ferroviária ao porto de Aveiro à linha do Norte. Acrescente-se que esta ligação já tinha sido decidida, concursada e inaugurada pelo governo anterior. Nada de novo, a não ser que as verbas divulgadas em outubro servirão para eletrificação, sistemas de sinalização e telecomunicações, aliás investimentos aos quais reconhecemos interesse, mas o que verdadeiramente nos interessa é o conceito e futuro do aí citado “ramal de Viseu”.-----

Mas perante tal afirmação somos levados a questionar como se pode falar em “ramal de Viseu” sem se saber bem o que isso é, e sem falar no corredor Aveiro – Viseu – Salamanca, bem como na requalificação da linha da Beira Alta?-----

Uma outra questão suscitada prende-se com a anunciada plataforma já anunciada nesta Assembleia à qual se designou “Plataforma da A25”, constituída pelos autarcas da Guarda, Viseu e Aveiro, como sendo uma plataforma consensualizada na procura de respostas para as regiões centro – norte, e que seria um “corredor ferroviário de raiz”, tal como aliás, o PS sempre defendeu, num conceito misto de passageiros e mercadorias. O governo falou em verbas no valor de 1500M€, mas não se encontram inscritas, de forma objetiva, em qualquer quadro legal conhecido, nem é conhecida nenhuma opção até ao momento.-----

Neste contexto, e sabendo que todo o Executivo da Câmara, sem exceção, e esta Assembleia, estão unidos num objetivo comum, solidariamente, o Grupo Parlamentar do PS, reitera as questões, colocadas ao Ministro da Economia, pelos seus Deputados, e pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, se possui informações privilegiadas que possam dar resposta a estas questões:-----

1 - Qual a estratégia, no que se refere à linha ferroviária, para a região centro do país?-----

2 - O que entende por “ramal de Viseu”?-----

3 - Vai ser ou não construído o corredor Aveiro – Viseu – Salamanca?-----

4 - Vai ou não a linha da Beira Alta ser intervencionada/requalificada?-----

5 - Em que rubrica e em que documento se encontra consignada a verba necessária?-----

6 - Em Viseu, vamos ou não ter comboio?-----

Relativamente ao corredor rodoviário Viseu – Coimbra (que muitos também querem chamar de Viseu – Sul) vital ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, já tem cinco minutos.-

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: ... vital para o desenvolvimento e competitividade da região, haverá ou não solução? (Já estou a terminar Senhor Presidente) -----

Perante tal impasse o Partido Socialista insiste na urgência de o atual governo passar das palavras aos atos e terminar com expedientes dilatórios a que tem recorrido até agora.-----

Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada.

Há mais alguma intervenção na discussão desta Moção? Deputado Carlos Vieira.-----

----- ONZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da

Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. Antes de mais, isto já parece uma novela esta questão, mas eu gostaria de lembrar que, de facto tem havido algumas confusões e relativamente à estrada Viseu – Coimbra, ou para sul como o PSD aqui propôs, que foi por intervenção do Bloco de Esquerda que ficou salvaguardado a questão das portagens, porque nós dissemos que só votávamos favoravelmente a Moção, que depois foi consensualizada, portanto as duas Moções a do PSD e a do PS sobre esta questão, se ficasse definido, se ficasse plasmado na Moção que a estrada para sul, como queiram, para Coimbra, seria sem portagens o que levou alguém a dizer aonde é que se já viu uma autoestrada sem portagens, mas como disse um dos Deputados do PSD, quando se fala em estrada com perfil de autoestrada, não é exatamente uma autoestrada, os espanhóis têm as “autovias e as autopistas” que na prática pouco diferem exceto que as autovias são... não correspondem exatamente, como aqui os antigos IP também não correspondem, A25, A23, não são exatamente autoestradas porque os canais de saída e de entrada, nem sequer respeitam as normas das autoestradas portanto, e outros pormenores técnicos que as diferenciam. Relativamente à questão da ferrovia, também já aqui deixei bem claro que o Bloco de Esquerda foi das primeiras forças a defender a ligação dos Portos de Aveiro e Leixões à Europa através de Salamanca, aliás, fomos nós e a AIRV na altura que defendemos esta posição assim com mais veemência, salvaguardando os necessários estudos de impacto ambiental e naturalmente, sendo sobretudo destinada a mercadorias, não excluindo naturalmente passageiros, mas tendo como objetivo principal o escoamento das mercadorias, não poderia ser um comboio de alta velocidade como também alguns espalharam que era uma coisa terrível e que naturalmente teria impactos ambientais tremendos aqui para a região. Seria um comboio, enfim, de prestações elevadas com uma velocidade maior do que a que é praticada, enfim, um pouco maior do que a do Alfa ou por volta disso, portanto, cento e tal, cento e cinquenta, duzentos quilómetros por hora. Agora, o que nos parece, é que há aqui uma, enfim, muita propaganda, “mais parra do que uva” ou seja, o que o Bloco de Esquerda desconfia, pois

de facto não está definido o ramal, por isso é que nós defendemos que enquanto vai e não vai, porque estamos a ver que isto nunca mais tem fim, esta novela, nós defendemos uma solução que é exequível, que era a ligação da central de camionagem à estação e Mangualde que fica aqui a dez minutos por um “Shuttel” um miniautocarro que fizesse a ligação ao intercity, era uma questão que se calhar era bastante mais prática, tendo em conta que é mais rápido ir da central de camionagem de Viseu à estação de comboios de Mangualde do que ir por exemplo da estação de camionagem de Sete Rios à estação de Santa Apolónia. Portanto, era um problema que com alguma boa vontade, com algum esforço por parte dos executivos de Viseu Mangualde, da CP, do Berrelhas que até já tem a concessão rodoviária para Mangualde, naturalmente que vai por Fagilde e portanto, qualquer autocarro do Berrelhas demora três quartos de hora a lá chegar e não tem ligação ao intercity, portanto essa solução parece-nos uma solução que devia ser agarrada e levada para a frente pelo executivo, mas pronto, adiante. Portanto, o que nos parece é que estamos perante uma novela semelhante à que tivemos durante décadas com a Universidade Pública, toda a gente prometia, toda a gente prometia verbas, vinham os Ministros todos e diziam, e os Secretários de Estado e diziam que sim, é desta é que é, e confrontámo-nos durante décadas com promessas de universidades da treta não é, e a verdade é que estamos conforme estamos, estamos a ver passar os comboios, espero que com a ferrovia não se passe o mesmo. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dra. Filomena Pires.-----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Sobre esta matéria, duas palavras apenas, é pública a posição da CDU relativamente a estas questões. Confesso que quando pela primeira vez aqui nesta sessão ouço falar no assunto, vem-me de facto aquele sentimento de mais uma vez se fala nisto, mais uma vez uma Moção, mais uma vez um conjunto de questões, mais uma vez na comunicação social a questão poderá vir a ser abordada como tem sido abordada muitas vezes e de facto aquilo que nos custa é que de concreto, de concreto, nunca mais vemos nada, e se alguém de facto se bateu desde sempre, desde o início, desde a primeira ameaça aquilo que foi de facto a possibilidade do encerramento do serviço de comboios em Viseu, naturalmente que o fizemos desde o primeiro momento, desde o primeiro momento que alertámos para todos os prejuízos que viriam advir quer para a economia quer para o bem-estar das populações e confesso que de facto é uma matéria que já exige concretização e gostaríamos muito de ver de facto o que é que, enfim, está pensado, está decidido, está planeado, está inclusivamente em termos de dotação orçamental poderá estar neste momento definido, que temos de facto muitas incógnitas sobre isso e gostaríamos de ver isto concretizado, é apenas isto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados. Dava a palavra ao Deputado Paulo Pereira.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, peço que me dispense de apresentar novamente os cumprimentos. O PSD e nomeadamente o Grupo Parlamentar do PSD nesta Assembleia Municipal promove e tem todo o interesse em promover a defesa dos interesses regionais e locais. O PSD não utiliza palas que limitem a sua visão e portanto, independentemente de termos o nosso Partido à frente Governo e à frente dos destinos do país ou outro Partido, nós primamos pela defesa dos interesses regionais e locais. Apresentámos uma Moção em que foi referido unicamente a questão ferroviária, e portanto, a intervenção do PS, obviamente que compreendemos, vinha preparada noutro contexto e portanto, abordava também a questão rodoviária, não era aquilo que estávamos aqui a falar, uma vez que estávamos a discutir esta Moção, mas obviamente que compreendemos a intervenção decorrente de algo que já estava preparado. A nossa questão era unicamente sobre a questão ferroviária. Tive o cuidado de fazer uma

intervenção em que não fiz quaisquer referências ao passado, o que se pretende é promover uma ação que tenha uma implicação futura, portanto, que não tenha por base aquilo que foi o passado e a questão do comboio em Viseu no passado convínhamos, o comboio que tínhamos em Viseu era uma situação que não é de forma alguma uma solução nem para o presente nem para o futuro. Portanto, o que nós queremos não é o regresso ao passado, nós não queremos apenas um ramal que faça a ligação de Viseu a uma linha com uma maior dimensão, nós queremos que o eixo ferroviário passe e pare em Viseu. Abordámos esta situação na perspetiva de que realmente existe esta possibilidade de recorrer a financiamento com fundos do QREN ou do novo Portugal 2020 para realmente promover a constituição deste eixo ferroviário, e volto a sublinhar Aveiro-Viseu-Vilar Formoso. Ora, o Bloco de Esquerda vem aqui como de costume pedir a paternalidade de todas as iniciativas, não nos parece que seja de todo aplicável mas obviamente que já estamos habituados, depois diversifica, começa a falar de vários assuntos e não vale a pena sequer relevar. Depois é referido aqui mais uma vez, a apresentação de uma Moção relacionada com este tipo, ora, a nossa perspetiva é que realmente se uma situação não for abordada, não contribuímos de forma alguma para a sua possível solução, é por isso que nós estamos aqui de novo e faremos sempre aquilo que for o que nós consideramos possível para realmente contribuir para as soluções que tenham uma forte implicação local e regional.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, cumpriu os três minutos regimentais. Não havendo mais nenhuma intervenção, se entenderem li-a a Moção se dispensassem, passaríamos já à votação. Por isso, quem vota a favor ...ler! Moção, “A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REDE FERROVIÁRIA AVEIRO – VISEU – VILAR FORMOSO PARA A REGIÃO NORTE E CENTRO DO PAÍS”-----

- Considerando que o propósito da coesão da União Europeia, com a redução das diferenças económicas e sociais e o desenvolvimento com base sustentada, integra o apoio aos projetos de infraestruturas de transporte no âmbito do mecanismo “Interligar a Europa”.-----

- Considerando que a necessidade de investimento no desenvolvimento das infraestruturas de transporte ferroviário para o Corredor Internacional Aveiro-Viseu-Vilar Formoso está definida como prioridade no Portugal 2020.-----

- Considerando que o eixo Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, com ligação a Salamanca, é fundamental para o potencial exportador nacional do Centro e Norte de Portugal, que representa 56% das exportações nacionais, e considerando que é também o principal canal terrestre de expedição das mercadorias para a Europa, responsável por 90% dessas exportações.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 10 de novembro de 2014, delibera aprovar uma tomada de posição e dar conhecimento dela ao Gabinete do Primeiro Ministro, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Ministério da Economia, com o objetivo de:

1 – Enfatizar, juntos dos órgãos de decisão nacionais, a importância da criação da linha de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias Aveiro-Viseu-Vilar Formoso.-----

2 – Salientar a relevância para a economia nacional da integração deste eixo ferroviário na rede nacional e transeuropeia de transportes e da sua interligação com os portos de Leixões, Aveiro e Figueira da Foz e com os principais centros logísticos da região Centro.--

3 – Apoiar todas as tomadas de posição de entidades como os órgãos executivos e deliberativos municipais e intermunicipais, abrangidos por este eixo, que suportem a proposta e concretização desta ligação ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, essencial para o desenvolvimento económico da região Centro e Norte de Portugal.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Deputado Carlos Cunha.-----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA**

(CDS/PP): Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social aqui presente e Público, o meu muito bom dia a todos. Passo a ler a Moção do CDS que se rege pelo seguinte: A Moção “PELA DE DEVOLUÇÃO DO IRS AOS VISEENSES”.-----

1 - Sublinhando a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias, a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, prevê, nos seus artigos 25º, n.º 1, alínea c) e 26º, uma participação variável de 5% dos municípios no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções legais, sendo que, caso a percentagem do imposto em que o município decida participar seja inferior àquela taxa máxima de 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS;-----

2 - Essa participação depende de deliberação do município sobre a percentagem por si pretendida, (no ano passado foi de 1% aqui em Viseu) a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;-----

3 - A ausência de comunicação equivale à falta de deliberação;-----

4 - A fiscalidade assume um papel fundamental na competitividade entre países, regiões e cidades, na atração de pessoas, investimentos, emprego e massa crítica;-----

5 - A conjuntura económico-financeira nacional presente, acabada de sair de um período de três anos de resgate forçado e de um necessário ajustamento e restrição orçamental, é pela primeira vez marcada pela recuperação, pela autonomia decisória, pelo rigor financeiro, que permite iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre as famílias, pelo que o próprio contexto exige medidas possíveis e adequadas à atenuação dos encargos fiscais, como sejam os incidentes sobre o produto do trabalho de cada um.-----

6 - A devolução da participação variável de 5% dos municípios no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial é uma destas medidas possíveis e adequadas;-----

7 - Em reconhecimento dessa realidade, e tendo em conta a alegada sustentabilidade das contas públicas municipais, devolver o IRS nos termos da lei aos Viseenses é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para tantas famílias.-----

Neste sentido, propõe o Grupo Municipal eleito pelo CDS-PP, ao abrigo do disposto na Lei das Finanças Locais, o seguinte:-----

a) – Que o Municípios de Viseu tenha uma participação de 0% no IRS coletado no ano de 2014 aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na sua circunscrição territorial;-----

b) – Recomendar à Câmara Municipal para que, em conformidade, cumpra o dever, o prazo e o meio de comunicação dessa deliberação à Direcção-Geral dos Impostos, tal como prescrito na Lei das Finanças Locais;-----

c) – E para que tenha em conta os eventuais efeitos da mesma deliberação na elaboração das grandes opções do plano e da proposta de orçamento para 2015.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, penso que a intervenção com todo o..., nós temos o ponto quatro da ordem de trabalhos, onde tínhamos esta discussão. Esta discussão consta do ponto quatro da ordem de trabalhos, de qualquer maneira, é apresentada como Moção e nós iremos pô-la à discussão. Não é Moção. É uma proposta de Recomendação certo? Deputado Carlos Cunha, é proposta de Recomendação? Moção? É uma proposta de Recomendação? Gostaríamos de saber? Vamos lá ver, foi distribuído a todos os Grupos Municipais e agora eu ia responder sobre uma situação que é esta? Foi distribuído a todos os Grupos Municipais, porque havia dúvidas em relação às propostas quando eram de Recomendação ou propostas que tinham a ver com a competência própria do Executivo ou competência própria da Assembleia.

Havia dúvidas e agora aproveitava para responder ao Senhor Deputado Carlos Vieira, havia dúvidas porque só tínhamos aqui um parecer que não era vinculativo como é óbvio, porque era um parecer da Associação dos Municípios, para não haver dúvidas, foi pedido um parecer à Tutela e a Tutela é a CCDDR Centro e esse parecer é vinculativo, é um parecer que se torna vinculativo e dentro deste parecer, isto é uma proposta de Recomendação porque é competência própria do Executivo e até faz parte da Ordem de Trabalhos, e há uma proposta do Executivo em Ordem de Trabalhos, acho que isto é claro não é, até porque tinha a ver com uma discussão prévia quer tínhamos tido antes até com o Deputado Carlos Vieira, de qualquer maneira, aquilo que gostaria de se saber era se entende que é uma proposta de recomendação?-----

- O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha responde dizendo: Não há qualquer problema em transformar a Moção numa proposta de recomendação. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Certo. Agradecemos, e por isso é uma Proposta de Recomendação ao Executivo. Dava a palavra então ao Deputado Carlos Vieira.-----

----- QUINZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Antes de mais permitame um pequeno preâmbulo, é que eu estava ali expectante e até um pouco divertido com o titubear agora do Senhor Presidente porque pensei que estava haver aqui um duplo critério quando chegou a pôr a hipótese de votar esta Moção depois de connosco consecutivamente ter sido rejeitado, mas enfim, adiante, eu compreendo que haja aqui alguma... estas mudanças de critério assim inopinadas, naturalmente provocam alguma perturbação mas depois trataremos disso. Agora gostaria de submeter a Moção que aqui trago. Considerando que:-----

1 - A APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo, de Viseu, fundada em 1998, conta atualmente com 410 associados, presta apoio a 140 crianças e jovens com autismo e às respetivas famílias, intervém diariamente em diversas escolas, disponibilizando os seguintes apoios: Consulta de diagnóstico; Consulta e acompanhamento de psiquiatria/Psicologia; Consulta e acompanhamento familiar/consulta de irmãos; Formação de profissionais; Ações de formação; Ações de sensibilização; Avaliações individuais e adequações curriculares; Intervenção precoce; Estratégias de intervenção; Terapias e a atividades de tempos livres e férias; Intervenção Intensiva metodologia ABA (Análise Comportamental Aplicada, só existente em Lisboa, Porto e Condeixa), realizada em contextos de vida real; Reuniões temáticas; Reuniões de pais; Apoio domiciliário; Apoio à integração escolar e à integração profissional; -----

2 - A APPDA de Viseu até este ano foi sempre uma associação autossustentável, apesar de não receber um apoio financeiro regular da Segurança Social, graças às quotas dos associados, à realização de eventos para angariação de fundos, donativos de particulares e empresas e a apoios pontuais de instituições públicas, como o Instituto Nacional para a Reabilitação e a Câmara Municipal de Viseu, que no passado mês de Outubro decidiu conceder-lhe, mais uma vez, dois mil euros;-----

3 - Este ano, pela primeira vez, a APPDA viu-se confrontada com problemas financeiros, com dívidas a fornecedores e técnicos e atraso no pagamento da TSU, ficando em risco de suspender a sua atividade, dado que não poderia pedir mais esforço financeiro aos pais, já que alguns pagam as terapias por inteiro, no valor de 400 ou 500 euros, mas os que têm dificuldades pagam valores muito mais reduzidos (o custo das terapias em 2013 foi de cerca de 30 mil euros e os pais suportaram apenas 20 mil euros);-----

4 - A APPDA conta com a colaboração de 30 voluntários, pais e não só, profissionais de saúde disponibilizados em regime de parceria por outras instituições e prestadores de serviços contratados para terapias específicas (terapias comportamentais, terapia da fala,

Equitação Terapêutica, etc.), mas precisa de 8 colaboradores a tempo inteiro para manter o seu funcionamento regular;-----

5 - A Segurança Social desde 2005 prestou apenas apoios pontuais à APPDA Viseu para aquisição de uma carrinha de 9 lugares e um equipamento para a sala de musicoterapia, tendo vindo a prometer desde 2006 a contratualização de um acordo de cooperação, sucessivamente adiado.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 10 de Novembro de 2014, delibera:-----

1. Apelar à Segurança Social para celebrar, com carácter de urgência, com a APPDA de Viseu, um Acordo de Cooperação Atípico ou outro tipo de apoio que permita a profissionalização e contratação de uma estrutura básica de recursos humanos, de modo a assegurar a sua atividade regular com sustentabilidade financeira, tendo em conta que em 2013, esta associação concluiu o processo de certificação para a qualidade, de acordo com o referencial Equass Assurance;-----

2. Enviar esta moção ao Centro Distrital de Viseu do Instituto de Segurança Social e ao Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.-----

Conseguí cumprir os quatro minutos que me foram destinados portanto, tenho dito.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. A Mesa não tem hesitações, agora tenta é consensualizar as situações. Então, estava em discussão esta Moção e se não houver nenhuma inscrição, colocávamos de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Viseu, Diamantino Santos. Senhor Deputado tem seis minutos-----

----- DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente do Município, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Vereadores, Membros desta Distinta Assembleia Municipal, Colaboradores, Jornalistas, Público em geral. Eu venho a esta tribuna para de alguma forma valorizar um ato que ocorreu na semana passada e em concreto no dia 5, na Calçada da Vigia e em concreto na Casa da Calçada, relativamente à celebração dos contratos de adjudicação e no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”, da reabilitação de sete edifícios Municipais, todos eles situados em pleno Centro Histórico.-----

Como cidadão e enquanto Autarca, expresso a Vossa Excelência Senhor Presidente e à sua equipa, o meu sincero elogio pelo pragmatismo e eficácia, revelados.-----

Assistimos à elaboração rápida da candidatura (julgamos que a primeira a nível Nacional a ser apoiada e no âmbito do Programa “Reabilitar para Arrendar”) e de uma forma igualmente célere, assistimos à celebração dos contratos que vão permitir pôr no terreno, toda a determinação com que Vossa Excelência encara a reabilitação do nosso coração cidadão. Num investimento de cerca de 1,5 Milhões de euros, grande parte financiados pelo Banco Europeu do Investimento, o Município de Viseu dá um passo concreto, e que esperamos tenha continuidade na sociedade civil, para a reabilitação e valorização do nosso Centro Histórico. Sete edifícios, a maioria deles na Rua Direita, um outro ainda no Largo de São Teotónio e um outro na Calçada da Vigia, vão encontrar-se brevemente com maquinaria e com as gruas, de forma a rapidamente serem transformarmos para os fins pretendidos e alojar cerca de 50 novos moradores, jovens casais, que arrendarão os 15 novos fogos habitacionais, a custos controlados.-----

Nascerão aí também, seis novos espaços comerciais e de serviços. O sétimo no caso concreto a Casa da Calçada, edifício emblemático do século XVIII vai ser mais um polo da nossa Rede Municipal de Museus. Esta é de facto uma referência às dinâmicas que a iniciativa Municipal na pessoa do Senhor Presidente e de toda a sua equipa tem realmente revelado. É também sinónimo disso, o número de empresas que concorreram a esse ato e as propostas de facto apresentadas. Esperemos bem que esta reabilitação traga emprego

para a nossa população e um convite também já agora, as empresas que deixem no terreno, nos edifícios, a sua marca de qualidade, espera-se bem que assim seja e apela-se também à fiscalização municipal para que acompanhe de perto estas intervenções. Senhores Deputados, estamos perante um claro sinal dado pela nossa Administração Municipal, de que tem uma visão e uma estratégia para a recuperação do nosso Centro Histórico, sinal esse que é de otimismo e de incentivo, tornando-nos a todos atores deste processo. Fruto deste envolvimento e naturalmente dos incentivos que entretanto foram criados, assistimos atualmente a um movimento progressivo da recuperação das fachadas dos edifícios, em paralelo, cerca de três dezenas de edifícios foram já transacionados, desde que esta gestão municipal anunciou as medidas que quer levar à prática, para o nosso Centro Histórico. É seguramente este clima de confiança e de expectativa positiva que será o motor de desenvolvimento e de afirmação, necessário para o nosso Centro Histórico.-----

Acreditamos Sr. Presidente, que Vossa Excelência e a sua equipa, estão a concretizar a melhor estratégia para a revitalização do coração da nossa cidade. E porque é que pensamos assim? Por uma razão simples, as medidas já lançadas e a lançar foram discutidas e validadas por todos nós. Só se excluiu quem quis. Todos fomos chamados a participar, expondo as nossas preocupações e ideias. Defendemos de forma inequívoca este primado de democracia, que é chamar as pessoas à participação e a exercer o direito de cidadania. Estamos certos que tudo o que venha a concretizar-se visa tornar o nosso Centro Histórico num local sentido e vivido por todos os viseenses. Um local pensado por todos e para todos. Um sítio para as pessoas, o bem mais precioso, de uma sociedade que se quer justa, solidária e atuante.-----

Sentimos da parte de Vossa Excelência Sr. Presidente e todos os dias, o entusiasmo com que fala o nosso Centro Histórico e do que pretende para ele. Na sequência desse entusiasmo, partilhado seguramente por toda a Vereação, temos assistido a uma série de iniciativas, eventos e ações, que de seguida resumirei e que são testemunho do seu empenho e dedicação a esta causa. A discussão pública sobre a revitalização do centro histórico, o orçamento participativo, o lançamento do concurso de ideias para a revitalização do mercado 2 de maio, o seu papel ativo na futura presença da Escola Profissional Mariana Seixas na Rua Direita, a aquisição da futura Sede das Águas de Viseu, a implantação do Viseu Educa e da Universidade Sénior no antigo edifício do Orfeão de Viseu (também ele na Rua Direita), a requalificação da sede da Liga dos Combatentes (de novo e também na rua Direita), o lançamento do concurso para a construção do Hostel, a conclusão das obras de requalificação do edifício onde ficará a sede da incubadora de empresas criativas e outras certamente que não referi e que se seguirão. Tudo isto é o testemunho claro da preocupação de Vossa Excelência, para que o Centro Histórico não seja só um conjunto de edifícios requalificados, mas também um território de dinâmicas sociais e económicas, tão necessárias, um território de pessoas e para as pessoas. Eu deixava aqui só um aparte sobre uma atitude recorrente e que eu gostava também de referenciar muito rapidamente. Eu acho que não ajuda nada Viseu e os Viseenses, os escritos que andam aí nas redes sociais. Estes comentários pela negativa seguramente que não são os comentários daqueles que verdadeiramente querem Viseu no centro do mapa, no coração de Portugal e portanto, acho que essa forma anónima não é de facto a melhor solução para o desígnio que é o desígnio de todos nós.-----

Terminaria, reforçando o meu aplauso e satisfação por tudo o que Vossa Excelência e sua equipa têm feito em tão pouco tempo, por esta cidade e concelho. Pela forma como a valorizam e como paulatinamente a promovem para além do nosso território. Viseu deve ser a Cidade Região que a todos nos orgulha e o polo referência deste interior cada vez mais desertificado e esquecido. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- DEZASSETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Dizer que na minha primeira intervenção nesta Assembleia, declarei o

compromisso de trabalhar em prol de uma causa a que me tenho dedicado ao longo dos anos, que se assinala a 25 de Novembro e que em boa hora vejo assumida também por esta Assembleia: a luta pela erradicação de todas as formas de violência exercidas sobre as mulheres. Manifestar aqui a minha congratulação por este facto.-----

Simultaneamente reavivar uma recomendação que fiz ao executivo camarário, no sentido de que assuma um compromisso com a promoção da igualdade, sem a qual não será possível combater a violência exercida sobre as mulheres. Trago uma Recomendação que passo a ler: Pela criação de um Conselho Consultivo e um Plano Municipal para a Igualdade, transformar o que era uma Moção para que não haja hesitações numa Recomendação.-----

As autarquias, por se encontrarem mais próximas da comunidade e poderem desenvolver práticas de parceria e trabalho coletivo, devem constituir-se como entidades privilegiadas no combate à persistência de desigualdades e discriminações, contribuindo para aumentar a coesão social. Entendemos que a boa governação deve integrar a perspetiva da igualdade de género e de oportunidades como princípio fundamental.-----

Para tanto é necessário proceder à elaboração de um diagnóstico e de um Plano de Ação, definir objetivos estratégicos e metas a alcançar, contribuindo deste modo para a concretização do V Plano da Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017.-----

Propomos assim, a criação de um Conselho Consultivo para a Igualdade bem como a criação e implementação de um Plano Municipal para a Igualdade, passos importantes na promoção de um desenvolvimento integrado da perspetiva de género e de igualdade nas políticas municipais, uma forma de aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens no nosso concelho.-----

Trago também uma Moção que passo a ler:-----

A municipalização da escola Pública tem sido uma opção crescentemente questionada em países onde foi adotada, como a Suécia (onde o processo está a ser invertido) e o Reino Unido (onde estagnou sem resultados visíveis). Revelou ainda nefastos e perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade de ensino, por acentuar assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, do reforço do controlo sobre as escolas e de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.-----

Neste contexto, vemos com enorme preocupação a possibilidade de alguns municípios aderirem ao programa PAE (Programa Aproximar a Educação) que, no essencial, pretende concentrar nas autarquias um conjunto de competências nas áreas das Políticas Educativas, da Administração das Escolas e Agrupamentos de Escolas, do Currículo, da Organização Pedagógica e Administrativa e da Gestão de Recursos, nomeadamente humanos. Entendemos que a transferência de competências para o nível local e para as escolas, a acontecer, tem de ser equacionada, atempadamente, num contexto de amplo debate, envolvendo todos os parceiros a nível nacional, regional e local.-----

Reconhecendo o papel que o Município de Viseu, enquanto parceiro, tem desempenhado no processo de construção de políticas educativas locais propomos:-----

1. Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Viseu seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento, possam pronunciar-se ativamente;-----
2. Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia da gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer

processo que signifique a retirada de poderes de gestão às escolas e aos agrupamentos de escolas;-----

3. Que seja rejeitada em absoluto a anunciada intenção do governo de transferência de qualquer competência para os municípios, relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. É entendimento da Mesa que a primeira Moção é Recomendação e que a segunda tem um aspeto mais lato que pode ser motivo de discussão nesta Assembleia. Por isso, está em discussão a segunda Moção sobre a Escola Pública. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta. Esta Moção que o Partido Comunista ou a CDU nos traz aqui é sobre uma matéria sempre extremamente importante, que é a questão da educação, obviamente que deve merecer a maior atenção de todos nós, no entanto nos parece que a mesma estará um pouco descontextualizada, e se bem ouvi, logo o primeiro aspeto da Moção é que pede à Câmara que faça um amplo debate antes de tomar decisões. Ora, eu penso que estarmos a dizer à Câmara para fazer aquilo que a Câmara tem vindo a fazer e aquilo que a Câmara já assumiu em termos do Viseu Educa, em termos do documento que já foram aqui analisados na última Assembleia, portanto, acho que não há qualquer tipo de preocupação relativamente a esta matéria. Portanto, o amplo debate, não é preciso estarmos a pedir à Câmara para o fazer porque a Câmara já o está a fazer e há um documento que dá essa salvaguarda relativamente a essa participação. Relativamente às outras questões que eu não tive tempo de registar, mas se me fosse permitido consultar, porque eram três pontos. Portanto, o primeiro era um amplo debate, o segundo, eu pedia à Mesa se podia ler por favor...-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervenção dizendo:*** Se permitirem, e eu penso que para todos ia ler os três pontos, certo?-----

1. Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Viseu, seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento, possam pronunciar-se ativamente;-----

2. Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia da gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão às escolas e aos agrupamentos de escolas;-----

3. Que seja rejeitada em absoluto a anunciada intenção do governo de transferência de qualquer competência para os municípios, relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue a sua intervenção dizendo:*** Estou esclarecido. Pronto, relativamente à primeira estamos conversados, ao amplo debate, o debate está a ser feito, está assumido, portanto, não faz sentido estar-se a pedir uma coisa que já é uma realidade no concreto. Relativamente à autonomia e gestão das escolas, obviamente que isso é uma questão nacional e obviamente que esta matéria, não me parece que neste momento possa estar minimamente a ser posta em causa, não parece que faça parte da prioridade deste Governo relativamente mexer na autonomia da gestão escolar, pelo que nos parece também que não faz sentido estarmos a querer abrir

aqui um debate que é sério sem dúvida alguma, que deverá ser bastante profundo mas que não tem a ver com a realidade. O mesmo acontece com a questão que poderemos traduzir, na municipalização do ensino, até porque, eu sei que muitas vezes, a mentira repetida muitas vezes torna-se numa verdade e relativamente a esta questão, a comunicação social e os blogs e as internet neste últimos dias têm vindo a transmitir notícias de que eventualmente estava a ser feita uma municipalização do ensino, que estava a ser dada uma determinada verba às autarquias se despedissem os professores, e isto já foi claramente desmentido pelo responsável da pasta, pelo Ministro da Educação, pelo que efetivamente não se sabe de onde é que veio digamos, estas informações mas que efetivamente não correspondem à realidade. É assim, a questão do ensino é uma questão séria, é uma questão para a qual o Partido Social Democrata está sempre interessado em debater, e poderá debater de uma forma mais séria, mais alargada até nos próprios fóruns que já existem nessa matéria, o que nos parece é que estes assuntos neste momento não farão grande razão de ser, um porque veio referir para ser feito aquilo que já está a ser feito, e os outros dois porque não há nada de concreto neste momento que leve a esta matéria, e que se houvesse teríamos que fazer um outro tipo de debate que não este assim muito à flor da pele que está a ser feito aqui. Portanto, por isso pedíamos à CDU que trouxesse numa outras núprias esta matéria, que pudesse até ser trabalhada de uma outra forma e não aqui em termos de Moção, porque não nos parece que seja este o momento para estar a debater aqui estas questões para a qual não há informações fidedignas para a mesma, se não teremos obviamente que vetar, não votando favoravelmente, portanto, não poderemos estar a par desta situação. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Está em discussão a Moção, Deputado Carlos Vieira.-----

----- DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público presente. Antes de mais, gostaria muito rapidamente de dizer que concordo perfeitamente com a Recomendação relativamente à Violência de Género, aliás, o Bloco de Esquerda na reunião que tivemos no grupo de trabalho desta Assembleia a propósito do dia 25, como o Dia da Erradicação da Violência Sobre as Mulheres, apresentou uma proposta concreta exatamente sobre a realização de um plano municipal para a igualdade de género, um plano que passaria por um diagnóstico interno e externo para se saber portanto, constatar estereótipos e promover mudanças comportamentais, princípios de cidadania dentro deste princípio da igualdade de género, partilha e depois promover-se também parcerias com associações e entidades de forma a fazer uma enfim, uma campanha e uma atividade regular pública contra este tipo de violência que cada vez mais e todos os dias nos aparecem nos noticiários casos de violência não só sobre mulheres, no caso da violência de género, mas também, num âmbito mais alargado da violência doméstica sobre idosos e sobre crianças naturalmente também. Relativamente à Moção sobre a municipalização, o Bloco de Esquerda tem tomado reiteradamente posições sobre isto, a Comissão Coordenadora Distrital ainda há pouco tempo fez um comunicado em que abordava isto e naturalmente que olhamos com apreensão este ataque, porque é mais um ataque, é mais uma peça do desmantelamento da escola pública e constatamos também com preocupação acrescida, que já se fala na municipalização da saúde ou seja este Governo leva a extremos, porque isto não começou agora, está a levar a extremos e insustentáveis o desmantelamento do estado social, o desmantelamento da escola pública e o desmantelamento do serviço nacional de saúde e portanto, não podíamos deixar de votar a favor desta Moção.-----
Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Dra. Cristina Fonseca que estava prevista a intervenção e por isso, é sobre o

mesmo assunto.-----

----- **VINTE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes Elementos da Mesa, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. De facto a Bancada Municipal do Partido Socialista não poderia deixar de forma nenhuma tomar também aqui uma posição no que diz respeito a estas questões, às políticas da igualdade e da solidariedade social. Na verdade, indo ao encontro também e complementando a intervenção da Deputada Filomena, nós também temos uma intervenção a fazer, dizendo que no próximo dia 25 de novembro assinala-se efetivamente o Dia Internacional pela Erradicação da Violência Sobre as Mulheres, todos nós já percebemos que 2014 vai ser um ano trágico para as famílias, particularmente para as mulheres, para os seus filhos que no perímetro das suas quatro paredes assistem, sendo também eles alvos de ataques psicológicos, de espancamentos físicos, de insultos continuados e de cenários de morte e de terror. Perante as evidências que colocam a nu o problema da violência conjugal cujas repercussões são abrangentes no contexto familiar, impõe-se que em torno destas questões surja um movimento amplo de ação de opinião e de combate. É preciso dizer não, é preciso denunciar, é preciso mudar mentalidades, é preciso identificar o que está a falhar, é preciso atuar com eficácia, é preciso travar os ciclos de tragédia a tempo. Apesar de Abril ter trazido a Liberdade e a sua Constituição ver plasmada a defesa da igualdade entre homens e mulheres, vemos que ainda hoje os maus tratos e a violência conjugal continuam a ser tolerados com conformismo e as denúncias na maior parte das vezes tardias, perdem por falta de eficácia, colocando as mulheres numa situação de elevado risco de vida. O aumento do número de mortes, o número de ocorrências têm vindo a demonstrar a necessidade, esta necessidade das comunidades locais serem capazes de travar também elas um combate sem tréguas. Não poderia pois deixar de saudar não só esta Recomendação e associarmo-nos a ela, mas também não poderíamos deixar de saudar o propósito expressado pelo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal em trazer para a agenda política e para o espaço alargado da discussão pública um conjunto de ações. O objetivo é olhar o problema de frente sem tabus, sem contemplações, sem hesitações, implicando todas e todos, as várias entidades, organizações, movimentos de cidadãos e jovens. O objetivo é promover o debate alargado e a denúncia social, urge uma intervenção pública alargada de combate, urge a necessidade do Poder Local se assumir como parceiro neste processo, saindo da mera política de dinamização de eventos para uma intervenção de terreno efetiva. O objetivo é fazer mais, é sobretudo aumentar as garantias de uma proteção efetiva da vítima e apelar para que sejam encontrados mecanismos de controlo dos agressores com medidas de coação e de punição severa. Após ter sido celebrado por este executivo recentemente o Dia Municipal para a Igualdade, o Grupo Municipal do Partido Socialista reitera pois a urgência desta autarquia aprofundar as suas políticas de igualdade e solidariedade social e integrar nesta Recomendação, efetivamente para se assumir em pleno um Plano Municipal para a Igualdade, que seja integrado neste plano, um plano de combate igualmente à violência doméstica. Tenho dito.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente, reitero os meus cumprimentos. Em relação à erradicação da violência doméstica, é claro que o CDS está solidário com esta iniciativa e que de facto, para estes assuntos deve haver de facto tolerância zero e acho que neste sentido estamos todos a remar para o mesmo lado. Relativamente à questão da Moção da CDU, o que me traz aqui, sobre a municipalização da educação, há aqui algumas questões que certamente como o Deputado Teodósio disse e acho correto, é um debate que terá que

ser mais aprofundado e não levantado aqui de uma forma assim pela rama. Neste sentido, acho que há uma das coisas, que por exemplo, nós somos favoráveis neste pensamento que é sobretudo a gestão de proximidade que as autarquias fazem em relação às escolas e vejamos por exemplo o caso dos edificad. O caso dos edificad. que muitas vezes a autarquia transfere essas competências para as Juntas de Freguesia, nos casos das Freguesias, e vemos que atuação das autarquias neste caso e sobretudo da autarquia viseense, tem sido rápida e célere nesta matéria, no entanto, vejamos por exemplo o caso da Escola Grão Vasco que trago aqui mais uma vez, que já tem barbas e que nesta matéria os Governos, sejam eles do centro sejam eles da esquerda, têm falhado rotundamente ou seja, a requalificação ali continua, estou certo que se estivesse sob a alçada municipal a atuação na parte do edificado seria mais rápido, no entanto, em relação à gestão pedagógica da escola acho que as competências são para ser exercidas pela direção da escolas, ou seja, pelas direções do agrupamento e nesta matéria, considero que as autarquias devem continuar a ser aquilo que são, parceiras, e a fazerem parte nos órgãos próprios onde têm assento nas escolas. Por outro lado, isto em matéria do foro pedagógico, no entanto por exemplo, falando em termos gerais de concursos e apesar de este ano não ser propriamente um ano de grande ventura em matéria de concursos e estou a ser simpático, porque não há nada como admitir os erros, e em política *“errare humanum est”* mas acho que são matérias em que é necessário ter muito mais cuidado, no entanto, acho que em termos dos critérios nacionais de graduação eu acho que eles estão precisamente e perfeitamente plasmados e estão de acordo para a maior parte da classe docente, por isso defendemos que para já o nosso sentido será de voto contra a Moção apenas por este sentido, no entanto fica o alerta. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- VINTE E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Permitam-me que reitere os cumprimentos. Relativamente à Moção/Recomendação que me trouxe aqui, apresentada pela Senhora Deputada Filomena Pires, é evidente que o Partido Socialista não podia estar mais de acordo, é evidente, mas isto por uma razão muito simples, nós temos atualmente um Governo que, a ação principal dele é o desmantelamento da escola pública, portanto, é a destruição da escola pública. Temos um Governo que não dá garantias nenhuma à sociedade, e não falamos só dos professores, mas sim à sociedade uma vez que a educação é o pilar de uma sociedade moderna e civilizada e portanto, temos um Governo que não nos dá garantias nenhuma, e portanto, a nossa preocupação é evidente, isto não é uma preocupação no fundo partidária, isto é uma preocupação da sociedade e às vezes temos que ser claros e distinguir as coisas, porque muitas vezes o que nos move não é a cor política mas sim a causa em si, e portanto, defender a escola pública é algo que nos deve unir a todos, independentemente da cor que cada um possa aqui representar. É evidente que com o atual modelo de escolas, nós temos uma envolvimento cada vez maior da sociedade e essa envolvimento está representada no Conselho Geral, portanto, as entidades, a autarquia, todos eles são parceiros e todos eles dão um contributo para o projeto educativo da escola, contudo, há aqui também que salvaguardar algumas questões, discutir educação não é assim tão fácil, discutir educação não é para todos, é para quem a vive, para quem a sente, para quem lá está todos os dias, porque nós aí é que percebemos o que é realmente a dificuldade na educação, a dificuldade que nós hoje vivemos e portanto, a questão de discutir educação é evidente que quanto mais alargado, e se há alterações aí a propor, quanto mais alargado for o leque, melhor será depois o resultado final. Outra questão que eu acho que é pertinente e que nós consideramos pertinente é a questão da autonomia, fala-se de muito da autonomia das escolas, autonomia pedagógica, autonomia curricular, temos que ter em atenção esta questão da autonomia, porque se uma escola se propõe e se assume a autonomia curricular, eu já estou a impedir, ou já estou a quartar de certa

forma que um aluno possa mudar de residência, que possa mudar de escola, porque o projeto educativo ou o plano curricular que aquela escola assumiu para um determinado ciclo, pode não ter nada a ver com o projeto curricular que outra escola ao lado ou mais afastada assumiu, e portanto é assim, depois temos aqui muitas outras questões que deviam ser confrontadas, questões de exames nacionais, portanto, se vamos permitir isso, depois como é que nós vamos avaliar alunos se eles têm projetos educativos diferentes? Portanto, isto não é assim uma questão tão fácil, ou seja, é preciso ter em atenção a autonomia das escolas, a questão curricular, a autonomia curricular e pedagógica e depois também a questão das transferências nomeadamente os recursos humanos na colocação dos docentes. Nós percebemos e vimos as dificuldades e temos um exemplo muito prático que as autarquias vivenciaram, a questão das AEC's, se as atividades de enriquecimento curricular fossem geridas pelas escolas, não tínhamos tido os problemas que tivemos e que temos e todas as situações que nós vivemos porque as escolas gerem os seus professores e os seus docentes, podem sim senhor trabalhar em articulação com as autarquias, com todas as entidades, é positivo, é enriquecedor para todos nós, mas cada qual a seu dono, e portanto, as escolas tendo os materiais, tendo os recursos humanos, é evidente que nós também os sabemos gerir da melhor forma, portanto, nós não poderíamos estar mais de acordo com a recomendação que a Senhora Deputada aqui veio apresentar. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Há mais alguma intervenção? Deputado António Vicente.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Membros da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Primeiro quero registar a sintonia que há entre o PS e a CDU na defesa da escola pública, isto para mim, se já não era confuso, fico a saber que efetivamente a escola pública que é um chavão, porque nunca consegui compreender porque é que o PS e a CDU insistem que este Governo está a dismantelar a escola pública, porque se formos a resultados práticos, o que pretende a CDU e o PS também, é evitar que particulares possam também ter uma gestão sobre os estabelecimentos de ensino. Depois, indo concretamente à Moção apresentada pela CDU quero referir o seguinte: Relativamente à autonomia das escolas tanto quanto eu sei, foram Governos do PSD que avançaram com a celebração de contratos de autonomia das escolas. Depois eu também compreendo a preocupação da CDU, quem viveu e vive as situações e os problemas do ensino, sabe que da parte da CDU, de há muito tempo, e quando eu digo de há muito tempo, desde o 25 de Abril que a CDU teve a preocupação de ter o controlo das direções das escolas, e quando há a possibilidade de haver qualquer alteração a este princípio a CDU e o Bloco de Esquerda também, começam a tremer porque efetivamente têm receio de perder esse controlo. Da parte do PSD não há dúvida nenhuma que efetivamente esta Moção é para rejeitar, iremos votar contra, precisamente porque os princípios que estão contidos nesta Moção para além do que já foi dito pelo Deputado Manuel Teodósio os princípios são extemporâneos, são apenas suposições e por essa razão o nosso voto será um voto contra. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, não havendo mais nenhuma intervenção, dava a palavra à promotora.-----

----- **VINTE E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Eu começaria por responder ao Senhor Deputado Teodósio que diz que o amplo debate está a acontecer, dizendo que isto não é apenas da Comunicação Social, sabemos que há cinco autarquias que têm neste momento contratos nas mãos para assinar de transferências de competências e portanto de caminho na municipalização da educação eu posso dizer os nomes, Famalicão, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Águeda e Óbidos, têm neste momento contratos na mão, portanto, o debate está se calhar no silêncio dos

gabinetes, porque não está, não se vê, não se conhece esse debate feito com quem de facto são os profissionais envolvidos, os gestores das escolas envolvidos, os pais, os educadores, a comunidade em geral, esse debate não está feito. Quando aqui trago esta Moção o sentido é duplo, é antes de mais sensibilizar esta Assembleia Municipal para esta questão que sendo uma questão nacional é uma questão que a breve trecho pode tornar-se local e portanto, é necessário que a Assembleia tenha de facto esta sensibilidade e tome posição relativamente a isto, mas também no sentido do comprometimento do município na rejeição de uma municipalização à força, para que efetivamente o município tome a posição de ouvir quem tem interesses na matéria, quem efetivamente pode vir a ser afetado por estas decisões. Claro que a escola pública não é um mero chavão, muito longe disso, consta da Constituição da República, o texto fundamental de referência para toda a atividade política e não posso de maneira nenhuma aceitar essa referência, esta designação. Quanto ao controle de gestão das escolas devo dizer que de facto, o modelo instituído e que está na prática quer nas escolas quer nos agrupamentos, aquilo que de facto permite é uma partidarização da própria gestão e portanto, quanto a isso penso que estamos respondidos. Direi ainda que para além das cinco que me dizem enfim, da Assembleia, responde-me o Deputado Teodósio que estas cinco estão negociadas há muito tempo, sim, mas estão neste momento para ser assinadas e entrarem em implementação a 1 de janeiro de 2015. Portanto, o debate não pode ser adiado para o futuro porque a realidade é neste momento o que está já acontecer, para além destas cinco autarquias, há negociação também com Oliveira do Bairro, Batalha, Abrantes, Cascais e Maia. Quanto à questão de que, enfim, os professores estão em leilão, eu diria quase “leilão de escravos” relativamente a esta situação, dizer que não é a Comunicação Social que levanta falsas afirmações, que faz falsas afirmações, porque lendo os contratos, e os contratos são públicos, qualquer pessoa pode de facto ter acesso a eles nomeadamente em algumas páginas que enfim, têm tomado posição frequente nomeadamente associações sindicais de professores que têm tomado posição relativamente a isto, os contratos são públicos e qualquer pessoa pode ler a cláusula quadragésima segunda do contrato que efetivamente estipula um valor a ser atribuído a cada município que consiga reduzir o número de professores a trabalhar nas escolas que efetivamente vierem a ser consideradas nestes contratos. O que é facto é que, o contrato também diz que devem ser definidas metas que são monitorizadas e que a melhoria do desempenho do serviço educativo a nível local é a grande meta, mas certo é que lá está claramente dito, por cada professor que for de facto enfim, economizado, por cada professor que vier a ser despedido, e aqui perdoem-me mas eu tenho também que dizer isto, a requalificação está aí para entrar em 2015, portanto a ameaça de despedimento dos professores é um facto e o que nos parece é que o Governo está a transferir para as autarquias o odioso de despedir os professores, de os requalificar, para além de outras questões que aqui estão naturalmente, da redução do investimento na educação, que é o que sabemos e o que virá a ser face ao orçamento de 2015, mas voltando a tal cláusula quadragésima segunda do contrato, ela estipula efetivamente um valor e está dito no contrato que, a partir do momento em que as metas não sejam cumpridas, é cortado o orçamento que é enviado para as Câmaras para efetivamente municipalizarem as escolas. Ora, eu penso que isto é de facto uma situação que interessa não apenas aos professores, é uma situação que interessa aos pais, interessa aos alunos, interessa a toda a comunidade e eu atrevia-me até a fazer a sugestão de que seja esta Assembleia a promover um debate amplo para ouvir todos os interessados sobre esta matéria, antes que efetivamente este processo ganhe novos andamentos e possa eventualmente também chegar às mãos do nosso executivo um contrato sem que os interessados possam efetivamente ter feito o debate que se impõe sobre isto. Enfim, poderia dizer muito mais sobre isto mas penso que, com isto responderei ao que é o essencial daquilo que aqui foi dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Tem a palavra pois foi

aqui referido.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, permita-me que utilize a figura regimental de voto de protesto, porque efetivamente continuamos a querer batalhar naquela ideia de que uma mentira repetida muitas vezes se torna uma verdade, já disse isso hoje aqui, e espero não ter que voltar cá mais vezes e a ter de dizer rigorosamente o mesmo. Estes contratos que aqui foram assumidos e foram aqui ditos, foram feitos com o Partido Socialista, já foram feitos com o Partido Socialista. O Partido Socialista que está no Guinness, conforme se recordam porque conseguiu juntar 120.000 professores em Lisboa, só que não foi a favor, foi contra. Portanto, esta é a realidade de onde nós partimos, fazemos o esforço para não falar para trás, só que obrigam-nos a falar para trás. O PS chega aqui como que nunca soube de nada de nada e está aqui a atrás de todos, vamos lá embora aonde é que a gente vai buscar ali mais umas migalhas disto e mais umas migalhas daquilo. Então mas o PS pode falar em termos de educação nesta matéria? Então o PS é que assinou com estas cinco autarquias nomeadamente a de Óbidos e eu lembro-me que na altura em termos de PSD até não nos caiu muito bem essa questão, é que foi assinado esse contrato, então e agora estão aqui a falar e foi feita aqui a intervenção das Câmaras despedir professores, então mas as Câmaras têm professores? Foram referidas aqui não sei quantas autarquias e alguma vez foi aqui referida a autarquia de Viseu? Então estamos a trazer um debate nacional de uma força política aqui para os nossos problemas do concelho? Não foi dito que a Câmara de Viseu estivesse a negociar, um amplo debate já aqui foi assumido que está a ser feito um amplo debate antecipadamente e com órgãos instituídos por esta autarquia. Eu não percebo a razão de querer isto, a não ser algum dividendo político que se queira efetivamente ter. Agora, o Partido Socialista, nesta matéria, tem que ter um bocadinho de cautela, um bocadinho de cuidado antes de vir aqui a cima porque efetivamente tem uma carrada de telhas de vidro lá em casa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em relação a esta Moção, há mais alguma inscrição? Não havendo, iremos proceder à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? *A Moção foi rejeitada com trinta e quatro (34) votos contra, doze (12) votos a favor e uma (1) abstenção.*-----

Íamos continuar e dava a palavra à Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e demais presentes. Na passada semana tive a oportunidade de dirigir uma carta ao Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu. Carta aberta que passo aqui a expor:-----

Como é do conhecimento público, o Secretário de Estado da Administração Pública, Leite Martins, aprovou a proposta do Instituto de Segurança Social para a redução de 697 postos de trabalho.-----

O processo de reorganização do Instituto de Segurança Social tem por base um estudo de avaliação enviado pelo Instituto para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e para o Ministério das Finanças, que contém uma previsão dos efeitos concretos da reorganização nos mapas de pessoal.-----

Segundo o despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, da análise do documento do Instituto de Segurança Social sobressai a proposta de redução de 697 postos de trabalho dos quais 526 assistentes operacionais, 139 docentes, 22 técnicos de terapêutica, 7 enfermeiros e 3 técnicos de orientação escolar/social.-----

O Partido Socialista repudia de forma veemente estes despedimentos, não só pelo que significam para os funcionários, mas também por representarem, uma vez mais, a “dedicação” deste Governo em dismantelar os serviços de proteção social.-----

A justificação apresentada no despacho, é a da transferência de funções para as

instituições particulares, numa clara tentativa de desresponsabilização do Estado e numa tendência, já denunciada, de privatização da proteção social.-----

Esta é uma medida aplicada “a sangue frio”, contra a Solidariedade e a Segurança Social. Quanto mais os portugueses necessitam da Segurança Social, mais ela enfraquece, sem dar resposta à pobreza e exclusão social.-----

Esta situação nacional que reporte aqui tem obviamente impactos muito sérios a nível local, designadamente na capacidade de resposta e é com essa consciência que hoje trago ao vosso conhecimento esta situação e que questionamos:-----

- Esta decisão afetará quantas pessoas, de que categorias profissionais e de que concelhos?

- Com que fundamento foi feita esta seleção de “descartáveis”?-----

- Em termos de capacidade de resposta, que impactos surgirão na sequência desta redução de pessoal, tendo em conta que são conhecidas publicamente várias queixas pela demora nos atendimentos ao público?-----

O Estado Social não é estático e exige renovação e reorganização, mas isso nunca pode pôr em causa a coesão social, a acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos, como acontece com esta medida do Governo. Essa será sempre uma responsabilidade indeclinável do Estado, e é por isso que o Partido Socialista nunca abdicará da sua defesa. Esta questão nacional tem impactos locais e nós queremos aqui em Assembleia Municipal consciencializar para esta situação e esperar que haja aqui uma influência junto do Instituto Social para termos estas respostas. O PS lamenta também o fecho do Lar de Infância e Juventude de Viseu que possibilitava o acolhimento institucional previsto na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Entre outros os objetivos essenciais desse Lar, era assegurar o alojamento e garantir a satisfação de necessidades básicas das crianças e dos jovens, permitindo um desenvolvimento global em condições mais próximas possíveis de uma estrutura familiar assegurando meios adequados ao seu desenvolvimento pessoal em comunidade. Estas questões são de sobejá importância e nós não podemos declinar nunca as nossas responsabilidades sociais. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Joana Ferreira.-----

----- **VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social e Público presente.-----

O bom funcionamento do abastecimento de água às populações, de gestão de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos são serviços públicos essenciais, de carácter estrutural, imprescindíveis ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços têm uma importância crucial na sociedade moderna e são frequentemente classificados de interesse económico geral. Assim, foi de primordial importância a iniciativa levada a cabo por este executivo no combate às ligações precárias e ilegais, a qual se encontra integrada no programa de reforma e modernização das Águas de Viseu.-----

Num concelho como Viseu onde a infraestrutura está feita, existindo 97% de cobertura de água ao domicílio e 94% de saneamento, é necessário abandonar as soluções privativas de abastecimento de água para consumo humano e de drenagem de águas residuais tais como: furos e outras captações, assim como fossas sépticas. Para além de serem medidas de carácter obrigatório, de acordo com a legislação em vigor, contribuem para uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos que habitam no concelho.-----

Esta obrigatoriedade de ligação prende-se com a necessidade de garantir a qualidade de água consumida, o tratamento adequado dos efluentes e a gestão racional e sustentada dos recursos hídricos.-----

Esta campanha foi lançada em Março deste ano até ao final de Julho, mas devido a uma

grande afluência aos serviços municipalizados foi prolongada até 31 de agosto. Mesmo sendo de carácter obrigatório este executivo optou por uma ação educativa que levasse o munícipe a uma atitude voluntária, não recorrendo ainda a uma fiscalização nem a coimas legalmente aplicáveis. Nos meses de julho e agosto, os pedidos de ligação de água e saneamento dispararam mais de 1500 % face ao número de pedidos em 2013. No período em que decorreu esta campanha, no total foram recebidas 3737 requisições de ligação à rede de saneamento e 3165 requisições de ligação à rede de água. Após meio ano do início desta iniciativa, mais de 2500 requisições já foram executadas. Esta campanha trará sensivelmente para as águas de Viseu 2000 novos clientes, o que representa um aumento de 5% do número global de clientes. Estes resultados são um indicador muito positivo e terão um grande impacto ambiental no concelho, uma vez que apelam a uma maior justiça social e protegem a sustentabilidade económica do nosso sistema municipal. Desta forma torna-se mais fácil manter o preço das águas como um dos mais baixos do país. Se o preço da água é dos mais baixos do país já a sua qualidade é das mais altas! No espaço de um ano Viseu recebeu o segundo selo de excelência da qualidade da água que distingue os sistemas e entidades que garantem pelo menos 98,2% de água pública segura, e entre outros aspetos, cumprem todos os critérios determinados pela ERSAR. Assim, parabéns aos Viseenses, parabéns Águas de Viseu, parabéns ao Município!-----

Gostaria também de dar os parabéns a este executivo pelas medidas tomadas para modernizar e simplificar os serviços das Águas de Viseu. Com estes novos modelos simplificados das faturas, os novos meios de pagamento (pagamento por multibanco, nos CTT, e na rede de lojas PayShop), é conferida uma maior comodidade e segurança aos munícipes e maior eficiência ao município. Estas alterações trazem então, uma maior qualidade de vida às pessoas e às empresas.-----

A preocupação com o ambiente deve ser um assunto de relevância social, pois vai ser este o legado deixado aos jovens. Os jovens vão herdar um futuro, agora por nós construído, mas é também essencial apostar em formação e consciencialização ambiental desde cedo, investindo desta forma na continuação da elevação da qualidade do nosso concelho.-----

Este executivo abordou este tema com uma grande sensibilidade, competindo agora a todos nós continuar esse trabalho. A campanha realizada no combate às ligações de água e saneamento ilegais irá ter um enorme impacto ambiental e os mais jovens serão aqueles que irão usufruir na melhor qualidade de vida que esta e outras medidas proporcionarão.- O cuidado e zelo com o ambiente tem de se continuar a fomentar para que a nossa cidade continue a ser verde e sustentável!-----

Para que Viseu continue a ser a melhor cidade para se viver!-----
Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Baila Antunes.-----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. Depois de um incidente, de questões nacionais, de muitas loas ao executivo municipal, gostaria aqui de fazer duas propostas rápidas relativamente a Viseu.- Numa tendência nacional de reabilitação/reconstrução urbana e numa aposta clara da Câmara Municipal de Viseu com que todos concordamos, nos próximos anos o Centro Histórico de Viseu vai ser sujeito a inúmeras intervenções urbanas nos seus edifícios e espaços públicos, como ainda na intervenção do Dr. Diamantino Santos se viu. Será fundamental que alguma especulação imobiliária – aqui especulação é exagerado, até porque a Câmara Municipal de Viseu e a SRU estarão certamente muito atentas – ou que “alguma falta de cuidado” arquitetónico num contexto tão sensível como é o Centro Histórico de Viseu, não desvirtuem nalguns pontos a valia patrimonial do Centro

Histórico, no limite perigando o ensejo de ser classificado como Património da Humanidade.-----

Assim, para demonstrar o interesse efetivo do atual executivo na classificação a Património da Humanidade da UNESCO do Centro Histórico de Viseu a médio-longo prazo, para alicerçar e dar mais propriedade à respetiva candidatura, começando desde já a instruir e a preparar como deve ser o processo, propõe-se que a breve prazo seja desencadeada a abertura do dossiê de Classificação a Interesse Nacional – vulgo monumento nacional – do Centro Histórico de Viseu.-----

De facto, não é compreensível que o Centro Histórico de Viseu não seja desde já classificado como Património Nacional. Este passo intermédio de salvaguarda (ao fim e ao cabo também) permitiria ainda que as movimentações urbanísticas que se advinham sejam já enformadas do espírito e exigências de máxima perseveração patrimonial.-----

Segunda Proposta: Quando eu andava a preparar esta questão do Centro Histórico ser elevado a Património Nacional, deparei-me com um facto. Comparativamente a outros concelhos similares, Viseu, na cidade e nas aldeias apresenta um número relativamente reduzido de imóveis classificados, seja no plano de interesse municipal, público ou nacional, vulgo monumentos nacionais. Este facto é de estranhar atendendo ao vasto património histórico, cultural e popular/tradicional do concelho de Viseu.-----

Propõe-se que: Numa iniciativa de baixo custo de valorização do património do território do concelho, a começar por um levantamento a realizar pelas juntas de freguesia, serviços da Câmara Municipal de Viseu, SRU, técnicos e académicos como ainda na semana passada vimos os excelentes académicos que nesta área temos em Viseu, com mecanismos participativos, que a Câmara Municipal de Viseu já demonstrou saber pôr em prática, seja efetuado um estudo prospetivo para a atualização dos sítios, monumentos e conjuntos classificados do concelho, gradativamente nos níveis: interesse municipal, interesse público, interesse nacional ou noutras classificações que estão disponíveis, nacional e comunitariamente para valorizar o território do concelho de Viseu.-----

Por último, muito rapidamente, uma nota de rodapé, ou melhor em quatro notas de rodapé, sobre ainda o Centro Histórico gostaria de apelar mais uma vez à sensibilidade e em certa medida ao poder de intervenção da Câmara Municipal de Viseu, nomeadamente a propósito de um amigo meu que voltou ao Centro Histórico enquanto comerciante, ele fazia um desabafo numa rede social, logo no dia estava a rua interrompida às quatro e meia da tarde com os serviços da Câmara, salvo erro a lavarem aquele logotipo que lá estava no piso, e o que eu apelava é que este tipo de intervenções sejam realizadas, quer no Centro Histórico, quer noutras áreas comerciais, em tempo se calhar porventura mais oportuno. Outra questão que por acaso também vi, às vezes até tratada com algum exagero nas redes sociais, é a questão do policiamento, e isto não é de competência direta da Câmara, o policiamento do estacionamento do Centro Histórico. De facto, e eu até concordando que de facto não haja movimento no Centro Histórico a nível de carros, quando isso for possível, realmente há uma mão muito forte sobre essa questão, há por vezes uma ação por parte não só da Polícia Municipal mas como da PSP, há uma ação pouco sensível creio, acho que todos concordamos com isso e isso é mau nesta fase de reavivar o Centro Histórico. Outra questão, enfim, já foi aflorada pelo Dr. Diamantino Santos, a questão das movimentações das redes sociais que realmente por vezes é exagerado e é incompreensível, mas isto só vem apelar à Câmara e a quem também tem poderes nessa área para estar muito, muito atento porque felizmente eles andam aí, nós andamos aí e os Viseenses estão muito atentos a estas questões e são muito sensíveis como por exemplo a questão do ruído que foi feito a propósito da semana académica, ou neste caso de acolhimento, o ruído que foi feito no Mercado 2 de Maio num dos dias, um ruído excessivo, e a questão que ainda não foi levantada aqui, o Deputado Carlos Vieira até escreveu um artigo sobre isso muito interessante, a questão que não tem a ver diretamente com a Câmara, mas a questão da cobertura da Sé de Viseu, por favor, diria assim, Senhor

Presidente faça o que for possível para que aquilo que parece ser...-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhor Deputado, a Mesa tem tolerância mas? -----

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes termina dizendo: ...aquele exagero não seja cometido. Era só.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado. Tem a palavra a Deputada Florbela Soutinho.-----

----- VINTE E NOVE – A SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público em geral.-----

É com orgulho que digo: “sou de Viseu”, e as pessoas para quem eu digo isto respondem-me como é conhecido Viseu a nível nacional: “a melhor cidade para viver, não é?”-----

E eu respondo, Sim, a melhor cidade para viver, a melhor cidade para estudar, a melhor cidade para estar, a melhor cidade para se ser cidadão e participar ativamente!-----

Congratulo-me pelas iniciativas que o executivo camarário tem levado a cabo, imensas, e não tendo a ousadia de me referir a todas, menciono o Acolhe Viseu, receção ao caloiro que decorreu entre os dias 24 e 28 de outubro, para dar as boas vindas aos novos estudantes do ensino superior. Numa rutura com o passado e num novo registo, a receção ao caloiro acolheu cerca de 600 novos alunos. Esta iniciativa rececionou os caloiros no Mercado 2 de maio, espaço tão simbólico para todos os viseenses, e contou com outras atividades que decorreram, para além do pavilhão multiusos, também no Centro Histórico.-----

Viseu é a melhor cidade para viver, e quer-se a melhor cidade para estudar, e com isso uma alavancagem a todos os níveis, científico, económico, demográfico, de fixação de população na nossa cidade com as vantagens que daí advêm.-----

A ambição deste executivo, de fazer de Viseu o 3.º polo cultural do país, parece estar a caminhar no sentido correto. Recentemente, com o concurso de ideias para a revitalização e a cobertura do Mercado 2 de Maio, espaço situado no coração da cidade, facilmente se tornar palco de eventos durante todo o ano, não só, como até aqui, nos meses de primavera e verão. Todos nós nos lembramos deste mercado quando era palco da comercialização de produtos frescos, legumes, peixe, carne, pão... e quase que somos tentados a trautear a canção “Ó tempo volta p’ra trás...” quando olhamos para o Mercado Municipal onde se faz hoje a comercialização dos produtos, que outrora (e já lá vão 20 anos!) se fazia no Mercado 2 de maio. Congratulo-me como viseense, como Membro desta Assembleia, pelas iniciativas que o executivo camarário tem desenvolvido neste espaço (no Mercado Municipal), no sentido e promover a sua dinamização e de lhe dar vida. A instalação no Mercado Municipal do Gabinete de Apoio ao Agricultor de Viseu, que reforça a atratividade do espaço;-----

A festa do Míscaro e da Castanha, que teve início no dia 4 deste mês de novembro;-----

O show cooking com o chefe Diogo Rocha que decorreu este fim-de-semana;-----

É com orgulho que digo: Viseu, a melhor cidade para se ser cidadão!-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- TRINTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu tenho pena, porque há bocado eu queria intervir sobre o tema da água e Vossa Excelência Senhor Presidente não me deu a palavra e passou ao seguinte. Eu peço desculpa mas era apenas para dizer duas coisas. Na realidade eu congratulo-me também que tenha havido o incremento da luta à clandestinidade na captação das águas municipais, mas em relação ao assunto, para além da louvaminha a que vamos estando habituados, de que tudo o que

a Câmara faz é bem feito, é normal, é normal, há duas situações que é preciso enfatizar relativamente a isso. Em relação ao saneamento continua a haver no nosso concelho esgoto a céu aberto, foi aqui trazido e eu gostava de confrontar o executivo concretamente, o que é que foi feito relativamente a Cepões com fotografias que aqui foram trazidas? Essa situação é uma situação de saúde pública que a Câmara tem exclusiva responsabilidade. A outra questão que eu queria levantar era o seguinte: A um incremento de 2000 novos utentes, não terá a Câmara agora a oportunidade de repensar as tarifas da água nomeadamente não as colocando no segundo escalão quando ultrapassam o primeiro a totalidade da água, o que não sucede em muitos municípios em que cada escalão é num determinado preço e o seguinte, só o seguinte é do segundo escalão, e aqui desde que ultrapasse o mínimo entra imediatamente a totalidade da água no segundo escalão. Portanto, com o aumento de receitas, talvez seja a altura da Câmara fazer uma... não aumenta as receitas? Então aumentam 2000 utentes e não aumentam receitas? Eu não estou a perceber essa gestão, mas Vossas Excelências farão o favor de me explicar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma solicitação, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, faço-o com gosto. Renovo os cumprimentos à Mesa, às Senhoras e aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes de Junta e a todos os presentes e tentarei ser sintético nas respostas. Começando por o Senhor Deputado Paulo Pereira, saúdo os dois temas que trouxe cá, o Portugal 2020 de facto tenho uma grande sintonia em relação aos objetivos que estão fixados no Portugal 2020, já o manifestei publicamente, a preocupação em relação às verbas que vão ser destinadas às comunidades intermunicipais, às ITI, embora aguarde com expectativa conhecer os novos regulamentos para perceber se efetivamente os municípios vão ser ou não penalizados neste novo Portugal 2020, porque há linhas diretas onde os municípios se poderão vir a candidatar e não deixo também de relevar aqui que estou preocupado, obviamente que estou preocupado com o facto de neste momento ainda não se conhecerem os regulamentos todos e estar a fazer o segundo orçamento deste executivo sem ter um conhecimento cabal do que é que vão ser os regulamentos de apoio aos municípios. Não posso deixar de manifestar essa preocupação. Em relação à execução, eu corroboro totalmente a opinião do Senhor Ministro, 84.37% de execução neste momento dá garantias mais que suficientes de que Portugal vai conseguir executar a 100% este quadro comunitário de apoio, até porque nós sabemos bem, a própria Câmara de Viseu assumiu uma série de candidaturas em *overbooking* que se houver dinheiro são aprovadas, se não houver dinheiro, pura e simplesmente não serão aprovadas, portanto as coisas parecem-me bem. Já agora, referir que nós seremos neste momento na Região Centro a Câmara que mais executou em termos percentuais, portanto, somos uma das Câmaras com mais execução do quadro comunitário de apoio à exceção do POVT onde, como estamos a construir aquela obra importantíssima da ETAR Viseu Sul, digamos que, uma forte fatia da execução dessa obra está a decorrer neste último trimestre e vai decorrer no primeiro semestre do próximo ano. Em relação às redes transeuropeias também não vou falar muito sobre o assunto mas queria referir o seguinte: A posição do Presidente da Câmara e do executivo tem sido muito firme e determinada, não ando a falar todos os dias nos mesmos assuntos até porque o Senhor Secretário de Estado responsável por este pelouro, quando veio fazer a inauguração das obras do Aeródromo Municipal foi questionado por mim sobre três matérias e com frontalidade respondeu. Em relação à ferrovia o que disse é que o Governo tomaria uma decisão até ao fim do ano. Nós temos mantido uma série de contactos, reuniões que têm sido feitas no âmbito da plataforma da A25, reuniões que têm sido feitas no âmbito deste grupo de trabalho que foi constituído entre o centro e o norte do país com as associações

empresariais e por aí fora, ainda amanhã tenho num dia em que basicamente há duas reuniões da Associação Nacional de Municípios, vou ter também ao fim do dia, à noite, mais uma reunião sobre esta matéria com os responsáveis das CCDRs Norte e Centro e também com outras entidades, portanto, é claramente para mim o dossier dos dossiers, porque em bom rigor tenho afirmado que o município até podia colocar-se numa posição cómoda e dizer, Viseu vai ter comboio, numa solução ou noutra vai ter ferrovia, vai ter estação de comboio, agora o importante não é só ter estação de comboio, nem é estar a utilizar o argumento de que Viseu é a única capital do distrito que não tem comboio, essa é uma abordagem que não é correta, nós temos é que encontrar uma boa solução para o país e a convicção que temos é que o eixo Aveiro- Viseu-Vilar Formoso é o eixo que melhor servirá o país como um todo, a tal lógica do país e do centro/norte e portanto, “até ao lavar dos cestos é vindima” e seguramente que nos vamos continuar a posicionar e a bater por uma boa decisão sobre esta matéria. A Senhora Deputada Lúcia Silva, também veio falar sobre esta matéria, eu nunca falei Senhora Deputada, eu nunca falei numa comparticipação da rodovia a 85%, se não estaria a demonstrar ignorância, ainda por cima como fui que iniciei a negociação com Bruxelas deste novo quadro comunitário de apoio, sei que desde início Bruxelas disse, não há mais dinheiro para rodovia, portanto, nunca me poderia ouvir dizer que havia uma comparticipação de 85%, podia-me ouvir dizer que há uma comparticipação de 85% para a ferrovia, aí seguramente que me ouviu, agora em relação à rodovia, só para que isto não fique menos claro não é? Portanto folgo também e congratulo-me pelo facto de haver aqui tanta sintonia em relação a esta matéria, esta é uma questão nacional, mas também é uma questão local, é uma questão regional, é uma questão europeia e portanto, acho que é importante nesta fase em que tudo se decidirá, esta opção será tomada, é o que diz o Senhor Secretário de Estado e eu tenho-o como uma pessoa de bem, ainda para mais é um conterrâneo nosso que muito prezamos e eu continuo a acreditar que o Governo vai tomar uma boa decisão e para mim uma boa decisão é construir de raiz, Aveiro-Mangualde, com estação em Viseu e depois melhorar a linha da beira-alta e aguardar que num futuro quadro comunitário de apoio se possa construir o restante, e portanto, entendo que o eixo Aveiro-Vilar Formoso é a melhor opção, mas vamos aguardar para ver o que é que o Governo decide, não deixando de manter aqui e acho que a aprovação por unanimidade desta Moção aqui na Assembleia é também uma forma de mostrarmos que estamos coesos na defesa destes princípios. Em relação ao Senhor Deputado Carlos Cunha que saúdo e que tem sido normalmente uma pessoa muito positiva, eu depois abordarei esta matéria quando chegar a altura, porque há de facto um ponto sobre isto e mesmo que quiséssemos discutir este assunto, seria quando muito uma recomendação para 2016 e por outro lado, talvez se tivesse esquecido na sua fundamentação de dizer aonde é que cortava, é que quando se diz assim: Baixe-se ali, isto é, baixe-se a receita, também temos que dizer aonde é que baixamos a despesa, se vamos cortar nos apoios escolares às refeições, se vamos cortar os transportes escolares, se vamos aumentar a água, se vamos aumentar a taxa de recolha de lixo enfim, sabe que estas coisas não são assim tão simples, são complexas e devem ser tratadas aliás, com a seriedade que eu estou habituado a que o Senhor Deputado as trate. Senhor Deputado Carlos Vieira, a questão da APPDA, fez muito bem em trazê-la aqui, de facto é uma Associação que muito prezamos da rede que não é municipal porque efetivamente é da rede distrital as cerca de quatrocentas crianças que são apoiadas só cerca de 20% é que são do nosso concelho, portanto é uma Instituição de apoio distrital à qual o município tem estado muito atento, se reparar o município ao ver a situação de emergência em que a instituição estava, de imediato atribui um subsídio de 2.000 euros para ajudar a pagar os salários que tinham em atraso com alguns trabalhadores e mais do que isso, temos estado a mediar com a Segurança Social a perspetiva de que, a instituição não tem hipótese de ter umas contas saudáveis se não fizer um acordo com a Segurança Social, não pode viver destas, e desculpem-me a expressão, não pode viver de esmolas ou subsídios esporádicos,

obviamente que a Câmara seguramente que todos os anos não deixará de apoiar esta instituição como tem apoiado outras, mas isto não resolve o assunto, é preciso haver um contrato que estabilize a relação entre o estado e esta instituição, e já agora dizer-lhe que os apoios da autarquia vão ao ponto de neste concerto solidário que vai ocorrer no próximo sábado de estar a dar vários apoios logísticos que são quantificados e que custam dinheiro, nos diferentes domínios. Portanto, é de facto uma instituição a que estamos muito atentos e já agora aproveito para anunciar nesta Assembleia que o Concerto Solidário de Ano Novo que será no dia 4 de janeiro o beneficiário será exatamente a APPDA. Portanto, será a APPDA e estamos inclusivamente a equacionar a possibilidade de ter um preço diferenciado até para aumentar digamos assim o valor do contributo que possa advir deste Concerto Solidário com a Filarmonia das Beiras. Em relação ao que nos trouxe aqui o Senhor Presidente da Junta de Viseu, o Dr. Diamantino Santos, gostava de facto de enfatizar esta aposta no Centro Histórico, não nos limitámos a fazer o debate e a trazê-lo aqui, a verdade é que muitas coisas estão em curso e acho que só quem não quiser ser justo é que não reconhecerá enfim, a dinâmica com que está o Centro Histórico e o facto de não termos esperado para avançar com diferentes ações que estavam ao nosso alcance fazê-las e a autarquia está exatamente a dar o exemplo, a dar o exemplo para que os agentes económicos também vão atrás e cumpram a sua fatia de responsabilidade. Obviamente que assinar os contratos de Reabilitar para Arrendar e até de ter aqui o aspeto de sermos o primeiro, no fundo somos o primeiro município do país e isso também nos deve dar orgulho, somos o primeiro município do país a assinar contratos que permitem entrar em obra no âmbito do Reabilitar para Arrendar que foi lançado há menos de um ano, há oito meses, nove meses, com todo este trabalho burocrático do Tribunal de Contas, com resposta para aqui, contrarresposta para ali, mas que nos permitiu de facto num tempo curto estar neste momento a assinar estes contratos que vão entrar em obra, os prazos de execução são curtos estamos a falar de doze a catorze meses e estamos a falar de catorze jovens casais em renda apoiada e estamos a falar em cerca de cinquenta pessoas que através deste programa se podem vir a fixar no Centro Histórico, estando aqui presente exatamente a política do executivo na área da juventude, é uma política transversal a todas as áreas e neste caso concreto, mais uma vez é bem visível. Fez aqui uma boa síntese das medidas já tomadas e eu não vou repeti-las porque de facto os Senhores Deputados tiveram aqui a oportunidade de debater também o Viseu Viva e toda a estratégia que estamos a implantar, já agora referir também que a comissão de acompanhamento que assumi compromisso público de a constituir já fez a sua primeira reunião na sexta-feira e fará as reuniões que forem necessárias exatamente para acautelar os diferentes interesses em presença, entre os moradores, os bares, os restaurantes, os hotéis, enfim, os diferentes protagonistas do Centro Histórico em que por vezes se nós nos pusermos só a olhar para o nosso umbigo e só para os nossos interesses, é difícil encontrar uma solução. Portanto, vamos ter que encontrar soluções equilibradas para as diferentes situações e referir também já que trouxe aqui a questão das redes sociais, eu sou o mais possível aberto ao debate e acho que tudo o que vem por bem é bem-vindo, todo o debate que venha por bem, positivo é bem-vindo, eu chamo à atenção é que as pessoas às vezes com certas posturas estão a dar tiros no pé e neste caso concreto é mesmo um tiro no pé que se está a dar, porque esta página no Facebook que apareceu e que diz que o Centro Histórico é porco, que o Centro Histórico não tem segurança, parece que é tudo mau no Centro Histórico, e parece que até tem na sua base alguns agentes económicos, as pessoas estão-se a esquecer que estão a dar um tiro no pé, ninguém vem visitar um Centro Histórico que é inseguro, que é sujo e que não tem dinâmica. Portanto, é preciso e a verdade é que se há aspeto na política da cidade que eu tenho acompanhado e todo o executivo tem acompanhado com muito cuidado é a questão do Centro Histórico, agora, se as pessoas colocam no blogue fotografias de 2013 ou se estão à espera da madrugada do dia da receção aos caloíros para tirarem fotografias ao lixo que ficou na estrada quando os

nosso funcionários às sete da manhã já estavam a fazer a limpeza, se as pessoas tiverem esse tipo de preocupação, façam o favor de o fazer, é legítimo, mas estão a pôr em causa o bom nome da cidade, estão a pôr em causa o bom nome do nosso Centro Histórico e estão a prejudicar a sua atividade económica. Portanto, o debate é legítimo, o contraditório o mais possível, agora deve ser feito de uma forma cívica. Eu acho muito bem que apareçam todos os blogues e mais alguns, eu sei que tenho até alguns dedicados que todos os dias fazem editoriais sobre mim, sinto-me honrado até por isso, sei que também até há alguns que todos os dias dizem mal, até é bom porque é uma maneira de eu seguir exatamente o caminho contrário, porque quando eles dizem mal eu sigo o caminho contrário e sei que estou no caminho certo e portanto, é ótimo que essas coisas existam, sou o mais tolerante, sabem bem que sou um democrata na verdadeira aceção da palavra, agora, haja aqui alguma contenção, haja aqui algum sentido de responsabilidade, eu apelava mesmo aqui nesta Assembleia aos cidadãos de Viseu que não tentem empurrar os turistas para o Centro Histórico do Porto ou de Coimbra ou da Guarda ou de Aveiro ou de Salamanca, procurem trazê-los a Viseu, se há assuntos para dirimir, temos o sítio certo para o fazer, inclusivamente a tal comissão de acompanhamento, onde inclusivamente um dos visados foi convidado para essa comissão de acompanhamento e não aceitou fazer parte dela, agora, se as pessoas não aceitam fazer parte de uma comissão de acompanhamento do Centro Histórico onde as coisas são debatidas, está tudo dito, é porque as pessoas não querem soluções, agora, eu não vou decidir nada para beneficiar o cidadão A ou o cidadão B, aquilo que vamos decidir será no sentido de beneficiar a comunidade como um todo e de encontramos os equilíbrios, não vou fechar seguramente os bares à meia-noite como alguns querem, seria matar o Centro Histórico do ponto de vista da sua dinâmica noturna. Portanto, haja aqui algum bom senso e apelo mesmo a que as pessoas continuem a participar duma forma democrática mas que o façam com o sentido de não prejudicarem a cidade. Nós não podemos andar aqui por um lado a promover a nossa cidade e a promover o bom nome da cidade e ter outras pessoas que estão a fazer coisas que vão no sentido contrário, parece que o no nosso Centro Histórico e que na nossa Cidade é preciso andar de coldre no bolso porque a qualquer momento vamos ser assaltados, por amor de Deus! O Deputado Baila Antunes trouxe aqui também este tema e agradeço-lhe tê-lo trazido, porque trouxe-o de uma forma séria e acho bem, porque as pessoas pensam que estão a combater o Presidente da Câmara, é legítimo combater o Presidente da Câmara ou as suas opções, isso faz parte da democracia, não combatam é a nossa cidade, não combatam o bom nome de Viseu e a imagem que ela tem, porque isso prejudica-nos, faz com que venham menos turistas, vou apresentar na próxima semana o número de visitantes que temos e que tivemos neste verão e vamos sentir orgulho pelo facto de termos dado este salto, é pequeno ainda mas havemos de dar outros, portanto, queria aproveitar para deixar exatamente esta questão aqui. Deputada Filomena Pires, antes de mais queria agradecer à CDU o ter ouvido a recomendação que eu fiz aqui na última Assembleia de retirarem o *placard* lá em baixo na rotunda, também sei reconhecer quando as pessoas fazem as coisas de uma forma correta, eu fiz um apelo cívico e a CDU retirou passados uns dias o *placard* que de facto desvirtuava aquela nossa rotunda junto à PT. Quero saudá-los e felicitá-los também por essa atitude e dizer mais, que os nossos serviços estão perfeitamente à disposição para ajudar a encontrar boas localizações na cidade para fazerem a vossa promoção dos vossos, enfim, que é legítima mas nos sítios mais adequados e sem desvirtuarmos alguns aspetos, não queria deitar também de o fazer. Em relação à questão da Violência Doméstica, estou de acordo, é claramente o ano mais trágico que temos na nossa sociedade, basta olhar para os jornais todos os dias e ver, este já são vinte e tal, sobretudo mulheres que morreram no âmbito do processo de Violência Doméstica, é inadmissível isto, eu acho que todos os esforços que possamos fazer em conjunto para isto, são poucos, e saudei o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disponibilizei todos os serviços da Câmara para podermos colaborar nestas ações conjuntas. Eu não quero

municipalizar o combate à violência doméstica, como não quero municipalizar a promoção da igualdade de género, aliás, até utilizo sempre a figura, eu dirijo-me sempre a todas e a todos, porque eu acho que é uma forma também de privilegiar a diferença de género e sou o mais possível favorável à intervenção dos homens e das mulheres na vida pública e até acho que demos grandes saltos, basicamente hoje, há dois parâmetros onde as mulheres ainda não têm uma participação a um nível que deviam ter, na política, eu fui contra a Lei da Paridade, mas hoje até reconheço que ela teve virtualidades, tenho que o reconhecer publicamente, porque pelo menos levou a que os partidos políticos obrigatoriamente... mas isto também poderia ter sido feito com um acordo de cavalheiros não é, que era entre os partidos políticos dizerem assim, nós comprometemo-nos a..., mas assim como é mandatário..., portanto, eu votei contra a Lei da Paridade quando estava no Parlamento e fiz uma declaração de voto exatamente porque achava que os partidos deviam ter resolvido isto sozinhos, mas reconheço hoje e tenho que dar a mão à palmatória que a Lei da Paridade trouxe virtualidades e melhorou muito a participação das mulheres na vida cívica e depois de facto nos lugares de alta direção, ao nível das empresas e ao nível do estado. Eu acho que são basicamente as duas áreas em que ainda falta fazer algum trabalho. Da nossa parte estamos perfeitamente disponíveis para isto, para todo este trabalho valorizando o nosso CLAS, não é? O nosso CLAS existe exatamente também para isto, exatamente para nós pormos as várias instituições concertadamente a trabalharem, as ideias que são aqui apresentadas designadamente o Conselho Consultivo para a Igualdade, independentemente depois, já sei que alguém me vai acusar que eu só crio conselhos não é? Mas, seguramente que estes conselhos criados para a área da cultura, para a área da educação, para a área social, todos estes conselhos têm uma virtualidade, que é fazer participar de uma forma cívica os diferentes setores da sociedade de forma organizada, e a câmara demonstra também por isto uma nova atitude face há participação cívica e portanto, estamos perfeitamente recetivos para estudar esta situação e até ficamos mais satisfeitos se ele surgir no âmbito até da sociedade civil com o apoio da Câmara, aliás, a própria autarquia ainda anunciou há dias a propósito da violência que iríamos aderir ao Núcleo de Apoio à Vitima, a autarquia não fazia parte e nós dissemos que queremos também fazer parte, e há trabalho que a autarquia faz que nem o pode divulgar, designadamente trabalho que temos feito para alojar, Viseu tem sido uma cidade amiga do alojamento de mulheres vítimas de violência doméstica, em sítios que nem vos passam pela cabeça e que eu também não vos vou dizer aqui com o é normal não é? Agora, este é o tipo de trabalho que o Presidente da Câmara ou o Vereador responsável, neste caso o Vice-Presidente, não podemos andar nos jornais a dizer que fizemos isto, não podemos, porque é um trabalho que temos que fazer silenciosamente porque senão estamos a desvirtuar o apoio à vitima, e tem sido muito, e apoiamos vítimas como sabem do país inteiro, não estamos a regatear e até é a Câmara é que tem pago, isto é, em muitas circunstâncias, até porque houve problemas nacionais, a própria câmara se prontificou a substituir-se ao Estado Central antes da transferência dos subsídios para uma instituição que nos tem ajudado muito, que é a Casa do Povo de Abraveses, que nos tem ajudado muito do ponto de vista do posicionamento distrital, temos tido aqui uma posição muito de acompanhamento, neste caso até se dá a coincidência feliz de eu ser muito amigo da Secretária de Estado responsável por esta área, da Teresa com quem tenho mantido um contacto muito permanente. Portanto, são de facto duas matérias que da nossa parte têm todo o cabimento e tudo faremos para ajudar nessa matéria. Em relação às questões da Educação Senhora Deputada Filomena Pires, nada será feito no Concelho de Viseu sem ouvir primeiro o Conselho Municipal de Educação como o temos provado até aqui. Fizemos uma reunião do Conselho Municipal de Educação onde estudámos a questão do encerramento de algumas escolas que era necessário encerrar no concelho, foi no Conselho Municipal de Educação que eu apresentei pela primeira vez o Viseu Educa, tanto mais que temos provas dadas, e aliás a Senhora Deputada também

reconheceu a ação do executivo nesta matéria, vamos continuar, a educação é claramente uma prioridade, não vou dizer que é uma paixão, porque seria uma leitura feita sobre uma célebre paixão sobre a educação, mas eu acho que basta olhar para o orçamento do executivo para ver que a educação é claramente uma prioridade do executivo. A Senhora Deputada Cristina Fonseca também se pronunciou sobre isto, repito, não vamos municipalizar a ação, mas o CLAS é claramente o espaço municipal por excelência para podermos concertar várias políticas. Sobre a intervenção que o Senhor Deputado Carlos Cunha aqui fez, também nesta matéria, referiu ali também um aspeto que eu não queria que deixasse de ficar claro, que é a atuação na Grão Vasco, o executivo fez o projeto para a nova casa de banho, não era da nossa competência mas fizemos, porque achamos que aquilo que lá está não é admissível, aquelas crianças têm que ter pelo menos mais uma instalação sanitária para ao intervalo os mais pequenos não ficarem prejudicados e nem conseguem ir à casa de banho, assim como nos disponibilizámos para a questão do refeitório, e portanto, sabemos que isso está em curso, também sabemos junto da CCDR, que o Governo já sinalizou junto da CCDR Centro, do PO Centro que a Grão Vasco será uma prioridade do próximo quadro comunitário de apoio, vamos continuar a acompanhar, e estamos disponíveis como já disse para um contrato programa com o Governo para ser o próprio executivo se for caso disso a lançar a obra e a acompanhá-la, se o executivo assim o entender, o executivo nacional, portanto, que fique bem claro. Senhora Deputada Adelaide Modesto a questão que trouxe foi essencialmente nacional portanto, não tenho nenhum comentário a fazer, a nossa jovem Deputada Joana Ferreira, hoje aqui também na sua função de secretária, queria agradecer a intervenção que fez. De facto esta tem sido uma postura do executivo, pedagogia antes da sanção e no combate aos ilegais foi exatamente a perspetiva que tivemos, publicitar, voltar a publicitar e publicitar outra vez para dar a oportunidade aos cidadãos se poderem registar livremente sem terem coimas, agora vamos entrar numa fase em que vamos fazer a fiscalização dos que não aderiram voluntariamente e posso-vos dizer que esta vai ser a prática do município em todas as circunstâncias. Primeiro informar, dar a possibilidade de as pessoas voluntariamente o fazerem e só em última análise irmos para a situação, enfim, do sancionamento. Gostava também de referir aqui que esta renovação do Selo de Qualidade pelo segundo ano consecutivo não pode ser desvalorizada, porque há todos os dias uma grande preocupação de nós mantermos esta que é a segunda água mais barata das capitais de distrito e uma das mais baratas do país e dizer que efetivamente não somos nós que atribuímos este Selo, as leituras são feitas aleatoriamente quase todos os dias nos diferentes locais de captação e são enviadas para a ERSAR, que depois atribui ou não. Confesso que andamos sempre com o coração nas mãos para perceber se conseguiremos ou não atingir esse objetivo. Tudo temos feito do ponto de vista de melhorar o sistema, de bombas adicionais, todo o investimento na melhoria da qualidade da água, tem sido um investimento em que a autarquia não se tem regateado a esforços, e tem investido muito em coisas que nem publicita, porquê? Porque achamos que é fundamental não só ter uma boa rede de abastecimento de águas, com uma boa qualidade da água, e ao mesmo tempo também termos uma boa rede de saneamentos como iremos ter com a conclusão da ETAR Viseu Sul, com a inauguração agora da ETAR do Farreco que vai ser inaugurada agora dentro de dias e também com a adoção em algumas freguesias da solução de fossas sépticas de nova geração, que também resolvem bem os problemas, atenção que não temos que pôr tudo ligado à rede de saneamento e às ETARs, nós podemos ter boas soluções menos dispendiosas com fossas com tratamento de nova geração que cumprem o seu objetivo, o importante é de facto cumprir bem, servir bem as populações e do ponto de vista ambiental também o cumprir. Já agora também aproveito para responder ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho sobre a questão que colocou em relação a Cepões. A obra está em curso não é? Está neste momento ainda em curso e espero que ela fique concluída rapidamente no sentido de resolver essa questão, e há outras situações que estão

senalizadas no concelho, num ano eu não consigo resolver tudo, gostava de ter esse condão, mas esta área ambiental é seguramente uma das áreas que me tem ocupado a mim e a toda a equipa muito tempo. Já agora, referir que esta questão da simplificação dos serviços nas Águas de Viseu, dirão, há quanto tempo isto devia ter sido feito? Mas não foi, mas foi feito agora, a verdade é que passámos a ter estes mecanismos à disposição, e já agora aproveitava esta oportunidade pública para fazer um apelo aos cidadãos para aderirem à fatura eletrónica, ela está a correr bastante bem, há já uma percentagem bastante elevada de pessoas que recorrem à fatura eletrónica porque mesmo do ponto de vista ambiental, é um bom sistema, permite aos serviços municipalizados Águas de Viseu fazerem a comunicação mais direta com as pessoas. No âmbito da simplificação dos avisos, verificaram também nas Grandes Opções do Plano dos serviços a questão da telemetria, é uma opção para os próximos anos, nós queremos substituir todos os contadores por contadores telemétricos que permitam o quê? Uma medição em que não há necessidade de andar gente na rua a fazer essa medição quando se pode fazer à distância, e mais, podemos interagir com o cidadão quando ele está a consumir água, porque tem um autoclismo aberto, são questões destas que nós podemos melhorar muito com o sistema de telemetria. Portanto, já temos um bom sistema de telegestão na rede principal e agora também queremos ter um bom sistema na área da telemetria para podermos interagir com o cidadão e evitar os desperdícios de água, para além de outras opções que estão nos documentos das Grandes Opções do Plano para reforço de abastecimento de água, enfim, penso que é bem claro a aposta que estamos a fazer nesta área. Portanto, agradeço à Deputada Joana ferreira a intervenção que fez sobre esta matéria independentemente do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho dizer que são elogios, mas também, eu aceito tanto o elogio como a crítica é normal, é da vida. Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, em relação à reabilitação e à classificação como património da UNESCO, o processo está todo em curso e perfeitamente calendarizado, esteja tranquilo que a seu tempo será conhecido o comissário, o comissariado, onde é que ele vai ficar instalado, os timings, nós estamos a levar este processo muito a sério, portanto, esteja descansado que a seu tempo terá seguramente muita informação sobre isso. Já agora dizer-lhe que, por acaso a Senhora Vereadora está a ultimar um trabalho sobre a classificação do património, para nós é muito importante, mas apesar de tudo nós temos 31 imóveis com classificação nacional, temos 103 com interesse arqueológico e identificámos neste momento com o trabalho que está a ser feito pela Senhora Vereadora, 6 de âmbito nacional, 22 de âmbito público e 4 do ponto de vista municipal. Portanto, esse trabalho, por acaso até tenho a felicidade, e a felicidade também se procura, porque se escolhem as pessoas certas para a função certa e tenho a felicidade de ter uma Vereadora que tem sob a sua responsabilidade Arte, Património, Cultura e Turismo, portanto, é natural e ainda por cima com uma área de especialização nesta vertente. Depois, sobre a questão do policiamento, a “borbulhinha” não é ó Senhor? A tal “borbulhinha” na cara da miúda bonita, que tem ali uma borbulhita que apareceu naquele dia e pronto, já fica feia não é? Nós não podemos defender o caos Senhor Deputado, por muito que custe nós não podemos defender o caos, o Centro Histórico, eu já o defini e já o disse, ambiciono que quatro praças do Centro Histórico fiquem sem carros, a saber, D. Duarte, Pintor Gata, Misericórdia e Largo da Sé, quando obviamente tivermos as soluções designadamente de estacionamento e de circulação para que as pessoas possam ir num transporte que permita levar as pessoas à noite ao Centro Histórico, etc., etc., mas até lá também não podemos deixar como está o Centro Histórico, há momentos no Centro Histórico e eu muitas vezes lá vou, que é preciso andar a pedir licença para os peões passarem, eu vou dar sempre prioridade aos peões no Centro Histórico e portanto a disciplina que está a ser seguida, tem que ser seguida, agora, já criámos um lugar para a polícia, exatamente para a polícia estar presente, e não é uma questão que não tenha a ver com o município, nós reunimos quase todos os meses, não, mesmo todos os meses, mais do que uma vez com a PSP, com a GNR e com a Polícia Municipal para sintonizar a atuação

no terreno, e temos pedido à PSP para ser rigorosa, isto é, rigorosa nos que exageram, porque obviamente se a pessoa chegar e parar para descarregar as malas para os hotéis que ficam ali no Centro Histórico, há claramente uma lógica, até já lá há espaços de carga e descarga exatamente para esse efeito, agora, se as pessoas querem um lugar de estacionamento para carga e descarga e põem lá o carro o dia inteiro a tirarem a possibilidade aos que vão fazer cargas e descargas o poderem fazer, a polícia tem que atuar. Portanto, seguramente eu sei que o Senhor Deputado não quer o caos e posso-lhe dizer que neste momento, acho que há um equilíbrio, aliás, ainda na sexta-feira estive com o Senhor Comandante da Polícia exatamente a falar sobre várias situações e tive a garantia até porque as queixas são apresentadas, posso dizer por exemplo, queixas apresentadas na polícia sobre situações de insegurança ou barulho no Centro Histórico, são muito poucas e quase sempre do mesmo cidadão, são muito poucas, contam-se pelos dedos de uma mão. Portanto, às vezes há coisas que se enfatizam, mas se as pessoas não fizerem a queixa na polícia, obviamente que nós também não podemos ter conhecimento. Portanto, há que fazer aqui os equilíbrios devidos mas sem caos, isto é, nós não podemos deixar, eu também gosto de levar o meu carro o mais próximo possível do destino para onde vou, mas temos que o fazer de uma forma cívica e até faz bem andar não é? Portanto, não nos esqueçamos que temos um parque de estacionamento na Santa Cristina, que temos outro na Capitão Silva Pereira, que temos outro lá em baixo junto à Feira de S. Mateus, enfim, as pessoas também os podem usar e andar um bocadinho para lá chegarem, aliás, quando há ações como os Jardins Efémeros, pura e simplesmente não há movimento de carros no Centro Histórico e as pessoas vão na mesma ao Centro Histórico e encontram forma de estacionar, portanto, vamos encontrar esses equilíbrios com toda a certeza. Senhora Deputada Florbela Soutinho, eu também tenho muito orgulho, eu acho que todos temos, eu acho que esse é um sentimento comum a todos nós é que temos muito orgulho de sermos de Viseu, e o Viseu Acolhe também foi uma forma de nós fazermos aqui o nosso charme junto dos novos estudantes, no fundo trazê-los e integrá-los na comunidade de Viseu, até porque a maioria vêm de fora e de tentar também transmitir aqui alguns valores com a Federação Académica de Viseu avançámos com duas áreas, que foi, envolver a Federação Académica no Eu Gosto da Minha Cidade, Cuido da Minha Cidade, para combatermos o vandalismo, como eu já disse aqui, são 150.000 euros por ano que a autarquia aplica no combate ao vandalismo, portanto é preciso alguma pedagogia e por outro lado os próprios estudantes vão se envolver numa ação em relação aos *graffitis*, portanto, é uma maneira também de os acolhermos e de os envolvermos na vida da nossa cidade, e portanto, seguramente que a questão da política de juventude transversal continuará. Com festas ou festinhas a verdade é que as ações se têm feito e se tem promovido o nome de Viseu e nunca vi ninguém pôr em causa que o Continente ou que o Pingo Doce faça a festa da promoção sei lá, do míscolo ou da promoção da castanha, mas pelos vistos quando é o Mercado Municipal a promover a castanha e a promover o míscolo, já parece que estamos aqui a copiar os concelhos vizinhos, isto é que é provinciano não é, fazer este tipo de interpretação porque efetivamente se estamos aqui a procurar ajudar os comerciantes, vão lá, eu ainda lá fui no sábado, aliás, desde que estou em funções já fui seis ou sete vezes ao Mercado Municipal porque tenho acompanhado este dossier também com muita proximidade e as Senhoras que lá vendem, a esmagadora maioria são Senhoras reconhecem de facto este esforço que está a ser feito. Por exemplo, o míscolo e a castanha venderam-se imenso nestes últimos dias no Mercado, e eu pergunto, isto é copiar Sernancelhe? Isto é copiar o Satão? Que bacoquice, desculpem a expressão, quer dizer, então o município está aqui a ajudar o Mercado Municipal a ter ações ao longo do ano, como vamos fazer depois a ação de Natal para promover a atividade económica e depois andam aqui a dizer-nos que nós andamos aqui a ocupar o espaço de outros. Estejam descansados que também vamos promover o queijo da serra, assim é que se promove a Cidade-Região, a Cidade-Região também se promove, trazendo a Viseu os

produtos a estes cem mil consumidores que Viseu tem e trazendo cá as coisas. Também iremos seguramente promover o queijo da serra, como iremos promover a maça bravo de Esmolfe. Todos os produtos que são desta região devem ser promovidos em Viseu e vendidos de preferência no Mercado Municipal porque também é a forma de ajudarmos estes produtores diretos e estes jovens agricultores, e já agora um pormenor, referiam umas Senhoras que vendem lá, que têm visto cada vez mais casais jovens a comprar no Mercado, o que é bom, é bom também pormos na moda o Mercado Municipal, portanto, deixem-se lá às vezes dessas frasezinhas de festas e festinhas, tentar confundir tudo e todos, até porque eu já percebi que há iniciativas que se for o Município de Viseu a promovê-las são imediatamente criticadas, mas se for o município ao lado, exatamente igual as mesmas pessoas elogiam, também já estamos habituados a esses dois pesos e duas medidas, mas também convivemos bem com isso, já sabemos que são pessoas que nunca concordaram com nada, estou quase como aquele espanhol *“és del município, soy contra”* é assim que se comportam as pessoas, se o município faz, estou contra, pronto, mas também já nos habituamos que essas pessoas sejam assim. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, já lhe respondi à questão de Cepões e em relação ao Selo de Qualidade, também me congratulo, aliás, o Senhor Deputado é uma pessoa intelectualmente honesta e pronto, capaz de elogiar e capaz de criticar quando tem que o fazer e portanto..., agora, eu diria que o Senhor deve ter um microfone no meu gabinete, estou a brincar consigo, estou a brincar consigo (ouvem-se vários sorrisos) estou a brincar consigo porque estão aqui os três administradores do SMAS, Águas de Viseu e uma das encomendas que fiz há uns meses atrás, foi exatamente a alteração do regulamento tarifário das Águas de Viseu que está em curso, assim como está em curso um programa de alteração do regulamento de taxas e ligações, porque eu próprio, mesmo numa reunião com os Senhores Presidentes de Junta me comprometi que depois do combate aos ilegais nós iríamos abordar estas duas matérias, agora, há timings para tudo, quer dizer, nós tínhamos que fazer todo um percurso e se o fizermos de uma forma atabalhoada não vamos conseguir chegar lá, obviamente que eu também não concordo com aquela quantidade de escalões e até é a Lei que nos exige sabe, a Lei obriga-nos a fazer, não sei se o Senhor Deputado sabia disto, a ERSAR obriga-nos até ao final do ano, a fazermos uma revisão do regulamento e diminuir o número de escalões, e há uma coisa que eu quero assumir aqui, é que os escalões vão deixar de ser vistos autonomamente isto é, hoje o que é que acontece? Se o cidadão entra no terceiro ou quarto escalão, paga a água ao custo mais alto dos escalões, nós não vamos fazer isso assim, vamos fazer isso de uma forma progressiva, isto é, dentro do primeiro escalão paga-se a água aquele preço, no segundo escalão aquele preço e no terceiro escalão aquele preço o que é mais justo, é mais justo e seguramente que isto trará nas franjas que alguns cidadãos vão pagar mais, os que gastam mais água e outros pagarão menos, como não deixaremos de acautelar a questão das famílias numerosas e outros critérios que nos parecem que têm que estar presentes. Portanto, por isso é que eu brincava com o Senhor Deputado, se tinha um microfone escondido no meu gabinete porque de facto este é um dossier que temos neste momento em mãos e que seguramente a curto prazo virá aqui à Assembleia Municipal e será objeto antes disso a uma discussão pública, porque são matérias que estão sujeitas a todos esses requisitos. Falta uma questão que não quero deixar de abordar que é a Sé de Viseu, que fique bem claro, obviamente que a Sé de Viseu, está a ser objeto de uma reabilitação que por acaso por coincidência aprovada ainda por mim como Secretário de Estado, foi na Rota das Catedrais, aprovei na altura uma série de reabilitações de várias catedrais do país e aquele património, está enfim, a ser requalificado com Cabido da Sé e com a Secretaria de Estado da Cultura acompanhado pelos técnicos do famoso IGESPAR que agora tem outro nome, nem sei muito bem como é que se chama, Direção Geral do Património Cultural, acho que é assim que se chama, portanto, a obra é muito importante porque há anos que a Sé e como todos sabem tem problemas de degradação do imóvel e também do seu património devido às

infiltrações de água da chuva pela sua cobertura. Não é uma responsabilidade nossa, mas temo-la acompanhado, aliás, a Senhora Vereadora foi com a Senhora Diretora Regional da Cultura há três semanas atrás se não estou em erro, há duas semanas atrás visitar as obras e o Senhor Bispo também a acompanhou e mais alguns responsáveis exatamente porque alertados por estes “posts”, nós estamos atentos a tudo o que se passa e quisemos também saber o que efetivamente se passava, para além disso eu pedi esclarecimentos escritos à Senhora Diretora Regional da Cultura e pedi também garantias e os esclarecimentos em relação aquela obra, há por um lado uma garantia, não tenho problema nenhum em depois distribuir aos Senhores Deputados a resposta escrita que me foi enviada pela Senhora Diretora Regional da Cultura em que há uma garantia de qualidade, foram técnicos do ex-IGESPAR e da ex-Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais a realizar e a acompanhar a execução do projeto, por outro lado são técnicos habilitados e experientes, eu não opinei nem vou opinar sobre a obra porque eu não sou arquiteto nem pretendo ser, não sou engenheiro, não sou responsável pela reabilitação e até acho muito interessante como é que às vezes pessoas que não parece que sejam especialistas sobre a matéria opinem de uma forma tão cáustica em relação às situações, demos a palavra a quem sabe, quando não sabemos é melhor calarmo-nos, eu tenho ouvido tantos disparates aí escritos sobre esta matéria, era bom que nos dispensassem de tantos disparates que têm existido sobre isso e há de facto uma garantia de respeito pela identidade construtiva da Sé e também do restante Centro Histórico, nem nós aceitaríamos que fosse de outra maneira, foram também evitadas soluções que aumentassem a volumetria da cobertura e a colocação de remates sem relação com a identidade arquitetónica do imóvel, eu vou até ler aqui uma parte do parecer para que vejam que enfim, que me deixou tranquilo por aquilo que a Senhora Diretora Regional me disse: “A cobertura será cerâmica em telha e garante a coerência com o todo da Sé e também do Centro Histórico” e em determinada altura ela diz: “A solução passou pela reposição de uma cobertura cerâmica porque a anterior havia sido removida em meados do século XX, em consonância com o restante Centro Histórico o desenvolvimento das águas implantadas acomoda-se ao desenvolvimento das inclinações pré existentes o ponto onde mais sobressai a nova cobertura corresponde ao local onde precisamente não é possível assumir-se qualquer outro remate” e mais à frente diz assim: “a opção pelo revestimento cerâmico em detrimento de outras soluções como por exemplo a camarinha de cobre, corresponde sobretudo a uma opção de coerência com o conjunto do Centro Histórico e por o maior respeito pela imagem e conceção formal, histórica e artística do imóvel classificado da Sé”, por outro lado, depois mais à frente diz que: “as infiltrações graves no interior da igreja e no claustro cujos danos se encontravam bem visíveis havia alguns anos, será agora sanada” e mais diz: “que esta obra estará concluída com sucesso até ao final do ano”. Portanto, estou-vos a dar aqui uma informação fidedigna e que demonstra que obviamente mesmo não sendo uma responsabilidade direta obviamente que algo está a acontecer no Centro Histórico, no nosso principal monumento e obviamente que a autarquia mesmo não tendo aqui competências não podia deixar de estar atenta e pronto, pedimos os esclarecimentos e eles aqui estão e eu vou confiar nestas pessoas que são especialistas na matéria, vi também os desenhos, vi isso tudo, vou confiar, a Senhora Vereadora vai continuar a acompanhar este processo de muito perto, penso que isto nos dá garantias e que evita enfim, todo este ruído que anda aí sobre esta matéria. Portanto, não queria deixar também de trazer isto de uma forma muito clara aqui à Assembleia Municipal para que os Senhores Deputados Municipais fiquem exatamente com a mesma informação que eu tenho e exorto se continuarem a acompanhar, qualquer situação destas não deixem logo de alertar porque nós estamos atentos e iremos procurar saber como é que as coisas são feitas. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia e iríamos iniciar de imediato o

Período da Ordem do Dia e dava de imediato também a palavra ao Senhor Presidente para tratar do Ponto numero Um da Ordem de Trabalhos.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ora bem! Eu queria aqui neste ponto da Ordem de Trabalhos, dirigindo-me a todos de novo e fazer aqui uma proposta ao Senhor Presidente se estivesse de acordo. Tem havido uma preocupação da parte do Presidente da Câmara de trazer sempre uma informação o mais exaustiva possível sobre a Atividade Municipal, mas também reconheço que é para mim cansativo e para os Senhores que me ouvem também cansativo estar aqui a ler um documento que normalmente é extensivo e vai continuar a ser, porque enfim, eu peço desculpa por trabalharmos tanto, mas como trabalhamos também gostamos de vos trazer o resultado do trabalho que fazemos e portanto, como a intervenção municipal é enviada à Mesa para distribuição por todos os Deputados por antecipação, se estivessem de acordo ia dispensar-vos da minha leitura, hoje mesmo se o Senhor Presidente estivesse de acordo e faria basicamente, passava pela intervenção pelos vários pontos de uma forma mais sintética e obviamente que depois disponível para responder a todas as questões, acho que seria uma forma de contribuir para a celeridade e dinâmica dos trabalhos, não me furtando a responder às questões que me queiram colocar, mas de facto dispensando-vos a este exercício que é cansativo para mim e para os Senhores de estar a ler alguma coisa que supostamente já leram em casa não é? Portanto, se o Senhor Presidente entender, esta é uma proposta formal que lhe coloco mesmo antes de entrar no ponto para a colocar à consideração se assim o entender da Assembleia. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Da parte da Mesa não vê nenhum problema em relação a essa questão, até porque penso que foi distribuído para todos os Deputados a informação municipal, de qualquer maneira, queríamos ouvir o Plenário sobre esta proposta que para nós faz sentido e gostaríamos de ouvir o Plenário se estão de acordo. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, parece que também tem um microfone junto ao meu cérebro, porque na última Assembleia junto com os meus colegas mais próximos de bancada, que estavam sentados mais próximos da Bancada, disse precisamente que havendo esta entrega por antecipação, tendo todos a hipóteses de a poder ler por antecipação não faz muito sentido e já que nós estamos aqui com algum esforço de tentar abreviar ao máximo esta Assembleia, que efetivamente houvesse essa maçada para quem tem que ler aquelas páginas todas e desta vez são 18 folhas, daria seguramente seria mais de meia hora, mas também efetivamente para quem vai ouvir algo que já leu, obviamente que, ficará em causa quem eventualmente não teve disponibilidade para fazer o trabalho de casa de ler, mas também penso que os próprios serviços poderão aqui rapidamente disponibilizar a intervenção para essas pessoas o que quer dizer que da nossa parte tem toda a concordância. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Se todos estão de acordo, eu proponha um formato que era, o Senhor Presidente faria um resumo genérico e depois entrava-se no debate, está bem? Ok, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu penso também que é uma atitude de bom senso e de contribuir para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Esta informação obviamente que será complementada com todas as questões que me forem levantadas, começa por enfatizar o trabalho desenvolvido ao longo deste primeiro ano, aliás, já tínhamos feito este balanço há um mês atrás, porque em bom rigor esta Assembleia Municipal está-se a realizar um mês e pouco depois da anterior e porquê? Porque agora existe esta obrigatoriedade de aprovar o orçamento no executivo até ao final do mês de outubro e eu entendi por bem propor ao Senhor Presidente da Assembleia que acedeu, que nós pudéssemos agendar de imediato uma Assembleia independentemente de poder haver

necessidade, se houver necessidade de fazer, faremos Assembleias que forem necessárias para o debate dos assuntos. Portanto, enfatizar aqui, por um lado todo o trabalho que fizemos no domínio da criação das condições para podermos captar investimento, o Gabinete do Investidor, o Regime de Incentivos Diretos ao Investimento, enfim, as condições a dar às empresas o “Viseu Educa”; o “Viseu Local” a revitalização do Centro Histórico, referir-me também aqui ao “Viseu Sénior”, e no domínio da cultura e do estímulo à produção artística e cultural, também o trabalho que tem sido feito, para além da modernização da administração municipal no âmbito das Águas de Viseu como ainda agora estivemos a falar. Esta informação fala também, esta questão do Orçamento Participativo é claramente um momento muito importante da vida do nosso município nesta democracia participativa que se pretende construir e que este executivo tem dado provas. No início sei que algumas pessoas desconfiaram, mas penso que hoje já ninguém tem dúvidas que efetivamente é este o caminho que nós vamos continuar a seguir. Dizer que toda avaliação das propostas do Orçamento Participativo foi feito de uma forma confidencial pelos nossos serviços e há cinquenta projetos que a partir de 24 de novembro vão passar a estar sujeitos a votação numa decisão livre e coletiva. Como sabem também alargámos a área geográfica de implantação que corresponde a esta nova proposta da nova ARU, e fizemo-lo, como também gostava de referir, com sentido de cidadania e num espírito livre que cumpre registar, e no fundo também registar aqui que foram 1150 cidadãos que visitaram a plataforma “Viseu Participa”, 200 participaram nas 10 assembleias e realçar aqui de facto 60% de jovens e 46% de mulheres participaram neste debate, o que não deixa de ser interessante do ponto de vista até do assunto que estávamos a falar há pouco. Portanto, no fundo exortar os Senhores Deputados a que efetivamente participem de uma forma viva nesta votação porque ela é o início, já neste orçamento do próximo ano duplicamos a verba para o Orçamento Participativo e eventualmente até, nalgumas freguesias poderemos vir também a adotar este procedimento que nos parece um bom caminho do ponto de vista do que estamos a fazer. Também no âmbito da dinamização do apoio ao desenvolvimento local, tem sido também prosseguido, no sentido de criarmos uma administração mais eficiente, mais aberta e plural e valorizar também as atribuições, aliás, a 2 de outubro promovi, até no sentido da promoção da cultura promovi mais uma reunião do fórum estratégico Viseu Cultura onde também aqui nos propomos lançar uma “call” e querer aqui um período em que as diferentes instituições do concelho ou fora dele vão poder apresentar propostas para o nosso programa cultural, no tal princípio que eu tenho falado aqui, porque nós queremos ser de facto um dos principais polos culturais do país, mas não queremos que seja a Câmara a transformar-se numa agência de promoção de eventos, é envolver digamos que, as diferentes sociedades e folgo até ter visto há dias numa entrevista do Senhor José Rui do ACERT exatamente a enfatizar esta nova postura da autarquia em relação também à produção cultural na região e até ao convite que temos vindo a fazer a estas entidades que fazem parte do nosso fórum estratégico Viseu Cultura para participarem de uma forma mais dinâmica. Portanto, sobre esta matéria também referir a inauguração que fizemos há dias na Quinta da Cruz desta exposição do Nadir Afonso, a quem não a foi ver, convido-os, é de facto uma exposição que valer a pena ver, referir também a recente criação da Orquestra Juvenil de Viseu, numa parceria com o Conservatório Regional de Música. A Orquestra Juvenil de Viseu é um projeto de educação, inclusão cultural e formação artística de talentos, portanto aqui com uma lógica também de inclusão social e de ligação às nossas freguesias rurais designadamente com o envolvimento de músicos que estejam ligados às nossas bandas e por aí fora, portanto, esta foi uma encomenda do Presidente da Câmara que me agrada muito de estar já tão avançada do ponto de vista do seu desenvolvimento e com uma entidade que está à prova de bala do ponto de vista da sua qualidade e daquilo que consegue fazer. Um outro aspeto também aqui referido, eu já me referi a ele, que é o “Viseu Acolhe os nossos Estudantes”, de facto foi uma boa ação com a FAV e sobretudo

passámos a ter aqui também uma lógica de trabalho conjunto com a Federação Académica de Viseu para desenvolvermos várias ações ao longo do ano, acompanharmos, e no sentido de os estudantes que vêm para Viseu sentirem que são bem acolhidos e que são pertença da cidade e ao mesmo tempo fazermos aqui também uma perspetiva cívica nessa matéria. Refiro-me a seguir ao combate aos ilegais que já foi matéria aqui hoje tratada e todos os números ficaram aqui bem enfatizados, mas com três objetivos principais, por um lado garantir a qualidade e segurança no abastecimento de água às populações, e por outro lado proteger os solos de contaminações de fossas sépticas de habitações e por outro lado introduzir justiça social e proteger a sustentabilidade económica do nosso sistema municipal. A nossa opção pela ação pedagógica e voluntária do município está aqui bem presente, será um princípio que iremos manter noutras campanhas que temos neste momento em curso designadamente no setor do trânsito, em que vamos ter também aí algumas ações cívicas designadamente para o estacionamento em segunda fila que é preciso de facto ser combatido porque atrasa os horários dos autocarros e é um comportamento que não podemos permitir. Em relação à água, obviamente que passada esta fase do combate aos ilegais de uma forma voluntária, estamos já à passar à fase da ação de fiscalização e queremos continuar a ter esta água de qualidade que temos hoje e a um preço acessível. Portanto, desta maneira estamos também aqui a cumprir a justiça social. Depois a parte seguinte da minha intervenção prende-se com o orçamento e que gostava de enfatizar aqui, portanto, a ambição de consolidar por um lado as apostas estratégicas da coesão social e do desenvolvimento económico, que foram expressas no programa Viseu Primeiro e a expectativa de uma evolução positiva da abertura das linhas de financiamento quer do “Portugal 2020” portanto, os fundos do QREN, tendo em vista um novo ciclo de investimentos estruturantes e sustentáveis para o desenvolvimento do concelho. O Orçamento global é de 83,3 Milhões de euros. Destes 51,2 Milhões respeitam à Câmara Municipal e 32,1 Milhões às Águas de Viseu. Um aspeto muito importante é que conseguimos aqui neste orçamento a capitalização de 11 Milhões de euros, que transferimos de receita corrente para despesas de capital, o que denota bem enfim, o esforço que temos vindo a fazer designadamente na contenção de despesa, há uma descida de 1,6% nas despesas correntes face ao ano de 2014, e este superavit esperado reforçará a boa saúde financeira do Município, no fundo permitindo criar melhores condições de sustentabilidade e também estarmos preparados para este novo ciclo, porque temos aqui um ciclo de investimentos designadamente dos fundos comunitários que implica termos meios financeiros para o fazer. Realçar também aqui a redução do passivo, este ano reduziremos o passivo do município em 3 milhões de euros, e realçar aqui também a política fiscal transparente, inovadora e amiga das famílias e das empresas. Para as famílias, através da manutenção de taxas mínimas nos Impostos Municipais, como é o caso Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e da redução em 20% da componente municipal em sede de IRS (-1%), e também em toda a política virada para as empresas designadamente no âmbito do “Viseu Investe”, e é preciso ler a política, portanto, as isenções de derrama para as novas micro e pequenas empresas, bem como a isenção para as micro e pequenas empresas que criem pelo menos 5 postos de trabalho. Portanto, estas duas isenções mais a redução de 20% para empresas com faturação até 150 mil euros, vem na lógica daquilo que eu defendo por um princípio de estabilidade da política fiscal e para quem nos acusa de não ter política fiscal, eu recorde-me ter sido aqui elogiado até pelo Senhor Deputado do Partido Socialista quando aprovámos o regulamento de incentivos às empresas de ser aqui elogiado pela política fiscal que o município estava a adotar, portanto, às vezes também não percebo muito bem esta disparidade das declarações que são feitas aqui na Assembleia Municipal e depois nas conferências de imprensa, mas enfim, é a vida, é a política. Queria também destacar aqui que as funções sociais e as funções económicas absorvem mais de 81% das GOP, para quem nos acusa de não termos focalizado este orçamento no domínio social e económico,

enfim, ele fala por si nestas opções que aqui estão. De resto também, o “Viseu Educa”, enfim, tudo o que tem a ver com a educação, há aqui uma locação de recursos nas funções da educação cresce mais de 20% face a 2014, ascendendo aqui quase 5,9 milhões de euros, também no domínio do Viseu Social há aqui enfim, um forte investimento na solidariedade social e em relevantes funções sociais diversas o “Viseu Ativo”, também para os nossos seniores do concelho, também no domínio da cultura estamos aqui a alocar 4,3% das GOP municipais, desafio a encontrarem muitos municípios no país que aloquem quase 5% do seu orçamento à Cultura, desafio mesmo a que o façam, e no âmbito do Desporto o mesmo, a encontrarem outros municípios no país que aloquem quase 5% também do seu orçamento ao Desporto, para além da vertente da aposta rural em que há claramente aqui um forte enfoque também nesta nova fórmula de entendimento que temos com os Senhores Presidentes de Junta, não só nas transferências diretas, isto é, naquilo que são competências transferidas diretamente para as freguesias, mais o investimento que está previsto, mais o investimento do SMAS o que nos coloca aqui num patamar muito próximo dos 4,6 Milhões de euros para as freguesias o que acho que é talvez um dos números mais elevados que alguma vez ocorreu do ponto de vista da aprovação de um orçamento. A reabilitação também é aqui uma das nossas prioridades, ainda hoje falámos sobre Reabilitar para Arrendar, mas também aqui a lógica da reabilitação não só no meio urbano mas também no meio rural, há aqui claramente também uma perspetiva virada para isso. Também na rede de água e saneamento um esforço muito grande 17% do cômputo das Grandes Opções com cerca de 6,1 Milhões de euros e no capítulo de “desenvolvimento económico e energia” ocupa o 2º lugar do ranking das GOP, com um peso financeiro de 16,1% e uma variação positiva de 25% face a 2014, se somarmos às funções económicas o investimento em mobilidade e transporte na casa dos 3 Milhões, este investimento ascende a 9 Milhões de euros. Portanto, 2015 será um ano de viragem no ciclo de investimentos e um ano em que este orçamento irá crescer à medida que formos aprovando também nos fundos estruturais alguns dos projetos que temos preparados para apresentar e portanto o orçamento crescerá à medida que forem aprovados esses projetos que serão essencialmente no domínio do investimento e desenvolvimento económico, na solidariedade, inclusão, educação e cultura, na revitalização do Centro Histórico e na coesão territorial do concelho. Por último também referir aqui o esforço que a autarquia vai ter que fazer no âmbito do Fundo de Apoio Municipal, vai ser um esforço de quase 400 mil euros, sendo que não é uma despesa, acaba por ser uma subscrição de um fundo que vai ter inclusivamente uma remuneração, mas que não deixa de ser aqui a constituição de um fundo para acudir a alguns municípios que felizmente não é o nosso caso que estão em má situação financeira, não deixando eu de defender que quem faz opções faraónicas e mal feitas, devia ser mais responsabilizado, acho que no exercício da atividade autárquica como na governação seja ela de que nível for, quem assume opções que não estão de acordo com as possibilidades de cada um dos municípios devia ser penalizado do ponto de vista da legislação e portanto, embora eu seja desfavorável a alguns aspetos da Lei dos Compromissos, da forma como ela está processada veio introduzir uma burocracia excessiva, eu sou a favor da Lei dos Compromissos, eu acho que nós só devemos assumir uma despesa quando sabemos de onde é que vem a receita, este princípio tem que ocorrer, agora o Fundo de Apoio Municipal acaba também por ser um fundo solidário onde os vários municípios contribuem de acordo com a proporcionalidade da sua receita e que permitirá hoje responder a alguns que estão em situação difícil, mas que poderá no futuro responder a outros, eu tenho dito publicamente que a fronteira entre uma boa situação financeira e uma má situação financeira às vezes não é tão grande como parece. Durante os últimos anos quase todos os municípios apostaram muito na infraestruturação e a infraestruturação o que é que implicou? Muitas vezes a expropriações por utilidade pública em que muitos dos seus proprietários não ficaram satisfeitos com os valores das indemnizações, basta que um município como o nosso tenha meia dúzia de condenações

em matérias destas para passar de uma situação de boa saúde financeira para uma de má situação financeira, portanto, é bom termos aqui também, às vezes quando se envereda e eu também preferia que o município de Viseu não tivesse que contribuir ou que subscrever estes 2,8 Milhões de euros nos próximos sete anos, preferia sinceramente que isto não acontecesse, agora também é preciso colocarmo-nos na lógica de criar um instrumento que permita acudir às situações e seguramente, e espero que isto nunca aconteça no nosso município, mas seguramente se chegássemos como o de Aveiro ou outros a uma situação de rutura financeira, também gostaríamos enquanto cidadãos de ter um instrumento que nos ajudasse a ultrapassar essas dificuldades. Portanto, Senhor Presidente, desta forma mais sintética, era esta a intervenção que eu queria fazer neste período de informações do Presidente da Câmara, obviamente sempre disponível para responder a todas as questões que as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados ou os Senhores Presidentes de Junta pretendam ver respondidas. Muito obrigado.-----

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados.-----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

A 30 de Setembro passado, no limiar do cumprimento do primeiro ano do mandato que os viseenses nos confiaram, apresentei neste fórum um balanço dos principais progressos de execução do programa de governo municipal.-----

Fi-lo com especial referência aos domínios estratégicos desse programa: do desenvolvimento económico e do investimento, da solidariedade social e inclusão, da revitalização do centro histórico e da coesão local, mas também da modernização da administração municipal e do fomento da cidadania participativa.-----

Em todos eles, antes mesmo do cumprimento do primeiro ano, foram lançadas as bases estruturantes do seu desenvolvimento, de que são prova os vários programas de ação aprovados e em curso, tendo na sua base uma forte participação coletiva, livre e aberta, marca indelével da gestão municipal e do seu relacionamento democrático e responsável com a sociedade viseense.-----

Em muitos casos, ainda, são sensíveis já frutos concretos destas apostas. Em especial, nas medidas estruturantes de estímulo ao investimento produtivo e nas novas condições de apoio dadas às empresas, de que são exemplos o inovador e transparente regime de incentivos diretos ao investimento e à criação de emprego e o gabinete do investidor; no forte apoio social às famílias e às comunidades escolares, na intervenção em infraestruturas educativas prioritárias, bem como na inovação, na qualificação e diversificação formativa no concelho preconizada pelo “Viseu Educa”; no “Viseu Local” e nas transferências de competências e recursos financeiros para as nossas juntas de freguesia, em prol da coesão social e territorial; na revitalização do Centro Histórico, na ancoragem e desenvolvimento de novas valências que lhe confirmam novo pulmão humano, cultural, económico, assim como na reorientação estratégica empreendida na Sociedade de Reabilitação Urbana Viseu Novo; na ativação do “Viseu Sénior”, que qualificou e alargou a cobertura das iniciativas de inclusão dos seniores do nosso concelho; no fomento da produção e da acessibilidade culturais, no estímulo à criatividade artística, formação e radicação de novos talentos e a afirmação de eventos que valorizem a atratividade de Viseu; na modernização da administração municipal e, em especial das Águas de Viseu, com ganhos relevantes para a qualidade de vida dos munícipes e para a eficiência da prestação dos serviços municipalizados. Para dar apenas alguns exemplos.-----

Na última prestação pública de contas realizada nesta sede, enumerei com detalhe um conjunto de avanços relevantes garantidos antes da conclusão do primeiro ano de governo

municipal, e sujeitei a este escrutínio as opções tomadas em sede dos programas “Viseu Educa” e “Viseu Viva”.-----

Um mês decorrido cabe-me atualizar essa informação e, em especial, sujeitar ao debate e à aprovação as propostas orçamentais e de grandes opções do plano do Município, instrumentos de política pública fundamental ao desenvolvimento local e regional.-----

Opto em primeiro lugar por atualizar a informação a respeito da evolução do 1º Orçamento Participativo de Viseu, compromisso programático de promoção da cidadania participativa e de aproximação da comunidade à vida pública e às causas coletivas locais que garantimos no primeiro ano do nosso mandato.-----

A 27 de Outubro foram publicados na plataforma eletrónica “Viseu Participa” os 50 projetos que resultam da fase de apresentação de propostas. Cumprimos escrupulosamente o calendário estabelecido e devolvemos a palavra aos cidadãos para que apresentem reclamações da análise efetuada e, a partir de 24 de novembro, votem e decidam livre e coletivamente.-----

Neste 1º Orçamento Participativo do concelho, da comunidade regional e do distrito de Viseu, os viseenses e amigos de Viseu mobilizaram-se fortemente e, em alguns casos, organizaram-se coletivamente para apresentarem ideias concretas para revitalizar o centro histórico e melhorar a nossa vida coletiva, numa área geográfica que se alargou à Cava de Viriato, ao Bairro municipal da Cadeia, à Ribeira e ao Parque Aquilino Ribeiro. Fizeram-no com sentido de cidadania e num espírito livre que cumpre registar. A democracia reclama pluralidade e espaço de participação que o Município está a estimular.-----

Independentemente dos resultados finais, estamos a contribuir para uma cultura democrática local mais forte – mais plural, mais inclusiva, mais participativa e mais responsável.-----

1150 cidadãos visitaram a plataforma “Viseu Participa” e quase 200 participaram nas 10 assembleias participativas que realizámos. Recordo que nesta 1ª fase os jovens e as mulheres representaram 60% e 46%, respetivamente, dos acessos à plataforma web e mobile, invertendo a tradição de uma menor participação cívica e política.-----

Ao todo, foram registadas 72 propostas, distribuídas por uma dezena de áreas temáticas: ação social, cultura e eventos, educação, juventude e desporto, espaço público e espaços verdes, trânsito e mobilidade, marketing territorial, turismo, comércio e promoção económica, urbanismo, reabilitação e requalificação urbana.-----

Nos últimos meses, uma equipa de 16 colaboradores do Município e da SRU Viseu Novo empenhou-se na análise das propostas recebidas, para verificar a viabilidade legal e financeira das ideias e o respeito pelas regras do Orçamento Participativo. Esta análise foi isenta de preconceitos, juízos de valor e análises qualitativas das propostas.-----

Garantimos total isenção nesta fase – tanto mais que quem analisa propostas não conhece a identidade dos proponentes.-----

Não há nenhum diretório ideológico, estético ou cultural no Orçamento Participativo de Viseu. Todas as ideias viáveis foram viabilizadas, deixando a apreciação do mérito e o poder da decisão para a votação popular. Com esta iniciativa estamos também a criar uma cultura nova dentro da própria organização municipal, numa aprendizagem de diálogo com a comunidade e a cidadania. A administração camarária não interferiu nesta apreciação técnica, seguindo a prática dos melhores Orçamentos Participativos.-----

74 por cento das propostas recebidas receberam luz verde e deverão seguir para a fase da votação. Das 72 propostas recebidas, 53 são válidas e foram convertidas em 50 projetos. 20 no Centro Histórico (antiga ACRRU), 5 na Cava de Viriato, 7 no Bairro Municipal, 1 na zona da Ribeira e 17 globalmente na área de incidência do Orçamento Participativo.-----

O Orçamento Participativo de Viseu não se converteu como outros numa gaveta de ideias inviáveis. Pelo contrário, está bem vivo e oferece um naipe de boas opções concretizáveis, O período de votação será pois interessante de acompanhar, sendo nossa responsabilidade promover a participação nas urnas.-----

Estamos a adotar medidas para tornar a votação simultaneamente participada, acessível e segura, a favor da maior participação possível mas também contra abusos eletrónicos. Adotaremos assembleias de voto em permanência e simultaneamente haverá a opção de voto eletrónico para cidadãos com conta registada na plataforma.-----

Esta é uma iniciativa para chamar os cidadãos à participação – especialmente aqueles que estão alheados da vida pública e que querem intervir ativamente na vida do seu concelho.

Por esse motivo e pelos resultados estimulantes que temos alcançado, replicaremos esta iniciativa no próximo ano e com um orçamento, pelo menos, redobrado, e que se abrirá a todas as outras freguesias.-----

O esforço de estruturar e dinamizar uma rede relevante de apoio ao desenvolvimento local tem sido também prosseguido. Criar essa rede é tão necessário como mantê-la e ativá-la. Esse esforço e essa política são também formas de promover uma administração mais competente, mais eficiente, mais aberta e plural e de valorizar as atribuições, potencialidades e recurso das instituições e agentes, em prol do bem comum e de um desenvolvimento mais integrado e consequente.-----

A 2 de Outubro promovi nova reunião do fórum estratégico Viseu Cultura., tendo por principal objetivo principal auscultar opiniões e recolher contributos sobre um novo modelo municipal de planeamento e atribuição dos apoios municipais à produção cultural e à formação de públicos.-----

A ambição de fazermos de Viseu, a 10 anos, “o terceiro polo cultural do país” exige que a atuação do Município tenha um sentido mais estratégico e que a rede dos agentes culturais participe de uma política e contribua para ela. A Câmara Municipal assume as suas responsabilidades no desenvolvimento dessa política e quer fazê-lo numa concertação estratégica em rede.-----

Queremos também reforçar o caráter estratégico dos apoios municipais e desejamos aumentar o contributo da cultura no marketing territorial e na atratividade turística de Viseu.-----

Estes objetivos pedem uma maior concertação entre o município e os agentes culturais e pedem um novo paradigma de atuação, nomeadamente através de um novo modelo de estímulo à produção cultural e à oferta de eventos culturais no concelho.-----

Um modelo baseado na lógica de “concurso” de ideias e de projetos, através do qual o Município reforça o planeamento da agenda e o fomento da produção cultural em determinadas áreas estratégicas e segundo princípios de responsabilidade, sustentabilidade, transparência e equidade no acesso.-----

Nesse quadro, o Município lançará muito brevemente uma “call” para a atribuição dos seus apoios financeiros ou institucionais. Esta “call” concentrará a grande parte ou mesmo a generalidade dos apoios municipais à produção e oferta cultural que pretenda beneficiar do financiamento ou do apoio municipal. Para compromissos diferentes teremos graus de responsabilidade diferentes.-----

Entretanto, tem a Câmara desenvolvido esforços no sentido de manter e incrementar uma oferta cultural de qualidade, designadamente nos espaços com essa vocação. É o caso da Quinta da Cruz que recebe atualmente e até 15 de fevereiro uma exposição muito representativa de um dos mais importantes artistas plásticos portugueses da contemporaneidade: Nadir Afonso. O serviço educativo da Quinta da Cruz acompanha também essa exposição organizada numa parceria com a Fundação Nadir Afonso.-----

A política cultural do Município será, cada vez mais, uma política cultural educativa, voltada para a formação de públicos, de crianças e jovens, e de práticas de consumo e criação artísticas. Um desenvolvimento cultural sustentável implica uma aposta na educação artística e cultural da nossa comunidade. Exemplo dessa disposição programática, expressa no plano “Viseu Educa”, é a criação da Orquestra Juvenil de Viseu, numa parceria com o Conservatório Regional de Música.-----

A Orquestra Juvenil de Viseu é um projeto de educação, inclusão cultural e formação artística de talentos na área de música. Visa formar uma orquestra clássica, com cordas, sopros e percussão, constituída por crianças e jovens do concelho de Viseu, assim como por professores (preferencialmente jovens) e profissionais que concorram para uma formação artística de excelência.-----

A inclusão social através do envolvimento de instituições que trabalhem com pessoas portadoras de deficiência ou lares da terceira idade, a oferta de concertos pedagógicos para crianças do 1º ciclo do ensino básico, a formação de novos públicos culturais e a promoção do património cultural da cidade-região são outros dos objetivos a que o projeto se acha vinculado.-----

Será da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu assegurar, direta ou indiretamente, os recursos necessários ao desenvolvimento do projeto e o funcionamento da Orquestra. O Conservatório de Música de Viseu terá a seu cargo a direção artística, a programação pedagógica e o recrutamento dos professores necessários ao seu bom desenvolvimento e funcionamento.-----

A Orquestra Juvenil de Viseu realizará estágios anuais e concertos no período de férias de Natal, da Páscoa e de Verão, atuando ainda, regra geral, nas comemorações do Dia do Município e realizando um conjunto de concertos pedagógicos para públicos escolares.-----

Os estágios serão ministrados por um corpo docente especializado, na sua maioria professores do Conservatório de Música, que contará com um ativo de 11 professores nos naipes de cordas, sopros e percussão. A comunidade escolar e educativa, cultural e científica é a base social e formativa mais relevante e promissora para o desenvolvimento da nossa sociedade, para a defesa de um padrão elevado de qualidade de vida e para o desenvolvimento pessoal das novas gerações de viseenses.-----

O desenvolvimento de uma ação organizada de acolhimento dos nossos estudantes do ensino superior, pela primeira vez no Município, concorre também para estes desígnios. Viseu tem neste ano letivo cerca de 800 novos alunos no ensino superior, num total que ronda os 7000 estudantes. A iniciativa “Viseu Acolhe os nossos Estudantes”, realizada em parceria com a Federação Académica de Viseu e os estabelecimentos de ensino, é um contributo para criar um novo ciclo na relação dos estudantes com a cidade e da cidade com os estudantes.-----

Enquanto “Melhor Cidade para Viver”, Viseu tem de ser também “A Melhor Cidade para Estudar”. Isto implica uma nova atitude da cidade na receção, no acolhimento e no acompanhamento dos seus estudantes, e implica também uma nova atitude dos estudantes, através de comportamentos amigos da cidade e da sua participação e cidadania, que estamos a fomentar.-----

No início do mês de Outubro, apresentámos também os resultados da campanha que lançámos no Município contra as ligações ilegais de água e saneamento, numa das iniciativas no âmbito do programa de reforma e modernização das Águas de Viseu.-----

A administração da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados não se embaraçou com um tema que sensível. Todos sabemos que existem alguns milhares de habitações sem ligação às redes públicas de água e saneamento e com soluções privativas precárias, sem controlo e qualidade, quando as redes públicas lhes passam à porta e é legalmente exigível que sejam utilizadas. Todos sabemos também que existem ligações ilegais e clandestinas às redes públicas, sem qualquer controlo e sem o devido pagamento por parte dos seus utilizadores. Estas situações criavam e criam, por um lado, riscos sérios para o ambiente e para a saúde pública e, por outro, uma injustiça social inaceitável entre munícipes e utilizadores.-----

Lançámos por isso esta campanha organizada e pioneira de combate às ligações ilegais ou precárias de água e saneamento, com 3 objetivos: garantir qualidade e segurança no abastecimento de água às populações que estão em condições de ser ligadas à rede, pondo termo a consumos não controlados de água de poços e furos, que têm risco de contaminações; proteger os solos de contaminações de fossas sépticas de habitações que

podem ser ligadas à rede pública de saneamento, defendendo o ambiente e a saúde pública; introduzir justiça social e proteger a sustentabilidade económica do nosso sistema municipal, sem uma tónica punitiva e penalizadora para quem manifestou a vontade de regularizar a sua situação.-----

Esta campanha durou meio ano. Preferimos uma ação pedagógica do Município e uma atitude voluntária do munícipe a qualquer lógica coerciva. Pusemos a campanha no terreno em março e estendemos a sua execução até final de julho, prolongando o período de formalização dos pedidos até 31 de agosto devido a uma enorme afluência aos serviços municipalizados. Os resultados são muito positivos e são também resultados importantes, com um forte impacto ambiental no concelho. Concretizando-se todos os pedidos que recebemos haverá em Viseu mais 3700 casas ligadas ao saneamento e 3100 habitações com água pública, tratada e controlada.-----

Ao todo, recebemos nesta campanha 3737 requisições de ligação à rede de saneamento e 3165 requisições de ligação à rede de água. Nos meses de julho e agosto, os pedidos de ligação de água e saneamento dispararam mais 1500 por cento face ao número de pedidos de 2013. Mais de 2500 requisições estão já concretizadas nas casas.-----

Em termos anuais, a evolução destes pedidos face a 2013 mostra um passo de gigante: aumentam 603 por cento. Aproximadamente, a campanha trará para as Águas de Viseu 2000 novos clientes. É um aumento de 5% do número global de clientes.-----

Com estes resultados defendemos a sustentabilidade económica do nosso sistema municipal e a política de preço da água que temos praticado. Viseu tem uma das águas mais baratas do país. Queremos manter essa política de preço acessível e esta justiça social contribui para esse objetivo.-----

As juntas de freguesia foram importantes aliadas nesta campanha. Garantiram uma proximidade e um esclarecimento às populações que a Câmara e as Águas de Viseu, por si só, nunca conseguiriam. Terminada esta campanha, será lançada uma ação de fiscalização.-----

Cumpre-me também apresentar as linhas gerais da proposta de orçamento e grandes opções do plano do Município para o ano 2015, bem como das medidas de fiscalidade municipal.-----

Marcam e definem a política orçamental municipal para 2015 a ambição de consolidar as apostas estratégicas de coesão social e desenvolvimento económico expressas no programa “Viseu Primeiro” e a expectativa de uma evolução positiva de abertura das linhas de financiamento do “Portugal 2020”, tendo em vista um novo ciclo de investimentos estruturantes e sustentáveis para o desenvolvimento do concelho.-----

As propostas de orçamentos do Município de Viseu para o ano 2015 (Câmara Municipal e Águas de Viseu – SMAS) apresentam um valor global de receita e despesa de 83,3 milhões de euros. Destes, 51,2 milhões respeitam à Câmara Municipal e 32,1 às Águas de Viseu – Serviços Municipalizados.-----

Será garantida uma capitalização de 11 milhões de euros, com a despesa corrente da Câmara Municipal a registar uma descida de 1,6% face ao ano de 2014, em resultado da redução dos encargos com pessoal e da aquisição de bens e serviços.-----

O superavit esperado reforçará a boa saúde financeira do Município, permitindo criar condições mais favoráveis e de maior sustentabilidade para o novo ciclo de investimentos sociais e económicos com financiamento comunitário.-----

A redução do passivo terá também o contributo do superavit na receita corrente. As amortizações dos endividamentos de médio e longo prazo deverão ascender a quase 3 milhões de euros.-----

Com estas propostas, o Município melhorará a sustentabilidade dos níveis de endividamento impostos pela lei em vigor, sem no entanto restringir a realização dos investimentos considerados estratégicos e pertinentes para o desenvolvimento do concelho.-----

Simultaneamente, apostamos em 2015 numa política fiscal transparente, inovadora e amiga das famílias e das empresas.-----

Para as famílias, através da manutenção de taxas mínimas nos Impostos Municipais, como é o caso Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e da redução em 20% da componente municipal em sede de IRS (-1%). Na vertente empresarial, nomeadamente através da implementação do programa de incentivos financeiros diretos do “Viseu Investe” já aprovado por esta assembleia.-----

Na sua aposta do desenvolvimento económico, a Câmara Municipal renovará também em 2015 a isenção de pagamento da derrama as novas micro e pequenas empresas criadas em 2014 e todas as micro e pequenas empresas que criem pelo menos 5 postos de trabalho. As empresas com faturação até 150 mil euros/ano verão também reduzida a sua derrama em 20%.-----

As políticas municipais contribuirão assim para o aumento dos rendimentos disponíveis das famílias, para a atratividade económica do concelho e para o desenvolvimento da economia local.-----

As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2015 evidenciam também a estratégia de desenvolvimento do programa “Viseu Primeiro 2013/2017”, representando para o próximo ano um valor global de 35,7 milhões de euros.-----

As funções sociais e as funções económicas absorvem mais de 81% do total das GOP para 2015 (ou seja, 29,5 milhões de euros), estando também aqui contida a expressão de prioridade estratégica conferida à revitalização do Centro Histórico.-----

Nas funções sociais destacam-se os investimentos e encargos com a educação, com especial relevo para a prossecução de projetos de construção e requalificação de equipamentos escolares, quer na implementação do programa “Viseu Educa”, vocacionado para a diversificação das formações e a modernização da educação local. De resto, em 2015, a alocação de recursos em funções de educação cresce mais de 20% face a 2014, ascendendo a quase 5,9 milhões de euros.-----

No programa Viseu Social, mantém-se o forte investimento na solidariedade social e em relevantes funções sociais como a habitação. No âmbito das funções sociais do Município inscrevem-se também as apostas estratégicas na valorização e qualificação da produção e oferta cultural no concelho e no fomento e formação da prática desportiva para todos.-----

Estas apostas são ainda fundamentais para reforçar o esforço de promoção de uma comunidade inclusiva, com igualdade de oportunidades, participativa e aberta, de que constitui exemplo a iniciativa “Viseu Ativo”, dirigida a seniores do concelho, e a agenda cultural eclética e vibrante promovida pelo Município nas áreas do teatro e da dança, da música, da arte urbana e das tradições.-----

Num concelho que se pretende afirmar crescentemente como polo de referência de cultura e eventos, a aposta na programação, produção e formação culturais merece não apenas uma justa tradução financeira (acima dos 4,3% das GOP municipais), como uma política inovadora e mais ativa de parcerias regionais e nacionais, tal como tem sido posta em marcha pelo executivo camarário.-----

O programa Viseu Cultura traduzirá em 2015 um investimento das GOP de 1,6 milhões de euros e o domínio do Desporto um investimento de quase 2 milhões de euros.-----

Também nas funções sociais das GOP do Município cabem os importantes investimentos nas apostas da coesão territorial, na reabilitação do espaço urbano e rural, orçados nesta proposta em mais de 2,2 milhões de euros, dos quais 1,6 milhões são destinados a transferências no âmbito do Viseu Local.-----

No âmbito territorial caberão ainda ações estruturais destinadas à execução do Plano Diretor Municipal, tendo em vista um ordenamento do território mais eficiente, promotor da qualidade de vida e do investimento.-----

A melhoria da rede de água e saneamento básico e as funções de recolha e seleção dos resíduos sólidos, segundo um padrão de eficiência, são também garantidas nesta proposta, representando um esforço de 17 por cento do cômputo das Grandes Opções, ou seja, de 6,1 milhões de euros.-----

O capítulo de “desenvolvimento económico e energia” ocupa o 2º lugar do ranking das GOP municipais para 2015, com um peso financeiro de 16,1% (apenas inferior ao investimento previsto no Viseu Educa) e uma variação positiva de 25% face a 2014.-----

Em termos financeiros, as GOP de índole económica representam quase 6 milhões de investimentos, evidenciando-se os relacionados com a reabilitação no Centro Histórico, dos quais se destacam as obras do programa “Reabilitar para arrendar”.-----

Se somarmos às funções económicas o investimento em mobilidade e transportes (na casa dos 3 milhões de euros), este investimento ascende a 9 milhões de euros.-----

Assim, as GOP para 2015 reforçam a orientação municipal dada nas prioridades ao investimento social, económico e territorial, cuja expressão crescerá com a evolução gradual de receitas provenientes dos financiamentos dos fundos estruturais do “novo QREN” que se esperam no próximo ano.-----

Com efeito, a formulação destas propostas precedeu a formalização e o arranque dos Programas Operacionais do “Portugal 2020”, que constituem importantes instrumentos de estímulo ao investimento económico e municipal. Esta é uma condicionante que impõe desde já a assunção de um orçamento retificativo em 2015.-----

2015 será um ano de viragem no ciclo de investimentos, resultado da entrada em funcionamento do novo quadro de fundos estruturais, pelo que os orçamentos municipais devem ser também uma janela aberta sobre esse horizonte.-----

Desta forma, o orçamento da Câmara Municipal e das Águas de Viseu para 2015 crescerão à medida que forem aprovados investimentos no novo quadro de financiamentos comunitário – e crescerão, sobretudo, em linha com as prioridades de política local adotadas. A saber, no investimento e desenvolvimento económico; na solidariedade, inclusão, educação e cultura; na revitalização do centro histórico e na coesão territorial do concelho.-----

Finalmente, em consequência da legislação nacional que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, o Município de Viseu será obrigado a contribuir para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) com 2,8 milhões de euros a realizar em sete anos, pelo que na proposta de orçamento agora apresentada o Município de Viseu vai capitalizar aquele fundo com cerca de 400 mil euros.-----

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.-----

Estamos convictos de que colocamos o interesse de Viseu primeiro. O interesse das gerações presentes, mas também das gerações futuras, conscientes do legado das gerações passadas. Com ambição em novos reptos, mas com sentido de justiça social e responsabilidade na sustentabilidade territorial e económica das nossas opções.” (Anexo 1, página 600).-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Eu só ia fazer um comentário final que tem a ver com aquilo que referiu em relação a outros municípios, eu acho que também precisamos de uma sociedade mais exigente ou seja, precisávamos que houvesse um maior escrutínio, um maior sentido crítico e também a defesa que a sociedade fizesse daquilo que são as gestões rigorosas e das autarquias com sustentabilidade financeira, fosse também a própria sociedade a ser mais exigente neste âmbito e que às vezes não é. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Porque Vossa Excelência nesta sua intervenção sobre a atividade do município não abordou dois problemas que eu entendo que são de interesse, eu gostaria de questioná-lo nos seguintes termos:-----

O primeiro destes assuntos é sobre a contratação de 24 pessoas, de acordo com o que foi veiculado no “Correio da Manhã” de 6 do corrente mês de Novembro, para em regime de trabalho temporário, exercerem funções na Rede de Museus Municipais.-----

Como recordarão, na sessão de 30 de dezembro de 2013, levantei nesta Assembleia o problema da ilegalidade de este Executivo ter voltado a estabelecer um protocolo com o

Centro Cultural Distrital de Viseu pelo qual lhe atribuía uma determinada verba para que, por sua vez, fosse esta Entidade a pagar os salários aos 9 trabalhadores que prestavam serviço na Rede de Museus Municipais, situação que mais não era que a continuação do que se passava desde o anterior Executivo.-----

Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara respondeu então, em jeito de desculpa, que isso era um problema que se arrastava desde o Executivo anterior (o que era verdade) e era a maneira de manter em funcionamento os Museus Municipais pois os respetivos funcionários excediam o quadro e que isso fora aprovado por unanimidade em reunião camarária mas que o assunto viria a ser reavaliado findos os 6 meses de duração do Protocolo. Efetivamente, veio mais tarde o Executivo a contratar uma empresa de trabalho temporário para colmatar as necessidades de recursos humanos nos Museus Municipais. Impõe-se, por isso, face à notícia a quem me reporto, que o Executivo esclareça duas questões:-----

- Porque é que mantêm, para já, esta situação de trabalho temporário?-----

- E, se através do Protocolo com o Centro Cultural Distrital de Viseu eram transferidas verbas para o pagamento dos salários de 9 pessoas, qual a necessidade de contratar agora 24?-----

A segunda questão que eu queria colocar ao executivo é a seguinte:-----

Na sessão de 28 de fevereiro de 2014, afirmou Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal deliberou em 13 de fevereiro realizar a alienação da sua participação social na GESTINVISEU, explicando os contornos dessa alienação, a que eu na altura chamei de “negócio da china”, mas que desde logo adverti de que “*quando a esmola é grande o pobre desconfia*”, como provavelmente se recordarão.-----

Vossa Excelência entendeu que a minha intervenção tinha sido “elogiosa” e deu o assunto como resolvido. Mas verifico que, mais de 8 meses decorridos, não temos notícia de que tenha sido formalizado o “negócio da china” da saída da Câmara Municipal de Viseu da sua posição societária na GESTINVISEU. Gostaria, pois, que Vossa Excelência nos elucidasse sobre o ponto da situação, e, já agora, se pelo indicado preço de 25 Euros/m2 conseguiu alienar qualquer dos 2 Lotes que disse que passavam para a propriedade exclusiva do Município.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **TRINTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Reitero os meus cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras. Da informação aqui prestada, perpassa o balanço do primeiro ano de mandato e eu quero aqui dizer que este foi o ano das propostas do Partido Socialista. A revitalização do Centro Histórico, o orçamento participativo, o enfoque na cultura e na captação de eventos, a governação em rede e a desburocratização dos serviços municipais. O PS sempre defendeu estas políticas incessantemente nas últimas décadas. Para além das referidas, dizer que ao longo deste ano apresentámos concretamente a candidatura de Viseu à Rede Europeia de Cidades Amigas das Pessoas Idosas, a celebração do Dia Municipal para a Igualdade, e fico muito satisfeita de hoje se ter aqui falado uma vez mais de igualdade, a revisão em baixa dos coeficientes de localização, a criação do Gabinete de Apoio à Agricultura, que existia, depois não existia, depois foi criado, os campos de férias para crianças de famílias carenciadas, a acrescentar às 52 medidas que um documento que foi trazido pelo Partido Socialista para a revitalização do Centro Histórico, isto a título de exemplo. Marcámos sem dúvida a agenda política, obrigámos à discussão e à tomada de posição sobre matérias bem conhecidas, aliás, foi Vossa Excelência ainda agora aqui questionado sobre a GESTINVISEU, marcámos no que toca a políticas de igualdade e solidariedade social, infraestruturas aero-ferro-rodoviárias, centro oncológico, reforma judiciária,

encerramento de direção de finanças, reabilitação do parque escolar ou transparência para o Centro Cultural Distrital que mais uma vez foi aqui focado. Vossa Excelência tem dito que o desempenho responsável da oposição tem sido exercido pelo Partido Socialista e mais uma vez aqui reitero a nossa vontade em fazê-lo, mas esse desempenho responsável da oposição também nos permitirá dizer que faríamos de forma diferente e que questionaríamos, portanto, falta aqui trazer ao conhecimento desta Assembleia que o PS nesta atitude construtiva faria de uma forma diferente e investiria de forma diferente, com uma definição de uma reforma fiscal municipal, com definição de espaços empresariais e respetiva oferta e preços de concorrência, portanto, na lógica de trocar metros quadrados por empregos, concretizando a georreferenciação através da AICEP, transformar conceptual e infraestruturalmente o espaço multiusos para captação de eventos de grande dimensão, bem sei que Vossa Excelência traz isso hoje ao nosso conhecimento, mas queria aqui dizer uma vez mais que essa foi uma proposta do Partido Socialista, que foi escrutinada pelos viseenses no ato eleitoral. Portanto, dizer-lhe também..., Vossa Excelência sorri, Vossa Excelência sorri, mas o que é certo, é que este é o ano do Partido Socialista e agrada-me esse sorriso e agrada-me também dizer que o nosso Presidente disse que quando as pessoas o contrariam nos "blogs", lhe dá a certeza de que está a trilhar o caminho correto, pois Senhor Presidente, o silêncio às questões que lhe faço dá-me também a evidência de que este é o meu caminho e quando há pouco falei aqui da questão da segurança social, ela afeta-nos localmente, há pessoas que têm os seus postos de trabalho colocados em causa e portanto, de Vossa Excelência nem uma palavra ouvi, nem sequer de solidariedade com as famílias que serão afetadas com essas medidas. Por fim também dizer que sou apologista da pedagogia das boas práticas e que o "Viseu Acolhe" é de facto uma boa prática ao trazer a estes jovens que vêm a Viseu a questão do respeito pela cidade, da limpeza, da não vandalização, mas lançava-lhe aqui um repto Senhor Presidente, até porque agora, as nossas licenciaturas têm um período temporal menor, que ao "Kit Caloiro", dê também um "Kit de Empregabilidade" porque a pertença à cidade é afinal quando aqui quiserem trabalhar, quando aqui quiserem constituir família e trazer valor acrescentado a esta região. Muito Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao senhor Deputado Fernando Figueiredo.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (CDS/PP):** Queria reiterar os cumprimentos à Mesa e ao Executivo e antes de mais com todo o respeito que esta Assembleia me merece, permitir-me a deixar um pequeno esclarecimento pessoal. Como calculo que saibam, e muitos o têm debatido ou comentado, tenho estado temporariamente ausente dos trabalhos desta casa e como tal, sido substituído e delegado funções no restante Grupo Municipal do CDS-PP, facto que está previsto no Regimento desta Assembleia e que assim sendo deveria na minha modesta opinião ser encarado com a normalidade democrática que estes imprevistos ou assuntos pessoais merecem. Portanto, custa-me a entender o burburinho ou a importância de relevo que lhe possam atribuir. No entanto com algum espírito democrático quero sossegar a todos e fazer notar que a ausência, que parece ter incomodado alguns, teve como motivo razões profissionais. Talvez, a vontade que me levou a criar riqueza, seja fruto da ociosidade crítica que alguns também me apontam. Mas tranquilizem o vosso espírito inquisitório, porque ao contrário de alguns Membros também desta Assembleia que exercem funções políticas e ao mesmo tempo faturam serviços a título privado à autarquia, eu não misturarei nunca negócios com influência política por uma questão de ética e princípios e portanto, será esta a última vez que me ouvem falar nesta matéria.----- Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal por certo entenderá, tendo em conta também as funções que já exerceu anteriormente, a contribuição para o desenvolvimento do país não se faz meramente pela via política mas também pela via económica, via esta que se reflete tanto em termos do PIB como em termos do Produto Nacional Bruto. Em

toda a minha vida, nas funções que desempenhei sempre servi o país e tal como servi no passado, sirvo no presente e servirei no futuro. Portanto, não estarei totalmente fora de contexto se garantir a Vossas Excelências que os meus afazeres profissionais têm, à sua medida, trazido benefícios para o país. Aproveito a ocasião para recordar que a questão do respeito pelos votos do eleitorado não se levanta na medida em que os restantes elementos, também eleitos nas listas do CDS-PP e defendendo o mesmo programa, estiveram presentes nessas sessões. Sei naturalmente que perdi alguns momentos de excelente retórica escrita pelo génio do Dr. Sobrado e que Vossa Excelência com uma dicção digna de registo nos faz o favor de ler em todas as suas intervenções, mas posso assegurar às almas mais inquietas que o tempo que estive ausente foi de intensa produção a nível profissional, que terá reflexos à sua medida na economia nacional sendo que no entanto agradeço também a preocupação de todos vós. Sosseguem pois o vosso espírito, pois da política só ganhei despesa em defesa da minha cidadania em processos de litigância da má-fé de quem em democracia só conhece o eu quero, posso e mando e aí de quem me critique!-----

Feito este ponto prévio passo à ordem do dia. Não vou perder também grande tempo na análise ao seu discurso, visto ser mais da mesma esgotada propaganda. Como bem referiu cá estamos passado pouco mais do que um ano após o início do mandato e ao fim desse ano nada de novo. Estamos perante um Presidente esgotado, dois Vereadores politicamente irrelevantes e um Vereador sombra em plena fúria comunicativa. Este cenário não augura nada de bom para o próximo triénio, mas uma vez que também andou pelos vistos a copiar as propostas do PS, nesta altura não só o compreendo como aceito a sua justificação. Da análise do Orçamento Municipal e tendo em conta a boa saúde financeira da autarquia, que tem sido a "menina dos olhos" do anterior e atual executivo, o CDS-PP entende que há margem para uma redução da participação variável do IRS. Deste modo pugnamos por uma participação de 0% no município de Viseu para os sujeitos passivos com domínio fiscal no concelho. Um incremento no rendimento disponível das famílias, sob a forma da devolução de 5% do IRS aos munícipes, aumentaria o seu rendimento, dinamizaria o consumo privado e teria um "efeito de cascata" sobre a dinâmica empresarial e sobre a atratividade do concelho. Certamente que esta Moção que nós aqui apresentámos vem nesse sentido e já registo com agrado os sinais de que vai manter o 1% mas gostaríamos de ver alongado este número se não quiser chegar aos zero, se quiser aceitar os 2% acho que era um bom sinal que dava também aos Viseenses nesta matéria. Também o CDS-PP gostaria de ter visto neste Orçamento vertida uma verdadeira redução fiscal para as empresas, (além daquelas que já aqui nos consignou) comércio e sobretudo uma maior proteção às famílias que são proprietárias da sua casa. Esta prioridade que passa pelo reforço da Isenção Permanente e pela introdução das Cláusulas de Salvaguarda que a coligação já assegurou em Orçamento de Estado, passa também por políticas de moderação fiscal ao nível das taxas do IMI aplicadas em cada município. Nas câmaras governadas pelo CDS as taxas são sempre as mais reduzidas, variando entre 0.3 e 0.35, graças a uma gestão controlada da despesa municipal que permite favorecer as famílias. Se a saúde financeira da Câmara é tão boa como se diz porque não aplicar também uma redução superior a esta além de outros benefícios nos custos de água para as famílias numerosas que hoje também já aqui nos veio trazer um sinal e que nós registamos com particular agrado. Esta Assembleia hoje dará também essa resposta mas não será preciso esperar pelo seu final para se adivinhar o sentido de voto da maioria. O do CDS-PP neste orçamento aqui apresentado à votação só tem um sentido, votaremos contra, porque ele é também contra os viseenses.-----

Se por um lado parece certo que não estaremos errados se dissermos que mostrou particular interesse no desenvolvimento económico, no investimento, na solidariedade social, na inclusão, na revitalização do centro histórico, à coesão local no fomento da cidadania participativa, por outro lado não estamos errados se dissermos que no final

deste primeiro ano, para além do marketing e dos discursos (aproveito uma vez mais para dar os parabéns ao Dr. Sobrado pelo excelente trabalho desenvolvido) pouco ou nada do que foi propagandeado teve aplicação prática ou teve reflexo na vida do concelho. Por ventura um ano é pouco para exigir resultados, é certo, mas um ano é tempo suficiente para tomar o pulso à atual gestão e prever o futuro próximo, futuro esse que por diversas razões não se afigura muito brilhante, tal como a mudança que ao fim de um quarto de século o concelho necessitava.-----

Chegamos à joia da coroa deste primeiro ano, o Orçamento Participativo. É uma boa medida, já testada noutros concelhos, de Lisboa à Covilhã, e ganhando em Viseu toda a pujança comunicativa. No entanto será difícil considerar que o mesmo é pouco mais que um fiasco. Digo isto baseado nos números. Viseu terá perto de 100.000 habitantes dos quais segundo indicou o site 1150 visitaram a plataforma “Viseu Participa”, o que resultou em cerca de 200 cidadãos a apresentarem propostas. Isto dá um rácio de participação de 0,074. Repito para que não restem dúvidas, 0,074 de participação. Portanto, partindo destes dados poderá recomendar ao Dr. Sobrado que desenvolva a próxima campanha “Viseu, Primeiro Orçamento Participativo Residualmente Participado do País”. De modo a que o próximo seja efetivamente participado reconsiderando prazos, uma aposta nas apresentações públicas e valorizando essa participação pública.-----

Relativamente à revitalização do Centro Histórico, ao fim de um ano já tivemos alguns passos significativos, mas, foi nomeada a comissão de acompanhamento da qual foi nomeado um gestor, apresentado um plano estratégico, mas as soluções continuam ainda a tardar. A este ritmo chegará o dia em que haverá mais gente a debater o Centro Histórico, até nas redes sociais contrariamente à sua vontade do que moradores e aí o processo estará finalmente resolvido por inépcia governativa.-----

Para finalizar, espero que nos próximos três anos o atual executivo se reforme e aproveite para refrescar ideias. Tal sugestão pode parecer algo exagerada ao fim do primeiro ano de mandato, a verdade é que se sente já a necessidade de uma remodelação de ideias e provavelmente de pessoas de modo a defender melhor o interesse, não dos seus correligionários que têm sido bem defendidos mas, do concelho. Ou o executivo arrepiia caminho ou dentro de três anos estaremos bem pior. Também espero que a restante oposição, nomeadamente o PS ao nível da vereação, ganhe em espírito combativo não tendo faltado em egos insuflados e que esteja à altura de não só apontar as virtudes mas também apontar erros e deste modo obrigar o executivo a mudar de rumo para o bem do concelho. Se não me encontrarem aqui nas próximas sessões não se preocupem, estarei afincadamente a trabalhar de modo a também contribuir para a criação da riqueza que país tanto necessita. Pelo bem do concelho e dos viseenses, acompanhei Hélder Amaral em 2013. Caminho de que não me arrependo mas se não corrigirem o vosso, acredito que me obrigarão a ter que acompanhar Fernando Ruas em 2017. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao à Deputada Cristina Fonseca. Eu gostaria de colocar aqui uma questão, se suspendemos agora e continuamos mais tarde? Suspendemos depois desta intervenção? Certo. -----

----- **TRINTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social. Tendo decorrido cerca de um ano de mandato, Senhor Presidente, permita-me afirmar-lhe que o ano corrente não tem sido bom para aquilo a que se convencionou chamar a saúde e a qualidade de vida dos viseenses. Apesar de ser consensual, por parte de todas e de todos os presentes nesta Assembleia, a vontade de transportarmos a bandeira e a ambição de “Viseu Melhor Cidade para Viver”, continuam a verificar-se um conjunto de lacunas e de problemas no campo da saúde, que têm de ser obrigatoriamente evocadas e trazidas para a agenda

política desta Assembleia. Lacunas e problemas que não podem ficar condenados ao esquecimento sob pena de a política local não cumprir a sua missão essencial que é a de ir ao encontro das necessidades reais das suas gentes na procura das melhores soluções para os seus problemas.-----

Fazendo recurso à nossa memória, todas e todos já escutámos aqui nesta Assembleia Municipal ser considerado vantajoso o encerramento de serviços num conjunto de concelhos limítrofes, com o argumento de que as perdas nesses concelhos se traduziam em benefícios acrescidos para Viseu. Pois bem, agora também numa lógica de balanço, que palavra terão os mesmos a dizer sobre o facto de um conjunto de serviços e de respostas no campo dos cuidados de saúde, em funcionamento num conjunto de concelhos vizinhos e noutros distritos, se constituírem como alvo de procura pelo facto dos mesmos continuarem a ser inexistentes no nosso concelho de Viseu (apesar de sermos sede de distrito!)? Por outras palavras, que balanço se impõe fazer perante o facto dos utentes do concelho de Viseu, na situação de doente ou de familiar cuidador, se verem obrigados a recorrer aos concelhos vizinhos ou a outros distritos para poderem usufruir dos cuidados de saúde continuados de média ou de longa duração, de que necessitam?-----

Para eles, é o tempo de vida, o combate pela vida.-----

Para esta Autarquia, enquanto Poder Local, deverá impor-se o tempo da urgência na defesa da saúde para o concelho. O tempo da urgência para a criação de um CENTRO ONCOLÓGICO. O tempo da urgência capaz de assegurar o direito de acesso dos nossos doentes oncológicos e seus cuidadores aos cuidados de Radioterapia. O tempo da urgência traduzido numa resposta de maior proximidade, na redução ou na extinção das penosas e prolongadas deslocações para os IPO's e ou Serviços Oncológicos do Porto, de Coimbra e, nalguns casos de Lisboa. Mais ainda! O tempo da urgência capaz de assegurar a continuidade de cuidados de forma integrada, sobretudo aos nossos idosos em situação de dependência e com perda de autonomia.-----

Sabemos que a nível nacional somos um país que se vê confrontado com o envelhecimento da sua população, onde a esperança de vida se situa nos 76,7 anos para os homens e 82,6 anos para as mulheres (dados de 2011) e, pese embora o concelho de Viseu seja aquele que apresenta o menor índice de envelhecimento e de idosos e de dependência total, também não foge ao envelhecimento demográfico progressivo e à prevalência de doenças crónicas. Daí que, nós, o Grupo Municipal do Partido Socialista, entendemos que nada deverá justificar que este grupo doentes e, em particular, a nossa população viseense idosa, em convalescença e com necessidade de uma resposta de internamento temporário e de cuidados de média ou de longa duração, se veja confrontada no momento da alta clínica hospitalar com a inexistência de uma Unidade de Cuidados Continuados neste concelho.---

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, se há matérias em que não nos podemos calar e que se impõe reagir e agir com veemência são estas que aqui vos trazemos. Estas, que, não sendo asseguradas, continuarão a aumentar o fosso entre ricos e pobres, continuarão a acentuar a exclusão social, continuarão a interferir nos cuidados e na saúde dos Viseenses e continuarão a comprometer a coesão social. Viseu não será melhor cidade para Viver se continuar a impor que os seus concidadãos com problemas oncológicos se desloquem para Coimbra. Viseu não será certamente a melhor cidade para viver se continuar a exigir que os seus idosos e doentes com necessidade de cuidados de média e de longa duração, continuem a recorrer a Unidades de Cuidados Continuados fora do concelho de Viseu.-----

Permitam que vos diga o seguinte: Sei do que falo. Conheço a excelência de algumas, fundamentalmente da qualidade do serviço que prestam. Mas conheço também as implicações, os gastos provenientes das distâncias, a impossibilidade de acompanhamentos de proximidade por parte dos familiares cuidadores. A sua inexistência prejudica um grupo de doentes e dentro deste grupo, coloca ainda em maior desvantagem os mais

pobres, os mais carenciados, os mais idosos, os mais incapacitados, os mais doentes, os mais desprotegidos.-----

Senhor Presidente, como o tempo é urgência, coloco-lhe logo pois, estas duas questões:-----
Quando é que os viseenses poderão ver construído o Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela Viseu?-----

E, conhecidas as diligências que têm sido feitas, quando é que os Viseenses poderão fazer a sua convalescença no seu concelho com recurso a uma Unidade Cuidados Continuados Integrados?-----

Fica este apelo: que a Saúde em Viseu seja sujeita a um Plano de Cuidados Intensivos!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Íamos propor então agora a interrupção da Assembleia e recomeçávamos às duas e meia.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Pedia a todos que retomassem os seus lugares. Íamos então reiniciar a Assembleia está bem? Estávamos no primeiro ponto e eu ia propor à Assembleia uma situação que faz parte das normas regimentais, que é a Ata. A informação escrita do Senhor Presidente, toda a transcrição ficava anexa à Ata.-----

- *O Senhor Presidente da Câmara pede para intervir dizendo:* Senhor Presidente vai-me permitir que sugira, é só uma mera sugestão e a Mesa conduzirá os trabalhos como assim o entender, mas eu faria muita questão como enfim, há uma obrigatoriedade legal do Presidente enviar a informação escrita aos Membros da Assembleia Municipal e portanto, quando o Presidente está a cumprir essa formalidade isso deve constar integralmente na Ata, até porque de hoje para amanhã numa auditoria, pode ser colocado em causa que o próprio Presidente tivesse prestado as declarações. Eu nunca me esqueço de uma situação que os Senhores Deputados se lembrarão, na altura em que o nosso malogrado e amigo falecido Coelho de Araújo, não convocou uma reunião porque estava doente, estava hospitalizado e eu em regime de substituição a convoquei só para o dia 6 de abril porque estava na expectativa de que ele a convocasse, numa auditoria que tivemos, tivemos uma chamada de atenção por parte do Tribunal de Contas porque não tínhamos cumprido uma formalidade da Lei que era a convocatória dentro do prazo que estava na Lei. Ora como a Lei diz que a informação tem que ser escrita, eu penso que para cumprirmos escrupulosamente a Lei, que independentemente do aligeiramento que nós aqui fazemos, ou que eu irei passar a fazer, a informação devia constar integralmente na Ata, não era como anexo, era na Ata.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Na Ata, mas era isso que eu estava a dizer...-----

- *O Senhor Presidente da Câmara volta a intervir dizendo:* Peço desculpa, então fui eu é que interpretei mal. Pronto.-----

- *Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:*... era isso, porque fui alertado, estávamos aqui a conversar com a Dra. Cristina e era nesse sentido, que ficasse em Ata, (o anexo, às vezes podia ter saído a palavra), que ficasse em Ata a informação escrita, toda a transcrição da informação escrita.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes intervém do seu lugar dizendo:* Eu posso só fazer um comentário, porque á pouco eu não estava cá, e o público não tomar conhecimento, não poderia ser disponibilizado num momento uma cópia, ou até à Comunicação Social?-----

- *O Senhor Presidente da Câmara retoma a palavra respondendo:* Da informação escrita? É óbvio que está disponível sem problemas. Está disponível a informação. Vamos lá ver, deixe-me explicar. A Informação escrita ao ir na Ata, fica disponibilizada à posteriori sem problemas. Todas as informações escritas são disponibilizadas, quer para o público quer para os jornalistas, inclusivamente se até algum Senhor Jornalista pedir, não há absolutamente problema nenhum em relação a isso, até porque é público não é, porque os Senhores Deputados tiveram acesso à Informação escrita. A nossa preocupação da Mesa era esta. Então íamos dar sequência, estava inscrito o Deputado Carlos Vieira.-----

----- TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social. A comunicação do Senhor Presidente da Câmara dá um grande destaque a uma iniciativa que é o orçamento participativo, que de facto é uma inovação, que já foi proposta em anos anteriores, tanto pelo Bloco de Esquerda como pelo PS, ou vice-versa para não ferir a suscetibilidade do meu amigo Ribeiro de Carvalho e que este executivo em boa hora adotou à semelhança de resto de muitas dezenas de municípios deste país e do estrangeiro naturalmente e que representa um passo em frente na dignificação do Poder Local, na medida em que sabe aliar e tirar partido da democracia participativa, como dizia Boaventura de Sousa Santos, “quanto mais poder se dá, mais poder se recebe”. Também folgamos, como já aqui disse de resto anteriormente que o executivo tenha depois de um reparo da parte do Bloco de Esquerda relativamente à exiguidade da verba e à limitação do âmbito, tenha aumentado a verba de 50.000 para 75.000 euros e alargado o âmbito ao Bairro Municipal, à Rua das Bocas, à Ribeira e á Cava do Viriato. De qualquer modo parece-nos que, embora enfim, essa desculpa de que se trata de um projeto, de um ano piloto e portanto, o Senhor Presidente já disse que iria duplicar a verba, portanto de 75.000 passa para 150.000, mas ainda há poucos dias li num jornal que Chaves também na sua edição experimental, o Município de Chaves para 2015 anunciou um orçamento na ordem dos 250.000 euros, que também de resto é a verba do orçamento participativo do Município da Amadora por exemplo tanto para 2015 como para 2016 e a Trofa também tem um orçamento de 250.000 euros. Odemira por exemplo tem um orçamento de 500.000 euros, portanto são dez vezes mais do que a Câmara queria inicialmente. De qualquer modo regozijamo-nos naturalmente com o anúncio do Senhor Presidente da Câmara de que iria contemplar algumas das propostas que o Bloco de esquerda fez não só no projeto, portanto, na consulta pública do projeto de reabilitação do Centro Histórico como depois nas assembleias onde os militantes do Bloco participaram e também na participação *online* no âmbito do orçamento participativo, nomeadamente a necessidade de acelerar a reabilitação do edificado ou seja dos mais de 150 prédios degradados e em ruínas do Centro Histórico e ter em atenção e aqui é uma questão que eu coloco desde já ao Senhor Presidente, é se isto está a ser devidamente salvaguardado, porque ainda há pouco o Senhor Presidente da Junta de Viseu falava na reabilitação das fachadas e nós chamámos à atenção para terem em atenção não só à preservação e reabilitação das fachadas mas também dos interiores, se bem se recordam, indicávamos o caso do edifício da antiga Sapataria Elegante, aqui na Rua do Comércio um dos raros exemplares em Portugal e único em Viseu de interiores com portadas e vitrais de Arte Nova e Art Déco, que de resto fazia parte da Recomendação que apresentámos ao executivo, de classificação do conjunto arquitetónico de Arte Nova da Rua do Comércio e eventualmente também dos restantes prédios de Arte Nova, na Rua Direita, na Rua Cândido dos Reis, Avenida Alberto Sampaio, etc., e uma vez que se quer candidatar o Centro Histórico de Viseu a Património da Humanidade da UNESCO, a UNESCO não quer um Centro Histórico de cenários, o objetivo não é, isto não é um cenário de um filme de cowboys, faz-se assim umas fachadas de madeira, portanto, o Centro Histórico tem que ter... o património é o edificado e são as pessoas, é a vida, portanto os interiores, este caso é bem elucidativo ali daquela loja, que o Senhor Presidente de resto disse que já tinha um projeto para lá, portanto, também é importante sublinhar, mas outros interiores, durante os Jardins Efémeros certamente que todos nós tivemos a oportunidade de visitar interiores como o do edifício da Farmácia Pinto por exemplo, os andares superiores com interiores de uma beleza extraordinária do ponto de vista arquitetónico que merecem ser tão bem preservados quanto as fachadas. Depois, e como os Centros Históricos também têm a ver com as pessoas, cremos também que é importante melhorar de facto a qualidade de vida dos moradores. A Câmara

anunciou algumas medidas e em algumas Assembleias em que participei nomeadamente no âmbito deste projeto, portanto da consulta pública do projeto da reabilitação do Centro Histórico, alguns moradores queixaram-se do ruído noturno, dos bares, etc. Ora bem, este é não um problema, e o Senhor Presidente já se referiu a ele, não é um problema fácil de resolver, mas não basta dizer que só há uma pessoas a queixar-se, por acaso eu conheço várias e portanto, a gente não pode meter a cabeça na areia. É certo que muitas vezes as pessoas olham para os seus interesses e não têm em conta os dos outros, mas o Senhor Provedor de Justiça e de resto o Supremo Tribunal de Justiça, como também já aqui disse, produziram jurisprudência relativamente a este assunto considerando que no conflito entre o direito propriedade e de atividade comercial e o direito ao silêncio e repouso integrado no direito à integridade física e à saúde, o direito a um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado da população, é este último que deve prevalecer. Portanto, claro que muitos dos problemas que os moradores se queixam, são problemas mais de polícia que propriamente de ruído embora, e aí o Senhor Presidente disse que até já deu um lugar de estacionamento à polícia e que efetivamente tem tido alguma permanência no Centro Histórico, de qualquer modo parece-me que seria de, não só de salvaguardar este problema com o regulamento municipal de ruído que estabelece um regime complementar ao regulamento geral com regras adaptadas ao concelho de forma a permitir uma atuação célere e eficiente no exercício de poderes de fiscalização do município e articulá-lo com os regulamentos gerais de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Há municípios que têm sonómetros para controlo contínuo e em tempo real do ruído em estabelecimentos noturnos, não sei se é caso para chegar a esse extremo, mas de qualquer modo é importante de facto o reforço do policiamento noturno. Já que estamos a falar do policiamento, também há moradores que se queixam, porque eles há uns anos, os moradores do Centro Histórico e os comerciantes do Centro Histórico, cerca de cem comerciantes reclamaram quatro lugares parqueados no Centro Histórico, de facto foram temporários, foram lá colocados e acho que nunca funcionaram temporariamente, eles queriam vinte minutos para dar tempo às pessoas para irem fazer a suas compras a um ou dois estabelecimentos comerciais e agora desses quatro espaços, dois foram neutralizados porque um foi dado e muito bem a um deficiente e o outro à polícia. Eu sinceramente não sei se o da polícia seria necessário, eu já tenho visto noutras cidades, a polícia para e não precisa de estacionar, para e é uma forma de mostrar que está ali e até está bem visível às vezes para ter efeito dissuasor, de qualquer modo, queria deixar aqui bem claro porque houve um jornal que até colocou como parangona, ao contrário de resto do texto depois da notícia que o Bloco de Esquerda queria proibir a circulação e o estacionamento no Centro Histórico, e o que nós defendemos, isso estava depois no texto da notícia é a criação, e pergunto ao Senhor Presidente se tem essa preocupação, que é criar uma estratégia escalonada no tempo de dissuasão progressiva e pedagógica à semelhança de resto do que o município fez e muito bem, como o Senhor Presidente disse relativamente às ligações da rede de água. Portanto, dissuasão progressiva e pedagógica da circulação automóvel do Centro Histórico de modo a não prejudicar a fixação de moradores, porque não são só idosos que saem atenção, permitam-me o parentese, também já conheci casais novos com bebés que saíram por causa do barulho e do problema do estacionamento, portanto, a fixação de moradores e do pequeno comércio que já está há tanto tempo em crise por força destas políticas de austeridade promovidas pelos últimos governos e por este em particular de forma criminosa.

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhor Deputado, já vai em dez minutos.-

- *O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo:* Eu vou acabar. A questão que eu queria colocar ao Senhor Presidente era, porque o Senhor Presidente já se referiu a isso, era, que medidas tem para alternativa, e nós achamos muito bem que se proíba o estacionamento no Adro da Sé, acho que é um crime haver ali estacionamento, houve alguém que disse que à volta do Coliseu de Roma também havia

carros, mas pôr carros no Adro é pôr carros no interior do Coliseu. Portanto, acho muito bem, mas tem que haver alternativas de facto de estacionamento, portanto, quais são as alternativas que estão perspetivadas pelo Executivo e também dizer que do ponto de vista social está a ser feito um esforço, nós propusemos um Centro Cívico Municipal a instalar nos prédios adquiridos ou a adquirir pelo município onde os moradores nomeadamente os mais idosos e os mais jovens apoiados por técnicos de animação sociocultural possam desenvolver atividades lúdicas artísticas e desportivas, jogos de cartas, damas, xadrez e outras formas de artes plásticas e performativas, música cinema, etc., disponibilizando computadores com acesso à Internet, jornais, revistas, livros, rádio televisão e cafetaria, tudo naturalmente acompanhado por técnicos como de resto existe em muitos municípios de Portugal e do estrangeiro. Portanto, isto seria fundamental para fixar os moradores idosos e os jovens já agora também no nosso Centro Histórico, que ao contrário do que acontece em cidades aqui da vizinha Espanha está despovoado. Portanto, a gente vai a Espanha e vê os Centros Históricos livres de carros, mas não podemos partir do mesmo princípio porque de facto o nosso Centro Histórico foi condenado pelo anterior executivo ao abandono progressivo e fatal. Portanto, quase fatal, só lá estão praticamente as funerárias e portanto, esperemos que haja essa revitalização. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Cumprimentos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Caro Público. É só para, de facto eu vinha-me interrogando ao longo deste ano de mandato da postura do PS quer na Câmara quer nesta Assembleia Municipal e hoje fiquei de facto a ver o porquê, afinal andamos a realizar as propostas do PS e o programa do PS. Já sabia que o executivo trabalhava bem mas assim tanto também não, cumprir dois programas não é fácil Senhor Presidente, espero que guarde lá algum dinheirinho para as Freguesias que também precisam, está bem? Era só obrigado e boa tarde.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Saudar todos presentes, desejar que seja uma boa tarde e iniciar a minha intervenção com algumas notas prévias sobre a informação do Senhor Presidente. A primeira para registar, o regresso ao corpo 14, na sua escrita que torna bem mais fácil a leitura da informação municipal. A segunda nota, para dizer que fomos poupados à enumeração e repetição de todos os feitos e glórias deste primeiro ano de mandato, o que prova a atenção com que o Gabinete de Apoio anota a pertinência das críticas da oposição e isso é muito bom. Última nota, parafraseando o que disse atrás sobre a pertinência do Gabinete de Apoio, aplaudir a inclusão no ponto de informação do Presidente a introdução ao Orçamento e às GOP.-----

Nesta informação, merece honras de estrela maior o Orçamento Participativo, no seu processo de lançamento e apresentação de propostas pelos munícipes.-----

Apetece dizer, porque o vinho e a vinha estão na moda por estas bandas, que é “muita parra, para pouca uva”.-----

Mais uma vez, as trombetas da propaganda oficial querem transformar um mero simulacro de participação popular, num ato da mais apurada democracia direta e participativa.-----

Quem ler os encómios e louvores contidos na informação sobre o Orçamento Participativo, é levado a pensar que se está a falar de todo o Orçamento Municipal. Mas não, estamos a discutir 70 mil euros, migalhas, menos de 1% desse bolo.-----

No entanto, quero antecipadamente louvar e manifestar a minha admiração a todos os cidadãos que participaram impelidos por consciência cívica, dando proveitosos contributos para a aplicação dos tostões do Orçamento Participativo. Sim, mas atenção, na realidade o que está a acontecer é uma espécie de vídeo jogo, em que o cidadão bem-intencionado tem uma intervenção virtual a pensar que está a decidir o rumo do governo municipal. Na prática o nosso papel resume-se ao mero ato de carregar no botãozinho para acionar o jogo, que é como quem diz, as nossas sugestões e voto valem quase nada em matéria de política municipal.-----

“Chamar os cidadãos à participação”, Senhor Presidente, era ouvi-los sobre a totalidade do Orçamento, era realizar reuniões públicas em todas as freguesias para auscultar a opinião dos fregueses e transferir para as Juntas 60% do orçamento, como se faz em muitos concelhos deste país. Tudo o resto é populismo e demagogia, nomeadamente quando se afirma que “não há nenhum diretório ideológico, estético ou cultural no Orçamento Participativo”. E na Câmara? Então não foi este Executivo que impôs a esta Assembleia, à força da maioria de que dispõe, o Programa do PSD “Viseu Primeiro”? O que é que se pode chamar a isso senão “diretório ideológico, estético e cultural”?----- Também não deixa de ser curioso aquele desígnio de transformar Viseu no “terceiro polo cultural do país”. E qual é o ranking desse “campeonato” Senhor Presidente? De que forma se marca pontos nele? É pelo volume da oferta, pela qualidade ou pela abrangência dos públicos? Quando o objetivo é trabalhar para a estatística, há razões de sobra para temer pelos resultados.-----

Quanto à constituição da Orquestra Juvenil de Viseu, só podemos apoiar. Mas atenção, só pode pensar que é apenas no Conservatório de Música de Viseu que se ensina e se estuda música, quem tem uma visão elitista do assunto. Ouvimos já aqui dizer que alguns membros de bandas de música serão integrados e naturalmente que aplaudimos isso, mas muitas outras instituições do concelho realizam um trabalho de grande mérito na transmissão dos valores musicais e na iniciação dos jovens no gosto pelos mais diferentes instrumentos. Falo particularmente das Bandas de Música é certo, essas seculares incubadoras de cultura musical, quase sempre parentes pobres dos apoios municipais.----- Porque é justa e porque é necessário que não se repita mais uma vez a exclusão destas agremiações, formalizo aqui uma proposta concreta: Que a par da Orquestra Juvenil de Viseu, vocacionada para a música clássica, a Câmara Municipal invista igualmente numa Orquestra Juvenil de Música dita ligeira, com base nos melhores instrumentistas jovens das Bandas Filarmónicas e das Escolas de Música do Concelho.-----

A filosofia da campanha que impõe a obrigatoriedade de ligação à rede da água e dos esgotos é na sua génese correta e positiva. O que não se aceita nem se compreende é que haja centenas ou talvez milhares de munícipes no concelho que estão impedidos de cumprir a exigência camarária, por não lhes passar à porta o coletor dos esgotos, nem a conduta da água. Casos há em que a espera tem décadas. Noutros, a falta de resposta tem pelo menos seis anos, como é o caso da Rua da Floresta, em Rio de Loba. Mas as situações de que temos conhecimento repetem-se um pouco por todo o Concelho, do Campo a Abraveses, dos Coutos a Bodiosa, de Cepões a S. João de Lourosa, para só citar alguns. O argumento mais comum por parte dos SMAS para não resolver os problemas citados é o da falta de cota entre as habitações e os coletores centrais. Argumento esfarrapado, que esconde a falta de vontade política para os debelar, porquanto existem desde há muito uns aparelhos chamados bombas elevatórias que solucionariam de forma eficaz a alegada falta de cota.-----

Já com a afirmação de que “não há uma lógica coerciva nesta ação” não concordamos. A menos que fazer chegar aos munícipes a ameaça de pesadas multas por falta de ligação ou agitar o envio da fiscalização, ainda por cima privada, para apanhar os faltosos, não fosse por si só uma forte medida coerciva e punitiva. Tal como incompreensível é a situação dos munícipes que pagam a taxa de saneamento sem dele poderem beneficiar ou dos que

pagam a taxa de recolha dos resíduos sólidos sem que haja recolha organizada junto às suas casas, situações para as quais pedia a atenção do Senhor Presidente.-----

Quero naturalmente aqui saudar a alteração do tarifário ao consumo da água anunciado, uma situação que aqui trouxe em diferentes ocasiões a esta Assembleia, foi inclusivamente alvo de um requerimento, naturalmente congratulo-me por ver vontade da parte do executivo para rever essa situação, quero também ainda congratular-me com a visibilidade exterior das obras dos estaleiros de Cabanões, problema que aqui trouxe a esta Assembleia na última sessão e que vejo que efetivamente já tem visibilidade a intervenção do executivo camarário e queria ainda colocar também uma questão sobre a comissão de que da parte da manhã o Senhor Presidente aqui falou, já ter reunido uma Comissão estratégica de Acompanhamento do Centro Histórico, gostaria de ser esclarecida sobre de como foi constituída esta Comissão, quem foram as pessoas que foram escolhidas uma vez que não tive acesso a ter informação, nem sobre os critérios, nem sobre os processos, nem sobre os nomes que constituem de facto essa comissão e nomeadamente como moradora do Centro Histórico gostaria naturalmente de ter acesso a essa informação.-----

Por fim, como se apresenta incontornável o facto de ter decorrido um ano de mandato deste Executivo direi, que foi um ano de colorido fogo-de-artifício mediático, acompanhado de uma eficaz máquina de promoção, com alguns eventos de sucesso, mas um enorme vazio de obras estruturantes, que esperemos que venha de facto a ser alterado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente de Junta de Lordosa.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Quero começar por cumprimentar a Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. Realmente venho aqui e fico parvo como é que muita gente nem sabe o que é se calhar gerir uma freguesia pode dizer algumas coisas aqui. Também não venho aqui para dizer obrigado, vou tentar não dizer obrigado nem elogiar o executivo, vou tentar trazer verdades porque essas é que importam, e quero realmente começar por argumentar um aspeto que para mim é extremamente importante. Este executivo na pessoa do Senhor Vereador mas com a indicação do Senhor Presidente da Câmara, negociou com todas as Juntas de Freguesia um plano de projetos para esta legislatura, ou seja, qualquer dos meus colegas sabe perfeitamente com que linhas se vai coser durante esta legislatura. Não só com uma implicação extremamente importante para nós, que é permitir fazermos orçamentos enxutos e reais. Isto para mim, e vou tentar não dizer obrigado, vou tentar não elogiar mas é de extrema importância para qualquer um de nós, Juntas de Freguesia. Mas tem outro aspeto Senhor Presidente, realmente, outra fatia que está no orçamento que serve para que possamos cumprir as nossas competências atribuídas por Lei, não só na educação, não só na limpeza, não só nos jardins, não só numa série de coisas que fazemos diariamente, e por fim Senhor Presidente, vou tentar não dar os parabéns, mas dizer aquilo que já ouvi dizer a Vossa Excelência, que o seu objetivo é que nenhum dos nossos fregueses saia da sua freguesia para Viseu ou para outro lado, para nós são motivos mais que suficientes pelo menos eu falo e penso que posso falar em nome dos meus colegas, só podemos votar neste orçamento porque a execução dessas medidas para que as pessoas fiquem nas nossas freguesias é este próprio orçamento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor

Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público em geral. Antes mesmo de iniciar a intervenção que trago escrita permita-me que deixe aqui bem clara mais uma vez a posição do Partido Social Democrata nesta Assembleia. Não é uma posição de hoje, não é uma posição de ontem, é uma posição que nós coerentemente trazemos há vários anos a esta parte. Sempre colocámos a camisola de Viseu por cima da camisola do Partido, sempre discutimos aqui ideias, sempre debatemos aqui as ideias e nunca descemos ao nível do ataque pessoal ou das questões pessoais. Isto tem a ver com dois factos que em nada enobrecem esta Assembleia e que hoje se passaram aqui, chamar-lhes-ia dois” tesourinhos deprimentes” um a iniciar a manhã e outro a terminar a manhã e que espero que na parte da tarde não volte a acontecer, não dignifica esta casa, não dignifica a Assembleia, mas também dizer que o Partido Social Democrata sabe distinguir as intervenções e não as confunde com as áreas políticas de onde elas vêm, são atitudes pessoais, e sabemos entendê-las, interpretá-las e como tal tudo isso fica da inteira responsabilidade de quem as proferiu. Feita esta nota prévia, começaria então a minha intervenção.-----

Neste primeiro ponto da Ordem de Trabalhos de hoje, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Almeida Henriques, explanou de uma forma consistente e devidamente fundamentada, grande parte das muitas atividades desenvolvidas pelo seu executivo. Na sua intervenção, foram abrangidas áreas bastante diversificadas, como foi o caso da educação, da cultura, do desporto, do turismo e das artes, mas realçou e vincou outras vertentes de atuação, que potenciaram e potenciam a participação cívica dos viseenses, principalmente daqueles que se preocupam em tornar esta cidade e este concelho cada vez mais atrativos, quer para quem nos visita quer para os próprios residentes. O Partido Social Democrata de Viseu, continua a ter razões acrescidas para se congratular com o trabalho desenvolvido pelos seus autarcas e muito em particular pelo executivo camarário, que no seu papel de locomotiva, através do seu exemplo de empenhamento, de dedicação e de trabalho, tem motivado e alavancado todo o trabalho desenvolvido nas freguesias, nas muitas e diversas instituições, sejam elas da área da solidariedade social, da educação, da saúde, da cultura e do desporto, de forma a serem cada vez mais exigentes consigo próprias, procurando elevar sempre o grau de qualidade de todo o trabalho desenvolvido. Só com esta postura de rigor e de credibilidade, aliada a uma permanente preocupação de solidariedade e de complementaridade entre as diversas forças vivas do concelho, entre as diversas instituições e entre os viseenses, é possível subir ainda mais uns degraus na qualidade e na excelência desta cidade região.-----

O primeiro Orçamento Participativo de Viseu consubstancia em si, tudo o que acabei de referir. Muitas foram as pessoas e instituições que participaram nos diversos fóruns de debate, nomeadamente nas 10 Assembleias participativas, mas também foram muitas as que se preocuparam em apresentar propostas e projetos, devidamente enquadrados e fundamentados. Importa aqui referir, que muita gente cética vaticinava que este orçamento participativo seria apenas um verbo-de-encher e que serviria apenas para se dizer que foi realizado. Afinal enganaram-se redondamente, ele foi altamente participado, muitas foram as propostas apresentadas, merecendo ser particularmente realçado toda a transparência e honestidade do processo, por forma a serem efetivamente os viseenses a fazer a escolha final através de uma votação que se pretende e que se espera bastante participada.-----

O PSD aproveita a oportunidade para reconhecer e enaltecer o interesse e o empenho de todos quantos de uma forma individual ou de uma forma associada, apresentaram não só os 50 projetos selecionados, mas também os outros que não o conseguiram ser. Temos no entanto a certeza de que todas as boas e inovadoras ideias apresentadas, serão de uma ou de outra forma, devidamente acatadas e registadas pela Câmara Municipal de Viseu e com elevada probabilidade de um dia poderem vir a ser uma realidade. Uma nota ainda

que importa realçar neste momento, é que o Dr. Almeida Henriques deixou-nos aqui a promessa e o compromisso institucional e pessoal, de repetir este Orçamento Participativo em 2015, alargando o mesmo a todas as freguesias e reforçando as verbas envolvidas. Mas o alargamento da participação cívica das pessoas e das coletividades, também tem sido traduzido na prática através das reuniões dos vários fóruns já realizados. Mas no que diz respeito ao “Fórum Viseu Cultura”, a Câmara Municipal tem sabido ouvir todos os intervenientes culturais da região, com vista à elaboração de um novo modelo de planeamento cultural e de um novo modelo de apoio à produção cultural. Reconhecemos a importância e o relevo que a autarquia está a dar ao trabalho em rede nas produções culturais, área que se pretende impulsionar de forma a poder vir a ser um dos principais cartões-de-visita de Viseu, concretizando o objetivo que foi assumido publicamente, de tornar Viseu a médio prazo no terceiro polo cultural do país. Elevar e aumentar ainda mais a qualidade da oferta cultural do concelho, exige um empenhamento permanente de todos os agentes culturais e espera-se que a implementação da anunciada “call” para a atribuição dos respetivos apoios, também ela se torne ainda mais transparente, ainda mais equitativa e ainda mais responsabilizadora para todos.-----

Se a Quinta da Cruz, através da qualidade e excelência das mostras expositivas que já proporcionou e que proporciona neste momento, já colmatou uma lacuna que existia na área cultural, no que concerne à da mostra de arte contemporânea, com a criação da Orquestra Clássica Juvenil de Viseu, está a autarquia a assumir mais uma vez, a responsabilidade de inovar, proporcionando aos jovens viseenses a possibilidade de uma formação de qualidade, que fica assegurada e salvaguardada pelo Conservatório Regional de Música de Viseu, Dr. Azeredo Perdigão.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, da sua intervenção, percebe-se facilmente que mantém ou até talvez tenha aumentado ainda mais, o já elevado ritmo de trabalho e de empenhamento de todo o executivo, e que todos temos reconhecido nesta Assembleia, mas mais importante ainda para nós, são as opiniões bastante positivas que nos vão chegando através das pessoas que diariamente vamos contactando. Os viseenses estão a acompanhar e a reconhecer o excelente trabalho que o executivo tem desenvolvido nas muitas frentes de ação que enfrenta diariamente, e o PSD de Viseu tem muito orgulho em partilhar esses mesmos sentimentos. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição para este ponto? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara responder às questões que foram colocadas.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, responderei com gosto às questões que foram colocadas, mas antes gostava de dizer o seguinte: Eu sou um Democrata de raiz, por acaso vivi e tive a felicidade de viver o 25 de Abril, na transição dos treze anos e portanto, cresci em democracia e formei a minha personalidade dentro da democracia, e trato bem todos os democratas, trato muito mal todos os que o não são, e portanto qualquer não democrata da minha parte nunca terá um tratamento correto e até terá seguramente da minha parte, ignorá-lo em absoluto porque este século XXI com os desafios que temos não se compadece com torquemadas nem com outro tipo de pessoas e portanto, faremos com certeza o nosso trabalho com a dignidade com que o estamos a fazer, com a frontalidade que todos nos conhecem, olhando sempre para a frente, de cabeça levantada, e há um princípio que eu já disse aqui, todas as noites gosto de adormecer com a minha consciência tranquila, até hoje não houve um único dia desde que estou na autarquia que não tivesse adormecido com a minha consciência tranquila, porque quando fiz as opções fi-las em consciência e assim continuarei a fazer, e gostava já agora de dizer o seguinte, até para desmistificar, tanto são os deveres de quem está no executivo como de quem está na oposição, são exatamente iguais, o mesmo voto que elegeu o executivo que está hoje em funções, mais os Vereadores da oposição, foi exatamente o

mesmo voto que elegeu os Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Portanto, estamos todos sujeitos aos mesmos deveres, e quer o exercício do poder na função executiva, quer o exercício da oposição não se compadece com intermitências e com o “bate e foge”, e o hoje estamos e amanhã não estamos. O exercício tem que ser uma coisa continuada e eu respeito os que estão de uma forma continuada e não tenho respeito nenhum por aqueles que batem num dia e fogem no outro e que não têm sequer a coragem de olhos nos olhos, é que é olhos nos olhos que as coisas se têm que falar e não é pelas costas. Já agora referir-vos que desde que estamos em funções nós tomámos 1764 deliberações é muito trabalho Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, e posso-vos dizer também que, votaram contra, o PS em 21 e o CDS em 21 portanto estão empatados, do ponto de vista da abstenção, o PS absteve-se em 7 e o CDS em 14, o que significa que em 97,45% das propostas foram aprovadas por unanimidade. É estranho, é estranho quando eu vejo aqui estes elogios a dizerem assim, está a aplicar o nosso programa, é o programa do PS que está a aplicar? Não, é o programa “Viseu Primeiro”, aquele que efetivamente as pessoas me confiaram, aquele que efetivamente as pessoas querem que eu coloque no terreno com a equipa, mas também com a vossa colaboração crítica como é óbvio, e depois, chega a CDU a diz assim, estão aqui a fazer as nossas propostas, ouvem muito aquilo que nós dizemos, o Bloco de Esquerda, o meu amigo Carlos Vieira, também aqui ah! vocês finalmente estão a ouvir, nós andámos aqui a fazer estas propostas durante estes anos todos e finalmente vocês estão-nos a ouvir. Acho estranho como é que depois a seguir dizem assim: “este primeiro ano, festas e festarolas, este Presidente não trabalha nada”, tudo o que se fez, estão a pôr tudo em causa, enfim, acho aqui uma contradição talvez excessiva, os atos falam por si, obviamente que eu quero dizer o seguinte, tenho que fazer aqui algumas exceções, designadamente em relação ao CDS, eu tenho que realçar aqui, quer a postura do Senhor Deputado Carlos Cunha, quer da Senhora Deputada Elsa Lemos, têm sido construtivos, têm criticado quando têm que criticar mas também têm elogiado quando têm que elogiar, isso sim é postura e eu vou continuar a olhar para o CDS, enquanto Estatuto da Oposição, olhando mais para vocês os dois do que para outros comportamentos que não merecem sequer ser etiquetados. Já agora dizer o seguinte, a oposição tem sido tratada por convicção mas também por respeito da Lei, não me recordo de a oposição ter recebido atempadamente o Orçamento e o Plano, mesmo a oposição que não está representada no executivo camarário. Dirão, está a cumprir a Lei, estou sim senhor a cumprir a Lei e faço-o com gosto, mas mesmo que a Lei não o dissesse, provavelmente também o faria, porque acho que é assim que se tem que governar, é com transparência e com as cartas todas em cima para que as pessoas o possam fazer. Já agora referir que se alguns destes votos contra tivessem sido maioritários, não tínhamos tido Jardins Efémeros, não tínhamos tido os contratos desportivos com os clubes, os tais contratos transparentes que hoje temos, não tínhamos tido o Festival Outono Quente, não tínhamos tido o Arraial Beirão entre muitas outras circunstâncias, agora avaliem, avaliem se de facto este Presidente da Câmara é despesista, e quando se vota contra invariavelmente e aqui estou sobretudo a fazer a crítica ao CDS que, qualquer coisa vota contra ou abstenção porque é foguetório e despesismo. Portanto, que fiquem bem claros estes princípios que estão aqui patentes. Passando agora às perguntas que me foram colocadas. Meu caro Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, explicar o seguinte, eu nunca escondo nada, jogo transparente. Eu sou totalmente contra o trabalho temporário na autarquia, é uma metodologia que estou a usar que dificilmente voltarei a usar, e só o estou a usar porquê? Porque não posso encerrar os museus que estão neste momento abertos, estamos a falar de oito museus e espaços museológicos onde estas pessoas estão alocadas e quando na altura se falou em nove, era um dos vários contratos que tinham sido feitos com o Centro Cultural Distrital, não havia só um, e portanto, à medida que eles se foram vencendo, nós adotámos o mesmo procedimento de utilizar o trabalho temporário, e porque é que nós estamos a utilizar o trabalho temporário? É porque não

temos outra forma, legalmente a autarquia tem estado, desde logo houve a aprovação deste período de três anos de “troika”, houve uma aprovação que obrigava a uma diminuição de 2% dos efetivos das autarquias todos os anos e a autarquia de Viseu foi cumprindo, depois chegou-se a uma outra diretiva que dizia assim: As autarquias só podem admitir pessoas desde que haja vagas para o efeito, portanto, não podem crescer os seus efetivos e está a ser aplicado, e recentemente na Associação Nacional de Municípios por proposta minha, e adotada pelo coletivo, e na negociação com o Governo, foi dito, tratem de maneira diferente os municípios, os que têm capacidade para contratar, devem ser tratados de uma maneira diferente dos que não têm capacidade para contratar. Felizmente que o município de Viseu mesmo com este critério, com o qual eu não me revejo, porque acho que é demasiado restritivo, mesmo neste critério o município de Viseu leva uma classificação de trinta ponto qualquer coisa, ficando com uma margem de manobra até 35% do ponto de vista de admissões e aquilo que eu disse na reunião do executivo e que o afirmo aqui é que não é por acaso também que o fizemos por cinco meses, fizemos por cinco meses porque é a expectativa que temos de podermos sim, abrir um concurso para a admissão destas pessoas, com um concurso feito já de acordo com as possibilidades que a nova Lei nos dá, e a lançar esse concurso agora, já depois da aprovação do orçamento para virmos a resolver em definitivo esta questão. Portanto, eu espero que tenha ficado claro a nossa posição e as regras são sempre as mesmas, eu também o disse na última reunião do executivo, as instruções que são dadas aos serviços são, transparência absoluta nos concursos, os júris de uma maneira geral são júris internos, isto é, aproveitamos as pessoas do executivo camarário o que algumas vezes também tem o seu inconveniente é que são pessoas que estão afetas a uma função e depois também estão afetas à função de júri, o que às vezes demora, por outro lado todos nós sabemos, infelizmente nos dias que correm, quando abre uma vaga são sempre muitas pessoas a concorrerem, o que aumenta muito a carga burocrática das audições e dos procedimentos todos. Agora, quero-vos deixar uma garantia, é que as admissões na autarquia de Viseu serão sempre feitas no cumprimento estrito de todas as regras legais e os princípios da transparência.-----

GESTINVISEU, o acordo como eu o assumi aqui, está fechado já há vários meses, há vários meses que eu assumi aqui que o acordo estava fechado, várias têm sido as tentativas para o passar a escrito em definitivo, temos esbarrado numa coisa, eleições na AEP que é o principal parceiro, que só agora é que tomou posse a nova Direção da AEP e ao mesmo tempo o PER, o Plano Especial de Revitalização que está em curso e que foi necessário também haver a aceitação. Portanto, da parte da autarquia estamos ansiosos por pôr o preto no branco até porque há um passo seguinte, logo que se assine o contrato, entraremos na posse dos terrenos públicos, eles passarão para a nossa responsabilidade, iremos fazer enfim, uma operação de rearranjo daquele espaço e vamos fazer um contrato com a Junta de Freguesia para lhe entregar a gestão do dia-a-dia do espaço, este tal princípio de proximidade que temos estado a adotar, também o iremos dotar no Parque Empresarial de Mundão. Senhora Deputada Adelaide Modesto, se estava a fazer uma candidatura a Deputada para Comissão de Saúde, passou com distinção, porque de facto tocou em todos os aspetos em que eu estou de acordo consigo, tocou em todos os aspetos de debilidade que Viseu hoje tem na área da saúde e que também lhe peço a si responsabilidades, porque o Partido Socialista também foi Governo durante alguns..., por acaso não estava a responder à Deputada Adelaide, estava a responder à Deputada Cristina Fonseca que foi quem falou sobre saúde, peço desculpa e de facto não são confundíveis porque são duas pessoas completamente diferentes, igualmente bonitas, e portanto, dizer-lhe que, eu também não sei se de facto a Deputada Adelaide também se está a candidatar a alguma coisa, não sei, pelo menos leio aí às vezes nos jornais. Mas em relação à Senhora Deputada Cristina Fonseca, dizer-lhe que diagnosticou exatamente aspetos que eu estou totalmente de acordo, agora também lhe quero dizer, vamos ter a

abertura das duas Unidades de Cuidados Continuados, pena que não se tenha aprovado uma terceira, eu ficaria muito satisfeito se hoje a Misericórdia estivesse já também na fase de poder aprovar e poder abrir a sua Unidade de Cuidados Continuados porque verificou-se que para além destas duas, uma em Farminhão e outra em Rio de Loba, para além destas duas, ficamos com cinquenta camas para cuidados continuados, a autarquia acompanhou isto de muito perto, falo com os dirigentes destas instituições para perceber como a autarquia... mas era preferível que também tivéssemos tido a tal terceira candidatura aprovada que não tivemos e isso não foi seguramente responsabilidade deste Governo, terá sido do anterior. Por outro lado eu quero-lhe dizer que, é exatamente este executivo que está a negociar com o Governo a nova Unidade de Saúde Familiar, isso sim, não é da nossa responsabilidade, porque a área da saúde é da responsabilidade do Governo, mas apresentámos ao Governo a Casa das Bocas como local ideal para instalarmos a nossa Unidade de Saúde Familiar até porque fica no Centro Histórico, será mais uma âncora para além do serviço de proximidade que vai prestar a uma população mais idosa, etc., etc., etc., isso sim, são coisas em que apesar de não serem da competência do município nós envolvemo-nos. A questão da oncologia, da Unidade Oncológica, já teve da minha parte várias reuniões quer com o Senhor Secretário de Estado quer com o Senhor Ministro e continuo-o a defendê-la seja pelo modelo que o executivo entender, o executivo ou pode fazer uma contratualização privada e há privados interessados nisso ou fazê-lo no hospital, para nós é indiferente, agora, que Viseu tem que ter esta valência e que nos está assegurada que vai ter, também está, agora, terá que ser o Governo, não pode ser a autarquia, embora a autarquia se tenha substituído muitas vezes aqui ao Governo Central, é público que assinámos um contrato no sentido de fazer um acesso mais direto às urgências do hospital e que está a ser feito pela Casa do Pessoal do Hospital para exatamente fazer o quê? Evitar todo aquele percurso que as ambulâncias fazem até chegar às urgências, da nossa parte o assunto está tratado, agora à Casa do Pessoal e ao Hospital compete executar exatamente a obra que vai permitir que as pessoas cheguem mais rapidamente às urgências. Portanto, eu penso que do ponto de vista da forma como este executivo tem olhado para as questões da saúde, juntando à tal lógica de “Viseu Melhor Cidade Para Viver” estamos conversados, aquilo que é da nossa responsabilidade nós faremos, em relação ao Governo, seja este ou outro, o meu comportamento perante este Governo e acho que o tenho provado, será exatamente o mesmo perante outro Governo qualquer de outra cor partidária que vá para lá, colaboração quando for para resolver os assuntos de Viseu e critico quando tiver que ser crítico, é o que tenho feito em relação a este Governo como têm visto. Agora sim, Senhora Deputada Adelaide Modesto, não sei se também candidata não é? Dizer-lhe que, eu com tantos elogios quer dizer, “quando a esmola é grande o pobre desconfia” não é, e tanto elogio à governação deste executivo neste primeiro ano, a Senhora até me deixa sem jeito não é? Fico assim um bocado incomodado com tanto elogio, ao ponto de dizer, lá vem outra vez a questão da paternidade, eu também já o disse aqui, se puserem em causa a paternidade dos meus filhos fico aborrecido, agora, se puserem em causa a paternidade das ideias desde que elas sejam boas para o concelho, fico satisfeito, e quero-lhe dizer o seguinte, o que nós estamos a aplicar é o programa Viseu Primeiro, que depois teve uma fase de debate público e que é hoje o único programa do país em autarquias que foi sujeito a um debate público antes de ser adotado para o período de um mandato e isso dá-me seguramente um grande orgulho. Depois falou também no Gabinete à Agricultura, olhe, está a ser um sucesso, do que sei, lá está, uma boa medida e uma boa valência que nós acabámos por colocar ali no nosso Mercado Municipal. Passando agora para o Senhor Deputado Carlos Vieira, enfim, também eu não quero e eu já o disse, uma reabilitação do Centro Histórico que seja holiodesca, eu disse-o, eu disse que não quero uma reabilitação de fachada, quero os edifícios reabilitados com alma, que se mantenha a alma dos edifícios, o que quer dizer que inclusivamente, vai passar para o âmbito da SRU o licenciamento dos edifícios que

ficam dentro da área da ARU, a tal ARU alargada que estamos agora a publicar, para depois poder ser efetiva, e mais do que isso, é que esta área de reabilitação urbana que nós agora acabámos de aprovar há um mês atrás vai se aplicar às freguesias, é que este trabalho que estamos a fazer na cidade, também o queremos fazer nas freguesias, também queremos que os Senhores Presidentes de Junta apresentem candidaturas para nós encontrarmos áreas de reabilitação urbana exatamente com os mesmos benefícios que vão ter na cidade para quê? Para estimular as pessoas a fixarem-se nas freguesias, a reabilitarem o património, assim como o programa de reabilitação de fachadas, não se aplica só ao Centro Histórico, hoje aplica-se de uma forma generalizada e incluindo que ele estará em vigor até ao final do próximo ano, para quê? Para incentivar as pessoas a fazerem aqui um esforço e aproveitarem este incentivo que o município dá. Quanto ao Orçamento Participativo, este é o ano zero, e eu acho que está a correr muito bem, do ponto de vista da forma como isto se tem desenvolvido, até já há municípios que estão a vir a Viseu a perguntar e a pedirem-nos para nós cedermos um bocadinho de *Benchmarking*, o que é bom, se somos o único município nesta região que tem um orçamento participativo em curso, é muito bom quando os outros municípios nos pedem, como é que vocês estão a fazer que nós também queremos fazer igual, portanto seguramente que, eu lanço aqui um repto, que já lancei há bocado, levem as pessoas a participar duma forma massiva, porque a melhor forma de o legitimar é estas cinquenta propostas poderem ter uma votação expressiva porque é sinal que os cidadãos se disponibilizaram para essa participação e portanto, desse ponto de vista será bom que haja muita gente a votar. Em relação a outras questões que foram aqui referidas em relação ao Centro Histórico, há tanto o direito ao descanso como há o direito ao exercício da atividade económica, como há o direito ao divertimento, portanto, todos estes direitos têm que estar ao mesmo nível e obviamente que se tivermos que chegar ao ponto de exigir, para já o licenciamento tem exigências, não se abre um bar ou um restaurante por dá cá aquela palha, há várias entidades que intervêm neste processo que não só a câmara, ruído, questões sanitárias, etc., etc., mas a ideia do sonómetro é uma ideia que está prevista exatamente na nossa ideia, que é, por um lado podermos vir a ter aparelhos de medição nos próprios bares para garantir que o nível da sonoridade não é excessiva, assim como ajudar alguns cidadãos que vivem no Centro Histórico a insonorizar as suas casas, aqueles que estão nas zonas mais críticas, podermos ter um programa e está a ser desenhado para os ajudar a minorar o efeito do ruído. Portanto, a própria Comissão de Acompanhamento que perguntavam há bocado como é que foi constituída, ela é uma Comissão de Acompanhamento para auxiliar o Presidente da Câmara no exercício desta função, e estão lá os moradores, estão lá os donos de bares, estão lá os donos de restaurantes, donos de hotéis, estão lá comerciantes, estão lá profissionais liberais, estão lá os jovens, está lá o Presidente da Junta e está lá o Presidente da SRU, portanto, são estas as pessoas que lá estão. Onde havia entidades representativas como no caso do comércio, pedimos à Associação Comercial, no caso dos bares e restaurantes pedimos à ARESP para nos indicar os representantes, onde não havia uma entidade fomos à procura e fomos encontrar pessoas que efetivamente pudessem ser um benefício. Portanto, ela está exatamente a fazer essa função, já reuniu na última sexta-feira exatamente de mediação e procurarmos encontrar o melhor denominador comum. Seguramente que estou de acordo também consigo que uma coisa é o licenciamento, outra coisa depois é a fiscalização, agora a fiscalização competirá a quem tiver que competir. À ASAE nuns casos, à Polícia noutros casos, aliás, a Polícia também faz parte desta Comissão de Acompanhamento como não podia deixar de ser, a PSP, exatamente para encontrarmos as melhores fórmulas para chegarmos a bom porto. Esteja certo que estamos a dar o nosso melhor para conseguirmos efetivamente um ponto de equilíbrio que sirva a todos. Portanto, já lhe falei também da Comissão de Acompanhamento e já agora dizer-lhe que em relação ao concelho, está em curso a preparação de um Plano de Mobilidade e nesse Plano de Mobilidade, obviamente que há coisas que podem ir andando

e há outras que só podem ser feitas, por exemplo, eu só posso cortar o estacionamento nas quatro praças quando tiver alternativas, nas tem que ter alternativas para moradores e tem que ter alternativas para utentes. Se ler com atenção a documentação que lhe foi enviada designadamente na SRU, está lá tudo escrito, estão lá as localizações dos futuros espaços de estacionamento no Centro Histórico, portanto, se ler isso com atenção tem lá a resposta que pretendia. Passando depois a seguir ao Senhor Presidente da Junta de Ribafeita, o dinheiro para as freguesias, nem que seja para cumprir promessas não é? Às vezes também, quando se assina um contrato para uma freguesia como foi o caso, parece que o Presidente da Câmara tinha pecados e teve que assinar aquele contrato para espiar os seus pecados. Eu gostei muito da sua intervenção e a verdade é que, se nós fizermos as contas, talvez muito mais de metade deste orçamento está a ser destinado às freguesias, é preciso fazer contas, aonde é que estão as escolas, aonde é que estão os transportes escolares, aonde é que estão as obras, é que não é preciso fazer só as contas às obras, também é preciso ver que investimentos ao serem feitos na sede do concelho ou noutro lado também servem as freguesias. Portanto, eu diria que a tal meta que a Deputada Filomena Pires dizia, transferir-se 60% para a freguesias, eu vou fazer bem as contas, mas olhe que se calhar já o atingimos, ou se calhar até já o ultrapassámos, porque há claramente uma série de opções que são feitas para as freguesias que não entram nem nas tais transferências diretas que foram aqui realçadas e bem pelo Carlos Correia, pelo nosso Presidente da Junta de Lordosa a quem eu agradeço também a intervenção porque isso também é estimulante ver que dos Senhores Presidentes de Junta e de todos os Partidos, reparem que nem todos os Presidentes de Junta foram eleitos pelo PSD, agora eu trato os Presidentes de Junta todos da mesma maneira e eles estão aqui que não me deixam mentir, são testemunhas disso e as regras são definidas para todos, quer do ponto de vista da contratualização das funções que transferimos para as Juntas de Freguesia e na aplicação da Lei 75, quer neste planeamento, eu prefiro planejar já o que vamos fazer ao longo do mandato para que as obras sejam lançadas com tempo, para que sejam bem fiscalizadas e fiquem bem feitas, a pressa nunca é boa conselheira, para já não falar desta componente do Viseu Rural que vai ser discutida na quinta feira, a primeira discussão que vai haver sobre este tema é exatamente com os Senhores Presidentes de Junta numa reunião dos Senhores Presidentes de Junta e depois será sujeita ao Conselho Estratégico e depois seguirá os diferentes trâmites, isto é a prova mais que provada da consideração que temos e prática, basta olhar para este orçamento e ver a fatia do orçamento que é transferida para os Senhores Presidentes de Junta. Portanto, a lógica é exatamente essa, fixar pessoas, e mantenho aquilo que tenho dito, não quero que nem mais uma pessoa saia de alguma freguesia para vir viver para a cidade, nós temos que assumir este desígnio de manter o povoamento das nossas freguesias e não podemos andar a combater o Poder Central porque há assimetrias e nós não combatermos essas assimetrias dentro do nosso próprio concelho e portanto a garantia de que isto continuará a ser cumprido. Ó Senhora Deputada Filomena Pires, parece que este ano até vai ser um ano de bom vinho! Se queria saber essa informação, parece que apesar de tudo vai ser um ano de bom vinho e eu para consumo próprio vou continuar a comprar aos amigos esteja descansada está bem? Agora, de facto para a CDU é sempre pouco não é? A Senhora vai ali e até é capaz de dar uma no cravo, outra na ferradura. Olhe, há uma coisa que nós somos, democratas e transparentes, e portanto aí não recebemos lições de ninguém portanto esteja descansada, e estamos a cumprir o Estatuto da Oposição escrupulosamente, se tiver alguma queixa diga, ou então não lhe vou dizer que se cale para sempre porque quero ouvi-la durante pelo menos este mandato e portanto, é bom que efetivamente, enfim, vá assumindo as coisas como são. A Orquestra! A Orquestra é boa mas parece que é só para os meninos ricos! Não, não é nada para meninos ricos. Olhe, a Orquestra, se lesse bem, se estivesse atenta, sabe que até ao dia 17, qualquer jovem do concelho se pode candidatar, mais democrático do que isto não pode ser, para além do envolvimento das nossas bandas que estão envolvidas neste

processo, portanto, nós não somos a favor dessa luta de classes, tratamos as pessoas em pé de igualdade. Campanha da Água! A Senhora, habitue-se a ler os documentos, vá ver o orçamento e veja o investimento na água, no SMAS, portanto nas Águas de Viseu para este ano e para os seguintes, é que é preciso vê-lo, sabe qual é o investimento que está previsto no SMAS para este ano e seguintes? 89 Milhões de euros, o que significa que estão lá previstas exatamente as melhorias, eu também já disse há bocado que há opções do município, na água queremos chegar quase aos 100% de cobertura e estamos hoje num patamar muito acima da média nacional e numa média que nos deixa bem do ponto de vista europeu, agora, no tratamento, não vamos seguramente tratar tudo da mesma maneira, vamos inclusivamente adotar algumas fossas céticas de nova geração para resolver algumas situações, que fique bem claro, e além disso temos que ter aqui alguma lógica equidade, que é saber aonde é que vamos investir, isto é, nós não podemos investir 400 mil euros para beneficiar dez casas, não temos orçamento para isso, mas podemos encontrar uma outra solução mais mitigada e estou a pensar num caso concreto que vai permitir resolver a situação sem ser dessa maneira. Portanto, eu já disse uma vez, ainda bem que a Senhora não está a gerir o município, e depois mais uma vez referir a tal contradição, parece que é só foguetório mas pelos vistos temos feito coisas bem feitas e as pessoas têm-no reconhecido a começar pela oposição, e eu fico contente, obviamente que quando a oposição elogia eu fico satisfeito porque eu não sou insensível a essa questão. Por último, Senhor Deputado Manuel Teodósio, agradecer a sua intervenção, de facto a questão do orçamento participativo está bem clara, quer dizer, não há aqui dois pesos e duas medidas, há uma linha que nós traçamos e que a estamos a seguir até porque eu disse que este é o ano zero, o próximo será o ano um e seguramente que se o orçamento participativo continuar a ter o impacto que tem, vai ver crescer o seu orçamento todos os anos e as próprias freguesias já começam a alocar também algum dinheiro ao orçamento participativo e também realçar que esta aposta na cultura não é uma aposta qualquer, é uma aposta num desígnio mas com todos isto é, nós não queremos transformar a autarquia num produtor de espetáculos, nós queremos a autarquia um pouco como o maestro da orquestra em que cada uma das instituições que estão no domínio cultural, executam a sua parte de responsabilidade e cada vez mais o nosso programa cultural terá que ser o resultado das várias estruturas que temos no concelho, não só na lógica da fruição mas também numa lógica que permita a produção de conteúdos, o desenvolvimento e a fixação de competências, é esta a forma que queremos desenvolver e estamos convictos que estamos a dar os passos certos designadamente com esta “call” que agora vai ser aberta. Em relação ao ritmo de trabalho, é o nosso, vamos mantê-lo, pode estar descansado caro amigo Manuel Teodósio que gostamos de trabalhar e todos os dias o vamos fazer. Em relação aos sinais da sociedade, vamos estar sempre atentos sejam eles da sociedade desorganizada, informal, em que as pessoas fazem chegar... eu olho sempre com muita atenção para todas as sugestões que fazem chegar à autarquia, para ver se de facto têm viabilidade ou não, às vezes uma pequena sugestão pode-nos ajudar a ultrapassar um problema, e ouço também, e não vou dizer que não ouço as críticas que a oposição faz, claro que ouço porque se não também não estaria a fazer o exercício democrático que é esperado da minha parte, portanto, esteja seguro que vamos continuar a governar com o nosso programa seguindo o rumo que está definido mas ouvindo a comunidade, estando atento a todos os sinais da comunidade. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Damos por encerrado...-----

- **O Senhor Vereador José Hélder do Amaral intervém dizendo:** Queria falar invocando o nº5 do Art.º 44 do Regimento e o nº5 do Art.º 48 da Lei 169/99, que é a Defesa da Honra.-----

- **O Senhor Presidente da Mesa coloca a seguinte Questão:** A Defesa da Honra em relação a que situação?-----

- **O Senhor Vereador José Hélder do Amaral responde dizendo o seguinte:** O Senhor

Presidente falou em “torquemada” e excecionou dois membros do CDS nesta sala e ficam dois, um está e outro que não está. Se o “torquemada”, como vocês sabem que é considerado o martelo dos hereges, Inquisidor-mor da Rainha Isabel a Católica, se é para o Coronel Figueiredo sento-me já, como não o especificou, eu não tolero nem aceito que me chamem “torquemada” o Senhor Presidente convirá que é um termo excessivo, não sei se a Assembleia o considera e foi usado pelo Senhor Presidente da Autarquia. Posso?-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo: O “torquemada” não está cá para se defender por isso olhe!-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Sim, sim, tem a palavra.-----

----- QUARENTA E CINCO – O SENHOR VEREADOR JOSÉ HÉLDER AMARAL

(CDS/PP: Muito obrigado Senhor Presidente. Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Vereação, Senhores Deputados. Eu em primeiro lugar quero-vos pedir imensa desculpa por ter que recorrer a uma figura que pelos vistos faz história hoje porque nunca foi usada e ficam a saber que a podem usar, e a honra é de cada um, eu sempre que for ofendida a minha honra usarei aquilo que a Lei me confere, o direito que a Lei me confere, à bocado apelei a vários juristas nesta sala que me ajudassem mas, não vou classificar, mas alguns juristas ficaram quietos e mudos naquilo que é uma boa prática democrática, até está naquilo que deve ser ética republicana, para aqueles que a invocam tantas vezes, eu queria dizer Senhor Presidente que aceito todas as suas críticas políticas, algumas delas aprendo com elas, outras tento melhorar e a única coisa que posso fazer é pedir-lhe que olhe para as minhas críticas políticas com igualdade de tratamento e com bondade democrática, se entender fazer assim muito bem se entender fazer de forma diferente, por mim não há qualquer problema, continuarei fiel aos meus princípios e às minhas convicções. Registo e não gosto de não ver aqui o Coronel Figueiredo, porque devia estar aqui para responder perante os seus atos, mas são atos dele...-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo: Arrume a casa. -----

- O Senhor Vereador José Helder do Amaral retoma a sua intervenção dizendo: ... mas são atos dele e eu não posso tratar este Deputado Municipal de forma diferente do que trato os outros, os atos dele ficam com ele, serão avaliados por ele e terá o julgamento que tiver e no meu Partido do qual eu sou dirigente nacional, não um mero dirigente local, não tolero, é só para dizer que a responsabilidade é maior, não é nenhum depreciativo para ninguém, eu já fui Presidente da Jota, Presidente Concelhio, com muito gosto e até Presidente de Secção, mas sempre me pautei por respeitar a opinião de cada um e deixar que cada um assuma as suas responsabilidades, faço isso no meu Partido e farei-o aqui, peço exatamente o mesmo tratamento para mim. Muitas vezes não serei o mais assertivo, outras vezes serei mais assertivo, peço a mesma tolerância, podem é fazer o favor de dizer que pelo menos não me falta coragem para assumir as minhas posições. Depois...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, agradecia que fosse breve está bem?-----

- O Senhor Vereador José Helder do Amaral volta a retomar a sua intervenção dizendo: ... Depois terminaria dizendo Senhor Presidente, que eu registei com bastante desagrado porque o conheço bem, porque nunca utilizaria termos desses, desse calibre, porque lhe reconheço o percurso político, porque trabalhamos juntos tantas vezes, porque discordamos imensas vezes e nunca precisamos dentro das nossas discordâncias de usar um termo que eu acho que aqui nem gostaria de ser tratado de “torquemada”. Eu como católico incomoda-me, como democrata incomoda-me, como membro deste órgão que muito prezo e onde passei bons momentos da minha vida incomoda-me, como cidadão desta cidade incomoda-me, por mim o assunto morre aqui porque era o que faltava, como já aconteceu noutras oportunidades que Viseu fosse conhecido por mais um ato de troca de galhardetes entre dirigentes políticos e portanto a minha honra sentiu-se ofendida, espero que este assunto não se repita e quero dizer ao Senhor Presidente que da minha parte terá sempre oposição frontal e firme e perceba de uma vez por todas que em

nenhum momento lhe dirigirei ataques pessoais, espero este ataque como o fez aqui de “torquemada” não se repita. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu gostava de invocar a minha qualidade de jurista que foi aqui invocada e lamentar que o Senhor Vereador Hélder Amaral dirigente nacional do CDS tenha invocado isso e não tenha tido a coragem de pessoalmente me o dizer, andou a dizer às pessoas da minha bancada que eu não o defendi quando invocou o direito à defesa da honra, não pode desmentir isso. Ora bem, o Senhor Vereador Hélder Amaral ...-----

- **O Senhor Vereador José Hélder do Amaral interrompe dizendo:** Disse o mesmo à bancada do PC.-----

- **O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:** Senhor Vereador agradecia que não entrasse em diálogo.-----

- **O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo:** O Senhor Vereador Hélder Amaral, se me permite Senhor Presidente, tem o direito de escrever enormidades na imprensa dizendo que há assassinato do Regimento, tem o direito, e uma pessoa concorda ou não concordo, eu não concordo, não há nenhum assassinato. Agora, a honra que o Senhor invocou dizendo que estava ofendida, eu estava ali e ouvi, embora ouça mal mas ouvi, o Senhor disse que daqui, presumo que do Senhor Presidente da Câmara lhe terão dito que quem não tem honra não tem que a defender. Isso não é um ato da Assembleia, eu não tenho que o defender disso nem é este o local próprio para o Senhor se defender disso, o local próprio foi quando aqui foi colocado o problema de se o Senhor podia vir aqui falar, a minha bancada unanimemente disse que sim. Isso é um ato democrático, isso é um ato republicano que eu invoco com a maior honra e com o maior prazer. É fundamental que não venha dizer que os juristas o não defenderam porque o problema da honra não estava em questão nesta Assembleia, nesta Assembleia o problema da sua honra não estava em questão. Desta vez estaria, eventualmente o Senhor sentiu-se atingido por haver uma referência ao torquemada, eu também me sentiria obviamente....-----

- **O Senhor Vereador José Hélder do Amaral volta a interromper dizendo:** Aleluia.-----

- **O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho questiona:** Como?-----

- **O Senhor Vereador José Hélder do Amaral responde dizendo:** Estou a agradecer.-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:** Senhor Deputado e Vereador agradecia que não....-----

- **O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo:** É fundamental e vamos lá ver, eu admito que o Senhor não tenha gostado de eu ter vindo com tranquilidade e em defesa daquilo que para mim é fundamental, é que as verdades são verdades, eu atentaria contra a minha consciência se atacasse a Mesa desta Assembleia, isso para mim é fundamental, não tem nada a ver com partidos, é a verdade, portanto, não há aqui problemas de honra, nenhum. Fico-me por aqui porque de facto gosto pouco de ser atacado principalmente quando não é diretamente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Íamos então passar ao Ponto Número Dois da Ordem de Trabalhos, APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO DE 2015. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor

Presidente muito obrigado, permita-me só aqui um dado que me esqueci de dar há bocado quando dei os dados. Gosto da transparência e gosto que toda a gente esteja na posse dos mesmos dados que eu e antes mesmo de fazer a minha intervenção sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano, gostava também de dizer que para além destas deliberações todas, também fui fazer o levantamento das faltas ao executivo e reparo que o Senhor Vereador José Junqueiro que também é Deputado, faltou duas ou três vezes fazendo-se representar e o Senhor Deputado que diz que eu lhe afetei a honra, faltou quinze e catorze vezes se fez representar. Portanto, para que fique para a avaliação das pessoas que estão lá em casa, porque em bom rigor são os dois Deputados da República, mas pelos vistos um consegue honrar os seus compromissos e o outro não. Por outro lado, toda a gente pode dizer aquilo que entender, eu sou muito correto nas minhas afirmações e no exercício democrático, eu não acuso ninguém de “embuste” nem outro tipo de termos como este, nem de falta de honestidade, nem de usar dinheiros públicos para fazer campanha privada, nunca me viram dizer coisas destas, que fique bem claro que “quem não se sente não é filho de boa gente” não se pode ir para ali com um ar impoluto a dizer isto e mais aquilo quando se formos a ver o histórico sabemos bem como é que as coisas têm sido. Bem, indo agora ao orçamento. Senhor Presidente e Senhores Deputados, no ponto das informações já detalhei as principais linhas orientadoras de caracterização da proposta de orçamento para 2015 e portanto, não os vou maçar excessivamente até porque já tiveram oportunidade de o ver, mas queria por isso aqui destacar alguns dados e considerações que considero importantes relevar antes da sua discussão. Antes de mais, o orçamento que hoje aqui apreciamos foi feito num calendário exigente e também na expectativa do novo QREN. Apostamos numa estrutura orçamental municipal para 2015 por um lado com a ambição de consolidar as apostas estratégicas de desenvolvimento lançadas no programa Viseu Primeiro, mas perante a inexistência de regulamentos e sem a abertura de candidaturas do Portugal 2020, este orçamento é de expectativa aguardando pelo arranque em pleno do quadro comunitário para adquirir a sua verdadeira dimensão. Quero com isto aqui assumir desde já que o orçamento para 2015 crescerá à medida que forem aprovados investimentos no novo quadro de financiamento comunitário e crescerá sobretudo em linha com as prioridades da política local adotada que como sabem são o investimento e o desenvolvimento económico, a solidariedade e a inclusão, educação e cultura, na revitalização do Centro Histórico e na coesão territorial do concelho que são exatamente áreas onde nós pretendemos apresentar candidaturas ao novo QREN Portugal 2020. É de facto um orçamento superavitário com menos despesa corrente o que garante uma diminuição do endividamento. A despesa corrente da Câmara Municipal como é notório registará uma descida de 1,6% face ao ano de 2014, em resultado da redução dos encargos com o pessoal e também da aquisição de bens e serviços. Ainda assim, fruto da nossa política fiscal, este é o orçamento em que apesar de contermos a despesa manteremos a nossa aposta na redistribuição e usando os recursos arrecadados para cobrir as atividades necessariamente deficitárias como por exemplo, oferta dos livros escolares que ainda há dias fizemos para alunos carenciados e que são bastantes no nosso concelho, para mantermos também a nossa aposta em outros aspetos como os transportes escolares que são fortemente deficitários e que o executivo os assegura de uma forma gratuita para a pré-escolar e para o 1º ciclo, também do ponto de vista das refeições para os nossos jovens, incluindo manter as refeições escolares durante o período de férias exatamente para ir ao encontro de famílias que tenham maiores necessidades, e esta é a forma correta de redistribuir o rendimento, aquela proposta que hoje aqui foi apresentada e que tem sido propalada não cria essa equidade até porque para além disso este é um orçamento que vai permitir manter a qualidade dos nossos jardins, a limpeza das nossas ruas, a recolha do lixo ao nível da qualidade que já habituamos os nossos munícipes, apesar de também ser deficitário porque esta recolha do lixo faz com que o município tenha que cobrir uma parte da recolha porque a taxa que cobra aos cidadãos não cobre na

totalidade a recolha do lixo. Este é também um orçamento que permite ter uma água de qualidade e continuar a apostar na qualidade da água e aliás, uma água novamente premiada e a um dos preços mais baixos do país, o segundo preço mais baixo ao nível das capitais de distrito. As Grandes Opções do Plano para 2015 refletem também a estratégia Viseu Primeiro para 2013/2017 atingindo este ano um valor global de 35,7 Milhões de euros, e as funções económicas como eu já aqui enfatizei, absorvem mais de 81% do total das Grandes Opções da autarquia para 2015, ou seja 29,5 Milhões de euros, estando aqui contida também a expressão da prioridade estratégica conferida à revitalização do Centro Histórico. Nas funções sociais, destacam-se também os investimentos e os encargos com a educação cujo orçamento cresce mais de 20% face a 2014 ascendendo a quase 5,9 Milhões de euros, no programa Viseu Social mantém-se o forte investimento na solidariedade social e em relevantes funções sociais como a habitação, uma vez descontado também aqui o efeito da quebra de descontinuidade da nova construção do Bairro Municipal da Cadeia, bem como o encerramento do projeto Rampa, que são dois projetos que agora terminam e obviamente que terão só uma dimensão residual no próximo orçamento. O programa Viseu Cultura traduzirá em 2015 um investimento das GOP de 1,6 Milhões de euros, e o domínio do desporto um investimento de quase 2 Milhões de euros, ou melhor, passa um pouco dos dois milhões de euros. Também nas funções sociais das GOP do município cabem os importantes investimentos nas apostas da coesão territorial que hoje já aqui tanto foram faladas, na reabilitação do espaço urbano e rural orçados nesta proposta em mais de 2,2 Milhões de euros dos quais 1,6 Milhões são destinados a transferências no âmbito do programa “Viseu Local”. Também o capítulo do desenvolvimento económico e energia ocupa aqui o segundo lugar do ranking das GOP municipais em 2015 com um peso financeiro de 16,1%, apenas inferior ao investimento previsto no “Viseu Educa” e uma variação positiva de 25% face a 2014. Em termos financeiros as GOP de índole económico representam quase 6 Milhões de investimentos evidenciando-se os relacionados com a reabilitação do Centro Histórico dos quais se destacam as obras do programa “Reabilitar para Arrendar” que assinámos os contratos esta semana. Se somarmos às funções económicas o investimento em mobilidade e transportes, na casa dos 3 milhões de euros este investimento ascende a 9 Milhões de euros. Este é de facto um orçamento onde cabe a solidariedade de Viseu com outros municípios ao alocar os primeiros 400 mil euros dos 2,8 Milhões que realizaremos no FAM também ao longo de sete anos e que foi matéria que eu também já hoje aqui abordei, e finalmente não menos importante entre Câmara e SMAS, transferiremos em despesas correntes e de capital para as Juntas de Freguesia 4,6 Milhões de euros que é claramente um valor histórico e posso-vos mostrar por gráficos como este valor é histórico e congratulo-me com isso, porque está em linha com o que eu prometi às pessoas e com os compromissos que assumimos com os nossos concidadãos e portanto, atenção, está-me aqui a chamar à atenção e bem o Senhor Vereador, sem fundos comunitários, nós estamos aqui a alocar 4,6 Milhões de euros sem ainda, por um lado tendo consciência que muitas obras que vamos fazer nas freguesias não serão comparticipadas por fundos comunitários, sabemos que as estradas, os largos, alguns aspetos do saneamento não vão ser elegíveis neste quadro comunitário de apoio mas ainda iremos somar seguramente a este orçamento tudo aquilo que vier de candidaturas aos fundos comunitários. Portanto, acho que este é claramente um orçamento que tenho orgulho de o apresentar, é aquilo a que eu chamo um orçamento de fiscalidade mínima e de qualidade de vida máxima, já que querem usar chavões eu também uso este, de facto o que nós promovemos aqui e num concelho como o nosso que é um concelho exigente e que eu quero que continue a ser um concelho exigente, de facto em Lisboa às vezes um buraco na rua é mais um no meio de muitos e eles estão lá, todas as semanas lá vou, em Viseu um buraco na rua já é logo um motivo de vinte reclamações para o município, a recolha do lixo é feita da forma que a conhecem, às vezes pode ter algumas falhas mas todos os dias estamos em cima quer das nossas equipas quer das equipas contratadas para assegurar

que a recolha é feita de acordo com os nossos padrões, fomos nós também que escolhemos juntamente com os cidadãos estarmos neste padrão, nós queremos continuar a ser a Melhor Cidade e o Melhor Concelho para Viver, e este orçamento que aqui está é um orçamento sério, transparente, realista que vai exatamente ao encontro das nossas prioridades e é para este orçamento que eu peço a vossa confiança para o aprovarem visto que o executivo camarário, aquilo que aprovou foi a proposta e esta é uma competência que cabe à Assembleia Municipal e não ao executivo camarário e obviamente disponibilizando-me para qualquer esclarecimento que as Senhoras ou os Senhores Deputados ou os Senhores Presidentes de Junta queiram ver esclarecidas aqui em sede deste ponto. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Coloca-se à apreciação e votação o Ponto número Dois. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento também os restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Senhora Vereadora, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público, Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Senhor Presidente da Câmara, estamos perante uma proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 que, simplificando obviamente muito, poderíamos caracterizar por sofrer de três condicionalismos que a nosso ver limitaram e enfraqueceram o orçamento:-----

Ponto 1: A sua elaboração foi demasiado digamos que, condicionada pelas expectativas que coloca no novo quadro comunitário.-----

Ponto 2: Foi excessivamente condicionado também nas previsões que apresenta pela obsessão a nosso ver que colocou na apresentação de saldos financeiros positivos.-----

Ponto 3: O enfoque colocado no virtuosismo da saúde financeira do município, que é inegável e é bom dizê-lo, como que anestesiou as capacidades de compreensão dos seus responsáveis para o óbvio, e o óbvio é, a saúde financeira do município só é importante se for para ser colocada ao serviço das políticas que conduzam a uma melhor qualidade de vida dos seus munícipes. Este é portanto, um orçamento condicionado por razões externas, sejam elas as do calendário do Orçamento do Estado, sejam também pelo facto de ainda não serem conhecidos os programas operacionais do Portugal 2020. Não negamos portanto o efeito destes condicionalismos, mas não será um pouco demais colocar todas as esperanças no arranque dos programas operacionais «Portugal 2020» e no possível orçamento retificativo que o executivo já ambiciona vir a apresentar em 2015?-----

A impressão que dá é que esta proposta de orçamento para 2015, para além dos condicionalismos referidos, fica ainda marcada por um autocondicionamento com origem em pressões dos últimos meses, corporizadas por um tal partido de oposição invisível que, sem dar a cara e em surdina, vai espalhando o boato sobre o fim da tão propalada saúde financeira do município. Seja esta nossa convicção verdadeira ou falsa, aquilo de que não duvidamos é que este orçamento foi elaborado com base numa ideia fixa e inamovível, construir um orçamento em que o saldo positivo confirmasse e reafirmasse a boa saúde financeira do município. Só que isso, como todos sabemos, tem um preço, tanto naquilo que todos nós pagamos de impostos, como no próprio investimento, e assim, inexplicavelmente para nós, voltamos a ter um orçamento não apenas condicionado, como já aconteceu no ano transato, por opções fiscais e de investimentos plurianuais tomadas no anterior mandato, mas também politicamente autocondicionado por uma espécie de guardiões do templo das finanças municipais que como sabemos andam por aí. Não encontramos outra explicação, Senhor Presidente, para que num contexto de crise, em que o peso dos impostos tudo arrasa, não se tenha procurado nas grandes opções deste orçamento, focalizar toda a atenção no desenvolvimento de uma política municipal mais

favorável para o consumo, o investimento e o emprego. E nesta matéria, o executivo tinha ao seu dispor instrumentos que poderia ter apostado, sem que isso colocasse em causa em nada o equilíbrio (também defendemos esse equilíbrio) das contas municipais. Era precisamente este o momento, para colocar Viseu entre os municípios portugueses, aproveitando até a saúde financeira da autarquia, que apostaram tudo numa devolução significativa da receita variável do IRS. Importava, portanto, reduzir não apenas 1%, como é proposto no orçamento que aqui discutimos, mas por exemplo 2,5% (50% portanto daquilo que era possível), solidarizando-se assim o município com todos os viseenses neste momento de crise. Para além dos efeitos económicos que esta medida podia ter para as famílias e para a economia local, era também um reconhecimento muito importante para todos os viseenses, pelo facto de durante décadas terem suportado impostos máximos (IMI, Derrama, etc.), contribuindo assim para a tão apregoada saúde financeira do município.-----

Acredite Sr. Presidente que não é necessário ser um empedernido Keynesiano para reconhecer os benefícios económicos e sociais que neste contexto de crise esta medida em sede de IRS teria. Foi precisamente esta leitura da realidade que levou a que vários municípios nestes últimos anos prescindissem, de parte significativa do IRS. O município de Viseu fê-lo para o orçamento de 2013, em 1%, o atual executivo propõe-se renovar esta percentagem, como já o tinha feito para o ano transato, evitando seguir o caminho de concelhos que abdicaram da totalidade do IRS (como a Mealhada, Ponte de Lima, Idanha-a-Nova, Oleiros, Arganil, Góis, Alcoutim, Manteigas, Sabugal, Gavião, Boticas, Resende, por aí adiante), ou como nós aqui defendemos, a seguir o exemplo de concelhos como Lisboa porque não, é a capital do país, é bom que a gente olhe para Lisboa tem o IMI mais barato, tem...-----

- Alguém na sala faz um comentário, não sendo perceptível o que foi dito.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue a sua intervenção dizendo: Ó Senhor Presidente se é para dialogar, eu penso que depois posso dar as respostas.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Não, não, tem toda a razão, agradeça Senhores Deputados.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro retoma a sua intervenção dizendo: Eu sei, mas eu hoje vou desculpar porque a capital do país está sob os olhos de muita gente, há algum receio quanto à saída do António Costa de Presidente da Câmara, mas vamos ter tempo depois de aqui o criticar se for caso disso, vamos deixar isso para o próximo ano, lá mais para o fim, por esta altura.-----

Mas diria eu que e para não me afastar, sou verdadeiramente um homem de fé nos homens sem dúvida nenhuma e portanto, o que eu queria dizer é que, e já que entrámos aqui numa parte mais informal é que, não defendo ou não defendemos no Partido Socialista porque nos parece que nesta altura poderia também parecer demagógico, digamos que, o intervalo máximo de 5%, mas como eu disse, penso que este orçamento acomodava perfeitamente e o Senhor Presidente depois poderá confirmá-lo, acomodava perfeitamente digamos que, aquilo que fizeram concelhos como, e dei o exemplo de Lisboa, mas poderia dar Amadora, Alcobaça, e tantos outros, aliás a Amadora com 3,8 Alcobaça com 3,75 isto só para dizer que é muito variável digamos que, aquilo que outros concelhos fizeram e que já vêm fazendo. Mas, diria eu que, a incapacidade para ousar e inovar também se verificou e eu diria inexplicavelmente num executivo que já deu mostras de ser criativo e inovador em questões como o orçamento participativo, como no centro histórico e até com a capacidade que tem demonstrado para unir e para criar redes de, digamos que, de interesses na defesa do concelho. Não me parece, e eu digo-o com toda a sinceridade e frontalidade que este orçamento tenha pautado por grande inovação, digamos que, por ideias inovadoras e mais ousadas e sobretudo não ousou, digamos que,

em áreas que se prendam com medidas mais proactivas para captar investimento e para criar emprego na economia local.-----

Bem sabemos da existência do «Viseu Investe» e das tímidas bonificações concedidas às empresas, mas quando os resultados não aparecem é necessário ir mais longe. Todos sabemos que o tempo dos grandes investimentos em infraestruturas já passou mas o investimento no imaterial exige criatividade e o desenvolvimento de outras capacidades. Eu ainda não consegui ter conhecimento do ranking que foi feito para as autarquias portuguesas sobre inovação para o emprego e empreendedorismo social, se lá vir Viseu eu depois virei aqui fazer, digamos que, a minha culpa sobre isso, não me pareceu, mas se for isso cá estarei para dizer que não tinha razão, e portanto, o investimento em imaterial como dizia, exige criatividade, exige capacidade de inovação e exige conhecimento. Gostaríamos por isso, de ter visto este orçamento focalizado no desenvolvimento de capacidades que ajudem a captar investimento. Gostaríamos de ver, plasmado no orçamento medidas que colocassem com igual empenho, e vou dizer isto porque concordo com alguns desígnios que já foram apontados e portanto, eu gostaria que este orçamento tivesse colocado um empenho semelhante, portanto, igual empenho no desígnio já anunciado para a cultura, ou seja, como é sabido o Senhor Presidente tem dito que gostaria de colocar Viseu no ranking dos concelhos ou entre os concelhos que mais investem e mais promovem a cultura. Eu gostaria de ver igual empenho em captar investimento e de criar emprego. Acreditamos, aliás, que as hipóteses de êxito para este último desígnio ou seja, eram e são bem mais realistas do que aquelas que até se propõe para a cultura, mas, eu acho que almejar a muito é sempre bom e depois cá estaremos para ver o resultado. Exigia-se portanto muito mais neste orçamento sobretudo no que diz respeito à captação de investimento. Não é possível.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém para dizer o seguinte: Senhor Deputado, já vai em doze minutos. Já com a tolerância de dois minutos para a interrupção dos Senhores Deputados.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue a sua intervenção dizendo: Ok, eu estou mesmo a terminar, mas tolerância também tem que ser porque fui um pouco interrompido. Não é possível apostar tudo no programa operacional Portugal 2020, como se este fosse a panaceia para todos os males que nos afligem. O novo QREN é uma oportunidade, mas mais do que nunca dele só vão aproveitar plenamente os municípios que derem mostras de estar preparados para um novo paradigma de desenvolvimento. E aqui o que contam são as boas ideias, baseadas no conhecimento, nas novas tecnologias e no empreendedorismo social. E nesta matéria, o orçamento que aqui discutimos apresenta-se demasiado condicionado por contextos internos e externos, demasiado focado no concurso para melhor orçamento superavitário e inexplicavelmente, completamente desfocado daquilo que hoje mais interessa aos viseenses: um orçamento sensível às dificuldades das famílias, à economia local e ao emprego.-----
Não nos resta, por isso, Sr. Presidente outra alternativa política do que recusar dar um voto favorável a um orçamento que escolheu (e em liberdade) outro caminho.-----
Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Só para transmitir que foram treze minutos, com a máxima tolerância em relação às interrupções dos Senhores Deputados. Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto.----

----- QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD): Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, Público em geral. Eu poderia vir aqui dizer apenas duas coisas, mas de qualquer maneira, tinha aqui uma intervenção escrita e vou ter que a ler porque deu-me algum trabalho a fazer embora ela corrobore muito daquelas que são as afirmações já feitas aqui pelo Senhor Presidente da

Câmara. É evidente que concordo também que um Orçamento deve ter alguma criatividade, de qualquer maneira, um Orçamento e um Plano devem ser realistas em função daquilo que é a realidade atual e o contexto em que ele se desenvolve, e de certeza absoluta que o orçamento teria opções diferentes feito por outras pessoas, concordo plenamente que as opções seriam outras, de qualquer maneira parece-nos que é um orçamento bem elaborado tanto que não sofre qualquer tipo de contestação.-----

Falar do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Viseu e do SMAS de Viseu, obriga-nos a referir o seu enquadramento legal, mas pela primeira vez a proposta que ora analisamos, é efetuada nos termos da Lei 73/2013, de 3 de Setembro – regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o que antecipa a data de apresentação e discussão deste documento de importância fundamental para a gestão municipal.-----

Se esta alteração pode parecer inócua do ponto de vista operacional, aumenta as incertezas quanto os valores inseridos. De facto, o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado, para além de ainda não terem sido publicados os programas operacionais (temáticos e regionais) do Portugal 2020 e respetivos regulamentos. No que diz respeito ao atraso do Portugal 2020 haverá, com certeza, verbas avultadas que os municípios poderão utilizar para levar a cabo as metas do crescimento económico e da criação do emprego (em estreita parceria com os vários agentes económicos), da sustentabilidade, da inclusão social e da coesão territorial.-----

Senhor Presidente e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Um Plano de Atividades e um Orçamento são documentos previsionais alicerçados num conjunto vasto de opções estratégicas que se baseiam no conhecimento do passado e do presente, compreendendo a envolvente e a forma como se pretende projetar o futuro. A estratégia está inserida no projeto que esta Câmara tem para o seu território e para as pessoas que dele fazem parte. Ela foi há um ano sufragada pelos munícipes deste concelho. Ela assenta numa fiscalidade mais justa e atrativa, que procura não onerar demasiado os munícipes, aplicando as taxas mínimas e com políticas de incentivos ao desenvolvimento económico, com prioridade para as pessoas, para a economia, para a cultura, para o desporto, para a coesão territorial e não vou aqui invocar os números que estão plasmados no documento que nos foi apresentado. Assim, há uma forte aposta num conjunto de programas que se encontram plasmados nos documentos que nos foram distribuídos e com as afetações financeiras que aí estão vertidas. Uma forte aposta para a reabilitação do Centro Histórico (Reabilitar para Arrendar) e melhoria da mobilidade e transportes com cerca de 9 Milhões de euros.-----

Apesar de todas estas restrições, os valores globais do orçamento da Câmara Municipal de Viseu totalizam cerca de 51,2 Milhões de euros, sensivelmente inferior ao do ano transato (cerca de 1 Milhão de euros), e o orçamento global incluindo os SMAS cerca de 83,4 Milhões de Euros. Do ponto de vista técnico, este orçamento está corretamente elaborado cumprindo as regras fundamentais de elaboração. No que se refere ao cumprimento da legislação em vigor também os pressupostos estão globalmente assegurados, desde logo no que se refere aos princípios e regras fundamentais previstas na referida Lei 73/2013 que no seu art.º 40º estabelece como regra que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente mais as amortizações médias de médio e longo prazo. Desde logo, verificamos, que há uma capitalização de receita corrente de mais de 11 Milhões de euros, que quase quadruplica as amortizações médias dos valores exigíveis de médio e longo prazo que são cerca de 3 Milhões de euros. Este facto atesta também o que vem sendo prática no passado a capitalização de receita corrente criando capacidade de autofinanciamento dos investimentos o que permitirá um melhor aproveitamento dos fundos do quadro que se avizinha, do Portugal 2020, uma vez que podem ser antecipados determinados investimentos e candidatados imediatamente a seguir. Destacamos também

o facto de se registar uma descida previsional de cerca de 1,6 milhões de euros em relação ao ano anterior, facto que deve ser realçado no período que atravessamos, como uma medida de gestão deveras positiva.-----

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores Jornalistas. O Acordo de Parceria recentemente assinado para o período de 2014-2020, a apresentação de um conjunto de pacotes legislativos aprovados ou em fase final de análise têm como preocupações fundamentais proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos, a lei da água e da sua utilização racional, a utilização racional da energia, a investigação e a inovação assentes em estratégias para uma especialização inteligente, a formação e o desenvolvimento económico como a criação de emprego e do desenvolvimento de produtos endógenos e regionais. Estas preocupações estão já, de alguma forma implícitas neste Orçamento e nas GOP's. Não há contudo o conhecimento, por não terem sido aprovados, os programas e os regulamentos bem como os meios financeiros afetos a cada uma destas políticas. O ano de 2015 terá por certo meios financeiros disponíveis que, necessariamente, terão implicações na revisão das GOPs e deste orçamento para 2015. Até porque, a boa saúde financeira da Autarquia, realço aqui, permitirá que isso aconteça, pelos montantes financeiros disponíveis que podem ser antecipados no respetivo investimento. Para além do que dissemos, teremos que ter em conta que os documentos previsionais apresentados ao longo dos anos revelam níveis de execução assinaláveis. Esta situação revela que o controlo orçamental é uma preocupação fundamental, o que é sinónimo de rigor em termos de gestão. Mais do que apresentar documentos previsionais bem elaborados é preciso monitorizar e acompanhar de forma sistemática o seu desenvolvimento, bem como analisar os desvios de maneira a proceder à sua análise sistemática e às alterações que se impuserem.-----

Senhor Presidente e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Excelentíssimo Público. Quero pois, pela a importância que os documentos que hoje estão em discussão, têm para a Autarquia, aliados ao rigor e clareza dos mesmos, sou de parecer, bem como a bancada que represento que devem ser votados favoravelmente.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Queria começar por agradecer o esclarecimento que o Senhor Presidente prestou relativamente à questão que eu coloquei sobre a comissão para acompanhamento do Centro Histórico, no entanto dizer que relativamente à questão que eu gostaria mesmo de ver esclarecida a informação que me deu ficou aquém do que eu pretendia, porque de facto fiquei sem saber quem escolheu, mediante que critérios, e portanto, fico a aguardar que seja dado a conhecer quem são os nomes das pessoas que facto pertencem à comissão e vou ficar naturalmente atenta ao trabalho dessa comissão. Também dizer-lhe relativamente ao orçamento pelo segundo ano consecutivo o Senhor de facto não respeitou o direito de oposição, não reuniu com a CDU e portanto, esperemos que no próximo ano de facto esta situação venha a ser revista. Em 2013 abstivemo-nos na votação do Orçamento e das GOPs para 2014, dando ao Executivo o benefício da dúvida para a sua concretização. Em face dos documentos previsionais da receita e da despesa e das grandes opções do plano que nos são apresentadas para vigorar em 2015, não temos dúvidas em afirmar que globalmente são documentos que merecem a nossa rejeição, apesar de conterem algumas medidas com que concordamos e que especificamente não teríamos qualquer problema político em subscrever.-----

Uma delas é a que reflete a poupança de 11 Milhões de euros nas despesas correntes e a sua incorporação nas despesas de capital. Trata-se de um correto procedimento de gestão

da despesa municipal que vem confirmar a justeza da nossa crítica na reunião anterior ao movimento contabilístico inverso. O acautelar de rubricas e procedimentos orçamentais que permitam ao município lançar candidaturas ao próximo quadro comunitário de apoio em 2015, também nos parece avisado e elementar. Já a opção de pagar por antecipação parte da dívida a médio longo prazo, quando o juro dessa dívida é baixo e os prazos dilatados por trinta anos, em detrimento do investimento em obras que contribuam para a elevação da qualidade de vida da população, nos parece errada.-----

Destinar para transferência e apoio às Freguesias pouco mais de um milhão de euros, parece-nos manifestamente insuficiente e contraditório com a propalada aposta na “coesão territorial do concelho”. O mesmo se pode dizer das verbas alocadas ao apoio às associações de desporto e cultura. 700 mil euros, são menos de um por cento do orçamento global. Verba que contrasta de forma flagrante com os 400 mil euros inscritos para “pareceres, estudos e projetos”. Embora tenhamos de convir que, se todos os pareceres custarem ao município montantes equivalentes aos que foram despendidos para o anacrónico “estudo do IVA nas faturas sociais” a verba depressa se esgotará. Neste orçamento e Grandes Opções do Plano há rubricas inscritas que exigem esclarecimentos suplementares, por não permitirem uma leitura imediata. Refiro-me concretamente ao valor de 559.274 euros para obras em estabelecimento escolar na Rua Direita. De que estabelecimento se trata em concreto?-----

E os 11 Milhões de euros inscritos na rubrica da iluminação pública são todos para pagar à EDP a eletricidade consumida na iluminação pública do concelho? Mesmo que o não seja, permita-me senhor Presidente que lhe deixe uma pergunta, que é simultaneamente uma proposta. Estando o seu Executivo tão empenhado em inovar numa série de sectores, porque não se houve falar, nem consta nas GOP nenhuma menção à instalação de iluminação “LED” na via pública e nos monumentos, sabendo-se que desse modo se conseguiria uma significativa poupança energética e financeira, permitindo, por sua vez, que houvesse luz artificial nas ruas até ao nascer do sol, obviando ao facto de uma parte significativa do Concelho ficar atualmente às escuras devido ao apagamento prematuro da iluminação pública?-----

Significativa é também a verba de 1milhão quatrocentos e vinte mil euros destinada ao funcionamento do Funicular. Esta quantia é mesmo superior há que está previsto transferir para as Juntas de Freguesia. Custos desta natureza tornam imperativo que seja repensado o funcionamento deste equipamento tornando-o útil e rentável, não apenas para a Empresa que o explora.-----

Nos documentos de informação à Assembleia e introdução ao Orçamento e às GOP, fala o Senhor Presidente da criação de condições objetivas para uma “prática desportiva para todos”. Pergunto se estará nas intenções do “Viseu Educa” a implementação de um programa que, à semelhança de outros municípios vizinhos, disponibilize aulas de natação gratuitas para alunos do Concelho que frequentem o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo?-----

Congratula-se o Senhor Presidente com a afetação de 4,3% das GOP à “programação, produção e formação culturais”. É uma percentagem um pouco maior do que aquela que o seu governo atribuiu à cultura do país. É verdade. Mas para quem quer chegar ao 3º lugar do “campeonato da cultura”, parece-nos um pouco escassa esta dotação.-----

Existem neste Orçamento, várias contradições. Uma delas prende-se com os montantes que o município prevê arrecadar com a Derrama, em clara penalização das micro, pequenas e médias empresas e os objetivos liberais da “Viseu Investe”. Por um lado vai-se ao bolso dos empresários, sobretudo dos pequenos e médios, por outro abre-se os “cordões à bolsa”, para os ditos investidores. Para quem acredita tão cegamente nas virtudes dos “mercados”, como justifica o subsídio financeiro direto do município às empresas? Uma razão bastava para votar contra este Orçamento. A inscrição nele da verba para a constituição do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Diz o senhor Presidente que “a

Câmara é obrigada a participar com dois milhões e oitocentos mil euros”. Ouvindo-se o Presidente da Associação Nacional de Municípios não ficamos com essa ideia. Nas palavras de Manuel Machado, uma vez que o governo rasgou o acordo celebrado com os municípios ao impor agora regras que não foram contratualizadas e ao apropriar-se indevidamente de 185 Milhões de euros de impostos que pertencem às autarquias, estas não se devem sentir obrigadas a contribuir para o FAM. Tal como as Câmaras que ultrapassaram um determinado nível de endividamento, não são obrigadas ao recorrer ao FAM. Neste quadro, o que temos não é uma postura de solidariedade da Câmara de Viseu em relação aos municípios em dificuldades financeiras, mas uma atitude de “ajuda ao governo” para dar credibilidade a uma decisão iníqua, traduzida na constituição de um Fundo de Apoio Municipal, que devia ser exclusivamente constituído por fundos estatais, sem usurpação ilegítima dos meios das autarquias com boa saúde financeira.-----
Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- CINQUENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. Referiu o Senhor Presidente na sua alocução inicial na apresentação deste ponto, que tinha cumprido escrupulosamente e pela primeira vez o Estatuto do Direito da Oposição, efetivamente o Bloco de Esquerda reclamou o cumprimento desse Estatuto que, pela Lei nº 24/98 de 26 de Maio, diz que assegura às minorias nomeadamente aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo o direito a serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade antes de irem à aprovação na Câmara Municipal. A isto chama a Lei no seu artigo 5º o direito de consulta prévia e o simétrico dever de consulta prévia que remete para o ponto 2 do artº4 de diz: “As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição”. Ora, o que acontece é que, nós recebemos os documentos no dia 28 salvo erro, portanto, dois dias antes da reunião do executivo, o que não me parece que cumpra este prazo razoável de que fala a Lei, ainda por cima, mas isso poderão dizer que é um pormenor, mas ainda por cima com partidos que não têm estruturas profissionais como é o caso do Bloco de Esquerda e certamente de outros partidos, e ainda por cima porque aqui nesta Assembleia não nos é permitido apresentar propostas alternativas às propostas apresentadas pelo executivo como acontece com a proposta de Derrama e da devolução do IRS, quando nós discordamos das propostas da Câmara e naturalmente que gostaríamos de apresentar e de submeter à apreciação da Assembleia e à votação essas alternativas. Diz o Senhor Deputado José Alberto Ferreira que tecnicamente o orçamento é irrepreensível e tem razão, de facto tecnicamente não está mal, porque a Lei das Finanças Locais obriga a que esteja bem, de facto não há lugar para grandes criativos já que se utilizou essa expressão, para engenharias financeiras, de qualquer modo este orçamento é praticamente igual ao do ano passado, mais 1 Milhão de receitas do IMI e que estamos convencidos que serão ainda muito superiores devido ao fim da cláusula de salvaguarda embora o Bloco de Esquerda tenha apresentado na Assembleia da República e tenha defendido a sua continuação para evitar o agravamento catastrófico das já depauperadas finanças das famílias portuguesas.-----

Verifica-se ainda na gestão administrativa que há 92,06% de contratos efetuados por ajuste direto e 75,05% de despesa efetuada por ajuste direto, ou seja, falo da fração da despesa do município em contratos públicos cujo procedimento de adjudicação foi o ajuste direto. Viseu surge no ranking Índice de Transparência Municipal que é da

responsabilidade da Associação Transparência e Integridade que foi publicitado em vários jornais há dois ou três dias, Viseu surge na posição 126 quando em 2013 surgia na posição 66 ou seja, há aqui um recuo nesta matéria. Este índice mede a transparência dos municípios em função da informação, nomeadamente do “site” da Câmara sobre a sua composição funcionamento e gestão disponibilizada nos portais das Câmaras Municipais. Por exemplo, na Ação Social que Ações? É legítimo que aos munícipes se interroguem e queiram saber, ações da Ação Social, ir a Fátima está nesta rubrica? É referido por esta Associação que a falta de transparência da atividade municipal na gestão financeira e na contratação de bens e serviços, leva à suspeição sobre o município e sabendo-se que é precisamente nessas áreas, de contratação pública e do urbanismo que são as áreas de mais elevado risco de corrupção nas autarquias, que fique claro Senhor Presidente que longe de mim insinuar seja o que for sobre o executivo nesta matéria, mas isto que vem nos jornais nacionais é que vem denegrir a nossa autarquia, a autarquia de Viseu porque vem lá referida o que penso que terá que ser evitado corrigindo e aumentando a transparência para não acontecer o que acabei de ler ainda hoje no Diário de Viseu porque curiosamente é uma entrevista ou afirmações do Deputado Hélder Amaral que se refere, segundo Hélder Amaral o nível de transparência da gestão municipal explica as dúvidas que o partido teve em relação a matérias como os Jardins Efémeros, a atribuição de subsídios a associações culturais e recreativas ao Festival Outono Quente. Ora, sinceramente não me preocupa muito a honra do Deputado Hélder Amaral, isso é um problema dele, agora como Deputado Municipal preocupa-me a honra das associações e dos agentes culturais que estão visados neste tipo de afirmações e é por isso que eu acho que o executivo tem o dever de aumentar esta transparência para que este tipo de suspeições não sejam levantadas. A informação no “site” efetivamente peca por não ser de fácil compreensão para munícipe, cópias e pdf de Atas, com narrativa complicada, já dei aquele exemplo, até é pertinente agora questionar que aproveitamento se obteve do projeto Viseu Digital. Senhor Presidente, onde é que está o estudo para a reforma do regime fiscal municipal prometido em 2014? Acho que era uma questão que eu gostava também de ver esclarecida. O índice de devolução fiscal, o esforço do município na devolução de impostos municipais, IMI, IRS, Derrama, IRC, etc., é de 74 em 100, a estabilidade fiscal, á apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara no ponto da Derrama, como um valor central para os agentes económicos, e diz o Senhor Presidente que cabe aos decisores públicos oferecer essa estabilidade, naturalmente, tem toda a razão, no entanto no índice de estabilidade fiscal, incentivos a empresas e cidadãos, Viseu tem 53,75% quando devia ser de 100% o ideal, a média dos municípios comparáveis Senhor Presidente é de 70% e eu pergunto, Viseu assim é que é a melhor cidade para viver? Sobre a gestão financeira, gostava de questionar ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre o stock da dívida total que inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e restante dívida a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para poder fazer a ligação das Grandes Opções do Plano ao Orçamento, gostaria ainda de pedir ao Senhor Presidente mapas de controlo orçamental da receita e da despesa, portanto, o grau de execução para perceber qual o grau de execução para nós sabermos o que é que foi executado, a execução das grandes opções do Plano que reflete a tomada de decisão, índices de atividades, documentos portanto, de compromisso político e os mapas de fluxos de caixa de recebimentos e de pagamentos. Os graus de execução da receita orçamental cobrados líquidos, reembolsos e restituições, provisões corrigidas, montantes orçamentados modificados que inclui o saldo de gerência de Fernando Ruas tem rondado os 85%, o grau de execução orçamental da despesa orçamentada, percentagem de realização das despesas pagas em relação às dotações corrigidas do orçamento têm rondado os 66% e também cremos nós que devia ser perto dos 100%, enfim, quando muito 85% acho que já seria razoável. Por outro lado gostava de saber que grande investimento é este em informática que vem nas Grandes Opções do Plano, informática

hardware, informático software, informática de assistência técnica, tinham previsto para 2014 nas Grandes Opções do Plano 762.682 euros, e para 2015 aparece a verba de 2.398.259, são três vezes mais, sinceramente, acho que há aqui algum... não sei, espero esclarecimentos mas parece-me um bocado exagerado, tanto mais que no campo dos apoios sociais continuam a nosso ver insuficientes face à crise económica e social que o nosso país vive nomeadamente na habitação social já o tenho aqui referido que em Viseu há um défice de habitação social, ainda por cima quando o Senhor Presidente está à espera das verbas do novo QREN, portanto, dos novos apoios comunitários para a reabilitação do Bairro, que como já aqui tenho referido deixa exasperados e frustrados os moradores do Bairro Municipal, mas também as verbas para a cultura nos parecem pouco consentâneas com as pretensões do executivo em transformar Viseu na terceira capital da cultura e já agora que estou a falar de cultura, dizer que não concordo absolutamente nada com as afirmações do Vereador Hélder Amaral que há pouco citei, porque ele também diz nessas afirmações que Viseu devia copiar os bons espetáculos que acontecem em Coimbra no Porto e em Lisboa e eu estou convencido que o Senhor Vereador não viu os espetáculos nem dos Jardins Efémeros nem os espetáculos do Outono Quente porque sinceramente a mim aqueceram-me a alma e estou convencido que a todos os Viseenses que tiveram a felicidade de assistir a eles. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, ultrapassou um bocadinho o tempo. Tem a palavra o Deputado Pedro Osório.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Senhor Presidente do Executivo, Caros Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Representantes da Comunicação Social, Digníssimo Público. As Grandes Opções do Plano são um documento de fundamental importância para a governação e gestão do Concelho, na medida em que definem os objetivos a atingir, a estratégia a seguir, ordenando iniciativas, projetando ações e mobilizando recursos, pelo que deve ser um instrumento elaborado com o maior rigor e o maior realismo.-----

Não podemos deixar de nos congratular, por estarmos perante dois documentos que refletem em si mesmos, o Plano no desenho da estratégia autárquica e dos objetivos a prosseguir e o Orçamento enquanto expressão financeira desses desideratos, a preocupação do nosso Executivo na coexistência de três elementos chaves: equilíbrio, exigência e solidariedade.-----

Equilíbrio, porque mantém a paridade entre as despesas e as receitas dentro das regras legais e com menos despesa corrente (verifica-se um decréscimo de 1,6% relativamente a 2014). -----

Solidariedade, porque 4/5 do valor previsto nas Grandes Opções do Plano serão aplicadas nas atividades sociais e económicas (destacando-se a área da educação e da reabilitação urbana).-----

Exigência, porque o Orçamento de 2015 demonstra ainda a todos os Viseenses que a nossa Autarquia continuará a apresentar contas sólidas e recomendáveis. É exemplo disto, o saldo de gerência superior a 20 Milhões de euros, um superavit que reflete um exercício rigoroso do nosso Executivo liderado pelo Dr. Almeida Henriques.-----

Perante este cenário de equilíbrio, exigência e solidariedade nas contas públicas da autarquia, a oposição apresenta propostas pouco credíveis e pouco fundamentadas, fora da realidade local, o que demonstra até onde vai o seu desconhecimento da realidade do nosso Concelho.-----

Na declaração de voto da oposição relativamente a estes dois documentos fundamentais, foram referidos alguns princípios que serviram de suporte para a decisão de voto. Este princípios são claramente o oposto da realidade e servirão para eu demonstrar os pontos fortes destes dois documentos.-----

O Primeiro princípio foi e cito *“num ano em que volta a aumentar o valor das receitas correntes (mais impostos cobrados aos viseenses) não se vislumbram nas opções do plano políticas para o crescimento económico e para a criação de emprego”*.-----

Vejamos então se corresponde à realidade:-----

Pretende-se implementar o programa de incentivos financeiros diretos através do “Viseu Investe” já aprovado por esta Assembleia, sendo uma clara política de apoio ao crescimento económico, assente nas empresas e na sua capacidade de criação de emprego e riqueza. A Câmara Municipal renovará através deste Orçamento, também em 2015, a isenção de pagamento da derrama às novas micro e pequenas empresas criadas em 2014 e a todas as micro e pequenas empresas que criem pelo menos 5 postos de trabalho. Também as empresas com faturação até 150 mil euros/ano verão também reduzida a sua derrama em 20%.-----

Em termos financeiros, as GOP de índole económica representam quase 6 milhões de euros, distinguindo-se as relacionadas com a reabilitação no Centro Histórico.-----

Segunda citação *“na atual crise económica que vivemos, o Município de Viseu, através deste orçamento, declara-se aos viseenses cada vez mais rico, esquecendo-se que os viseenses estão cada vez mais pobres”*.-----

Concordamos que haja viseenses a viver mais dificuldades neste momento. Mas tenhamos memória! Não nos podemos esquecer como chegamos à atual situação nacional e quem foi responsável por nos levar à mesma, com claras repercussões para todos os portugueses, os Viseenses também estão incluídos. Mas em relação ao princípio atrás referido, saliento:--- Este orçamento tem um claro enfoque para com as famílias, através da manutenção das taxas mínimas nos Impostos Municipais, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), quer com a redução em 20% da componente municipal em sede de IRS (-1%).-----

Gostava de salientar também que segundo o Jornal Observador, e que cita o Portal da Transferência Municipal, em 2014, das 29 câmaras com mais alta taxa de IMI, 16 são foram do PS. Mas não é apenas neste imposto municipal que os socialistas optam pela taxa máxima, das 139 com derrama máxima metade são PS, e não sou eu que o estou a dizer, é o Portal da Transferência Municipal. Neste lote de câmaras posso só citar: Portimão, Vila do Conde, Amadora, Guimarães, Leiria ou Odivelas. Sobre Lisboa que é a capital modelo e onde há o autarca modelo, também podemos saber hoje, uma semana depois do prazo legal que o PS manteve as mesmas taxas em Lisboa, mas para compensar cria dois impostos novos, portanto, dá por um lado e tira por outro.-----

Terceiro Princípio para a decisão de voto: *“insensível às cada vez maiores carências das nossas famílias o Município de Viseu não demonstra ter uma estratégia de apoio social que vá para além da caridade”*.-----

Caros Deputados, se alguém conhece a situação real dos viseenses é o Executivo Municipal, que tem no seu ADN político a responsabilidade social.-----

Nas funções sociais destacamos que em 2015, haverá a alocação de recursos para a educação num valor superior a 20% face a 2014, ascendendo a quase 5,9 Milhões de euros. Salientamos os investimentos e encargos com a educação, (transportes escolares, refeições escolares) e que se calhar alguns Deputados esquecem-se que têm que ser suportados pela nossa autarquia, salientando também a prossecução de projetos de construção e requalificação de equipamentos escolares, quer na implementação do programa “Viseu Educa”. No programa Viseu Social, mantém-se o forte investimento na solidariedade social e nas relevantes funções sociais como a habitação. No âmbito das funções sociais do Município inscrevem-se também as apostas estratégicas na valorização e qualificação da produção e oferta cultural, e como referiu o Senhor Presidente, 5% das GOP e portanto, já não estamos a falar de alguns trocos como antigamente se dizia, e no fomento e formação da prática desportiva outros 5% das GOP. Também nas funções sociais das GOP do Município cabem os importantes investimentos nas apostas da coesão territorial,

na reabilitação do espaço urbano e rural, orçados nesta proposta em mais de 2,2 Milhões de euros, dos quais 1,6 para transferências no âmbito do Viseu Local. Eu vou reforçar outra vez o que o Presidente já referiu várias vezes, 81% do total das GOP são para a aposta em dois pilares essenciais: O social e o desenvolvimento económico, estes pilares base do projeto Viseu Primeiro.-----

Senhor Presidente, este Orçamento e as GOP colocam claramente o interesse de Viseu primeiro. Uma aposta clara no investimento e desenvolvimento económico, na solidariedade, na inclusão, na educação, na cultura, na revitalização do centro histórico e na coesão territorial do concelho.-----

Aplaudimos porque o que é bem feito tem que ser aplaudido, as opções deste Executivo, iniciadas em 2014 e aguardamos com expectativa que em 2015 se possa continuar a concretizar novos projetos. Viseu manter-se-á no caminho do desenvolvimento cultural, desportivo, económico, mas acima de tudo no progresso social, continuando a executar esta fórmula política de conciliar rigor com preocupação social, porque é esta a melhor fórmula para as populações. Um Orçamento para todos o viseenses. Obrigado.-----

----- **MESA – A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA:** Obrigado Senhor Deputado. Informo que não utilizou o tempo todo, foram sete minutos e trinta e oito segundos. Dava agora a palavra ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima Junta. O Senhor Presidente prescinde do prazo para falar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo e restantes Membros aqui presentes. Em relação ao orçamento, três notas prévias:-----

Primeiro, a nossa preocupação é que o dinheiro de todos seja bem gasto. É isso que nos move e é isso que aqui nos traz e é para isso que fazemos votos, e se o dinheiro era bem gasto no executivo do Dr. Fernando Ruas, certamente que o Dr. Almeida Henriques fará gáudio em continuar essa boa gestão autárquica, no entanto também sabemos que há muitas famílias que atualmente têm dificuldade em cumprir as suas responsabilidades em matéria de fiscalidade municipal e que inclusivamente algumas taxas municipais poderiam ser alvo de uma reavaliação e de um debate alargado nesta sala, sobretudo numa altura em que se queremos ajudar os comerciantes e para isso acho que o executivo tem feito alguns progressos nesse sentido, também poderá rever algumas das taxas municipais aplicadas. Registamos também com muito agrado a taxa mínima do IMI, é positivo para as famílias, sobretudo porque lhes coloca mais dinheiro disponível no bolso, dinheiro esse que será certamente reaplicado na economia local e isso também é algo com que nos congratulamos. Por outro lado, em relação a uma intervenção que foi aqui feita pelo Senhor Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda, dizer-lhe e avivar-lhe a memória que um dia quando tiver um Vereador na Câmara Municipal certamente que acompanhará estas matérias com mais cuidado, sobretudo porque o CDS votou favoravelmente os Jardins Efémeros e acham que a cultura não é de esquerda nem de direita, é um evento bem feito e como tal deve ser apoiado por todos nós e não temos qualquer problema nisso e dizer-lhe que se o apoio do município é dado, é muito bem dado para eventos desta natureza que tanta gente trazem ao Centro Histórico, não queremos com isto fazer colagens nem revindicar paternidades porque não é essa a nossa forma de estar aqui, apenas queremos é que seja esclarecida a verdade dos factos. Em relação ao Outono Quente, dizer-lhe também que aqui houve uma votação contra do CDS como houve também votações que não foram positivas no caso das atribuições de subsídios aos clubes, porque achamos que as regras e os regulamentos não eram suficientemente claros e também sabemos que o executivo municipal tem dado passos nesse sentido, no sentido de tornar os regulamentos claros, transparentes e acessíveis a todas as associações e entidades

que a eles se queiram candidatar e é isso que sobretudo nos preocupa, é que os subsídios sejam atribuídos mas que não sejam de cordo com o livre arbítrio, que sejam de acordo com regras de candidatura claras, bem definidas e acessíveis a todos aqueles a que elas se queiram candidatar. No final dizer também que é por isso que no CDS nos debatemos por isso, por essa clareza e por essa transparência. Muito obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Penso que não há mais nenhuma inscrição. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos Senhores Deputados.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, vou responder com gosto e compreenderão que irei responder a algumas questões globalmente aos vários Senhores Deputados que questionaram para que fique bem claro. Começando pelo princípio, é sempre bom começar pelo princípio. Ainda bem que este orçamento não foi feito por Socialistas, provavelmente teríamos um orçamento diferente mais criativo, ouvi eu, quando efetivamente neste orçamento estão todas as opções, provavelmente teria algumas parcerias público privadas, teria assim algumas coisas desse género para nos levarem depois a uma situação de derrocada, porque de facto nós também já nos habituamos a isso, porque estamos habituados a que os Socialistas quando chegam ao Governo, se há lá um dinheirito julgam que é tudo lucro e que é para distribuir, é exatamente a postura do Partido Socialista, aliás, no Partido Socialista nota-se bem na argumentação do Senhor Deputado Rafael Amaro que a primeira coisa foi, decidiram o voto, antes de analisarem o orçamento decidiram o voto, disseram assim, vamos votar contra e depois a seguir é que resolveram procurar porque é que iriam votar contra, percebi isso perfeitamente portanto, não restam dúvidas nenhuma e portanto, as criatividades que o Senhor Deputado veio aqui trazer eu não vou embarcar nelas, olhe, há uma coisa que eu prometi aos Viseenses, é que faria uma gestão rigorosa do orçamento da câmara, para quê? Para que possa investir da forma mais correta. 81% das GOP para a área social e área económica acho que não pode ser uma prioridade maior para os dois pilares do nosso programa. Também achei estranho que não falasse do IMI, antigamente o IMI andava sempre na boca dos Socialistas, agora ninguém fala do IMI e porquê? Porque temos a taxa mínima não é? Como temos taxa mínima, então já nem vamos falar nisso, mas já agora vamos a outros factos. Olhe Senhor Deputado e Senhores Deputados, se nós olharmos para o gráfico da receita há uma coisa que é notória não é? Vejam lá o que é notório neste gráfico da receita? Ela está a diminuir não está? E vai continuar a diminuir. Este é o gráfico normal, a receita dos municípios, sobretudo das transferências diretas do Orçamento de Estado e também das transferências dos vários impostos. Portanto, a tendência é para diminuição e sabe a que é que isto obriga? A uma gestão rigorosa, exatamente para não termos depois a necessidade como a sua camarada e minha amiga de Portimão de terem que ir depois ao FAM para regularizarem as situações, e portanto, este orçamento desde logo pensa na receita, pensa na receita e pensa também nos desafios que tem pela frente, aqueles desafios que estão plasmados no nosso programa, são esses que temos que acautelar, e ao mesmo tempo pensando o seguinte: Enquanto eu neste momento tenho os meus colegas de outros municípios preocupados como é que vão ao Portugal 2020, eu durmo descansado porque sei onde é que irei ao Portugal 2020. Temos uma estratégia bem definida, sabemos onde é que o vamos buscar e sabemos também que temos dinheiro na câmara para a contrapartida nacional. Eu sei que o Senhor faria outra opção, então já agora vamos a transparência fiscal. Isto também é de lá do tal Portal da Transparência, nós só somos a terceira capital do distrito com maior índice de devolução fiscal. Se somarmos o IMI mais o IRS, nós só somos a terceira. Eu quero-me comparar é com as capitais de distrito, mas mesmo assim, se eu me colocar numa lógica com outras, somos também a segunda Capital de Distrito que mais percentagem do IRS vai devolver aos seus municípios, portanto, 20%, e só fica atrás de Lisboa que devolve 50%, mas depois tem outras taxas que nós efetivamente não temos. Braga fica em terceiro que devolve 3% da

sua quota total e as restantes capitais de distrito nada devolvem. Se nos compararmos também com o distrito, há quinze que não devolvem nada e muitas Socialistas lá estão que se calhar também tinha possibilidade de o devolver, portanto esta é uma opção. Por outro lado, deixe-me que lhe diga Senhor Deputado, vamos falar em devolução de impostos, eu prefiro devolver impostos naquilo que é socialmente justo, repare que se nós cegamente neste momento fizéssemos uma redução daquilo que é a parte que compete ao município e mesmo assim estamos a reduzir 20% e também já disse ao Senhor Deputado e Vereador do CDS se acha pouco a redução de 20% no município, faça uma proposta em sede de Orçamento de Estado Nacional, também de redução de 20% do IRS a nível nacional para irmos ao encontro daquilo que são as tais reduções do..., que faça o Estado Central o mesmo esforço que o executivo faz, porque é que não de ser as autarquias a fazerem todo o esforço para melhorarem a situação fiscal quando as suas receitas têm vindo a cair paulatinamente e referir o seguinte, o Senhor Deputado com o seu rigor esqueceu-se de uma coisa, foi dizer, se retirava na receita aonde é que ia cortar também na despesa. Vai cortar aonde? Olhe, presumo que vai cortar no défice de 600.000 euros que é gerado pelos transportes escolares e passamos a cobrar 60% do passe escolar aos jovens não é? Vai poupar ou vai cortar os 400.000 euros que o município tem de alocar às refeições escolares dos nossos estudantes e vai cobrar 40% das refeições aos nossos estudantes, vai cortar 700.000 euros no défice da recolha do lixo e vai aumentar 700.000 euros as taxas da cobrança de lixo, é disso que estamos a falar não é Senhor Deputado? É exatamente aí que iria diferenciar-se, cortaria de um lado e então no outro lado tinha que repor, porque isto tem que dar saldo zero e por outro lado as regras orçamentais dizem que nós não podemos ter mais despesa do que a receita, portanto, estamos entendidos em relação ao que seriam as suas opções. Já agora, para que os Viseenses percebam, eu não vou utilizar a palavra embuste porque não gosto nada dela, e acho que é uma palavra pouco correta, ofensiva mesmo, mas diria que, os Viseenses não percebem o vosso *slogan* de que a Câmara está a enriquecer para empobrecer os Viseenses. Não, a Câmara está a fazer uma gestão rigorosa para enriquecer mais os Viseenses, para poder fazer o investimento que é necessário na cidade, nas freguesias, nos diferentes instrumentos que estão contidos, e o Senhor tem a obrigação de ler bem porque até tem formação para isso, há outros Deputados que muitas vezes não a têm e portanto até se desculpa e com certeza que se fosse ler com o tal rigor que eu esperaria, verificaria que tem que ler o orçamento deste ano e seguintes, é que só de investimento nas GOP nós estamos a falar de 165 Milhões de euros que estão previstos neste ano e seguintes no executivo, só de investimento nos SMAS, estamos a falar de 89 Milhões de euros, e diz o Senhor que não estão lá contidas as prioridades, isso é pura e simplesmente querer faltar ao rigor na análise do orçamento. Elas estão lá, as prioridades que estão no Viseu Primeiro, estão lá exatamente consagradas porque são esses os compromissos que nós temos com o eleitorado e queremos honrá-los. Portanto, que fique bem claro isso. Já agora em relação ao IRS, também desmistificar o seguinte: Taxar o rendimento de forma a empobrecer os Viseenses, sabe o que isto significa, um montante mensal por habitante que reverte para o município se nós optássemos neste momento por pôr o IRS com 100% de devolução sabe quanto é que isso representa? Olhe, isto representaria qualquer coisa como e vou utilizar um exemplo que pode não ser o mais feliz, mas é mais ou menos o valor de um maço de tabaco por habitante que reverte para o município por dia. Estamos a falar de 36 euros ano por cada um dos cidadãos de Viseu. Ora, eu prefiro utilizar esses 36 euros ano por cidadão de Viseu a manter a água mais barata com qualidade máxima, a manter os transportes escolares gratuitos para as nossas crianças, a manter as refeições escolares gratuitas para as nossas crianças, a manter o apoio social que damos e que também não é verdade o apoio social é muito maior do que aquilo que foi aqui referido mas lá chegarei e esta é que eu acho que é a redistribuição correta e esta é a nossa opção, é exatamente não ir pela opção do chavão, mas ir pela opção das razões que nos fazem permitir transferir mais dinheiro para as freguesias, fazer

obras nas freguesias, ter mais dinheiro para podermos desenvolver os nossos novos parques empresariais no âmbito do novo quadro comunitário de apoio que aí vem e podermos captar investimento, podermos aplicar o nosso estatuto de benefícios fiscais para quem investe, mas para quem investe não é de uma forma enfim igual para todos, nós temos hoje uma política fiscal no município que permeia o quê? Permeia por um lado as micro, pequenas e médias empresas, permeia aqueles que faturam até 150.000 euros, que faz justiça fiscal porque vai tributar as grandes empresas que não têm sede em Viseu e que de outra maneira não seriam tributadas, a GALP, a PT e outras, infelizmente algumas delas já não estão assim tão bem como gostaríamos, mas esta é a única forma de nós tributarmos as empresas com maior dimensão em sede do nosso concelho. Esta é exatamente a equidade fiscal que nós defendemos, e defendemos outra coisa que se chama transparência e outra coisa que se chama estabilidade, porque se nós queremos captar investimento e estamos muito apostados em captar investimento e já são visíveis algumas situações e já agora Senhor Deputado e Senhores Deputados, também me canso um bocado de ouvir disparates não é? Porque é que as pessoas não vão às fontes? Acusam-nos que nós não temos feito nada para constituir empresas, Viseu aparece como a sexta capital de distrito com maior criação de empresas no último ano, enfim, isso são dados do Portal de Transparência Municipal, enfim, isto é mérito dos empresários, mas seguramente que também será algum mérito das condições que o município tem vindo a criar para que se criem empresas. Ouvi também aí uma posição dos jovens da JS e outros a dizerem que nós não demos prioridade ao emprego, olhem esta é a evolução do emprego em Viseu (é exibido um mapa), eu quero-vos dizer o seguinte: Enquanto houver um desempregado eu estou preocupado porque cada pessoa que está numa situação de desemprego é de facto uma situação social que nós temos presente, mas a verdade é que num ano de mandato foram setecentos postos de trabalho que foram criados no nosso concelho, convenhamos que não é um esforço mau Senhor Deputado. Dirá o seguinte, foi a câmara que os criou? Não, não foi a câmara que criou estes empregos, estes empregos foram criados pelas empresas, são as empresas e os empresários que criam empregos, não é o Estado, a Câmara não engordou do ponto de vista do pessoal, nem temos essa política comunista de fazer engordar o Estado para combater o flagelo, mas isso são dados que estão aqui Senhor Deputado, são dados que não enganam ninguém, este gráfico diz que nós tínhamos um desemprego em 6200 pessoas, que subiu depois para 6300 e que temos neste momento infelizmente, infelizmente, digo isso, 5700 pessoas na situação de desemprego no nosso concelho, mas evoluímos 700 pessoas, há 700 pessoas que neste último ano encontraram emprego no nosso concelho, o que não deixa de ser significativo, e portanto, seguramente que vamos continuar a trabalhar para que isto melhore. Mais questões que foram levantadas pelos Senhores Deputados e que eu vou responder, enfim com todo o gosto porque é assim que a democracia se exerce. O Senhor Deputado veio aqui e no fundo, enfim, o que é que veio trazer? Então se este executivo tem aqui uma folga, então distribua, faça já a redistribuição desta folga que tem. O executivo não tem folga, o executivo se olhar para os investimentos que tem que fazer para os próximos anos, nos parques empresariais, em algumas vias, na manutenção de vias e por aí fora, todos estes investimentos que estão contidos no orçamento não têm folga, portanto, assim vai alocar a totalidade dessa disponibilidade exatamente por outro tipo de investimentos e portanto, está exatamente com uma situação financeira que lhe permite encarar com tranquilidade os próximos anos e dizer assim, venha agora aí o próximo QREN para o fazermos, e no QREN já agora dizer-lhe o seguinte: Eu podia ter optado juntamente com os meus colegas por fazer refletir neste orçamento um bocadinho a lógica do “ovo no dito cujo da galinha, antes de ele sair não é?” Não o fiz porque acho que não era correto vir a esta Assembleia e dizer assim: Como tenho a expectativa de candidatar estes projetos aos fundos comunitários já os vou pôr aqui. Não era correto, porque eu ainda não conheço os regulamentos e se eu defendo a transparência e se eu defendo o rigor nas contas e o

prático, obviamente que vou fazê-lo com esse rigor, prefiro assumir que se for necessário apresentarei um orçamento retificativo que reflita estas opções, elas estão lá todas, só não vê quem não quer Senhor Deputado, só não vê as opções do Viseu Primeiro neste orçamento quem não as quiser ver. A questão da cultura, que já agora também gostava de me pronunciar sobre esta matéria, é uma opção de convicção, não só o aumento do grau cultural do nosso concelho, mas isso também será uma forma de desenvolvermos economicamente o nosso concelho, nós queremos cada vez mais que colocar o nosso concelho num dos patamares máximos, eu desafio-o Senhor Deputado a encontrar muitos municípios que aloquem quase 5% do seu orçamento à cultura, a que tem que somar outras coisas, é que não sei se reparou, aí sim temos que ter muita criatividade, aí muita criatividade, é a de trazer alguns *Players* nacionais que só apoiavam atividades culturais em Lisboa e Porto e agora também estão a apoiar em Viseu, eu não vou dizer os nomes porque senão estaria a fazer publicidade, mas basta olhar para as várias iniciativas dos últimos tempos, e posso-lhe dizer que em termos de apoios diretos ou indiretos, incluindo o programa de Natal que vamos apresentar dentro de dias, nós já conseguimos angariar mais de 200.000 euros de apoios de patrocinadores para a nossa cultura, o que convenhamos, que isto é trabalho, isto é uma criatividade séria, criatividade séria, trazer as grandes empresas do país a apostarem e a acreditarem connosco de que Viseu pode ser o terceiro polo cultural do país, isto é trabalho sério, para isso é preciso também depois termos que somar ao orçamento, nós ainda não apresentámos os orçamentos todos, veja o da Expovis, veja por outro lado esses orçamentos todos e tem aí de facto o investimento que estamos a ter. Desporto, por amor de Deus, dificilmente encontrará também um município que invista 5% das suas GOPs em desporto, porque reparem, é o apoio direto e falem com os agentes desportivos que hoje têm um regulamento transparente, se nós deixássemos de apoiar a atividade desportiva neste momento, não havia atividade desportiva no nosso concelho, e falem com os dirigentes e perguntem-lhe se não acham que este sistema é mais transparente e que corresponde às suas expectativas e que contabiliza por um lado os apoios diretos fixados a objetivos. Quantos jovens é que estão a praticar desporto que são federados? E que têm seguro? Quantas pessoas qualificadas é que estão a treinar as equipas? Isto é que é trabalhar seriamente, não é dar dinheiro assim de qualquer maneira, é dar dinheiro para apoiar exatamente as atividades, e quantificamos claro, as infraestruturas, e também temos noção que há um défice de infraestruturas na cidade e no concelho, e vamos corrigi-lo se tudo correr bem e se o orçamento nos permitir. Portanto, que fique bem claro que esta nossa aposta no QREN não é feita do ar, nós sabemos exatamente para onde é que queremos ir, e desculpem a paixão com que o defendo, porque este orçamento, este é um orçamento já todo da nossa responsabilidade. Se o outro orçamento continha muitas opções que vinham do passado e que nós honrámos todas, não deixámos uma por honrar, tudo o que estava fizemos. Este já tem basicamente as opções para os próximos anos de acordo com este programa o que é natural, porque quando se transita num executivo herdamos compromissos que vêm do passado e honrei-os todos, os Senhores Presidentes de Junta estão aqui que não me deixam mentir, honrei todos os compromissos que estavam assumidos com os Senhores Presidentes de Junta e fi-lo com gosto, porque achei que eram compromissos que faziam todo o sentido. Portanto Senhor Deputado, se quisermos arranjar motivos para votar contra, há sempre, mas eu acho que este orçamento, pelo menos a abstenção da oposição, enfim, que tinha a obrigação de olhar para ele de outra maneira, pelo menos a abstenção mereceria, porque acho que, sendo este o primeiro orçamento, no fundo da nossa total responsabilidade ele é um orçamento correto e que espelha bem as prioridades que temos que ter. Senhor Deputado José Alberto, agradecer a sua intervenção, obviamente que esta é uma estratégia com ambição, com muita ambição, e o Senhor Deputado até melhor do que muitas outras pessoas poderá fazer essa avaliação porque também está do lado de lá do ponto de vista dos fundos comunitários e sabe bem que nós estamos aqui a assumir

compromissos de investimento, não queremos baixar a qualidade, dois milhões e meio por ano de transferências para as freguesias para os contratos programa, nós queremos celebrar este ano perto de uma centena de contratos programa com as freguesias, isto para quê? Para a fazermos obras que são necessárias mas que não têm financiamento, isto é claramente opção. Por outro lado, olhar de uma forma planificada para o futuro, olhar para as nossas estradas que têm que ser mantidas todos os anos, porque quando lá chegarmos ao fim, se não as mantivermos, não vamos ter dinheiro depois para as fazer, olhar para as nossas escolas e fazer a manutenção todos os dias, olhar para o nosso parque desportivo e fazer a manutenção também todos os anos. Portanto, isto hoje é diferente, é que até há uns anos atrás, nós pensávamos sempre que, isto depois quando estiver degradado, temos fundos comunitários para fazer de novo ou para voltar a fazer, agora temos que pensar de outra maneira e este orçamento também está pensado assim e é por isso que eu o defendo com paixão. Em relação à Senhora Deputada Filomena Pires, ainda bem que não faz orçamentos não é? Porque se os fizesse, sinceramente acho que enfim, o orçamento não seria forçosamente equilibrado, e dizer-lhe que nós cumprimos o Direito da Oposição, nós disponibilizámos para a oposição não presente no executivo da câmara os documentos exatamente ao mesmo momento que os disponibilizamos para a oposição que tem assento no executivo, foi quando eles ficaram concluídos e foram disponibilizados através do portal. Portanto, agora, também não esperava que a CDU votasse a favor do orçamento, sinceramente nem me passaria pela cabeça que a CDU algum dia não viesse... e já agora uma correçãozinha, este pagamento da dívida por antecipação, é mesmo, desculpe lá, de quem não sabe ou não leu o orçamento, o então quem a ajudou não sabe ler orçamentos. Obviamente que a amortização que nós vamos fazer de 2,8 Milhões de euros é a que deriva de vencimentos de prestações que estão nos contratos, obviamente que eu nunca vou antecipar o pagamento de uma dívida sobretudo se ela estiver a taxas baixas, por isso é que nós até criticávamos o Governo agora na Associação Nacional de Municípios a dizer assim: Não me obriguem, o excedente de receitas, como sabem as receitas são sempre ponderadas com base nos últimos 24 meses, isto é, seja IMI, seja Derrama, seja qualquer destes impostos, nós temos sempre que fazer um cálculo com base na receita média dos últimos 24 meses, o que faz com que muitas vezes, estejamos a prever uma receita que sabemos à partida que já não vai ser real, mas há duas cláusulas de travão: Uma que obriga a que não pode haver mais de 5% de crescimento de receita para os municípios e a outra é que o acréscimo de receita tem que ser obrigatoriamente alocado à redução do endividamento, e o que disse na audiência foi, eu não vou alocar à redução do endividamento dinheiro sobretudo quando temos empréstimos com taxas tão boas, e que será um mau ato de gestão enfim, antecipar. Portanto, não há aqui nenhuma antecipação de pagamentos, há contratos que se vencem que iremos honrar. Já agora, a questão do Iva, e para que fique claro, eu sei que andam aí umas coisas sobre o IVA. As minhas posições sobre o IVA são muito claras, eu acho que o IVA em questões sociais devia ser à taxa zero, isto é, transportes escolares, refeições escolares e eletricidade para iluminação pública devia ser taxa zero para os municípios, não faz sentido que num município como o nosso que gasta mais de cinco milhões de euros de energia por ano, andarmos a pagar o IVA à taxa que pagamos, no fundo estamos aqui a contribuir, estamos a substituir ao Estado Central no cumprimento, e isto é público eu tenho-o dito, portanto, não tenho dois discursos só tenho um. Agora, nós contratámos uma empresa à qual só pagaremos em função dos benefícios que a câmara tiver, há uma empresa que está a estudar neste momento os diferentes domínios do IVA e está a ajudar o município a poder recuperar IVA em determinadas faturas, e portanto, essa empresa vai ser paga em função dos benefícios que o município venha a ter, portanto, que fique bem claro, que são coisas que não se podem misturar, uma coisa é a reivindicação política e dizer que o Governo tinha uma boa oportunidade para neste Orçamento de Estado colocar o IVA à taxa zero nestas três vertentes, outra coisa diferente é, e eu tenho quase a certeza que o

Governo não virá ao nosso encontro, ao encontro da Associação Nacional de Municípios nesta reivindicação, portanto, à que encontrar mecanismos para também reduzirmos o mais possível o pagamento de IVA por parte do município, acho que isto é um princípio de boa gestão, se não vos parecer, enfim não sei o que é que será boa gestão. Por outro lado, o FAM, ó Senhora Deputada, rasga-se a Lei da República e não se cumpre, quer dizer, há uma Lei da República que nos obriga a contabilizar um determinado montante, goste-se ou não se goste há uma Lei aprovada e as Leis da República são para se honrarem, eu não estou para perder o mandato por incumprimento duma Lei da República, isso não. A lei diz que o Município de Viseu vai ter que realizar 2,8 Milhões de euros ao longo de sete anos, e este ano vai ter que realizar 386 ou 388 mil de euros, portanto, eu vou cumprir a Lei, não vou deixar de a cumprir, não vou pôr em causa o meu mandato. Portanto, não concordando coma Lei rasga-se? Nem é essa a postura que eu conheço dos seus camaradas na Assembleia da República e na Associação Nacional de Municípios, também há lá sabe, na Associação Nacional de Municípios, na direção também lá temos pessoas do Partido Comunista fantásticas não é? Fantásticas, que também todos os dias discutem e que sabem destas matérias, ligue de vez em quando para eles, que eles podem ajudá-la um bocadinho. Em relação à transparência, que não fique nenhuma dúvida sobre a questão da transparência, nós estamos sempre disponíveis para melhorar, eu tenho dito e volto a afirmar, quero sair desta função da mesma forma como entrei, ok? Portanto, tudo aquilo que possa permitir melhorar os critérios de transparência estou para aí virado e estamos sempre disponíveis para a transparência em opções de política e gestão municipal, ninguém quer mais transparência do que eu, é estranho é que, o Senhor Deputado só agora, e estou a falar para o Senhor Deputado Carlos Vieira, que só agora tenha falado de transparência não é? Porque é que só agora se queixa? Porque não há motivos se calhar para isso não é? Se for ao portal da câmara, designadamente ao nosso site, ainda não é aquilo que nós gostamos que seja, mas vai ser, estamos a trabalhar nele e vai chegar a um momento onde estas informações estarão lá todas e dessa tal forma mais simples para o comum dos cidadãos poder consultar, mas olhe, exemplos de novos itens que nós colocámos do ponto de vista da melhoria, publicação de informação sobre a distribuição de pelouros pelos Membros do Órgão Executivo, publicação de informações sobre o processo de seleção de pessoal, publicação dos regulamentos municipais e suas atualizações, publicação dos protocolos e deliberações relativas a subsídios concessões utilizações de bens móveis, espaço para reclamações e sugestões, orçamento do município, ligações às redes sociais, orçamento participativo, foram tudo coisas que introduzimos neste último ano no site da câmara, havia já uma série de situações que estavam lá que mantivemos, agora, também lhe digo umas coisa, eu acho que não pode haver dois pesos e duas medidas, e o já disse ao Secretário de Estado do Poder Local e ainda hoje lhe o vou dizer, porque vou ter um jantar com ele à noite, que não pode haver dois pesos e duas medidas, a transparência tem que ser para os Municípios e para a Administração Central, eu quero ver ao mesmo nível os indicadores de transparência para as duas coisas e quero ver mais do que isso, é que este índice de transparência é que é de facto pouco transparente, porque, por um lado não nos foi apresentado um relatório onde fosse evidente o que de bem ou de mal estávamos a fazer, ora, se queremos introduzir princípios de transparência, quem está obrigado a isto, deve também interagir e dizer assim, porque nós colocámo-nos na posição de dizer assim, qual é a informação que temos de colocar porque nós queremos isto tudo muito transparente e nunca ninguém falou connosco sobre isto, por outro lado, não há um relatório que seja, como não existe também um trabalho pedagógico e sério junto dos municípios, portanto quis-se criar o portal publicaram-se lá os dados sem fazerem qualquer tratamento e alguns procedimentos novos que o município adotou não estão seguramente contabilizados nem sequer nos foi dada a possibilidade de o fazer. Portanto, o que eu tenho seguro é o seguinte é que, é um índice que é promovido pelo Estado Central que eu acho que também deve ser aplicado também ao Estado

Central, agora vos garanto o seguinte: Todos os princípios de transparência estão a ser aplicados no Município de Viseu, e vão continuar a ser, aliás, mesmo na quinta-feira na reunião que vamos ter com os Senhores Presidentes de Junta, um dos pontos é exatamente transparência na contratação porque queremos exigência para nós e eles também querem, porque também querem dormir descansados. Portanto, que fique clara a questão da transparência. Mapas de Controlo Orçamental, Situação Financeira, obviamente que a prestação de contas será feita no devido tempo e verá bem que estamos com boas contas. Em relação à informática, não sei aonde é que foi buscar os 3 Milhões de euros, são 360 mil euros que estão para hardware/software, basicamente o quê? Modernização e desmaterialização, nós assumimos um compromisso, estamos a trabalhar muito aceleradamente no domínio da desmaterialização e da desburocratização da câmara, é normal que tenhamos que ter aqui um orçamento significativo para esse efeito, mas não são 3 Milhões. Por outro lado, só o Viseu Habita, do ponto de vista da habitação tem 300 mil euros Senhor Deputado e é um programa com muito sucesso e permite a intervenção não só de famílias necessitadas que moram aqui na sede do concelho mas em todas as freguesias. Por fim, gostava também de realçar aquilo que nos trouxe aqui o Senhor Deputado Pedro Osório, de facto realçou aqui o equilíbrio, realçou a aposta no Viseu Investe, estão criados neste momento com a apresentação do dossier do investidor, estão criados os instrumentos necessários para nós podermos continuar esta saga diária de promover a criação de riqueza no nosso concelho e são sempre bem-vindos todos aqueles que quiserem também ajudar o município a trazer mais investimento para o concelho. Em relação ao Senhor Deputado Carlos Cunha, confesso o seguinte, estou habituado a ouvi-lo da forma correta como o fez mas fiquei com uma dúvida na sua intervenção, estamos disponíveis para melhorar os regulamentos designadamente nas taxas e licenças, estamos a trabalhar nisso, aliás, é um dos princípios que está no nosso programa, a gestão criteriosa, não tenha dúvidas que vai continuar, acabou por se congratular com a manutenção da taxa mínima de IMI, acabei por não perceber porque é que o CDS votou contra, mas enfim, isso com certeza que depois na sua segunda intervenção o vai explicar, porque é que o CDS vota contra o orçamento, ou pelo menos votou contra o orçamento na Câmara Municipal. E pronto, acho que fui exaustivo nas respostas que dei e procurando ser esclarecedor também nas opções que estamos a fazer, que são as opções deste executivo, seremos julgados por isso, da mesma maneira que os Senhores Deputados vão ser julgados, os da oposição e os Vereadores da oposição vão ser julgados pelo trabalho que fizerem. Portanto, nós daqui a três anos cá nos apresentaremos com a nossa cabeça erguida perante o eleitorado e dizer assim, este era o nosso programa, estas eram as nossas opções, estas foram as nossas equipas e atingimos estes objetivos. O que está aqui neste Orçamento e nas GOP é exatamente o definir dos nossos caminhos para chegar às metas que esperamos atingir e portanto, fazemo-lo com a consciência de que o que aqui está são boas opções. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Depois da apreciação íamos então entrar no processo de votação. Por isso iríamos votar o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO DE 2015**. Quem vota a favor? Quem vota contra? Estamos a fazer a contagem, e é rápido, 38 votos a favor, eu ia só rapidamente referir os votos contra só para confirmarmos. Todos os Deputados do PS, os dois do CDS, o do Bloco de Esquerda e da CDU, certo? Por isso *foi aprovado com trinta e oito (38) votos a favor e doze (12) votos contra, não há abstenções*. (**Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 601/602**), estão presentes cinquenta (50) Deputados. Nós esclarecemos que votaram contra os Deputados do PS do Bloco de Esquerda, do CDS e da CDU. ----- Íamos agora passar ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, **APRECIAÇÃO E**

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não irei ser muito exaustivo até porque já fui falando muito sobre esta matéria, o princípio da estabilidade fiscal é de facto um valor muito importante para os agentes económicos e portanto, a nossa opção sobre a Derrama é de estabilidade e continuidade da aposta iniciada no orçamento no ano anterior. Com esta opção mantemos a valorização que atribuímos às pequenas e médias empresas no desenvolvimento socioeconómico no município e também na nossa região. Com ela o município acompanha e reconhece os esforços de crescimento sustentado das mesmas, relevando a sua determinante importância na manutenção e na ampliação da oferta de postos de trabalho, e portanto para este ano fiscal propomos exatamente manter a redução da taxa em 20% sobre o valor oficialmente determinado para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150.000 euros, portanto, todas estas empresas terão uma redução de 20%, a manutenção do valor de 1,5% para as restantes empresas, nas quais se relevam as grandes empresas e os grandes grupos empresariais, indo assim ao encontro da suavização das dificuldades das pequenas empresas e concomitantemente criar mais um incentivo ao seu desenvolvimento e isenção para novas empresas e para as micro e pequenas empresas que tenham uma criação líquida de cinco ou mais postos de trabalho. Nós sabemos que não pode haver a consignação da receita a uma despesa, mas gostava só de vos dar aqui um pormenor que acho que é importante é que a Derrama orçamentada permite ao município obter cerca de 55% das Grandes Opções do Plano para a parte da indústria e energia ou dito de outra forma, o município reinveste a totalidade da Derrama arrecadada em funções ligadas ao desenvolvimento económico, portanto, não podemos fazê-lo mas em bom rigor, é isto que acaba por acontecer, a Derrama que resulta das empresas acaba por ser aplicada exatamente no desenvolvimento económico. Por outro lado, temos que ler esta proposta com o Regulamento dos Benefícios Fiscais que foi aprovado por esta Assembleia Municipal que vai permitir que nos casos que estão contidos nesse regulamento podemos chegar a uma situação de isenção total de Derrama durante três anos em função dos postos de trabalho e do investimento, portanto, é de facto uma proposta de Derrama ambiciosa e ao mesmo tempo estável para os próximos anos. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está aberta a discussão. Senhor Deputado Alberto Ascensão e Deputado Carlos Costa.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais incluindo os Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores, Funcionários da Assembleia e Membros da Comunicação Social. Corro o risco de ir falar de um assunto que já foi bastante falado hoje aqui na Assembleia, mesmo assim não vou deixar de dar a minha apreciação relativamente a esta matéria e começo já por dizer que a apreciação que vou fazer por uma questão de economia de tempo e por me parecer não lhe dever dar tratamento diferente, abrange e refere-se aos pontos da Ordem de Trabalhos números 3 e 4, ou seja este da Derrama e o seguinte no que se refere ao IRS, à devolução ou à abdicção do IRS. Não tem sido segredo, bem pelo contrário, que a Câmara Municipal tem vindo a reforçar a situação financeira relativamente à que herdou, ostentando uma situação confortável que lhe permite prever, desenhar e anunciar um novo ciclo de investimentos. A informação escrita bem como o orçamento que nos propôs, contemplam também a intenção, no próximo ano, de uma situação de superavit que reforçará a situação financeira do Município. É também certo que, com o fim da cláusula de salvaguarda que tem vigorado no IMI, os cofres municipais, no exercício de 2015 irão ter

uma arrecadação acrescida desse imposto em mais de um milhão de euros, segundo as previsões orçamentais que nos foram apresentadas.-----

Decorrido que vai quase um ano de expectativas sobre o compromisso que o Senhor Presidente da Câmara assumiu, de que o seu executivo faria “um estudo para a reforma do regime fiscal municipal, de modo a torná-lo mais justo, mas também mais competitivo para as empresas e o investimento”, o que é que nos traz hoje aqui nessa matéria? A continuidade. A mesma continuidade a que já há cerca de um ano nos referimos, quando proposta idêntica a esta para o ano que está a esgotar-se aqui foi apresentada. Com exceção da isenção de derrama a pequenas e microempresas que em 2014 criassem, pelo menos 5 postos de trabalho, que mantém para o ano de 2015, o Executivo a que Vossa Excelência preside, em matéria fiscal municipal, mais não fez do que adotar as medidas que herdou do seu antecessor. Com a propalada boa situação financeira, a que acresce a que o executivo conta ver reforçada em 2015, conjugada com o previsto aumento do encaixe de IMI, esperava-se alguma coragem fiscal municipal, de facto amiga dos viseenses e atrativa para a instalação de novas empresas, que proporcionassem a diminuição do desemprego no nosso concelho. Mas não, tudo fica na mesma. Pese embora o Executivo Municipal preveja uma situação de tesouraria desafogada, os viseenses continuam a não vislumbrar qualquer alívio nos seus encargos fiscais por parte do município e as empresas continuam a não encontrar guarida favorável em Viseu. A seu tempo saberemos do resultado efetivo da única medida inovadora, em matéria fiscal por parte deste Executivo, que se consubstanciou na referida isenção de derrama a novas pequenas e micro empresas, que criassem, pelo menos 5 postos de trabalho, só então se podendo avaliar do interesse em mantê-la, ou se não deveria ter sido repensada e reformulada. Assim sendo, não conhecendo a avaliação desta medida concreta, bem como de todo o pacote em que se encontra abrangida, damos o benefício da dúvida à continuidade da fórmula adotada para aplicação da derrama em Viseu, reservando-nos para a apreciação dos seus resultados. Já no que respeita à percentagem de IRS de que o Município abdica em favor dos seus munícipes, o Executivo tem condições financeiras para poder, executar uma política fiscal municipal, de facto amiga dos Viseenses. A almofada financeira de que tem feito eco, bem como o aumento do encaixe de IMI previstos para o próximo ano permitiam, sem dificuldades, acolher um maior benefício aos munícipes sujeitos à tributação de IRS, devolvendo-lhe uma maior percentagem daquilo que pagam.-----

Preconizamos, como já aqui foi dito pelo meu colega de bancada, Professor António Amaro, na discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, 2,5%, a percentagem que se ajustaria melhor à qualificação de uma política fiscal amiga das famílias viseenses. Não podemos, face a isto, deixar de reprovar a continuidade da manutenção da percentagem de devolução do IRS, pelo que votaremos contra a proposta que o Executivo Municipal nos traz para o ano de 2015. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado.--

Tem palavra o Senhor Deputado Carlos Costa.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. É público que as micro, pequenas e médias empresas, em Portugal designadas por PME, representam mais de 90% do nosso tecido empresarial e asseguram praticamente 80% dos postos de trabalho do nosso País. Por si só são merecedoras do nosso respeito e da nossa atenção como é óbvio. No Concelho de Viseu, o panorama empresarial será semelhante existindo apenas uma ligeira assimetria com algum défice no setor produtivo e um contraste com um número esmagador de PMEs direcionadas para o setor terciário. A crise instalada desde 2008, teve impacto sobre estas empresas dada a vulnerabilidade e a volatilidade da sua estrutura. As dificuldades e desafios que enfrentam

diariamente principalmente as micro empresas têm vindo a ser cada vez maiores e de maior monta, isso também é público e raras vezes o legislador se lembrou nas últimas décadas, ressalve-se, se lembrou de prever a discriminação positiva para este vasto tecido empresarial não se promovendo assim o desejado equilíbrio com outros *players* do mercado. As previsões no panorama nacional são para uma evolução da estrutura socioprofissional Portuguesa com crescente terciarização e proliferação de pequenas e microempresas, que aparecem muitas vezes como solução de autoemprego. Em resultado dessa necessidade e também dos recentes incentivos ao empreendedorismo, o aparecimento de novas microempresas com três ou menos postos de trabalho segundo as estatísticas têm vindo a apresentar tendência a acelerar nos últimos anos e para níveis de empreendedorismo em que Portugal já começam a ombrear com os parceiros europeus. Justificam-se assim medidas supletivas de atratividade que coloquem Viseu em clara vantagem aquando a tomada de decisão acerca da localização de qualquer nova empresa, e tais medidas não ficarão apenas pela atração de novos investimentos mas também se deverão concentrar a ajudar os que já aqui se localizam, sedimentando-os. O setor das PME's requer portanto particular atenção por parte de quem decide, dada a sua maior fragilidade perante as estruturas de custos atuais e acrescidas dificuldades de operação no mercado quando comparadas com as grandes empresas. É por isso preciso potenciar a evolução consolidada e conseqüentemente o crescimento e criação de emprego. É altura portanto de semear e mais tarde sim, poderemos colher. cremos que a política veiculada pela Câmara Municipal no sentido de promover um tratamento diferenciado para PME's com faturação até 150.000 euros anuais em sede de Derrama, se insere claramente neste propósito e será certamente um fator de discriminação positiva merecendo por isso o apoio de todos. Terminando lembrando que é fundamental assegurar a estabilidade deste tipo de políticas, eliminando nos potenciais empreendedores a "incerteza" acerca da fiscalidade municipal.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Queria previamente dizer aqui duas palavras a Senhor Presidente, enfim, penso que é tempo de encontrar outra palavra um outro significado, um outro sinónimo, esta coisa de me chamar persistentemente ignorante penso que já é um bocadinho cansativo, seja um bocadinho mais criativo é que de facto nós podemos divergir nas opiniões, podemos divergir na leitura dos documentos e naturalmente que a leitura que eu posso fazer, está circunscrita à informação que o Senhor me dá, não posso adivinhar dados que o Senhor não me fornece como é óbvio, mas enfim, seria interessante que fosse um bocadinho mais criativo e relativamente também a esta questão de vir para aqui dar-me conselhos sobre a forma como devo relacionar-me com o meu próprio partido, nomeadamente fazer sugestões no que diz respeito aquilo que é enfim, o trabalho de um partido que é reconhecidamente muito organizado, também lhe agradecia que de facto deixasse as sugestões para outras conversas que poderemos eventualmente ter mas que enfim, aqui parece-me que é um pouco indelicado e portanto, agradecia que se privasse desse tipo de comentários. Quanto ao assunto em discussão, cá está uma matéria onde a Câmara, se quisesse, poderia dar sinais concretos da sua bondade no apoio efetivo às micro, pequenas e médias empresas do Concelho. Se houvesse por parte do Executivo uma real vontade de apoiar as PME's, impunha-se que todas elas, em 2015 fossem isentadas do pagamento da Derrama.-----

É irrealista e insensato o que estou a dizer? Como veremos no Ponto seguinte, a Câmara não tem nenhum problema em abdicar de mais de 700 mil euros de receita de IRS.-----
Cumpra-nos perguntar, quanto deixaria de arrecadar de receita o município se isentasse do pagamento da Derrama todas as PME's do Concelho, tendo em conta que a receita prevista no Orçamento é de 2 milhões quatrocentos e quarenta e seis mil euros?-----

Como referi da última vez que esta matéria foi discutida, não me parece justa a medida de isenção de Derrama para todas as novas empresas, sejam grandes, pequenas, médias ou micro. A Câmara deve ter em conta que a maioria das empresas instaladas no Concelho são micro e pequenas empresas, logo, com menos de 50 trabalhadores. Daí a necessidade de criar incentivos ao tecido económico instalado, para que possa haver lugar ao reinvestimento, ao desenvolvimento dos negócios e à criação efetiva de postos de trabalho.- A uma micro empresa (com menos de 10 trabalhadores efetivos na definição oficial) já instalada no Concelho, é exigido, para ficar isenta, ter de criar no mínimo 5 postos de trabalho líquidos, o que significa aumentar, em alguns casos, o número de trabalhadores em mais de 100% e no mínimo em 50%. Isto parece-nos um absurdo. A mesma exigência para as pequenas empresas (as que têm menos de 50 trabalhadores efetivos na definição oficial). Para beneficiarem da isenção teriam de aumentar desmesuradamente os postos de trabalho, o que é contraditório com as graves dificuldades por que muitas delas estão a passar.-----

A Câmara propõe uma redução da taxa em 20% para as empresas cujo volume de negócio seja inferior a 150 mil euros. Na prática, uma taxa de 1,2%. Por este critério, um pequeno restaurante, a quem o Governo vai buscar 23% de IVA na faturação, que tem de suportar os encargos com rendas, eletricidade, água, gás, salários, paga percentualmente quase tanto como o Grupo Sonae ou o Grupo AUCHAN, que no Concelho faturam milhões.-----

Na opinião da CDU, para que as palavras contidas no documento verbalizando o apoio às micro e pequenas empresas tenha correspondência prática, todas as empresas com faturação inferior a 250 mil euros deveriam ficar isentas de Derrama. Se se pretende realmente proteger as pequenas e médias empresas apoiando o seu desenvolvimento e a criação de postos de trabalho e dinâmicas económicas de base local, não se pode nem se deve fazer incidir sobre os seus lucros impostos que sejam condicionadores ao reinvestimento.-----

Votarei contra esta proposta de aplicação da Derrama se ela não contemplar as alterações que me parecem pertinentes. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, restante Público e Comunicação Social presente. Relativamente ao exercício de 2015 o executivo propõe um lançamento da Derrama reduzida de 1,20% isto é apenas menos 0,3% da taxa geral de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Viseu para os sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapassem 150.000 euros. Sendo certo que o produto da cobrança da Derrama prevista no Art.º 4 da Lei das Finanças Locais, é um importante meio de financiamento para o Município de Viseu poder executar os projetos constantes dos seus planos de atividade parece ao Bloco de Esquerda que a gravíssima situação económica que atravessa o país e o concelho, exige um olhar específico e um tratamento fiscal diferenciado mais favorável para as pequenas empresas de forma a criar postos de trabalho e a dinamizar o tecido económico de Viseu e da região, utilizando naturalmente as possibilidades legalmente previstas de isenção de Derrama como incentivo fiscal à instalação de novas empresas no concelho sendo que tal significa a criação de novos postos de trabalho. Exatamente porque a Derrama é importante para a atividade do município não nos parece enfim, muito exequível isentar a 100 % mas achamos que podia ser feito um esforço e se a câmara abdicasse daqueles 1% de que vai devolver do IRS aos municípios, o Senhor Presidente disse que 100% dava um maço de tabaco, ora 1% deve dar um cigarro se se vendesse cigarros avulso como se vendia no meu tempo quando andava na Escola Comercial no velho Luciano, e tinha que ser Kentucky ou Provisórios. Portanto, esse

quase um milhão certamente que iria compensar um esforço na Derrama para criar postos de trabalho reduzindo a taxa 0,75% para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros e tendo em conta também aquilo que o Senhor Deputado Carlos Costa afirmou ainda há pouco, a importância das micro e pequenas empresas com menos de três postos de trabalho na recuperação económica com a criação de postos de trabalho, parece-nos que seria também exigível que a isenção de Derrama aos sujeitos passivos que tenham portanto, novas empresas e as que estão instaladas em vez de isentarem as que criem 5 postos de trabalho, podia-se reduzir para 3 novos postos de trabalho tendo em conta exatamente essa estatística, praticamente é quase uma estatística de que a maior parte das empresas de facto...,exatamente. Portanto, e nesta conformidade o Bloco não pode votar favoravelmente se isso não for contemplado. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- SESENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente e começando pelo fim. Ó Senhora Deputada Filomena Pires, eu gostava de ser mais simpático mas quando a Senhora vem aqui dizer que nós vamos gastar 500.000 euros em estudos e está lá que são 100.000, quando vem dizer que vamos gastar 1 Milhão no funicular quando lá estão 300.000, quando vem falar do IVA, como é que posso ser simpático, eu não posso dizer que a Senhora analisou bem o orçamento quando não analisou. Portanto, como enfim, gosto que venham aqui dar contributos com a matéria devidamente estudada, tenho que dizer que a senhora não estudou a lição. Se não estudou, estude-a na próxima vez, eu sei que essa não é a sua área, eu também não percebo nada de arquitetura, não percebo nada de engenharia e quando não percebo, chamo e reúno-me e falo com pessoas que percebam, agora não me obrigue a dizer que a Senhora trouxe a lição bem estudada porque não trouxe, pronto! Não volto outra vez a referir isso, e não lhe volto a dar conselhos...-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires intervém dizendo: Não me chame de ignorante.-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:... não, eu não a chamei de ignorante e era incapaz de ser grosso a esse ponto. Portanto, em relação aos sentidos de votos já estamos esclarecidos, o Senhor Deputado Carlos Vieira também não sei se conhece o tecido desta região onde estamos, tomara eu que este tecido empresarial... se nós retirarmos aqui as 20 maiores empresas da Região Viseu Dão Lafões, a esmagadora maioria são exatamente empresas até 150.000 euros de faturação, infelizmente é este o tecido que temos, era melhor que tivéssemos um tecido maior e enfim, o que está aqui é o que se aplica à esmagadora maioria das empresas do nosso concelho. Senhor Deputado Alberto Ascensão, outra vez a reforma fiscal? Então, o seu camarada de bancada até veio aqui até elogiar o novo regulamento de incentivos ao investimento, isso não é reforma fiscal? Ó Senhor Deputado, o que é que quer mais? O que é que quer mais de reforma fiscal Senhor especialista nesta área? Nós temos neste momento em termos de IMI a taxa mínima, do ponto de vista do IRS devolvemos 20% daquilo que são as receitas do município e não vou voltar a explicar os motivos porque já os expliquei várias vezes, do ponto de vista das empresas temos uma política que privilegia as micro empresas que privilegia as pequenas e médias empresas que é esta que está aqui prevista na Derrama e mais do que isso, se cumularmos isto com o regulamento de incentivos ao investimento até podemos chegar a 100% de devolução da totalidade dos impostos pagos pelas empresas desde que façam investimento, desculpe lá esses chavões, já chega de chavões Senhor Deputado, quer dizer, esse chavão de que não existe reforma fiscal quando ela está feita, poupe-me a isso está bem? Poupe-me, que não é pelo facto de repetir uma mentira várias vezes que os Viseenses vão acreditar nela. Não é por isso. O Senhor pode passar a vida a dizer assim, os Viseenses estão pobres porque a Câmara está rica ou não existe reforma

fiscal, eu sei que vai repetir isso até à exaustão e todos vão alinhar pelo mesmo diapasão, eu tenho que ser correto e dizer assim, meus senhores no que diz respeito aos instrumentos para a captação de investimento com a conclusão agora da apresentação do documento de apoio ao investidor, portanto, no dossier de apoio ao investidor no âmbito do Viseu Investe, nós criámos no fundo os instrumentos que consideramos fundamentais para poder concorrer em pé de igualdade com outros municípios e estaremos cá também para corrigir apareçam um determinado número de investimentos. Agora, este regulamento que aplicamos, é um regulamento transparente, possivelmente o Senhor Deputado preferia que eu adotasse uma postura casuística que era dizer assim quando vier o empresário A aplico-lhe este chapéu, quando vier o empresário B aplico-lhe outro chapéu. Não, o tratamento para os empresários é igual para todos não os distingo, são empresários se vêm investir têm um regulamento que lhes é aplicado, e já agora dizer, 1% do IRS implicaria abdicar de um pavilhão como o do Fontelo, 2% do IRS implicaria abdicar de um investimento como o Viseu Escola, agora façam as vossas contas. Portanto, para a próxima vez quando vierem aqui propor alguma redução digam exatamente a onde é que cortam que é para nós sabermos. Cortam nas freguesias? Tenham coragem de dizer. Os Presidentes de Junta já têm obras que cheguem, cortem lá nas freguesias. Mas eu não vou por aí, porque não seguirei as vossas sugestões seguramente. Sejam corretos, venham aqui e digam onde é que cortam, digam lá onde é que cortam? Cortam nos apoios escolares, nos transportes, nas refeições, sejam claros que é para todos nós sabermos, e lá em casa as pessoas também saberem que afinal de contas se seguirmos essa política onde é que vamos reduzir a despesa. O Senhor Deputado Carlos Costa, enfatizou e bem a estabilidade, é muito importante a estabilidade para o investimento, os investidores têm que saber, nós não podemos todos os anos andar a mudar de política, assim como era importante que houvesse estabilidade nacional do ponto de vista da política fiscal, ando a dizer isto há anos. Não é possível captar investimento porque obviamente que depois os nossos incentivos, cruzam-se também com os incentivos nacionais, tudo isto conduz para o mesmo objetivo de captação de investimento e portanto aquilo que diz é verdade, valorizam-se aqui as micro e as PME's e temos que somar isto ao regulamento de incentivos mais outras vertentes que não deixaremos de aplicar, os terrenos, às vezes em algumas circunstâncias até fazer algumas infraestruturas que possam permitir a captação, por exemplo, estamos neste momento a desclassificar, estamos no processo de desclassificação do antigo IP5, para quê? Para poder permitir que essa desclassificação permita disponibilizar mais alguns terrenos que estão à volta daquela via. Há todo um conjunto de políticas que estamos a seguir que vão exatamente ao encontro da captação de investimento e portanto, não nos podemos cingir. Agora, a este nível, está aqui feita a política, a tal reforma fiscal que nós prometemos, estando ainda a trabalhar no domínio das taxas e licenças que é um aspeto que iremos também a seu tempo apresentar aqui uma revisão nos diferentes regulamentos do município.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais ninguém a solicitar o uso da palavra, vou pôr...tem apalavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.---

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimento todas as outras pessoas aqui presentes. Eu vou ser rápido até porque o tempo urge, mas é assim: Eu não venho para aqui dizer mentiras Senhor Presidente de Câmara. O que eu disse aqui relativamente à reforma fiscal, foi a leitura que fiz da Ata de há um ano, de 30 de dezembro de 2013, relativamente à promessa, ao compromisso que aqui assumiu, não tenho cá a transcrição, mas reproduzo quase “*ipsis verbis*” de, um estudo para a reforma fiscal que a seu tempo aqui traria. Se a reforma fiscal é isentar as pequenas e micro empresas que criem cinco novos postos de trabalho estamos conversados, porque tudo o resto já o Senhor herdou, já o Senhor encontrou no executivo da Câmara Municipal. Relativamente à mentira dita muitas vezes, não sou eu que digo aqui mentiras, eu limito-

me a dizer aquilo que leio e aquilo que vi na Ata, tenha a oportunidade de ver a Ata da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2013. Relativamente à importância e ao valor que isso representa para os cidadãos, eu já percebi que desvaloriza 36 euros por cidadão como disse há pouco na discussão do orçamento, mas 36 euros por cidadão numa família com recursos difíceis e com dificuldades económicas e financeiras sabemos bem que são um auxílio a cada uma dessas famílias, daí a nossa proposta de redução ou de aumento da taxa de abdução relativamente ao IRS. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente muito rapidamente. Ó Senhor Deputado, em junho foi aprovado aqui e se não estou em erro até foi por unanimidade ou quase por unanimidade o regulamento do Viseu Investe que até foi elogiado pelo Senhor Deputado Rafael Amaro, veja lá, estude os dossiers, não me obrigue, isto acaba por ser cansativo não é? Uma sessão destas é cansativa porque obriga a uma atenção permanente, poupe um bocadinho o Presidente da Câmara não é? Leia as coisas e não venha aqui dizer coisas que não são verdade, Existe um regulamento já aprovado em junho, que está aprovado, portanto não venha dizer que não, e volto outra vez a dizê-lo, se quer baixar o IRS para o ano diga, faça já uma proposta e diga aonde é que vamos cortar está bem? Nos transportes escolares ok, vamos aumentar os transportes escolares 60%, isto é, vamos passar a pôr as famílias a pagar 60%, vamos passar a pôr as famílias a pagarem 40% nas refeições escolares, é isto que o Partido Socialista quer, que é exatamente dizer, baixem lá o IRS e aumentem lá outras prestações sociais que nós estamos a dar hoje às famílias. Eu prefiro fazer a redistribuição para as famílias desta forma correta, que é dar transportes gratuitos às nossas crianças, dar refeições escolares gratuitas às nossas crianças e ter uma política solidária no concelho, este é um destino muito melhor aplicado do ponto de vista do IRS. Provavelmente o Senhor Deputado está a fazer contas ao seu. Pronto, tenha lá paciência, também tem que ser solidário, ser solidário para trabalharmos e podermos dar a estas pessoas que mais precisam no nosso concelho.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor. Iriamos então proceder à votação do Ponto Numero Três da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com quarenta e oito (48) votos a favor, um (1) voto contra e uma (1) abstenção. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 603/604).* -----

Vamos agora analisar a proposta da Ordem de Trabalhos Número Quatro, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO**. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente, eu dispensava-me de voltar outra vez a apresentar os argumentos porque já os apresentei todos e penso que também do ponto de vista da oposição já todos os argumentos foram apresentados. Penso que esta proposta está mais que debatida, sugeria que passássemos mesmo à votação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Pediu a palavra e dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Para usar de rigor, naturalmente eu neste ponto tomarei posição para dizer que mais uma vez a maioria no Executivo Municipal traz a esta Assembleia a proposta que consideramos demagógica de prescindir de 1% do IRS recolhido no Concelho, dos 5% a que o município tinha direito, para, pretensamente, o devolver aos cidadãos. Esta medida é duplamente injusta, porquanto priva a totalidade dos cidadãos do Concelho de beneficiar destas verbas em obras ou serviços, como seria correto, e pouco ou nada beneficia os contemplados com a devolução de tão irrisórias quantias. É uma “cereja” para ornamentar a propalada preocupação social desta maioria, que serve

somente para desviar a atenção dos Municípios do grande responsável pela sua difícil situação económica e social que é o governo detido pelo PSD/CDS o qual o Presidente da Câmara integrou. Trata-se de um dinheiro que podia ter outras aplicações bem mais vantajosas para o desenvolvimento do Concelho, como por exemplo, servir para aumentar as transferências para as Freguesias, reduzir a tarifa da água, entre muitas outras que poderíamos aqui citar.-----

A CDU continuará a lutar pelo desagrevamento efetivo da enorme carga fiscal imposta aos portugueses pelo governo PSD/CDS, pugnando por uma alternativa política patriótica e de esquerda.-----

E como não pactuamos com demagogias e cortinas de fumo iremos votar contra.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado Rafael Amaro.**-----

----- **SESSENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta. Senhor Presidente, eu venho só aqui porque no que diz respeito ao IRS, eu já tinha argumentado sobre isso, digamos que, quando se discutia o orçamento, mas venho aqui para esclarecer apenas uma coisa. Eu concordo que o Senhor Presidente da Câmara tenha a sua opção do ponto de vista daquilo que foi a elaboração do orçamento sobre aquilo que é o IRS. Agora, o que eu não concordo e vai-me perdoar que lhe diga isso, é que o Senhor Presidente utilize, eu não concordo, é legítimo que o utilize, que utilize o argumento, desculpar-me-á mas que me parece um bocadinho demagógico, que é o argumento de dizer que se eu cortar, ou seja, se eu abdicar de receber mais 1 ou 1,5% no IRS, onde é que eu vou cortar? Ó Senhor Presidente havia muitos sítios onde cortar e não tinha que ser nem na educação nem no aspeto social, é óbvio que quem faz o orçamento, o vai fazer de acordo com as receitas que prevê, tal como está a prever por exemplo receber mais do IMI, e sabe perfeitamente aonde é que vai depois colocar essas mesmas receitas. Se aqui tivesse menos receita no IRS, é óbvio que era uma opção política, era uma opção económica, era uma opção financeira, o Senhor Presidente não teve essa opção, não tem que ficar chateado nem irritado como me pareceu ali, pelo facto de um companheiro de bancada ter dito que a nossa opção seria essa, e também não concordo com isso, que diga, então se não o recebo no IRS como é que vou pagar os transportes, etc., não, não, penso, e o Senhor Presidente sabe isso muito bem que na elaboração do orçamento não precisava obviamente disso porque senão eu tenho que lhe fazer a seguinte questão: Porque é, a não ser que sejam todos ignorantes, porque é que Câmaras como, e eu já sei que não gosta que eu refira Lisboa, porque é que Câmaras como a Mealhada que tem uma situação financeira boa, como aquela que o Senhor Presidente aqui apresenta e eu não estou a dizer isto porque fui estudar, nem sequer sei e vou confessar a minha ignorância, não sei de que partido é a Mealhada, se puderem digam-me, não sei nem me interessa para aqui, porque é que abdicou de 5%? Porquê? Porque é que a Amadora abdicou de 3,8? Porque é que a de Alcobaça abdicou de 3.75? Obviamente que estas Câmaras não vão cortar na educação nem na parte social, aliás, se têm esta sensibilidade não vão cortar aí. Portanto, eu concordo que o Senhor Presidente, legitimamente no seu direito, é o seu orçamento é aquilo que achou, e eu concordo perfeitamente que tenha esta leitura que é legítima, mas também é legítimo que eu faça esta leitura, que pode ser errada e se for errada o Senhor Presidente dirá que é errada, e tem todo o direito de dizer que é errada, mas a minha leitura é a seguinte: Quando eu falei em criatividade, eu digo-lhe, se não tivesse havido este foco de diz que diz, que a Câmara não estava financeiramente a fazer aquilo que no passado fez e eu tenho quase a certeza que o Senhor Presidente tinha uma outra opção sobre o IRS, é o que eu penso e vamos ver no futuro, vamos ver no futuro, teria outra opção. Claro que há aí, digamos que...e portanto, não é na oposição que isso está. Agora é legítimo, ninguém lhe pode levar a mal, agora, não pode é o Senhor Presidente e de vez em

quando vejo-o um bocadinho alterado, quando há quem tenha outra opinião. Eu concordo que na Derrama aquilo que o Senhor Presidente disse é correto, fez a reforma que fez, concordámos aqui com essa reforma e voltaria a concordar, mas isso não invalida que nós não possamos considerar noutro contexto que a reforma pode ir mais ou menos longe, e por isso até votámos a favor. Agora, quanto ao IRS eu digo-lhe Senhor Presidente, acho um erro, acho um erro do ponto de vista do orçamento, é uma opção e por isso é que isto, é o seu orçamento, mas acho um erro, porque não só era possível acomodá-lo e por isso é que não propusemos aqui 5%, eu acho isso demagógico, agora, 2,5% acho que era possível digamos que, acomodar isso nas contas da câmara, todos nós sabemos isto basta olhar para o que é a câmara, e portanto, argumentos do género, aonde é que eu vou tirar e começar logo pelas crianças, pelas freguesias, etc., não, olhe era muito simples e eu vou dizer-lhe era muito simples, tal como o Senhor Presidente conseguiu digamos que, na despesa reduzir este ano um bocadinho, quem sabe se para o ano não poderia reduzir mais um bocadinho, e estava acomodado, isto é a minha sensação...-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém questionando o seguinte: Diga aonde?-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: Como? Então e aonde é que este ano foi reduzida a despesa? Porque é que foi possível reduzi-la este ano? Eu não tenho aqui o orçamento, mas se fizesse o orçamento, com certeza que acomodava isso, era o que eu penso, mas é uma opinião, quer dizer, é tão legítimo..., agora, tem é que me responder porque é que as outras câmaras e não são tão poucas como isso, trata-se de 30, 40% de câmaras que fazem essa opção, então está tudo doido! Só nós é que estamos bem, se calhar! E será que são todas Socialistas? Já agora uma coisa só para terminar. Senhor Presidente eu não sou como é sabido, não sou militante do Partido Socialista, mas sou muito solidário com as políticas do Partido Socialista, ouvir aqui o Senhor Presidente da Câmara que é uma pessoa responsável e até já esteve no Governo, dizer que, dar a ideia, e não é só dizer isso, é mesmo a falar digamos que, para um determinado público que o Partido Socialista é irresponsável e despesista, é dizer muito mal da maioria das Câmaras deste País, porque a maioria das Câmaras deste País até são Socialistas e não tenho ideia que os eleitores sejam assim tão parvos. Por outro lado, se há alguém neste País que se pode orgulhar, tal como o Partido de que o Senhor Presidente faz parte, de ter salvo o País muitas vezes é o Partido Socialista, e é por isso que o Partido Socialista..., sim, sim, não vale a pena rirem-se, porquê? O Mário Soares não esteve aí com Fundos Monetários Internacionais? E mesmo aquilo, digamos que, a narrativa que é contada sobre o último Governo do Partido Socialista, eu sei que isto parece que não é bom, é uma narrativa que ainda há de ser contada por os historiadores económicos sobre este período. É uma narrativa que não é a narrativa que é feita pelo PSD. Agora essa é a minha posição. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Agradecia que não entrassem em diálogo está bem? Estão duas pessoas inscritas a quem a seguir dava a palavra. Deputado António Lopes.-----

----- SESSENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Funcionários e Comunicação Social.-----

Permitam-me e apesar do tempo que ao usar da palavra pela primeira vez aqui nesta legislatura felicite de forma especial o Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Mota Faria, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Almeida Henriques e respetivas equipas, pelo já excelente trabalho desenvolvido, nomeadamente pela promoção e dinâmica incutida na região de Viseu e nas suas gentes, colocando a marca Viseu, cada vez mais no centro das atenções de operadores sociais e económicos, e sempre pelas melhores razões.-----

Excelentíssimos Senhores, ninguém gosta de pagar impostos, é lógico, no entanto, todos sabemos que o Estado vive essencialmente de impostos. Na sua essência, o Estado, ao

lançar impostos pretende fazer uma redistribuição da riqueza de forma justa e equilibrada, objetivo nem sempre alcançado, e muito menos de forma justa.-----

Na maioria das vezes somos apenas uns quantos a pagar e alguns, muitos, a usufruir de forma injusta, direta ou indiretamente, do esforço daqueles que pagam impostos.-----

O IRS, imposto sobre o rendimento das pessoas, dos cidadãos, deveria por excelência reverter em favor dos próprios, na minha opinião, nas suas necessidades coletivas, no seu bem-estar, na segurança, na melhoria da qualidade de vida, etc. Muito embora a maioria destas atribuições sejam competências do Estado Central, acabam, na maioria dos casos, por ser desenvolvidas de forma mais ou menos distante das reais necessidades dos cidadãos e das suas prioridades sendo que, não raras as vezes, apercebemo-nos, é senso comum, de que o gasto dos nossos impostos está em obras faraónicas de utilidade e oportunidade até duvidosas.-----

A lei nº 73/2013 de 3 de setembro, propõe que cada município possa devolver até 5% do valor da contribuição arrecadada de cada cidadão, aí residente. Esta bondade aparente, é no entanto perversa, é uma perversidade do sistema de cobrança de impostos, já que o Estado, poderia ele sim, devolver aos cidadãos 5% do valor do IRS e fazê-lo na parte que lhe toca, na parte de leão.-----

Ora o Município de Viseu, usando de sensatez e cautela, no sentido de continuar a manter todo um conjunto de políticas sociais de apoio aos mais carenciados, fazendo jus á sabedoria oriental “de ensinar a pescar em vez de dar o peixe”, optou por uma atitude pedagógica e cautelar de por um lado não aplicar a taxa máxima, por outro utilizar a verba arrecadada para ações concretas e bem definidas de financiamento do transporte escolar, das refeições escolares e dos apoios nas mais diversas áreas, a água mais barata (já aqui foi falado), o financiamento do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos entre outros, e ainda, preparar-se, financeiramente para o novo quadro comunitário de apoio que vai chegar, onde os municípios com melhor solidez financeira estarão porventura na linha da frente para apresentarem as suas candidaturas e dessa forma poderem ajudar os seus munícipes. Nesse sentido, decidiu o Município e bem, manter a taxa de participação no IRS em 4%, abdicando, ainda assim, e ao contrário de um grande número de municípios, porventura maiores, e até considerados mais ricos, de cerca de 20% do valor a que teria direito, em favor dos seus munícipes.-----

Por esta razão, creio que, não teremos nenhuma dificuldade em votar favoravelmente esta deliberação. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira, e depois está inscrito também o Senhor Presidente de Junta de Mundão.-----

----- **SESSENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente, permita-me que dispense os salamaleques da praxe para ir à substância. O Senhor Presidente da Câmara disse que se devolver 100% do IRS aos munícipes dos 5% a que tem direito, equivaleria a um maço de tabaco por mês a cada viseense, o que dá 36 euros por ano, ou seja, uma família de quatro pessoas dá para, é só fazer as contas, quem não fumar, ou seja, quem não fumar um maço de tabaco por mês, quanto é que custa um maço de tabaco? Dá para comprar o quê? Uma tablete, ou seja, no tempo do Salazar, costuma-se ouvir dizer que se dividia uma sardinha por quatro, no tempo atual, teríamos que passar a dividir uma tablete de chocolate, com um quadradinho por cada membro de uma família. Ora bem, eu acho que francamente, isso é irrisório, mas estes 1%, disse o Senhor Presidente, equivalem a um pavilhão como o do Fontelo, é quase 1 Milhão de euros ou 700 e tal mil. Por isso, nós estamos contra esta medida, exatamente pelas razões contrárias da restante oposição, nós achamos que isso é tão irrisório que não compreendo de maneira nenhuma, não se justifica que a câmara abdique desta verba que poderia servir para aplicar mais medidas sociais ou para criar mais postos de trabalho como já disse, como contrapartida por exemplo de uma maior

redução da Derrama que criasse mais postos de trabalho e mais emprego, porque como dissemos aqui no ano passado, sendo certo que se trata de um desagravamento fiscal, esta medida afeta a progressividade fiscal, porque beneficia em maior medida os grandes contribuintes titulares de maiores rendimentos, agravando assim a desigualdade fiscal do atual sistema tributário. A progressividade fiscal é um princípio básico da justiça fiscal. O Bloco de Esquerda no Parlamento, em sede da revisão da Lei das Finanças Locais, propôs mecanismos de progressividade desta medida, propostas chumbadas pela atual maioria de direita e portanto, não podemos deixar de votar contra esta medida.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente de Junta de Mundão.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MUNDÃO ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Caros Colegas Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. Eu acho que é bom a gente vir aqui assumir de uma vez por todas, afinal a quem é que quer que seja reduzido o IRS, porque um conjunto bastante elevado de pessoas no nosso concelho e se calhar também no distrito, são pessoas que têm rendimentos baixos, portanto a essas não lhes vai tocar, dentro da média, o Senhor Presidente da Câmara se calhar também não fez bem as contas, se calhar não são 36 euros, é um bocadinho mais, porque os outros não vão receber nada se abdicar disso. Portanto, se calhar à que assumir aqui, devolvam-nos o dinheiro a nós que nos estão a tirar, porque os outros coitadinhos, eles já não pagam.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Parafraseando alguém, eu perguntava ao Senhor Deputado, o que é que o Senhor não percebeu? Parafraseando alguém, eu perguntava ao Senhor Deputado, o que é que o Senhor não percebeu da explicação que lhe dei? Olhe, do ponto de vista do IRS, Viseu é a segunda capital de distrito que devolve maior percentagem de IRS aos cidadãos. Isto posiciona-nos do ponto de vista daquilo que estava a colocar. Do ponto de vista também do Portal da Transparência Municipal, o índice de devolução fiscal, colocamos em terceiro lugar nas capitais de distrito. Portanto, do ponto de vista da competitividade estamos falados. O Senhor Presidente da Junta de Mundão veio aqui trazer algo que corresponde à realidade. A esmagadora, as tais pessoas que estavam aí demagogicamente a defender e com as quais nós nos preocupamos diariamente através da ação de medidas concretas que vamos aplicando, são as que não pagam, nem pagam sequer IRS, e portanto, eu prefiro apoiar essas famílias necessitadas nos transportes escolares, nas refeições, na habitação, nestas modalidades todas, em fazer algumas infraestruturas nas freguesias para lhes proporcionar o acesso ao saneamento, permitir algumas obras em habitações através do Viseu Habita, é assim que se promove a igualdade social. Por outro lado convém, vamos lá à origem das coisas, porque é que percentagem do IRS foi introduzida como receita dos municípios, porque é que foi Senhor Deputado? Foi sabe porquê? Porque progressivamente os municípios foram perdendo receita e daqui a dois anos os municípios vão perder uma receita importante que é o IMT, sabe disso não é? Portanto, em 2017 deixaremos de ter esta receita que se chama IMT e portanto, passaremos a ter basicamente o IMI, o IUC (imposto único de circulação) e o IRS, e portanto, na altura que se fez esta reforma, introduziu-se o IRS que era receita toda ela do Poder Central, exatamente para trazer aqui algum equilíbrio às receitas dos próprios municípios, que como eu mostrei ali, têm vindo a cair de ano para ano do ponto de vista das transferências da Administração Central. Portanto, quando se passou para o domínio dos municípios a possibilidade de dispor ou não desses 5%, também foi para reforçar o orçamento dos municípios. Os Senhores vêm sempre pedir o melhor de dois mundos, eu sei

que se nós reduzíssemos, estariam agora aqui com o discurso a dizer assim, porque está a pôr em causa a sustentabilidade futura do município, está a pôr em causa o investimento no próximo quadro comunitário de apoio, eu sei que era assim, eu sei que era assim, da mesma maneira que o Senhor Deputado se dá ao luxo de vir ali dizer que eu só fiz assim porque estava condicionado, eu também tenho o direito de pôr na sua cabeça pensamentos que o Senhor possa não ter, porque eu fiz o orçamento com a minha equipa na base daquilo que considero as melhores opções para o futuro ok? Certo? Agora, que no seu subconsciente estejam lá fantasmas, é um problema seu, no meu não há, o meu subconsciente é transparente, aliás, durmo todos os dias muito bem, isso para lhe dizer que de facto, aquilo que veio aqui dizer é demagogia pura. O Senhor sabe bem o princípio da estabilidade fiscal diz: Quando eu faço uma proposta para reduzir receita, tenho que ao mesmo tempo apresentar uma proposta para reduzir despesa. Eu não sou financeiro, mas qualquer financeiro, qualquer pessoa lhe diz isso, não há hipótese, se o Partido Socialista quer reduzir o IRS, diga aqui aonde é que corta, não sou eu que o tenho que dizer, são vocês que estão a fazer a proposta. Se fosse eu que dissesse assim, vamos então cortar aqui mais 1%, eu iria dizer, vamos cortar aqui para compensar, mas quem está a fazer a proposta são os Senhores e o CDS/PP, foram os únicos que disseram, olhe baixe lá mais o IRS, e eu digo, ok, diga-me lá ou digam-me lá aonde é que eu vou cortar a despesa para poder acomodar a redução do IRS, e se vocês me convencerem da bondade das vossas propostas eu prometo que para o ano, no orçamento vou equacionar isso, apresentem lá, digam lá aonde é que querem cortar, se é nos transportes, se é na alimentação, se é nos livros, se é na água, digam lá, isto é que é seriedade. Em relação ao Deputado António Lopes, exatamente, é desta maneira que as coisas estão a ser preparadas, quer dizer, esta é uma forma de nós introduzirmos a chamada equidade fiscal. A função do estado, seja ele central ou também local, é procurar fazer uma justa redistribuição da riqueza por aqueles que mais precisam e sinceramente estou convicto de que o Município Viseu está a fazer uma boa redistribuição da riqueza ao alocar a determinados objetivos. Deputado Carlos Vieira, mais uma vez, isto de vir aqui dar apoio a uma tese até mais radical do que o município, deixa-me preocupado não é? Na tese do Deputado Carlos Vieira, nós deveríamos pura e simplesmente cobrar os 5% e nem fazer esta redução dos 20%. Nós entendemos que devemos continuar a manter esta redução do 20%, no fundo o município está aqui a devolver no fundo 900 mil euros aos particulares, portanto, aos cidadãos do concelho, mas enfim, é uma posição tão legítima como outra qualquer e dizer ao Senhor Presidente da Junta de Mundão que muito obrigado pela sua intervenção que me ajudou exatamente a vir enfatizar a demagogia, eu por acaso não tenho esses dados aqui mas posso trazer, que é mostrar a percentagem de pessoas que não pagam IRS no nosso concelho, e isso é fácil de ver, está no Portal das Finanças e os Senhores também podem fazer esse trabalho de casa não é? Eu tenho esses dados por acaso no meu gabinete, mas não quero agora usá-los aqui, mas esta é tal demagogia. Digam-nos aonde é que vamos cortar, este orçamento é assim, no próximo ano estou disponível para acolher a vossa proposta desde que vocês me digam onde é que vou cortar a despesa correspondente à vossa redução de receita, e fica o desafio feito. Para preparar o orçamento do próximo ano os Senhores vão-me dizer assim, alto Senhor Presidente, corte lá aqui mais 2% do IRS e nós propomos que corte na despesa aqui, ali e acolá, se eu concordar com isso, claro, mas fica aqui o desafio está bem? Muito Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então proceder à votação do Ponto Número Quatro da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com trinta e seis (36) votos a favor e doze (12) votos contra.* (**Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 605/606**). -----

Passávamos então ao Ponto número Cinco **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente, mantemos exatamente o critério dos últimos anos, não podemos fazer aqui a consignação da receita, mas globalmente este dinheiro acrescido de mais algum, acaba por ir parar ao apoio que damos aos Bombeiros Voluntários. De referir que eu não estou de acordo com a discriminação que se faz nesta taxa e por isso é que a Associação Nacional de Municípios está neste momento a negociar com o Governo que esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem passe a ser aplicada globalmente a todos os setores, ao gás, à eletricidade, às telecomunicações e por aí a fora e que não seja totalmente suportada pelos consumidores finais. Portanto, isto está a ser discutido e eu espero que de facto ao longo deste ano haja aqui alguma evolução deste nível, enquanto isto não tiver uma lógica de alguma razoabilidade que não tem, isto não tem lógica, há municípios que estão neste momento a cobrar taxas de direitos de passagem por exemplo no gás, colocando o gás a um preço tal, que depois não permite que as empresas sejam competitivas. Portanto, não vamos enveredar por aí, estamos exatamente a manter esta com o destino que lhe vamos dar, mas com a expectativa que haja aqui algum entendimento nacional para avançarmos para uma taxa que seja justa, porque de facto estas empresas usam infraestruturas que são do município e têm que pagar não é? Agora, não podem é fazer repercutir esse custo total no consumidor final.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Para ser muito breve direi que a CDU está contra a existência desta Taxa de direitos de passagem na forma como ela é aplicada. Isto é: a PT a EDP e outras operadoras, em vez de tirarem dos seus chorudos lucros os montantes para pagarem a Taxa de Direitos de Passagem à Câmara Municipal (seria uma ninharia subtraída às centenas de milhões de euros que anualmente dividem pelos acionista), vão antes ao bolso dos seus clientes e vá de tirar mais um punhado de euros por ano nas faturas. É uma política de rapina. Tiram sempre aos mesmos, ao povo, aos trabalhadores, para darem aos mesmos. Os grandes grupos económicos sejam eles da banca, das telecomunicações ou da energia. Temos ainda de convir, que propor a aplicação da taxa máxima de 0,25% sobre o valor da fatura, também não demonstra compreensão do município pelas dificuldades que a generalidade dos nossos concidadãos estão a passar.-----

Reafirmo a minha convicção de que esta taxa não deve ser paga pelos utentes. Pelo contrário, devem ser as empresas que utilizam o espaço municipal a suportá-la. Enquanto isso não se verificar, a CDU votará contra a sua aplicação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Então se me permite Senhor Presidente muito rapidamente só dizer o seguinte: É que apesar das empresas de telecomunicações eletrónicas apresentarem lucros significativos, nem sempre se tem verificado a transferência para os municípios da totalidade dos valores cobrados aos consumidores, conforme estipula a Lei, que não prevê qualquer sanção para este incumprimento. O Senhor Provedor de Justiça já solicitou a suspensão desta taxa tendo em conta que esta repercute diretamente sobre os consumidores encargos que devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações. Das alterações ao regime jurídico da Taxa Municipal de Direitos de Passagem reivindicadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, constam e cito “ a responsabilização das empresas pelo pagamento da TMDP, disponibilizar aos municípios a listagem das empresas que estão sujeitas à taxa e estabelecer-se um novo conjunto de

contraordenações seja pela não entrega do montante da Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja pelo não cumprimento das obrigações de comunicação e informação.” Portanto, o Bloco de Esquerda já fez na Assembleia da República o que lhe competia, apresentou em meados deste ano um Projeto de Resolução exatamente neste sentido e notem bem, este Projeto de Resolução foi chumbado pela maioria de direita, e assim se deixam os munícipes à mercê das operadoras de telecomunicações.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Deputado Carlos Costa.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, renovo os meus cumprimentos. Eu vinha aqui só pedir um esclarecimento. Acho que ficou claro que ficou claro da exposição do Senhor Presidente da Câmara que esta receita e sem querer agora entrar na justeza ou não da cobrança da receita, ela existe e ela é direcionada para um campo muito específico da nossa sociedade que são os Bombeiros Voluntários de Viseu. Havendo aqui posições contrárias à cobrança desta receita, eu queria só deixar a pergunta no ar, aonde é que nós vamos buscar receita? Esclareçam-me por favor porque todos nós sabemos a situação apertada, e há aqui gente que conhece tão bem quanto eu a situação financeira apertada que todos os anos vivemos nos Bombeiros Voluntários de Viseu para prestar socorro às populações, a eventual não cobrança desta receita ia-nos colocar numa situação muito grave, muito periclitante, com prejuízos para toda a população, prejuízos esses, acreditem, muito mais sérios do que a eventual cobrança da taxa. Portanto, não vamos desequilibrar as coisas, vamos propor medidas com responsabilidade e se querem propor a não cobrança das taxas digam-me a mim por favor, eu tenho agora que reivindicar a minha qualidade de Presidente dos Bombeiros Voluntários de Viseu, digam-me a mim por favor aonde é que eu vou buscar essa receita porque eu não a consigo substituir nem me cai do céu. Portanto, agradecia que me esclarecessem isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** Obrigado Senhor Deputado. Íamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com quarenta e seis (46) votos a favor, um (1) voto contra. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 607/608).*-----

Íamos agora ao Ponto Número Seis **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA – REVISÃO LEGAL DE CONTAS PELO PERÍODO DE 4 ANOS DESDE 2014 A 2017.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente muito rapidamente, em termos legais a Câmara tem que ter um Revisor Oficial de Contas e como estávamos mi início de um ciclo, fizemos a abertura de um concurso e adjudicamos a um preço mais baixo, é tão simples quanto isso o que aqui está.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma inscrição? Não? Íamos proceder então à votação. Quem vota Contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 609/610).*-----

Propunha que os Pontos de Sete a Onze fossem discutidos em conjunto e votados separadamente caso ninguém se manifestasse contra. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, obviamente que estou disponível para prestar algum esclarecimento de algum dos pontos, mas fazendo uma síntese destes pontos de sete a onze, propõe-se aqui a Renovação dos prazos para a conclusão dos procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho de Técnico Superior de Desporto, Técnicos Superiores de Engenharia Civil, Técnico Superior de Serviço Social, Técnico Superior de Direito e Assistentes Operacionais de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo

64.º da Lei n.º 83-C/2013, por diferentes fundamentações que estão na documentação que foi distribuída aos Senhores Deputados, mas se quiserem algum esclarecimento adicional, obviamente que estarei completamente disponível.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma inscrição? Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Estando por princípio de acordo com a criação de postos de trabalho, o que aliás é aferido pela posição que tivemos relativamente a outros pedidos de autorização para abertura de concurso, temos alguma dificuldade em compreender e mesmo tendo em conta a informação que nos foi fornecida, que repetidamente se peça autorização e pelo menos numa ou outra situação autorizações que já foram concedidas. Porque é que de facto se foi autorizado, não foi concretizado? Que motivos legais é que existem para que isso aconteça? Aqueles que nos são apontados, nós consideramos que não são suficientes para de facto compreender aquilo que se passa, enfim, fica-nos até assim uma certa sensação em alguns casos concretos de alguma instrumentalização da Assembleia, que me parece que é incompatível com a dignidade que ela tem. Não entendemos, muito francamente temos dificuldade em compreender. Se não é possível levar à concretização a autorização, porque é que se insiste em abrir o concurso? Porque é que se insiste em manter este procedimento? Francamente, com a documentação que nos foi enviada não conseguimos entender.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma inscrição? Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhora Deputada, tem bom remédio, vote contra.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então proceder à votação. Ponto Número Sete **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 611/612).*-----

Íamos então proceder à votação do Ponto Número Oito, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 613/614).*-----

Ponto Número Nove, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 615/616).*-----

Ponto Número Dez, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE DIREITO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 617/618).*-----

Ponto Número Onze, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO**

DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado com uma abstenção. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 619/620).-----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, abre-se agora a um Período de Intervenção do Público conforme previsto no Regimento. Temos um cidadão inscrito que é o Senhor Álvaro Martins Rebelo Pires, a quem dava a palavra. Senhor Álvaro Martins Rebelo Pires, só para informar que tem cinco minutos e que a sua intervenção anterior já está em Ata e por isso, penso que deve haver elementos novos. Dava-lhe o uso da palavra.-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR ÁLVARO MARTINS REBELO PIRES:** Eu devo ao Senhor Presidente da Assembleia um esclarecimento pelo facto de que naquela reunião que houve no princípio de cada mês, eu não tive conhecimento do dia e lamento por isso, porquanto eu poupava Vossas Excelências a esta minha presença neste momento. Mas eu vou poupar Vossas Excelências e vou ser direto curto e espero não grosseiro, no entanto não posso esconder a minha profunda indignação por todo um passado que já é do conhecimento de Vossas Excelências com a autarquia, com a Câmara Municipal de Viseu. Eu não vou repetir a história, como disse o Senhor Presidente e muito bem, eu julgo que já esclareci alguns aspetos que decorrem das minhas duas intervenções na Assembleia e lamentavelmente venho aqui esta terceira para lembrar que de facto ao longo destes anos todos, eu paguei indevidamente à Câmara Municipal de Viseu, em taxas indevidamente pagas, que eu tive que pagar ao longo do tempo para obter os alvarás, um milhão de euros, garantias que ainda hoje estão num valor total superior a oitocentos mil euros, garantias bancárias, e também obras que eu fiz naquele espaço todo de Marzovelos estimáveis e que depois naturalmente aquando da sua execução, elas ultrapassam esse montante, num valor superior a um milhão oitocentos mil euros, mas isto para dizer o quê? É que, eu, desde 1989 quando fiz esse acordo, eu cumpri integralmente as obrigações a que estava incumbido nesse acordo e não vou repetir aquilo que eu entreguei à Câmara, as áreas, tudo aquilo que eu cumpri e o pagamento que fiz, e de lá para cá, a Câmara altera as regras da legislação e começa a cobrar para eu levantar os alvarás que meramente eram fases, porquanto o acordo foi na globalidade, eu quando entreguei à câmara a área da circunvalação, a área da escola, três lotes e todas as ruas, também não foi parcelarmente, à medida que os alvarás adjacentes iam sendo licenciados, eu entreguei tudo na globalidade no pressuposto e até de obras que eu fiz logo no início para pôr os eixos todos a funcionar e depois alteram as regras do jogo, numa forma prepotente da qual eu dei conta logo em 2003, nos primeiros alvarás fui chamando à atenção para um erro que estavam a lavar, aqui a palavra erro, é uma forma semântica para não utilizar outras palavras, mas na verdade o tempo passa e eu em 2003 apresento a primeira exposição dando conta exatamente daquilo que se estava a passar e depois em 2007, 2009, 2012 e até agora, nada, nada, e devo dizer que, quando há um ano vislumbrei a possibilidade de ter um encontro, de ter conversas com a nova administração no sentido de resolver as coisas dentro daquilo que é a equidade e daquilo que é a normalidade das relações que se têm com uma instituição, instituições nas quais acreditamos, fui habituado e educado na perspectiva de que haviam certas instituições que nos mereciam credibilidade, a verdade é que, apesar das reuniões que tenho tido e do qual agradeço a gentileza, uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, seis Sessões Públicas às quais fui da Câmara Municipal e duas desta Assembleia, com esta é a terceira, a verdade é que não tenho ainda uma resposta formal por parte da Câmara para esta questão e por isso eu resumo ao seguinte: É que, o que eu pedia a Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara e à Excelentíssima Vereação era uma resposta formal a todo este passado para eu assim agir em conformidade. Eu sei que já há um relatório, que é meramente instrumental e por favor, eu não vou escrever, não vou responder nada a esse relatório por uma simples razão

é de que eu já estou cansado de tantas exposições que fiz ao longo do passado e portanto o que eu peço é que a Excelentíssima Câmara analise essas exposições que fiz e que naturalmente me diga de sua justiça, tão certo e tão pouco como isso. Naturalmente que o tempo decorreu, é verdade e alimentei a expectativa de ver resolvido este problema, mas a verdade é que já passou um ano e eu queria chamar à atenção a Vossas Excelências para a dimensão da barbaridade a que eu fui submetido, porque pior do que aquilo que eu paguei de taxas indevidamente cobradas, foi a apreensão de garantias bancárias ainda hoje retidas, só para terem um exemplo eu devo dizer-lhes que em 1996 quando foi o primeiro alvará e depois em 2001 quando foi a renovação desse mesmo alvará, uma garantia bancária de trinta e um mil contos, estamos a falar em moeda antiga, só para terem uma pequena ideia, até hoje, ainda, com o alvará de 1998 de cinquenta e cinco mil contos também ao longo do tempo e assim sucessivamente que dão uma caracterização bancária terrível que na minha esfera pessoal foi danosa, e mais do que danosa, se eu cometi algum erro na minha vida foi o facto de ter acalentado a esperança por volta do ano de 2004 de ter em carteira quatro projetos que iriam gerar emprego, que iriam gerar postos de trabalho e que os vi completamente comprometidos, porquanto era impossível a sustentabilidade desses projetos conforme o aprisionamento de garantias ao longo do tempo. Devo-lhes dizer que tinha projetos para um agroturismo numa propriedade de setenta e seis hectares para seiscentas e tal camas, para um hotel rural noutro lado, para um empreendimento que também previa um hotel e tudo mais, e tudo isso ficou comprometido. Não vou entrar em mais detalhes porque realmente Vossas Excelências estão cansados e realmente isto é lamentável, mas, eu só queria dizer que, o efeito danoso de todas estas garantias abateu-se na minha esfera pessoal, porque como Vossas Excelências sabem, nós tínhamos que dar de garantias avais pessoais à firma que estava relacionada com a Câmara, de maneira que eu vou terminar pedindo a Vossas Excelências as minhas desculpas por estar a maçá-los com esta questão, que extravasa realmente todo este tempo do qual eu aqui ocupei, mas, eu queria pedir à Excelentíssima Câmara apenas este pedido muito simples: Uma resposta formal em que estejam aí espelhadas as posições partidárias para eu assim depois em conformidade poder agir tendo em vista a minha vida pessoal. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado pela sua intervenção. Não há mais ninguém inscrito por isso agradeço a presença. Só um segundo, que tem a ver com um pedido de aprovação em minuta. Eu pedia só que tivessem em consideração isto. Eu colocava e apelava à vossa compreensão antes de encerrar, é que, propunha que todas as deliberações tomadas sejam aprovadas em minuta, quer as deliberações da Ordem de Trabalhos, quer inclusivamente as deliberações do Período de Antes da Ordem do Dia, nomeadamente as Moções, para efeitos de execução imediata conforme o preceituado nos nº 3 e 4 do art.º 57 da Lei 75/2013 de 11 de Setembro na sua atual redação consubstanciado com o nº 4 do art.º 58 do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal e reforçava, bem como todas as Propostas e Moções aprovadas no Período de Antes da Ordem do Dia. Por isso, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Agradeço a colaboração.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de dez de novembro de dois mil e catorze quando eram dezoito horas e cinquenta e nove minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 21 páginas anexas que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



ANEXOS

ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 03/NOVEMBRO/2014

	€		€
Saldo Inicial	20.711.655,23	Despesas Correntes	26.180.600,33
Receitas Correntes	35.654.920,34	Despesas Capital	9.093.143,36
Receitas Capital	1.262.221,88	Total das Despesas	35.273.743,69
Total das Receitas	36.917.142,22	Saldo Actual	22.355.053,76

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 03 de NOVEMBRO de 2014

	€
Fornecedores	1.107.361,58
Outros devedores e credores	110.502,10
Total	1.217.863,68

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 03 de NOVEMBRO de 2014

	€
Empréstimos obtidos	20.502.360,89
Estado e outros entes públicos	246.256,22
Total	20.748.617,11

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 2: Apreciação e votação da proposta de orçamento e grandes opções do plano e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos serviços municipalizados de água, saneamento e piscinas de Viseu para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apoiar com 38 votos a favor e 12 votos contra

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		Florbelia de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armendo Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOUÍDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	COUTO CIMA						

MÓDULO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 2: Apreciação e votação da proposta de orçamento e grandes opções do plano e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos serviços municipalizados de água, saneamento e piscinas de Viseu para o ano de 2015, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 38 votos a favor e 12 votos contra
Viseu, 10/11/2014

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREROS CEPÕES		X			
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOTO		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU		X			
36	PS	António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X		
37	PS	Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS	Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39	PS	António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
40	PS	Cristina Maria Nunes Fonseca			X		
41	PS	Pedro A. S. Baila Madeira Antunes			X		
42	PS	Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X		
43	PS	Adelaide Joana da Silva Modesto			X		
44	PS	SILGUEIROS		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÁ SÁ		X			
46	CDS/PP	Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47	CDS/PP	Carlos Fernandes da Cunha			X		
48	CDS/PP	Elza Maria da Costa Lemos			X		
49	CDU	Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE	Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51	Independente	ABRAVESES		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA		X			
Resultado			2	38	12	0	0

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 3: Apreciação e votação da proposta de derrama, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apoiar com 48 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD	Elisabete Maria Jesus Almeida Farneca		X			
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD	Rui Pedro de Matos Pêva		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22	PPD/PSD	MUNDO	Armindo Nuno dos Santos Gomes	X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado	X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 3: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou chamar em 48 votos a favor e voto contra e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Albreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRANO VILSOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balle Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAI. e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Ela Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARNINHAO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	48	1	1	0

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 4: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou chamar com 36 votos a favor e 12 votos contra

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD	Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					X
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD	Rui Pedro de Matos Piva		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António Vicente da Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes	X			
23	PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24	PPD/PSD	POVODIDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques	X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOURDA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida	X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado				
31	PPD/PSD	U.F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			
		COUTO CIMA					

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 4: Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS – Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 36 votos a favor e 12 votos contra.

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
PPD/PSD	U. F. BARBEIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélia Pereira Lourenço		X			
PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X		
PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
PS		Alberto Gonçalves de Ascensão			X		
PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
PS		Cristina Maria Nunes Fonseca			X		
PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes			X		
PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X		
PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X		
PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
PS	U. F. FAÍL EVILA CHÃ SÃ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha			X		
CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X		
CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	36	12	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 5: Apreciação e votação da proposta de T.M.D.P. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovou em 46 votos a favor e 1 voto contra

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD	Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques					X
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD	Rui Pedro de Matos Peva		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins	X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves	X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes	X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X			
24	PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes	X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Leis Filipe Martins Almeida Mendes	X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira	X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gomes Henriques	X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUNOSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida				X
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			
32	PPD/PSD	COUTO CIMA					

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 5: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apreciar com 46 votos a favor e 1 voto contra

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. RIPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAI, e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	46	1	0	3

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 6: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA – REVISÃO LEGAL DE CONTAS PELO PERÍODO DE 4 ANOS DESDE 2014 A 2017, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apoiar por unanimidade

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás de Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leição de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 6: Apreciação e votação da proposta de adjudicação de prestação de serviços de auditoria – revisão legal de contas pelo período de 4 anos desde 2014 a 2017, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar por unanimidade

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL ENILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	48	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 7: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO (AVISO N.º 22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 220 DE 16 DE NOVEMBRO – ART.º 64 DA LOE 2014; nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 47 votos a favor e 2 abstenções

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 7: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO (AVISO N.º 22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 220 DE 16 DE NOVEMBRO – ART.º 64 DA LOE 2014; nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 47 votos a favor e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPISES e S.SALVADOR	José Domingos Albreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FALE EVILA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	47	0	1	2

a) Declaração de voto

MÓDULO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 8



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 8: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL – ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou a favor com 47 votos a favor e 1 abstenção
Viseu, 10/11/2014
[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Florbeia de Almeida Correia Soutinho		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreca		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BOBOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares de Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

MÚLCULO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 8



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 8: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL - ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 47 votos a favor e 1 abstenção.

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Beila Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAI L VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	47	0	1	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 9



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 9: Apreciação e votação da proposta de renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal Comum, para o preenchimento de um número máximo de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior - Área de Serviço Social - Art.º 64 da LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apoiar com 47 votos a favor e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Farreia		X			
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODINOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVODIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RUBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVDS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCO	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUVO BAIXO COUVO CIMA	Fernando Manuel Leição de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014
VOTAÇÕES

PONTO 9: APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL – ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-CJ/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia
Municipal de Viseu do dia 10 de
Novembro de 2014, que deliberou
alterar com 4 votos a
favor e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

António C. Correia

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENT
32	PFO/PSD	U. F. BARREIROS CEPOES	António de Silva Gomes Tavares		X			
33	PFO/PSD	U.F. JURESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PFO/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL. SOITO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35	PFO/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascenção		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Modelina Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FALEUVA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHAÇÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				2	47	0	1	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 10



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014

VOTAÇÕES

PONTO 10: Apreciação e votação da proposta de renovação da autorização de abertura de procedimento concursal comum, para o preenchimento de um número máximo de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior - área de direito - art.º 64 da LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovar com 47 votos a favor e 2 abstenções

Viseu, 10/11/2014

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
3 PPD/PSD		Elisabete Maria Jesus Almeida Ferreira		X			
4 PPD/PSD		Manuel Todorólio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
9 PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António Vicente da Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Figueira		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 10: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE DIREITO – ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou apoiar com 47 votos a favor e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARRIOS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. RIBESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRANO VII. SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baía Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. PAI. ENTA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BODALDEIA, FARMILHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	47	0	1	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 11: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou aprovou com 17 votos a favor e 3 abstenções

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	Fiorbela de Almeida Correia Soutinho		X			
3	PPD/PSD	Elisabete Maria Jesus Almeida Ferreira		X			
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
9	PPD/PSD	Rui Pedro de Matos Peva		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António Vicente da Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA		X			
16	PPD/PSD	CALDE		X			
17	PPD/PSD	CAMPO		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
19	PPD/PSD	CÔTA		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO		X			
23	PPD/PSD	ORIGENS		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA					X
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	X				
31	PPD/PSD	U. F. COITO BARRIO COITO CIMA		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 11: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ART.º 64 DA LOE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 10 de Novembro de 2014, que deliberou abrir-se com 47 votos a favor e 1 abstenção

Viseu, 10/11/2014

[Assinaturas]

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baía Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Fernando António Pereira Figueiredo	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
52							
Resultado			2	47	0	1	2

a) Declaração de voto

MÚLTIPO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL